

1 - OS
PROTAGONISTAS

"COMO SE COLOCA A DIREITA NO PODER"



PAULO
SCHILLING

Passado &
Presente

global editora

PAULO R. SCHILLING

Como se Coloca a Direita no Poder

I - Os protagonistas

Tradução da versão espanhola de
Cláudia Schilling Sancho

Copyright © 1979
PAULO R. SCHILLING

Revisão: ARMANDINA VENÂNCIO e
JORGE VASCONCELOS

Capa: CARLOS CLÉMEN

N.º de catálogo: 1167

Direitos reservados por
GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA.
Rua José Antonio Coelho, 814
CEP 04011 — São Paulo — S. P.

*Dedicado a seis companheiros,
de distintas organizações,
que foram conseqüentes até à morte
com suas idéias:*

*sargento Manuel Raimundo Soares
(MNR — “brizolismo”)*

Carlos Marighella (ALN)

Mário Alves (PCBr)

Lincoln Oeste (PC do B)

Paulo Wright (Ação Popular) e

Luis Martirena (MLN — tupamaros).

OUTROS LIVROS DO AUTOR

Editados no Brasil:

O TRIGO E O LATIFÚNDIO

(análise sociológica da triticultura gaúcha)

CRISE ECONÔMICA NO RIO GRANDE DO SUL

(análise do fenômeno do desenvolvimento desigual e do colonialismo interno)

TRIGO

(análise da agressão imperialista representada pelo Acordo do Trigo norte-americano)

Edição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O QUE É REFORMA AGRÁRIA?

(ensaio sobre a estrutura agrária brasileira)

Edição "Civilização Brasileira", col. "Cadernos do Povo".

Editados no exterior:

BRASIL PARA ESTRANGEIROS

BRASIL DOS LATIFUNDIÁRIOS

UMA HISTÓRIA SUJA: O CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL

BRASIL: SEIS ANOS DE DITADURA

BRASIL: PERSPECTIVAS DE REVOLUÇÃO

O INFORME ROCKEFELLER

HELDER CÂMARA: O BISPO DO TERCEIRO MUNDO

IRÁ O BRASIL À GUERRA?

UMA SITUAÇÃO EXPLOSIVA: A BACIA DO PRATA

O EXPANSIONISMO BRASILEIRO

A serem publicados proximamente no Brasil, pela "Global":

O EXPANSIONISMO BRASILEIRO

Série **ESCRITOS DO EXÍLIO...** sobre:

O REGIME MILITAR BRASILEIRO

O MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO

A SITUAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A EVOLUÇÃO SOCIAL DA IGREJA NO BRASIL

O STATUS DE DEPENDÊNCIA

O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

ÍNDICE

Introdução	9
------------------	---

I PARTE — 1.º VOLUME

OS PROTAGONISTAS

I — Getúlio Vargas: populismo e nacionalismo	15
II — Juscelino Kubitscheck: desenvolvimentismo e entreguismo	35
III — O contraditório e meteórico fenômeno Jânio Quadros	43
IV — As classes dominantes e o “condomínio do poder”...	53
V — O Poder real: as Forças Armadas	66
VI — O Clero numa encruzilhada histórica	89
VII — O duplo caráter da pequeno-burquesia	103
VIII — O latifundiário João Goulart e o líder populista Jango	108
IX — Os camponeses e os subproletariados	126
X — A classe operária e a burocracia sindical	142
XI — O Partido de Prestes: positivismo, marxismo e revisionismo	162
XII — Os estudantes e os intelectuais	196
XIII — Brizola e o nacionalismo popular-revolucionário	207
XIV — A inflação e a corrupção	245
XV — State Department, Pentágono & CIA.	260

II PARTE — 2.º VOLUME

OS ACONTECIMENTOS

- I — Inícios de março
- II — Sexta-feira, 13
- III — O avanço cotidiano da crise
- IV — Um marinheiro chamado João Cândido
- V — A consciência de classe do sr. João Goulart
- VI — ANEXO (Documentos).

INTRODUÇÃO

Começamos a escrever este livro logo depois do golpe de 1.º de abril de 1964, quando estávamos asilados na embaixada uruguaia no Rio. O terminamos, em Montevidéu, em julho de 1966.

Este é fundamentalmente um livro de memórias de quem — menos por mérito do que por sorte — participou intensamente dos acontecimentos políticos e sociais do período agosto de 1961 a abril de 1964, em nosso entender o mais rico da história brasileira. Porém tem, paralelamente, a pretensão de constituir uma modesta contribuição à análise dialética do processo político-social dos anos 30/64.

Como assessor de assuntos agrários no governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul; como uma espécie de “delegado político” do mesmo na Guabanara, entre setembro de 1961 e o golpe; como secretário executivo da Frente de Libertação Nacional e posteriormente da Frente de Mobilização Popular; como coordenador dos “Grupos de 11” na Guanabara; como diretor do semanário brizolista PANFLETO — tivemos a oportunidade ímpar de viver no centro dos acontecimentos do período 1958/1964.

Principalmente durante os 14 meses de existência da F.M.P., estivemos permanentemente vinculados aos organismos que a compunham: a C.G.T., as organizações camponesas, a U.N.E. e a U.B.E.S., a Frente Parlamentar Nacionalista, o Partido Comunista Brasileiro, as organizações que nucleavam a oficialidade nacionalista, os sargentos, os marinheiros e fuzileiros navais. E em contato diário com seus dirigentes. Em consequência, os fatos que narramos e as impressões que registramos foram, em grande parte, presenciados ou sentidos direta, pessoalmente.

Por considerar que a crítica e a autocrítica são práticas fundamentais, indispensáveis às organizações e aos dirigentes políticos e sociais (a única maneira de não seguir praticando os mesmos erros), resolvemos pôr no papel tudo o que sabemos sobre os acontecimentos daquele período, sem ocultar nada, doa a quem doer.

É óbvio que não conhecemos toda a verdade do ocorrido. O que passamos às mãos do leitor é uma parte da verdade total, observada

do ângulo em que nos encontrávamos e analisada do ponto de vista nacionalista popular-revolucionário (brizolista).

Além de ser uma porção limitada da verdade, essa pode estar parcialmente deformada pela nossa própria militância. Este não pretende ser um estudo frio, científico de quem observou os acontecimentos à distância (no tempo e no espaço), de uma torre de marfim. É um livro duro, deliberadamente polêmico e agressivo, pois pretende provocar outras análises críticas e autocríticas, até agora sonegadas ao povo brasileiro.

Agora que não existe mais o pretexto da ditadura e da clandestinidade (utilizado por muitos para evitar a autocrítica), pensamos que toda organização que ainda exista e os líderes que sobreviveram, têm o dever impostergável de prestar contas ao povo: pelo que fizeram ou deixaram de fazer naquele período e depois dele, nos anos da Era Militar.

E que o façam com honestidade. Não como certo historiador muito em evidência, que ocultando fatos, falsificando outros, consegue defender ao mesmo tempo a tese e antítese, ou seja, a Jango e a Brizola 61/64. O fato de que Brizola 79 seja radicalmente diferente, não justifica a mistificação grosseira que faz Moniz Bandeira em seus dois livros.

Nosso projeto inicial era bastante mais ambicioso: uma série de 5 livros, analisando a evolução histórica das relações de dependência e da estrutura agrária, os acontecimentos de 1961/64, os primeiros três anos da ditadura e finalmente o mais ambicioso: uma tese sobre o nacionalismo popular-revolucionário latino-americano, como caminho de libertação nacional e social de nossos povos.

Os dois primeiros chegaram a ser editados no Uruguai: BRASIL PARA ESTRANGEIROS e BRASIL DOS LATIFUNDIÁRIOS. A publicação de COMO SE COLOCA A DIREITA NO PODER foi considerada inoportuna, naquele momento, pela direção nacionalista-revolucionária no exílio.*

Lamentamos mil vezes haver acatado o veto. Considerando que nos anos seguintes assistimos — perplexos e impotentes — à repetição sistemática de nossos erros, no Uruguai, na Bolívia, no Chile, na Argentina, etc., pensamos que a divulgação, naquela época, deste livro, poderia haver contribuído, minimamente ao menos, para impedir ou diminuir o alcance de alguns dos desastres verificados nesses países irmãos.

* Na coleção "Cadernos de Marcha", publicamos posteriormente "Seis Anos de Ditadura".

Posteriormente, em razão desses mesmos colapsos, já não houve possibilidades de editá-lo em nenhum dos países do Cone Sul, muito menos no Brasil. Em conseqüência, o material ficou “dormindo” esses longos anos. Escapou, por pouco, inclusive do desaparecimento total. O original português e suas cópias e todas as cópias em espanhol, menos uma, desapareceram nesse furacão repressivo que transformou a “Suíça da América” num Haiti.

A cópia que conseguimos resgatar, cinco anos depois de nossa expulsão do Uruguai, é da versão espanhola. Isso significa um inconveniente sério. Foi necessário retraduzir tudo para o português. Como era totalmente impossível conseguir — no exílio e mesmo muito difícil no Brasil — os originais brasileiros citados, as versões desses escritos ou declarações não correspondem textualmente às primitivas. Porém, podemos assegurar, que em nenhum caso o sentido dos mesmos foi alterado.

Queremos chamar a atenção do leitor para um aspecto importante: mantivemos in totum a versão original escrita em 1964/66. Isso significa que a análise reflete o estado de espírito que nos animava então. Vivíamos, em Montevidéu, um clima de véspera: antes de iniciar-se o movimento guerrilheiro que fracassou com o aborto de uma de suas frentes, a de Caparaó. O “foquismo” havia contagiado praticamente todos os movimentos de esquerda da América Latina (menos os PCs, que mantiveram-se inexoráveis em sua posição pacifista, a reboque das burguesias “nacionais”), inclusive o nacionalismo popular-revolucionário (brizolismo). Esperávamos emular a Fidel, criando dezenas de “serras Maestras” e aceitávamos como um dogma a afirmação de Mao: O poder nasce da boca do fuzil.

Hoje, depois de tantos fracassos heróicos (porém fracassos), de milhares de mortes, do fato de Cuba continuar sendo — 20 anos depois — o único território livre da América, nossa posição (pessoal) em relação aos caminhos da Revolução é não-dogmática. Pensamos que assim como “todos caminhos conduzem a Roma”, são múltiplas as vias que podem levar à libertação nacional e social de nossos povos: desde o voto e a mobilização das massas, até a greve revolucionária e a luta armada em suas distintas modalidades.

O que aprendemos em 35 anos de militância, 15 deles no exílio, é que não existe nenhuma receita para a Revolução. Conseqüentemente, devemos rechaçar a tendência dos países que já se libertaram de “exportar” o seu modelo como o modelo. Cada povo deve encontrar o seu caminho, considerando as condições objetivas, subjetivas e sua própria idiossincracia. Isso significa que as forças populares têm que superar seus complexos coloniais (assim como as nossas classes dominantes estão alienadas em relação aos países capitalistas centrais, as

esquerdas do Terceiro Mundo em geral o estão em função de um ou outro país socialista). Chega de "Vaticanos...".

A experiência histórica mostra que somente os movimentos revolucionários que souberam inovar, criar o seu próprio caminho, é que chegaram ao Poder. Outra condição básica, indispensável sine qua non para a libertação: participação popular. Por mais eficientes e heróicos que sejam os pequenos grupos de vanguarda, estão condenados ao sacrifício e à derrota, se não têm o povo por detrás. E quando dizemos povo, queremos significar povo conscientizado e organizado. Sem povo e mais especificamente, sem as classes trabalhadoras, não se faz a Revolução, assim como sem feijão não se faz feijoada.

Se revisamos parcialmente nossa posição sobre os métodos táticos de luta para chegar ao poder, não modificamos (como muitos companheiros), em absoluto, o objetivo estratégico: continuamos absolutamente convencidos de que somente a Revolução Socialista — concretizada por este ou por aquele caminho — poderá resolver os dramáticos problemas sociais do povo brasileiro, do povo da América Latina, do povo do Terceiro Mundo. E liquidar com o status de dependência em relação ao imperialismo sofisticado de nossos dias, representado pelas empresas transnacionais e pela Comissão Trilateral.

E quando reafirmamos essa posição não é porque sim... Ela é baseada em situações concretas: a total caducidade do populismo e o fracasso da experiência de capitalismo selvagem e dependente tentada no Brasil pelo capitalismo mundial e protagonizada pelos militares e tecnocratas.

Ao contrário de muitos sociólogos e cientistas políticos que condenam o populismo a priori, como um mal, como uma traição às classes trabalhadoras (interpretação mais maniqueísta do que dialética), pensamos que o mesmo, pelo menos em nossos países subdesenvolvidos, constitui, em sua primeira etapa, um processo progressista.

Seria absurdo considerar Vargas, inegavelmente um político populista, que outorgou às classes trabalhadoras urbanas uma série de direitos tremendamente avançados para sua época (alguns — como o estatuto da estabilidade — foram derogados, 30 anos depois, pelo regime militar por imposição das empresas multinacionais), como um inimigo das mesmas.

O mesmo é válido para Perón, que organizou o melhor (quanti e qualitativamente) movimento sindical do Terceiro Mundo e que assegurou aos assalariados argentinos — em 1953 — uma participação de 48% no P.N.B. (possivelmente o índice mais alto do mundo capitalista na época e que hoje, sob o regime militar, está reduzido a 26/27%).

Entendemos que — igual a todo e qualquer outro sistema ou solução social — o populismo, submetido ao processo dialético, se trans-

forma gradualmente de fator progressista, em obstáculo ao desenvolvimento social e, finalmente, em instrumento das classes dominantes para a manutenção de seus privilégios.

No caso brasileiro, diríamos que em sua etapa inicial, no primeiro governo de Vargas, o populismo foi um fator progressista. Assegurou aos trabalhadores direitos que seus colegas europeus levaram mais de um século para conquistar. O Estado Populista, ou paternalista, atuando como árbitro, "por cima das classes sociais", tornou mais humana (em relação aos processos comandados diretamente pelas burguesias, como na Europa nos Séculos XVIII e XIX) a revolução industrial.

Em sua etapa seguinte, no segundo governo de Vargas, em razão da melhor estruturação das classes sociais e da luta entre elas, o populismo passou a constituir um obstáculo ao avanço dos trabalhadores. Getúlio tentou em vão a Unidade Nacional, já então impossível pelo antagonismo social e pela crescente traição da burguesia à causa nacional. Somente frente à morte, é que o velho caudilho populista reconheceu que o policlassismo já não era mais possível e denunciou, como inimigos, não somente o imperialismo, como também as classes dominantes nativas.

Em sua terceira etapa, quando a luta de classes já chegava a seu clímax pela ação de Goulart, o populismo significou uma traição aos trabalhadores. Como veremos ao longo deste livro, o líder populista Jango foi o mais eficiente agente das classes dominantes e do imperialismo na contenção do avanço popular. De traição em traição, chegou à final: a entrega do poder à direita.

O populismo morreu (de velho) e foi sepultado no 1.º de abril de 1964. Qualquer tentativa de ressuscitá-lo constituirá uma mistificação, uma afronta, uma nova traição às classes trabalhadoras e ao povo brasileiro.

Por outro lado, o modelo econômico brasileiro (essa mistura de capitalismo selvagem e dependente + ditadura militar), chega melancolicamente ao seu fim. Depois de haver aumentado drasticamente: o abismo entre as classes sociais (com uma minoria usufruindo um nível de conforto e luxo europeus e 75% da população mergulhada numa miséria asiática); o desnível regional (com o Centro-Sul absorvendo crescentes quantidades da renda nacional, num já agudo fenômeno de colonialismo interno); a dependência externa (com a dívida aumentada de 3 para 45 bilhões de dólares, em 15 anos; ou seja, multiplicada por 15); a corrupção (às cifras das negociatas do tempo de Juscelino e Jango há que acrescentar dois zeros, pelo menos, para alcançar os valores das que se verificam hoje) e com a inflação voltando aos índices de 1964 (em agosto último, 5,8%, com a alimentação subindo 9,1%) — termina essa experiência que chegou a ser apontada pelos porta-

-vozes do capitalismo mundial como a panacéia para os países do Terceiro Mundo.

Liquidado o populismo, fracassado o capitalismo selvagem e dependente, parece evidente que somente resta um caminho para tirar o país do atoleiro: o socialismo, um socialismo pensado em função da realidade nacional e da idiossincrasia do povo brasileiro, um socialismo à moda da casa, libertário e tropicalista.

Entendemos que o caminho mais viável para chegar a este objetivo é o do nacionalismo popular-revolucionário, com uma dimensão latino-americana, dentro do ideal da Pátria Grande. Com essa bandeira, agora abandonada por Brizola, poder-se-ia criar um movimento (ou partido) autenticamente nacional, integrado fundamentalmente pelos trabalhadores urbanos e rurais, pelos intelectuais não comprometidos, os estudantes e pelos setores das classes médias não corrompidos pelo consumismo do "milagre". Um partido que, partindo de um profundo processo de análise crítica e autocrítica do verificado a partir de agosto de 1961, se estruturasse sobre sólidas bases de massas, com uma direção autêntica, coletiva, não caudilhesca, pudesse canalizar a crescente rebeldia popular no sentido da libertação nacional e social do Brasil e da América Latina.

Buenos Aires, setembro de 1979.

I Parte

OS PROTAGONISTAS

I

GETÚLIO VARGAS: POPULISMO E NACIONALISMO

Nenhuma análise sobre os acontecimentos político-sociais do período agosto de 1961 a 1.º de abril de 1964 é válida, se não for precedida por um estudo relativamente profundo do que foi o “getulismo”, essa filosofia e *praxis* políticas, que tendo como bases fundamentais o nacionalismo e o populismo marcou profundamente o processo brasileiro.

A favor ou contra, todos têm que admitir que sua passagem pelo governo (1930/45 e 1951/54) constitui um divisor de águas, um marco decisivo na história do país: *antes e depois de Vargas*. Nem a independência (uma pobre e triste independência; na realidade mais uma mudança de metrópole; Londres em vez de Lisboa), nem a proclamação da República (que manteve quase todos os privilégios das classes dominantes) constituíram marcos divisórios tão importantes como a revolução de 1930, apesar de todas suas limitações e contradições.

Morto em 24 de agosto de 1954, Getúlio continuaria, entretanto, absolutamente vivo politicamente no período que pretendemos analisar. Seu ideário seguiria norteando a vida do país: por um lado, o populismo, já então caduco e inviável em razão da melhor cristalização das classes sociais e da conseqüente luta entre as mesmas; por outro, o nacionalismo, em pleno processo de radicalização, assumindo características revolucionárias.

Além disso, as duas principais figuras na cena política em 1961/64, eram discípulos seus: João Goulart e Leonel Brizola. É

absolutamente necessário, em conseqüência, como preliminar deste estudo, tratar de interpretar a complexa e contraditória figura do velho caudilho, cuja Biografia (com b maiúsculo) ainda não foi escrita. Aqui, em forma superficial, limitada, anotaremos alguns aspectos de sua filosofia e *praxis* políticas que exerceram maior influência sobre o povo brasileiro e, em particular, sobre seus dois principais discípulos.

Em outubro de 1930, Vargas chegou ao poder através de uma revolução de características eminentemente populares, porém sem objetivos claramente definidos. Popular porque foi o povo (assaltando os quartéis do Exército no Rio Grande do Sul, armando-se e marchando sobre São Paulo e Rio de Janeiro quem liquidou com a república oligárquica.

Por não ter objetivos bem definidos, por não se basear em uma teoria revolucionária clara, por levar em seu bojo toda uma série de contradições originadas na origem policlassista de seus dirigentes e militantes, a de 30 foi tipicamente uma revolução subdesenvolvida. Foi a revolução possível naquele momento histórico no Brasil. Cairíamos no idealismo se lamentássemos suas limitações.

Aliás, o movimento revolucionário chegou bastante mais longe do que haviam planejado seus líderes. Foi Oswaldo Aranha, seu principal articulador, quem afirmou: *“Uma revolução como esta que acabamos de fazer com o concurso do povo, está dotada de tal amplitude e de tanta profundidade, que avança sobre as próprias causas determinantes (. . .). Ela excede os limites previstos e avança rapidamente no sentido da esquerda. . .”*.

Os historiadores brasileiros em sua quase totalidade (inclusive os marxistas) fazem uma confusão tremenda sobre a revolução de 30 e sobre Getúlio Vargas. Para a maioria, ela foi *a revolução burguesa brasileira*. Uma revolução burguesa estranhamente liderada por latifundiários (Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Batista Lusardo, João Neves da Fontoura — apesar de sua formação humanístico-liberal, eram homens ligados direta ou indiretamente ao latifúndio pastoril da região fronteira do RGS). Igualmente vinculados ao latifúndio eram os líderes mineiros do movimento.

É difícil classificar de burguesa (em sua etapa inicial, em suas origens) uma revolução organizada em dois Estados (em três, se incluirmos a Paraíba), donde os latifundiários constituíam o grosso da oligarquia, dirigida contra outra unidade federativa — São Paulo — na qual surgia com maior pujança a burguesia industrial.

Outros historiadores, como Osny Duarte Pereira, vão ao extremo oposto e apresentam Vargas, inclusive o melhor Getúlio, o que

decretou a legislação trabalhista possivelmente mais avançada da época no mundo capitalista, como um simples representante dos interesses dos fazendeiros gaúchos, que, ao assegurar maiores salários à classe trabalhadora urbana, tinha como único objetivo a ampliação do mercado para a venda da carne de seus rebanhos. Para isso não teria sido necessário fazer uma revolução: bastava conseguir reformas cambiárias e tarifárias que possibilitassem uma maior exportação do produto para o mercado internacional, muito mais importante e lucrativo do que o interno.

Um terceiro grupo, partindo da hipótese, aparentemente real, de que a revolução recebeu uma pequena ajuda de um grupo econômico norte-americano (no caso, a *Bond and Share*), a consideram como uma simples escaramuça entre o imperialismo norte-americano e o inglês. Essa tese é desmentida pela política nacionalista de Vargas, dirigida mais contra a crescente dominação ianque do que contra o decadente imperialismo inglês.

Toda essa confusão é, em parte, justificável. A análise das classes sociais num país subdesenvolvido em marcha para o capitalismo constitui uma tarefa complexa. São classes em formação numa sociedade em movimento, às quais não se pode aplicar a definição clássica: *“As classes sociais são agrupamentos particulares de fato, caracterizados pela sua superfuncionalidade, sua tendência no sentido de uma estruturação extremada, sua resistência à penetração pela sociedade global e sua incompatibilidade radical com as outras classes”* — (George Gurvitch).

Com o processo de industrialização, especialmente depois de 1930, verificou-se no Brasil uma acelerada modificação das classes sociais e uma ampla abertura entre as mesmas. Vimos os latifundiários, os médios e pequeno-burgueses e os artesãos imigrantes se transformarem em industriais; os camponeses sem terra, os parceiros agrícolas, os minifundiários e os trabalhadores rurais, em operários ou subproletários urbanos; e inclusive a elite operária ingressar na pequena-burguesia.

Em consequência, a estrutura das classes sociais era muito débil; a incompatibilidade entre elas não era extremada e a luta de classes, mínima. Num país como o Brasil, de proporções continentais, onde o processo de desenvolvimento se apresenta com características distintas de região para região, surgem inclusive nítidas diferenças regionais no seio de uma mesma classe social.

Como a formação e a evolução das classes sociais é distinta de país para país, de época para época, qualquer classificação das mesmas segundo um modelo preestabelecido resulta falsa. Daí a maioria dos erros — muitas vezes grosseiros — cometidos por nossos

“marxistas”, que geralmente não passam de tradutores de teorias mal assimiladas.

O mais grave é que qualquer erro nesse terreno, quer seja superestimando as possibilidades revolucionárias de uma classe, ou subestimando o potencial de outra, pode levar a conseqüências funestas. Na acumulação de equívocos desse tipo — principalmente na idealização do “caráter progressista” da burguesia nacional por parte do P.C.B. — podemos encontrar as principais causas do fracasso das esquerdas brasileiras no período 1961/64.

Dois processos completamente distintos

As modernas classes sociais européias surgiram do desenvolvimento capitalista, em condições inéditas e que não se repetiriam. O capitalismo nasceu na Europa de um processo de evolução várias vezes milenar, que partindo da economia natural dos povos primitivos, passou pela escravidão e pelo feudalismo.

O capitalismo europeu e sua superestrutura política — a democracia-burguesa — foram possíveis graças à decomposição do feudalismo e ao surgimento de uma série de circunstâncias altamente favoráveis. A acumulação de capital contou com fontes abastecedoras muito poderosas. Internamente, a expropriação dos bens comuns, da Igreja e do Estado, a transformação da propriedade feudal em burguesa, a violenta exploração das classes trabalhadoras e, finalmente, a revolução tecnológica, que permitiu a multiplicação da produção e dos lucros. Externamente, a conquista e exploração brutal das colônias, o tráfico de escravos, o saque do ouro e da prata, etc. aceleraram ainda mais o desenvolvimento capitalista.

Nos países periféricos o processo foi completamente distinto. Os povos da América, no momento do descobrimento, viviam ainda no estágio do comunismo primitivo. Os europeus, ao ocuparem e colonizarem as terras descobertas, transplantaram para as mesmas sua experiência e suas práticas econômicas; pelo menos aquelas que não chocassem com os interesses das metrópoles. Não ocorreu, portanto, a lenta evolução pelas distintas etapas econômicas clássicas.

Aqui, práticas feudais coexistiram com a escravidão e métodos comerciais e industriais capitalistas. A indústria agro-açucareira dos primeiros séculos foi uma verdadeira simbiose histórica: a propriedade da terra, outorgada pelo rei a seus vassalos era tipicamente feudal, assim como as relações desses com a Coroa; as relações de trabalho eram escravagistas; ao aplicar técnicas industriais modernas — para a época — e ao exportar produtos industrializados para os grandes centros de consumo europeus, o engenho de açúcar dava o toque capitalista ao conjunto.

As circunstâncias internas favoráveis ao desenvolvimento capitalista registradas na Europa, não se produziram no Brasil. Apesar de que a exploração da mão-de-obra — inicialmente escrava, depois a mediação e o trabalho assalariado — foi tão brutal como no Velho Continente no início do ciclo capitalista, a acumulação de capital interno foi mínima, em consequência do saque colonialista.

Das circunstâncias externas nem se fala: foram todas negativas, exatamente por sermos um dos povos explorados, exportadores de mais valia. Paul Barán definiu exatamente o acontecido com países como o Brasil: *“Dai que os povos que caíram na órbita de expansão do capitalismo ocidental encontraram-se com o ocaso do feudalismo e com o capitalismo, sofrendo as piores características de ambos e, como se isso fosse pouco, com todo o impacto da dominação imperialista. . .”*.

Era inevitável que desse processo de desenvolvimento econômico completamente distinto surgissem classes sociais totalmente diferentes das existentes nos países centrais. Uma diferença inicial básica: o processo econômico foi protagonizado fundamentalmente por indivíduos vindos de fora. Tanto os que passaram a constituir as classes dominantes — os donos da terra e dos escravos, os comerciantes, os usurários — como os integrantes das classes trabalhadoras — inicialmente escravos e depois os imigrantes — eram estrangeiros.

Estes últimos, porque tiveram seus vínculos com as terras de origem drasticamente quebrados, rapidamente se nacionalizaram. Entretanto e por um largo período, a oligarquia colonial continua sendo uma simples ramificação das classes dominantes da metrópole. Mesmo depois da independência, a nobreza rural, a burguesia mercantil e financeira e posteriormente a industrial estiveram sempre econômica e culturalmente muito vinculadas ao Velho Mundo e posteriormente aos Estados Unidos, o que explica a sua alienação, o seu pouco sentido nacional, que até agora se manifesta de mil maneiras.

O caudilho ilustrado riograndense

Para explicar como homens originários do latifúndio — como Vargas — tivessem protagonizado uma revolução que modificou consideravelmente as estruturas político-econômico-sociais do país, é necessário considerar um aspecto fundamental: a classe latifundiária, principalmente num país enorme como é o Brasil, não constitui um todo monolítico, perfeitamente estruturado, com interesses sempre comuns e sem contradições internas.

Assim, os distintos tipos de monoculturas praticados geraram uma série de interesses divergentes e até contraditórios. Os setores

latifundiários que produzem especialmente para o mercado internacional têm objetivos e interesses específicos; os que abastecem o mercado nacional, outros. É verdade que existem fatores que geram a unidade: a manutenção do monopólio da terra, a exploração da miserável mão-de-obra camponesa, a obtenção de sempre maiores privilégios fiscais e creditícios, etc.

As oligarquias latifundiárias de São Paulo e Minas Gerais, graças a um acordo tácito, haviam-se assegurado do domínio político do país: representantes seus revezavam-se no exercício da presidência da República. Era o clássico “eixo café com leite”.

Essa unidade foi quebrada em 1930, por haver sido imposto um candidato paulista, quando correspondia a vez a um mineiro. Essa ruptura favoreceu os gaúchos, que com o apoio de Minas lançaram a candidatura de Getúlio Vargas.

Porém, graças ao velho sistema eleitoral (já descrito por João Francisco Lisboa, como “*um sistema combinado de fraude, falsidade, traição, imoralidade, corrupção e violência*”), o candidato paulista foi o vitorioso. Do inconformismo face à fraude grosseira, surgiu a revolução.

Vejamus quem foi Getúlio Vargas, qual a sua origem, suas vinculações de classe e sua formação política. Ele foi, antes de tudo um autêntico fazendeiro gaúcho e como tal tinha muito dos caudilhos que conduziram o processo político na região platina (geograficamente o RGS foi mais rioplatense que brasileiro e durante um largo período esteve mais vinculado culturalmente com o Uruguai e Argentina, do que com os Estados do Centro e Norte do Brasil. *

Filho da fronteira, Getúlio deve ter recebido uma grande influência de personalidades históricas como Artigas e Rosas, que marcaram profundamente o processo em ambas margens do Rio da Prata. Posteriormente durante seu processo de formação intelectual, foi-se impregnando pelas doutrinas liberais vigentes na época, especialmente, o positivismo. Com Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, as idéias de Augusto Comte foram filosofia e *praxis* governamentais durante três décadas no Rio Grande do Sul.

Em razão de sua situação geográfica, longe da metrópole e dos centros consumidores nacionais e por haver sido durante os primeiros séculos campo de batalha entre Espanha e Portugal, o RGS apresenta uma formação econômica muito especial, completamente distinta da verificada no resto do país.

* Um exemplo humano dessa vinculação: Gomercindo *Saraiva* chefiou a revolução federalista de 1893, no RGS. Seu irmão, Aparício *Saraiva* foi o grande caudilho “blanco” no Uruguai.

Enquanto em outras regiões se desenvolvia uma agricultura bastante especializada para a época, com base no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, no extremo sul (igualmente sem minas de ouro para explorar), somente foi possível a criação de gado. Inicialmente de maneira nômade e posteriormente, com a consolidação do sistema de propriedade, sob a forma de imensos latifúndios.

A ausência quase total do Poder Central, a necessidade de manter e ampliar as fronteiras, a prática da pecuária seminômade, a luta pela propriedade territorial e mais tarde, a disputa pelo poder municipal e regional — determinaram o surgimento de um personagem com características muito especiais, uma versão crioula do senhor feudal, uma mistura de estancieiro-chefe militar. Em resumo: líderes de comunidades com a dupla característica de estabelecimento pastoril e de acampamento militar.

Isso — mais o tipo de atividade econômica predominante — o pastoreio — determinou o surgimento de relações de trabalho distintas às vigentes nas regiões mais desenvolvidas do país. Ao contrário do trabalho agrícola primitivo, que tendo como único instrumento a enxada, exigia um trabalho duro de sol a sol e, em consequência, a intervenção brutal do feitor, o pastoreio, tal como foi praticado no Rio Grande, era indiscutivelmente trabalho; porém, ao mesmo tempo tinha muito de esporte e aventura.

Era uma atividade que oferecia oportunidades para a afirmação do valor individual de cada um: patrão ou assalariado. E que por suas características era inadequada ao trabalho escravo. O peão de estância no Rio Grande foi no passado um “homem livre” (uma liberdade muito relativa, porém não a escravidão), uma mistura de soldado e camponês. De soldado não sujeito à disciplina dos quartéis e camponês não submetido a um trabalho duro, regular, obrigatório, executado sob a vigilância e o chicote do feitor.

O estancieiro gaúcho do passado impunha sua liderança não somente com base na Relação patrão-assalariado, como também em função de sua capacidade de liderança, seu valor pessoal e sua coragem, consolidados na luta cotidiana contra o espanhol ou contra o latifundiário vizinho, na disputa desesperada pela conquista de mais terras e maiores rebanhos.

O fazendeiro riograndense, no passado e ainda hoje em muitos casos, enfrenta o trabalho — pára rodeio, laça, castra, doma, marca, banha e cura seu gado — junto aos peões, justamente pelo mencionado caráter esportivo e aventureiro das lides do campo.

Ao participar das “campereadas”, o estancieiro comparte o churrasco e o chimarrão com a peonada; pelo menos nas jornadas de trabalho. Eram inegavelmente relações de trabalho muito espe-

ciais, que apesar de manterem uma exploração econômica violenta, criavam vínculos pessoais que tornavam praticamente impossível a luta de classes.

Para consolidar o regime patriarcal paternalista, o latifundiário acabava por batizar os “piás” nascidos na fazenda, filhos dos peões, transformando-se em compadre de seus subordinados.

Getúlio Vargas, levado ao poder pela revolução de 1930, tratou de aplicar no plano político nacional a experiência sociológica, primária, porém eficiente de sua classe social: os fazendeiros gaúchos. Um século antes que ele já o fizera J. M. Rosas na Argentina.

Bonapartismo ou Paternalismo

Nossos teóricos “marxistas”, em seu afã de interpretar a realidade brasileira à base de situações e categorias verificadas em outras épocas, em outros países, transplantam quase sempre mecanicamente as conclusões dos clássicos, aplicando inclusive as mesmas etiquetas.

Assim, para alguns, o regime getulista foi *bonapartista*. Engels definia assim o bonapartismo: “... é a verdadeira religião da burguesia moderna. Está cada vez mais claro que a burguesia não tem capacidade para governar diretamente, por si mesma, e que, em consequência, onde não existe uma oligarquia — como na Inglaterra, que em troca de uma boa recompensa, assume a administração do Estado e da sociedade para defender os interesses da burguesia, a forma mais usada é a instituição de uma semiditadura bonapartista (...). Os grandes interesses materiais da burguesia levam isso a cabo, ainda com a oposição da própria burguesia (...). Por outro lado, a ditadura vê-se forçada, contra sua vontade, a defender os interesses materiais da burguesia...”.

Lenin atualizaria a interpretação, analisando o fenômeno do bonapartismo a inícios do século: “A luta de classes entre a burguesia e o proletariado agudizou-se até o insustentável (...). Não são essas as condições ideais para que floresça o bonapartismo? Se dá o nome de bonapartismo ao governo que, esforçando-se por aparentar imparcialidade, aproveita-se da luta aguda e extrema que se verifica entre os partidos dos capitalistas e dos operários...”.

O “bonapartismo” nos países subdesenvolvidos apresenta características bastante distintas, apesar de originar-se no mesmo fenômeno: a incapacidade da burguesia em fazer sua revolução, em assumir efetivamente o papel de classe dirigente. Se isso acontece nos países centrais, o mesmo ocorre com muito mais razão nos nossos, que levam geralmente um atraso de até um século em seu desenvolvimento econômico, social e político.

Nos países atrasados, o poder político está geralmente nas mãos dos latifundiários e do setor exportador da burguesia mercantil, ambos interessados em uma política econômica externa livre-cambista. Essa dificulta, quando não impede totalmente, o surgimento da indústria nacional, somente possível sob a proteção de uma política alfandegária e fiscal protecionista.

Por outro lado, pelas razões já analisadas atrás, é muito baixa a capacidade de acumulação de capital por parte das burguesias nacionais nos países periféricos. Isso constitui um obstáculo quase intransponível à instalação de indústrias que ultrapassem o nível artesanal.

Somente o Estado, pelo seu sistema financeiro, possibilitando créditos fáceis, baratos e com um mínimo de garantias, poderá suprir essa incapacidade, dando oportunidade a que a burguesia se consolide como classe e protagonize o processo de industrialização.

Apesar desse favoritismo creditício, a capacidade da burguesia não é suficiente para criar a indústria de base, que exige a aplicação de capitais vultosos e sem a qual todo o processo industrial seria fictício, pois ficaria na total dependência do fornecimento externo de matéria-prima industrial, como o aço.

Somente o Estado, com base em inversões diretas — através de empresas estatais ou mistas — é que pode superar esse obstáculo, em forma nacional. A alternativa seria entregar esses setores estratégicos (tanto do ponto de vista econômico, como militar) ao capital estrangeiro. O mesmo acontece com a exploração em grande escala das matérias-primas nacionais, especialmente minerais e combustíveis.

Vemos assim, que as nossas burguesias — ao contrário de suas congêneres européias — cumprem um papel muito limitado na revolução industrial. Por sua condição de “burguesias sem capital”, somente podem assumir a indústria leve e assim mesmo com total ajuda — financeira, fiscal e tecnológica — do Estado. São, em consequência, burguesias artificiais, criadas sob o manto protetor do *Estado Paternalista* (expressão que define, em nosso entender, muito melhor a situação do que “bonapartista”).

É necessário considerar, também, que a burguesia industrial, por sua origem e por suas vinculações, está atrelada ao latifúndio, não tendo em consequência o mínimo de independência para fazer *sua revolução*.

Em consequência, a única saída aparente * para romper com o *status* de subdesenvolvimento é o surgimento de um *Estado Pater-*

* No pós-guerra, na Ásia e África surgiram outras alternativas: vemos povos saltando da economia tribal diretamente ao socialismo, “queimando” a etapa capitalista.

nalista, que assegure à burguesia as condições e meios necessários para fazer a revolução industrial. Um *paternalismo* que lhe proporcione proteção contra a concorrência internacional, créditos fáceis e baratos, um total liberalismo econômico interno (necessário a uma rápida acumulação de capital), a instalação da indústria de base, que lhe proporcione matéria-prima e energia elétrica baratas e, ainda, o intervencionismo social por parte do Estado, que lhe assegure “paz social”. A revolução de 1930, ao proporcionar tudo isso aos poucos e precários industriais existentes e incentivando outros para que se incorporassem ao processo, criou as bases para o surgimento da burguesia nacional.

Por tudo isso parece inquestionável que não foi a burguesia nacional quem fez a revolução de 30. Poder-se-ia dizer: foi esta quem “fez” a burguesia nacional. . .

Vejamos a outra faceta da política “bonapartista” de Vargas. Contrariamente à situação descrita por Lenin, a luta de classes entre a burguesia e o proletariado — no Brasil — não se havia “*agudizado até o insustentável*”. Assim como a burguesia industrial, o proletariado surgia timidamente no cenário social e político do país.

Desde o início do século e principalmente nos anos 20 a classe operária havia registrado avanços significativos. Principalmente em São Paulo, verificaram-se inúmeras e heróicas lutas reivindicatórias, lideradas pelos proletários italianos e espanhóis, que em sua bagagem de emigrantes, haviam trazido uma base ideológica e uma larga experiência de organização e de luta de classes. Estalaram as primeiras greves, surgiram os primeiros sindicatos e os primeiros periódicos políticos de esquerda. A vitória e a consolidação da Revolução Russa representou um formidável incentivo: a revolução socialista, uma utopia sonhada há tanto, passava ao terreno concreto. Surgiram os partidos socialista e comunista.

Apesar disso, a classe trabalhadora era então quantitativamente insignificante (cerca de 300.000 operários, mais artesãos que operários, trabalhando em mini-fábricas), não conseguindo impor suas mais primárias aspirações através da luta de classe. A questão social era ainda um simples caso de polícia, como o afirmava Washington Luiz, o último presidente da República Velha:

“Ainda por muitos anos (. . .) a agitação operária será um assunto que interessará mais à ordem pública do que à ordem social (. . .). Ela representa o estado de espírito de alguns operários, porém não de uma sociedade. . .”.

Em qualquer circunstância, ao proletariado lhe interessa o aceleramento da revolução industrial. Lenin definia assim esse interesse:

“Por isso a classe operária está absolutamente interessada no desenvolvimento mais amplo, mais livre, mais rápido do capitalismo (. . .). Por isso, a revolução burguesa é extremamente benéfica para o proletariado (. . .). Em certo sentido, a revolução burguesa é mais benéfica para o proletariado do que para a burguesia. . .”.

O fato de que a revolução industrial brasileira não tenha sido dirigida efetivamente pela burguesia e sim conduzida pelo *Estado Paternalista*, facilitou o avanço do proletariado. O que as classes trabalhadoras européias e norte-americanas conseguiram através de duras lutas, em um século ou mais, as brasileiras obtiveram em poucos anos, graças ao “paternalismo” estatal. Em conseqüência, o processo de acumulação de capital — a exploração da mão-de-obra — não foi tão brutal como o verificado em Inglaterra e demais países centrais no início da revolução industrial.

Por não estar o poder político em mãos da burguesia, as outras classes sociais também foram beneficiadas com o desenvolvimento. A revolução industrial criou possibilidades excepcionais para as classes médias, até então insignificantes, quanti e qualitativamente. Graças à ruptura do monopólio de poder existente até 1930 em mãos do latifundiarismo e da burguesia exportadora, a pequeno-burguesia assumiria um destacado — muitas vezes decisivo-papel político nas décadas seguintes.

Como necessitassem — os revolucionários de 30 — do apoio das classes trabalhadoras para aplicar seu ideário político, especialmente o nacionalismo econômico, eles foram ao encontro das aspirações operárias. Vinculou-se a questão nacional à social. A legislação trabalhista elaborada pelo governo revolucionário, em sua primeira etapa sob a direção de Lindolfo Collor, constituiu um avanço considerável.

A lei de férias, existente desde 1925, que porém não se cumpria, foi posta em prática. As oito horas diárias, a regulamentação do trabalho do menor e da mulher, a indenização por desemprego, foram as conquistas iniciais. Essas se ampliaram constantemente através de cerca de 160 decretos trabalhistas que, no momento de sua consolidação, em 1943, constituíam uma das mais avançadas legislações do mundo capitalista.

Tão avançada que trinta anos depois, antes do golpe de abril de 1964, apesar do enorme avanço da classe operária, ainda não eram aplicadas integralmente. Asilados na embaixada do Uruguai no Rio, recordava-nos Demistóclides Batista, seguramente o mais destacado e autêntico dos líderes sindicais de então, que somente os ferroviários, o mais organizado e combativo dos setores do proletariado

brasileiro, haviam conseguido que lhes fossem assegurados efetivamente todos os direitos e vantagens que a Consolidação das Leis do Trabalho, outorgada por Vargas, estabelecia. Tão avançada, que o regime militar, pressionado pelos monopólios internacionais, modificou alguns aspectos básicos da mesma, como a estabilidade do trabalhador (substituída pelo seguro desemprego) e o reajuste dos salários de acordo ao aumento do custo de vida.

Até aqui o positivo, que foi muito. Havia, porém, a contrapartida, originada também no ideário de Vargas, no paternalismo do caudilho gaúcho. No intento de evitar — como no campo do Rio Grande — as lutas de classe no âmbito nacional, proibiram-se as greves e se puseram os sindicatos sob a tutela do ministério do Trabalho. Os resultados funestos dessas medidas e as conseqüências negativas da outorga dos direitos à classe trabalhadora, serão analisadas no capítulo “O proletariado e a burocracia sindical”.

No que se refere ao latifúndio prevaleceu igualmente a política de conciliação, característica de Vargas. Nesse caso evidentemente influenciada por seus interesses de classe. Por um lado, os revolucionários de 30 fizeram muito para diminuir o domínio político da aristocracia rural. Ao fortalecer o Poder Central, limitou-se o domínio político das oligarquias regionais e municipais, o “coronelismo” vigente em forma absoluta em quase todo o país. Ao desarmar os caudilhos do interior, a revolução de 30 e em forma ainda mais acentuada, o *Estado Novo*, consolidaram a unidade nacional.

As constituições estaduais foram adaptadas à nacional. Os símbolos de cada Estado — bandeiras, escudos e hinos — foram suprimidos e as forças públicas provinciais colocadas sob forte controle federal. As barreiras fiscais interestaduais, eliminadas. O Brasil deixou de ser uma “colcha de retalhos” para transformar-se efetivamente numa Nação.

O poder econômico do latifúndio ficou entretanto intocado. Em alguns casos fortalecido: o protecionismo à lavoura do café, as concessões de enormes feudos nas áreas pioneiras, as moratórias e inclusive o perdão de dívidas aos cafeicultores e pecuaristas, a preferência aos grandes produtores nos créditos do Banco do Brasil e a exclusão — na prática — dos trabalhadores rurais dos benefícios das leis sociais (a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 assegurou aos trabalhadores rurais o salário mínimo, porém até hoje esse direito não é usufruído pela maioria dos camponeses) — são alguns dos aspectos negativos da política rural do getulismo. Neste particular, Vargas não superou suas limitações de classe.

Poder-se-ia argumentar que a liquidação do latifúndio não era possível, nem indispensável naquele momento. Na realidade, as forças

progressistas da época — burguesia, classes médias, proletariado e camponeses — eram muito débeis, não permitindo o confronto direto com o latifúndio, apesar da crise que já o debilitava. Como afirmava Marx: *“As reformas sociais não se conseguem nunca pela debilidade dos fortes mas sim pelo fortalecimento dos débeis”*.

Há que considerar outra circunstância decisiva: foram em grande parte homens originados do latifúndio que protagonizaram a revolução industrial. E que o outro setor constitutivo da burguesia industrial — o artesanato imigrante — acabou por territorializar-se (comprando terras), com a intenção de conseguir um verniz aristocrático, que ocultasse parcialmente sua condição de novo rico. Em conseqüência, não houve confrontos sérios entre as duas classes.

Ao contrário do verificado na Inglaterra — onde foi preciso romper a estrutura agrária para conseguir a mão-de-obra e a matéria-prima necessária à industrialização — no Brasil, em razão da existência de ampla disponibilidade de ambos fatores — não foi necessário uma revolução agrária prévia à industrial. Os “dois Brasis” continuaram coexistindo e a burguesia, umbilicalmente vinculada ao latifúndio, ainda não se emancipou totalmente.

Em conseqüência da debilidade das classes sociais progressistas da época, da possibilidade de conciliar o desenvolvimento industrial com a manutenção da economia rural semifeudal e das limitações de sua liderança — evidentemente não revolucionária — não foram mais profundas as mudanças introduzidas pelo movimento de 1930.

As modificações mais radicais verificaram-se no campo político, o que não deixa de ser muito importante. Mao Tsé-tung nos diz que em certas circunstâncias, as reformas políticas podem ter um papel decisivo: *“Quando as superestruturas, como a política, a cultura, etc., impedem o desenvolvimento da base econômica, as reformas políticas e culturais passam a ser os fatores fundamentais e decisivos”*.

Respondendo antecipadamente a algum contestador mais ortodoxo, dizia Mao: *“Ao manifestar isso, estamos por acaso contradizendo o materialismo? Não! Enquanto reconhecemos que no desenvolvimento da história em seu conjunto são as coisas materiais aquelas que determinam a consciência social, ao mesmo tempo reconhecemos a reação das coisas espirituais, a reação da consciência social na existência social e a reação da superestrutura sobre a base econômica. Longe de contradizer o materialismo, isto significa evitar o materialismo mecanicista e sustentar firmemente o materialismo dialético”*.

Em resumo, poder-se-ia dizer que a Revolução de 30, corrigindo o que estava mais evidentemente errado, por remover os obstáculos

que mais seriamente comprometiam o desenvolvimento econômico, por satisfazer as necessidades mais imediatas da burguesia industrial, das classes médias e do proletariado e por haver estabelecido algumas barreiras importantes à penetração imperialista, deixou um grande saldo positivo.

No plano político promoveu uma reforma eleitoral democrática, que incluiu o voto secreto, o feminino, a representação proporcional, o regime de partidos políticos e a justiça eleitoral. Não chegou ao voto do analfabeto. O Brasil continuaria a ser, no dizer de Antonio Callado, *“um país que pode ser governado por analfabetos, sempre que não sejam eleitos por analfabetos”*.

A legislação social, o fortalecimento do Poder Central, a liquidação parcial do *coronelismo*, a consolidação do município como núcleo básico da estrutura político-administrativa, foram outros logros importantes dos *homens de 1930*.

O nacionalismo de Vargas

Analisemos agora outra das características fundamentais da revolução de 1930: o *nacionalismo*. Há que esclarecer, inicialmente, a diferença básica entre o nacionalismo das grandes potências (totalmente reacionário) e o nacionalismo dos povos periféricos (fator altamente progressista). Lenin fazia a seguinte distinção:

“É necessário distinguir entre o nacionalismo de uma nação opressora, o nacionalismo de uma grande nação e o nacionalismo de uma nação pequena (...), pois nada obstará tanto o desenvolvimento e a consolidação da classe proletária do que a injustiça nacional (...). Temendo o nacionalismo da burguesia das nações oprimidas, Rosa de Luxemburgo favorece na realidade o nacionalismo ultrareacionário dos Grandes Russos (...). No nacionalismo burguês da nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e este conteúdo tem todo o nosso apoio...”.

O nacionalismo chauvinista, imperialista das grandes potências caracteriza-se pela violenta disputa dos mercados mundiais e das colônias, pelo racismo e pela exploração dos povos atrasados. Esse nacionalismo é agressivo: as guerras de conquista são meios que elas utilizam sem nenhum impedimento ético.

O nacionalismo dos povos oprimidos é completamente diferente. Poder-se-ia dizer que um é a antítese do outro. Caracteriza-se pelos esforços em libertar-se das amarras colonialistas por aspirar uma independência plena e a igualdade racial, superar o subdesenvolvimento e a miséria e estabelecer pelo menos uma forma primária de

justiça social. O nacionalismo das nações exploradas é defensivo: quando utiliza a luta armada é como último e desesperado intento de conseguir a libertação.

A designação — *nacionalismo burguês* — utilizada por Lenin, deve ser totalmente válida inclusive para os pequenos países europeus, defrontados com grandes e absorventes vizinhos. Nesses países, apesar da limitação apontada pelo próprio teórico russo (“*a burguesia, que se guia fundamentalmente pelo princípio de ‘onde se está bem, está a pátria’; a burguesia, que do ponto de vista do dinheiro sempre foi internacional*”), os sentimentos nacionalistas dos povos devem ter sido explorados e dirigidos pelas respectivas burguesias nacionais.

No caso dos países periféricos a situação é distinta. Vimos como, no Brasil, foram políticos originários de outras classes sociais quem criaram as condições para a revolução industrial e para a própria consolidação, como classe, do empresariado industrial. É evidente que beneficiada de todas maneiras pelo governo nacionalista, a burguesia nativa assumisse, nominalmente ao menos, uma posição anti-imperialista.

A experiência histórica, mostra entretanto, como esse nacionalismo da burguesia é efêmero. Permanece até que outras oportunidades, mais lucrativas lhe são oferecidas. Essas alternativas surgem quando os monopólios internacionais — havendo perdido a primeira batalha — a de impedir a industrialização do país periférico, resolvem associar-se à mesma e controlá-la.

A posição nacionalista da burguesia, absolutamente oportunista e interessada, cede lugar à associação com o capital exterior, que culmina quase sempre com o controle pelos monopólios internacionais dos setores mais lucrativos da indústria e outras atividades estabelecidas com o sacrifício e o trabalho de todo o povo.

Por isso, entendemos que a definição “nacionalismo burguês” não seja a correta para definir os movimentos de opinião, que transformando-se em força política, conseguem criar as condições para a industrialização em nossos países. Além de equivocada, essa denominação contribui a superestimar o pseudo caráter progressista da burguesia nacional. E nessa supervalorização do possível papel do empresariado industrial vamos encontrar uma das causas fundamentais do golpe de 1.º de abril de 1964, como veremos mais adiante.

Vivián Trias analisa assim o nacionalismo dos países periféricos: *“Este nacionalismo da periferia colonial exhibe características peculiares. Em primeiro lugar, é um requerimento inadiável de justiça social. O melhoramento do nível de vida das massas é um dos objetivos fundamentais do novo nacionalismo. É que sem libertação nacional, não se pode superar o subdesenvolvimento e sem superar o subde-*

envolvimento, não se pode resolver o grande problema da miséria popular. É um nacionalismo de massas, não um nacionalismo burguês. . .”.

Como já vimos, o nacionalismo dos *homens de 30* não se originou na burguesia mas sim em setores do latifúndio em confronto com os frigoríficos internacionais. Em sua luta contra os *Swifts, Anglos, Armours*, etc., os estancieiros gaúchos organizaram-se em cooperativas e chegaram a evoluir tecnicamente — voltando às charqueadas — para não se deixarem saquear pelos frigoríficos estrangeiros.

A burguesia brasileira não comandou o movimento nacionalista; simplesmente se beneficiou dele. O burguês foi o gigolô da luta nacionalista-popular. E não se poderia esperar outra coisa dessa “*burguesia retardatária, que se formou na época do capital monopolista internacional, na época do imperialismo*”, como a classificava Ruy Facó.

Os *homens de 30* tentaram um tipo diferente de nacionalismo, um nacionalismo que fosse aceito por todas as classes sociais, um nacionalismo policlassista. Um nacionalismo “amalgama” que refletia, aliás, a política social paternalista, “bonapartista” adotada pelo governo revolucionário (que se havia instituído como árbitro, “por cima das classes sociais”). Um nacionalismo que funcionaria razoavelmente bem até que começou a consumir-se a traição da burguesia nacional, como veremos nos próximos capítulos.

Como encarava Vargas a participação do capital internacional no desenvolvimento econômico do país?

Sua definição já era absolutamente clara no discurso pronunciado em 1931, em Belo Horizonte:

“Não sou exclusivista, nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio ao capital estrangeiro que se emprega no desenvolvimento da indústria brasileira, SOB A FORMA DE EMPRÉSTIMOS, no arrendamento de serviços, concessões provisórias ou em múltiplas aplicações equivalentes”. Ou seja, Vargas descartava a participação direta e permanente do capital alienígena: admitia somente *empréstimos* e *concessões provisórias*.

E tratava de defender especialmente os setores básicos da economia nacional da cobiça dos monopólios. Logo no início de seu governo mandou anular as concessões que o governo do Estado do Amazonas havia feito à *Standard Oil*, entregando praticamente todo o imenso território a três subsidiárias do truste.

Em maio de 1931, Vargas cancelou definitivamente os contratos de concessão firmados com a *Itabira Iron*, em 1921 e que entregavam à companhia estrangeira imensas reservas de mineral de ferro.

Ao estabelecer o monopólio cambial e o controle sobre as operações de comércio exterior, ele tratava, além de proteger a indústria nacional, de controlar as bombas de sucção do imperialismo.

Em 1933, pelo decreto n.º 23.501, Getúlio declarou nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, que pudesse restringir a livre circulação da moeda nacional.

Em 1934 estabeleceu o novo sistema de tarifas alfandegárias, que protegiam a indústria nacional da concorrência estrangeira e lhe proporcionava a importação de máquinas e equipamentos livre de direitos.

No mesmo ano, os Códigos de Águas e Minas incorporavam, "*ao patrimônio nacional, como propriedade irrevogável*", as reservas de minerais.

A Constituição de 1937 (*Estado Novo*), apesar de seus aspectos totalmente negativos e condenáveis em relação às liberdades político-sociais, consolidou e ampliou a tendência nacionalista da Carta de 1934.

O aproveitamento industrial das minas e depósitos de minérios, das águas e da energia hidroelétrica somente poderia ser feito por brasileiros ou por empresas constituídas, não somente no Brasil (como determinava a Constituição de 1934) como integradas exclusivamente por nacionais. Igualmente os bancos e as companhias de seguro poderiam ser integrados unicamente por acionistas nativos.

Como medida de controle da marinha mercante, foi estabelecido que os proprietários, armadores, comandantes e os tripulantes de barcos nacionais fossem brasileiros, na proporção de 2/3. Posteriormente, a "*lei dos dois terços*" estendeu essa obrigação a todas as atividades, assegurando amplas possibilidades à mão-de-obra nativa. O exercício de profissões liberais passou a ser privativo de naturais ou naturalizados.

Em 1938, o novo Código de Minas declarava propriedade estatal todos os depósitos de petróleo e gás natural existentes no subsolo. No mesmo ano declarou-se de utilidade pública a indústria petrolífera, subordinando-a ao Conselho Nacional de Petróleo.

Ainda em 1938, pelo decreto-lei n.º 236, fecharam-se as portas do país às sentenças originadas em tribunais estrangeiros exigindo pagamento em moeda estrangeira. Com isso, como acentua Osny Duarte Pereira, "*eliminou-se o domínio norte-americano sobre a moeda no comércio interno, prática que se observa em quase todas as repúblicas de América Latina e que constitui até hoje uma das imposições do F.M.I.*".

Em maio de 1939, nacionalizou-se o transporte, a distribuição e a refinação de petróleo, o que impediu que a *Standard Oil* — que já construía uma refinaria — monopolizasse o mercado interno de hidrocarburetos.

E assim continuaria Vargas nos anos seguintes sua luta sem quartel para evitar que a economia do país caísse em mãos dos monopólios internacionais. O ponto culminante dessa campanha nacionalista no primeiro governo de Getúlio foi o decreto-lei n.º 7.666, uma legislação anti-truste das mais radicais já elaboradas no mundo. Apelidada pela imprensa como a serviço dos interesses alienígenas de “ley malaia” (referência à aparência oriental de Agamenón Magalhães, o ministro de Justiça da época, seu autor), ela terminaria por constituir-se numa das causas determinantes da primeira derrubada de Vargas (29/10/45). Onze dias depois, o Decreto n.º 9.167, do Governo Provisório presidido por José Linhares, o presidente do Supremo Tribunal Federal, revogaria a lei antitruste...

A luta continuaria, em condições cada vez mais difíceis (pois Estados Unidos — dentro de seus propósitos de estabelecer seu império global e milenar — apertavam cada vez mais o cerco), quando da volta de Getúlio ao poder, eleito pelo povo. O caudilho tinha então uma visão mais clara de como o capital estrangeiro constituía um brutal instrumento de exploração, e de como utilizava todo o tipo de fraudes. No seu discurso de 31/12/51, denunciava:

“É espantoso, brasileiro! Mas é, pura e simplesmente, a linguagem das cifras. O excedente de mais de 16 e meio bilhões (entre o capital estrangeiro efetivamente aplicado no país — Cr\$ 8 bilhões e 460 milhões — e o que foi registrado como tal — Cr\$ 25 bilhões e 130 milhões) significa nada mais nada menos que uma dívida contraída pelo Brasil no estrangeiro e que terá que ser paga, ou melhor, ‘restituída’ dentro de certo prazo. E vamos restituir o quê? Pagar o que não devemos; restituir o que não recebemos, o que é nosso, o que foi aumentado por simples magia de cifras, a fim de supervalorizar o capital estrangeiro, em detrimento dos valores do trabalho brasileiro e da produção brasileira”.

E não ficou somente em palavras: tomou novas medidas concretas em defesa da economia nacional, ameaçada pela crescente agressão imperialista. Aboliu as operações combinadas de câmbio, que eram fonte de inúmeras fraudes. Estabeleceu a obrigatoriedade da importação estatal de borracha, que ficou a cargo do Banco da Amazônia. Com a Instrução 70 da SUMOC, estabeleceu o leilão de divisas cambiárias, dividindo as importações em distintas categorias, propiciando assim uma nova e decisiva proteção à indústria nacional. Enviou ao Congresso um projeto de lei que taxava fortemente os lucros extraordinários.

O ponto culminante de seu segundo governo foi a criação da Petrobrás (lei 2.004, de 3/10/53), o monopólio estatal do petróleo. Alcançava assim seu apogeu uma luta de 20 anos, iniciada com a promulgação dos Códigos de Minas e Águas, com a criação do Conselho Nacional de Petróleo e o estabelecimento de inúmeras medidas complementares que objetivaram impedir a entrada de capital alieígena nesse vital e decisivo setor da economia do país.

O outro sonho de Getúlio, a Eletrobrás (que estabeleceria o monopólio estatal da energia elétrica, liquidando com a dependência em relação à *Light and Power* e à *Bond and Share*), foi impedido por todos os meios no Congresso.

No seu discurso de 31/1/54, o presidente revelava haver chegado à compreensão plena de fenômeno imperialista: *“Quando o valor médio por tonelada importada sobe sem uma correspondente elevação nos preços da tonelada exportada, a nação se debilita (...). Em somente 18 meses registrou-se um aumento fraudulento de valores nas cifras de importação (de EE.UU.) de 150 milhões de dólares (...). Examinados os totais de capital de 237 milhões, 355 mil 454 dólares de várias empresas, ficou comprovado que somente tinham direito ao registro de 104 milhões, 674 mil 868 dólares (...). Enquanto aos empréstimos, que totalizavam 241 milhões, 982 mil 594 dólares, somente existia documentação de empréstimos reais pelo valor de 57 milhões, 243 mil 721 dólares (...). Uma curiosa coincidência: fomentou-se o consumo de gasolina; ao mesmo tempo entravam em ruína nossos transportes ferroviários (...). Diminuiu o ritmo das instalações para a produção de energia hidroelétrica e tomava impulso a produção de energia termoelétrica com base no petróleo (...). * As empresas de serviços públicos pedem divisas cambiárias para pagar instalações que vão fazer. Nessas condições não há investimentos. Se através do câmbio lhes subministramos os dólares para a compra de instalações, onde está o capital estrangeiro? (...) TENHO O DEVER DE EVITAR A DESNACIONALIZAÇÃO DO BRASIL...”*

Finalmente, cara a cara com a morte, num momento em que já não havia mais lugar para a conciliação, Getúlio disse o que realmente pensava. Ao denunciar na Carta Testamento — conjuntamente, a ação nefasta do imperialismo e das classes dominantes na-

* O Brasil assiste hoje às conseqüências calamitosas dessa política denunciada há um quarto de século por Vargas. Este não vamos importar 7,5 bilhões de dólares de petróleo, mais da metade das exportações, conseguidas, essas sim, com o sacrifício do consumo interno. A dívida externa chegará seguramente a 50 bilhões no fim do ano, constituindo um recorde mundial de dependência.

cionais — a cumplicidade destas no processo de expoliação, ele lançou as bases de um novo tipo de nacionalismo. Não mais o “nacionalismo de todos”, o “nacionalismo bonapartista”, o “nacionalismo policlassista” — já então impossível em razão da traição da burguesia nacional, transformada em testa-ferro dos monopólios — e sim o *nacionalismo popular-revolucionário*.

Somente sete anos depois, um de seus discípulos — Brizola — compreenderia a mensagem. Esse fez uma interpretação profunda da Carta e a divulgou em grande escala por todo o país. Paralela e gradualmente foi abandonando o populismo, passando a assumir uma posição nacionalista-popular-revolucionária. Posição que se traduzia em pronunciamentos e medidas antiimperialistas, em denúncias da cumplicidade das classes dominantes no processo de espoliação, em campanhas por reformas radicais que alterassem efetivamente a infraestrutura sócio-econômica do país. Veremos isso em detalhe no capítulo “Brizola e o nacionalismo revolucionário”.

O outro discípulo, o principal herdeiro político, João Goulart nunca entendeu ou não quis entender a mensagem do velho caudilho. Vivendo em estado de contradição permanente (o latifundiário João Goulart imobilizando o líder populista Jango), tentou até o fim manter a conciliação entre as classes, o populismo, que já em 1954 era inviável.

Como comprovaremos no capítulo “O latifundiário João Goulart e o líder populista Jango”, no relativo ao nacionalismo o herdeiro também renegou totalmente a Vargas. De concessão em concessão, chegou à promiscuidade com o imperialismo: seu amigo Lincoln Gordon — o embaixador ianque — atuava como um verdadeiro vice-rei.

Finalmente, enredado na teia de suas próprias contradições e totalmente incapaz para o exercício do poder, fiel aos seus interesses de classe, Jango entregou o poder à direita. Perdeu o governo porém manteve intactos seus imensos e amados latifúndios.

Com todas as suas deficiências e limitações, Vargas foi o que os norte-americanos denominam “*um homem de três metros de altura*”. Seu herdeiro, como acontece em geral, foi um pigmeu. *

* Outros aspectos da personalidade, do ideário e da atuação política de Getúlio serão analisados em outros capítulos do livro. Assim, sua posição sobre os partidos políticos é enfocada no capítulo “Brizola e o nacionalismo revolucionário”. Sua política internacional, no capítulo “O meteórico e contraditório fenômeno Jânio Quadros”. As acusações de “fascista” que lhe eram feitas são consideradas no capítulo “O Partido de Prestes: positivismo, marxismo e revisionismo”.

II

JUSCELINO KUBITSCHECK: DESENVOLVIMENTO E ENTREGUISMO

Vejamos sinteticamente o que foram os governos que sucederam a Vargas: o de José Linhares, que governou alguns meses entre o golpe de 29/10/45 e a posse do general Eurico Gaspar Dutra; o deste último, no quinquênio 1946/50; o de Café Filho, que terminou o mandato de G. V. e o de Juscelino Kubitscheck, entre 1956 e 1960.

Em todos os casos verificamos uma característica comum: o entreguismo mais ou menos desenfreado em substituição ao nacionalismo de Getúlio. Os quatro governos constituem exemplos ótimos da aplicação da arte de entregar o controle da economia de um país subdesenvolvido ao capital monopolista internacional.

A tarefa de Linhares e Dutra foi fundamentalmente a de “limpar o terreno”, ou seja, retirar os obstáculos nacionalistas colocados pelo velho caudilho, para permitir a livre entrada dos capitais e das empresas alienígenas. Já vimos como, poucos dias depois da primeira derrubada de Vargas, foi revogada a *lei anti-truste*.

O imperialismo ianque (tremendamente fortalecido com a guerra, que liquidara praticamente com seus concorrentes no mercado internacional, tanto os inimigos como os aliados), lançava-se a novas conquistas, tratando de perpetuar a posição insuperável que havia conseguido.

Em relação aos nossos países (latino-americanos) foi estabelecida uma estratégia bem definida: já que as burguesias nacionais (especialmente a brasileira, a argentina e a mexicana) haviam aproveitado muito bem a forçada e temporária ausência da concorrência internacional, avançando aceleradamente pelos caminhos da industrialização, havia que participar dela, controlá-la, submetê-la, subordinando o seu desenvolvimento futuro aos interesses dos monopólios norte-americanos.

Já em 1942, comentando o projeto de Franklin D. Roosevelt de permitir a transferência de maquinaria em desuso para a América Latina, "The New York Times" editorializava: "*Não é possível manter indefinidamente, nem com a América Latina, nem com o Oriente, o velho sistema colonial de vender-lhes produtos manufaturados a preços elevados e comprar-lhes matéria-prima a preços reduzidos. Devemos esperar a industrialização dos países subdesenvolvidos, que significará maiores níveis de vida para os mesmos. Os compradores com melhor nível de vida não adquirirão precisamente os mesmos produtos que agora, porém acabarão por comprar mais...*".

John Abbink colocava assim a alternativa: "*É inevitável que continue a industrialização (...) até um ponto que não podemos prever (...). Podemos guiar essa industrialização e desta maneira diminuir os efeitos negativos que possa ter sobre nossa economia, ou podemos fechar os olhos à realidade e sofrer posteriormente as conseqüências...*".

A nova estratégia econômica norte-americana para América Latina fundamentava-se na integração forçada, na criação de uma economia regional, que tornasse mais "racional" e lucrativa a ação dos monopólios. Com toda a brutalidade, Nicholas J. Spykman, um dos teóricos geopolíticos mais influentes nos States, preconizava:

"Tudo que não seja estabelecer um "Grossraumwirtschaft" — o grande espaço vital — que incorpore todo o continente com base a uma economia planificada, com produção controlada e direção centralizada do comércio internacional, não poderá sobreviver (...). Nenhum dos estados latino-americanos aceitará voluntariamente as modificações necessárias para a criação dessa economia regional (...). Somente a conquista do hemisfério por parte dos Estados Unidos e a implacável destruição das economias nacionais agora existentes poderão concretizar a integração necessária".

A conquista direta do hemisfério não foi necessária. Os monopólios norte-americanos encontrariam em nossos países aliados extremamente fiéis (governantes alienados e corruptos e burguesias dispostas a transformar-se de nacional em associada), o que tornou dispensáveis as medidas mais drásticas, sem prejuízo dos propósitos de conseguir a total dominação econômica.

Com importações supérfluas, o governo Dutra liquidou praticamente com as divisas acumulados durante a guerra. Essas, apesar da congelamento dos preços imposta pelos Acordos de Washington (o grande pecado econômico de Getúlio), alcançavam um volume considerável. Se esses recursos tivessem sido aplicados na renovação e ampliação do parque industrial e na mecanização das culturas agrí-

colas, teriam determinado um novo e considerado avanço econômico, tornando totalmente dispensáveis os investimentos estrangeiros.

Além disso, como a Inglaterra se negasse a pagar suas dívidas comerciais acumuladas durante a guerra, o general-presidente, numa das mais vergonhosas negociatas da história do imperialismo, comprou as ferrovias inglesas existentes no país, o ferro velho, que de acordo com os contratos já vencidos ou prestes a vencer, deveriam passar sem ônus para o patrimônio nacional.

Entre as inúmeras concessões atentatórias à soberania nacional que fez Dutra, destaca-se a entrega do manganês do Amapá à ICOMI, uma subsidiária da *Bethlehem Steel Corp.* As reservas do mineral — das maiores do mundo — passaram a ser exploradas em proveito único do monopólio norte-americano. O próprio território transformou-se em um “feudo”, em uma possessão não declarada do truste.

Eurico Gaspar, através do tristemente célebre *Estatuto do Petróleo*, tentou a entrega das reservas de hidrocarburentes às companhias internacionais. Essa não se consumou exclusivamente graças à formidável campanha de mobilização popular que comoveu o país do Norte ao Sul: “*O Petróleo é nosso*”.

A Amazônia, a metade do território nacional, salvou-se por um triz de ser entregue a um “Instituto Internacional da Hilea Amazônica”, organizado segundo um plano do Departamento de Estado. O presidente e seu ministro de Exterior, Raul Fernandes já haviam firmado o criminoso acordo, que para não alarmar a opinião pública nacional, foi divulgado em Iquitos. A manobra entreguista foi desbaratada pela denúncia, feita no Congresso, pelo ex-presidente da República e líder nacionalista Arthur Bernardes.

Café Filho foi outro títere de Washington e de *Wall Street*. Entre outras patifarias, assinou os *Acordos Atômicos*, que colocavam as reservas brasileiras de material radioativo sob o controle ianque. Tratou também de vender as refinarias da Petrobrás aos monopólios em troca de um empréstimo de 500 milhões de dólares. Uma vez mais, graças à vigilância do movimento nacionalista, a entrega abortou.

A obra prima do governo Café Filho foi a Instrução 113, da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que, como veremos exerceu um papel decisivo na entrega da economia do país.

Depois veio o governo de Juscelino Kubitschek: “*todos os governos brasileiros até o momento, o mais entreguista; jamais a economia brasileira atingiu a semelhante orgia imperialista...*” — no dizer de Caio Prado Junior. Ninguém podia imaginar que depois viria Castelo Branco...

A política desenvolvimentista de J. K., exposta no famoso “Plano de Metas” era declaradamente entreguista: “*A participação financeira ou o financiamento estrangeiro, ou ambos, devem cobrir a maior parte da nova inversão projetada*”.

Os teóricos do “desenvolvimentismo”, Lucas Lopes e Roberto Campos convenceram os investidores norteamericanos e europeus a participarem em grande escala na chamada indústria substitutiva de importações. Vantagens e privilégios até então sem equivalente na história do imperialismo foram oferecidas ao capital financeiro e monopolista internacional.

A *Instrução 113* foi o instrumento básico dessa política de total entrega. Pela mesma, a importação de equipamento industrial ficou liberada de cobertura cambial: sempre que fosse feita por investidor estrangeiro; o empresário nacional continuava sujeito à mesma.

A maquinária importada nessas condições era totalmente obsoleta: ferro velho que estava sendo consumido pela ferrugem nos Estados Unidos ou na Europa. O abuso chegou a limites tão absurdos que a SUMOC (sempre subserviente aos interesses alienígenas) teve que proibir a importação de equipamentos com mais de 25 anos de uso.

Com preços astronômicos, arbitrariamente estabelecidos pelas empresas estrangeiras, esses equipamentos eram registrados como “capital estrangeiro” para todos os fins e direitos.

Além disso, concedeu-se todo tipo de privilégios para a instalação de indústrias dentro do “Plano de Metas”, especialmente à automobilística e de construção naval. Assim, outorgou-se “câmbio preferencial”, o chamado *câmbio de custo* à importação das peças necessárias à montagem dos veículos “nacionais”. Isentou-se de direitos alfandegários a importação de máquinas e ferramentas, assim como a de peças e partes complementares dos veículos. Estabeleceram-se igualmente isenções no referente ao imposto de consumo que taxa os produtos manufaturados no país, em benefício dos monopólios automobilísticos.

Esses não tiveram que trazer “capital de giro”, pois este lhes foi fornecido pelos bancos oficiais. Os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), (capital formado com recursos do povo: taxa adicional ao imposto de renda), foram concedidos preferencialmente às empresas estrangeiras: num dado momento, esses empréstimos atingiam 6,8 bilhões de cruzeiros, contra somente 2,3 milhões fornecidos a firmas privadas nacionais.

JK chegou ao cúmulo de proporcionar câmbio preferencial para a saída de lucros, juros e amortizações do país. Confirmava-se,

uma vez mais, a denúncia de Oswaldo Aranha: *“O capital estrangeiro pede garantias para entrar no país, garantias maiores para permanecer aqui e ainda maiores para sair . . .”*.

O economista Moacir Paixão calculou que as vantagens, favores e privilégios concedidos pelo governo de Juscelino somente à indústria automobilística, no período de uma implantação, alcançaram a cifra de 200 bilhões de cruzeiros, soma equivalente ao Orçamento Nacional da época.

Foi tão brutal a preferência em favor dos monopólios internacionais que a própria burguesia nacional, somente tão vacilante em tomar posição em defesa dos interesses do país, protestou: *“Não pedimos tratamento preferencial e sim igualdade de condições. Os investimentos de origem brasileira devem ter as mesmas regalias e favores concedidos aos empresários estrangeiros”* — dizia Antônio Devizate, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Hermírio de Moraes, titular do maior grupo econômico privado nacional e um dos poucos empresários nativos que efetivamente resistiu ao assédio do capital internacional, denunciava profeticamente: *“Não se compreende que nosso país, sendo dos que mais vantagens oferece aos investimentos, tenha ainda que manter esses privilégios, cujas conseqüências desfavoráveis se farão sentir dentro de poucos anos (. . .). Torna-se cada vez mais difícil para o industrial brasileiro suportar a situação desigual, talvez única no mundo, existente entre os investidores estrangeiros e os nacionais . . .”*.

Isso porque a política de “substituição de importações” poderia ter sido executada a nível nacional, sem a entrega da economia do país aos monopólios. A própria indústria automobilística — a “menina dos olhos” de JK — poder-se-ia ter desenvolvido de uma forma muito mais racional e autenticamente nacional.

Durante a guerra havia surgido uma indústria nacional de autopeças que praticamente abastecia o mercado. Paralelamente, Getúlio Vargas, tratando de dar uma solução autóctone ao problema do transporte automotor, havia criado a Fábrica Nacional de Motores, empresa estatal. Da conjugação desses dois fatores e da importação da tecnologia complementar necessária (absolutamente possível naquele momento em que Europa ressurgia das cinzas da guerra), teria surgido uma indústria totalmente nacional e absolutamente enquadrada às reais necessidades do país: uma grande empresa estatal que fabricasse especialmente tratores, caminhões e em forma subsidiária e de acordo com as reais necessidades do país, dois ou três tipos de carros de passeio.

A solução adotada por JK foi a antítese dessa. Usufruindo privilégios fabulosos, uma dúzia de fábricas estrangeiras instalaram-se no país, produzindo dezenas de tipos de carros. Surgiu assim uma indústria totalmente antieconômica, de muito baixo nível tecnológico (equipada com maquinaria de 25 anos), produzindo pouco, caro e de péssima qualidade para um mercado limitado, que (somente agora se aproxima da meta dos 200 mil veículos por ano). *

Não ficou nisso o entreguismo juscelinista. Aspectos fundamentais da estratégia econômica foram modificadas por imposição dos monopólios internacionais. Assim, a política nacional de transporte: abandonou-se praticamente as ferrovias e a navegação fluvial e de cabotagem (que consumiam combustível nacional — carvão — ou energia hidroelétrica), concentrando todos os recursos na construção de rodovias. Tudo isso para ampliar o mercado interno para os trustes automobilísticos e petrolíferos (esses, na época, às voltas com o excesso de produção internacional de hidrocarbonantes.

Com a instalação dessa indústria, com a construção de grandes obras públicas, algumas parcialmente justificáveis (como as rodovias) e outras absurdamente suntuárias (como Brasília), J.K. conseguiu acelerar o ritmo do desenvolvimento nacional. O aumento da produção industrial alcançou a 12/16% anuais; o P.N.B. chegou a crescer a razão de 7% ao ano. Considerando que as taxas de crescimento da economia a partir de 1930 eram bastante razoáveis — em média 4/5% anuais — o aumento verificado não foi, em absoluto, espetacular.

E foi conseguido a preços intoleráveis. Já vimos o preço nacional, aquele que é pago em termos de soberania nacional. Do ponto de vista social, o ônus foi igualmente muito alto. Em grande parte, o desenvolvimento foi conseguido à custa da inflação, com o governo financiando os monopólios internacionais e a burguesia nativa com crescentes emissões de papel moeda. Em 1959, o aumento do custo de vida na Guanabara alcançou 39%, recorde absoluto até então.

Os benefícios do desenvolvimento foram destinados especialmente ao setor patronal (estrangeiro e nacional). Enquanto os lucros e os juros aumentaram do índice 100 em 1957, para 274 em 1960, os salários subiram somente de 100 para 216. Com o cres-

* Uma indústria que até hoje — 1979 — é absolutamente gravosa: se se eliminassem as barreiras protecionistas, cerca de 200%, fechariam todas as fábricas. Isso apesar da brutal exploração da mão de obra nativa; nossos operários ganham entre 20 e 30% do salário de seus colegas dos Estados Unidos e da Europa.

cente controle da máquina estatal pela burguesia industrial associada, desaparecia progressivamente o “bonapartismo” getulista, a arbitragem do Estado entre as classes sociais instituída pela revolução de 30. A grande contradição do sistema capitalista — *a inversão social e a apropriação individual dos lucros pela burguesia* — passaria a ter vigência plena.

Apesar da euforia bastante generalizada (em grande parte originada no irradiante otimismo de JK, inegavelmente um grande sedutor de massas), a situação ao fim de seu mandato era de crise. Além da inflação acelerada e do sacrifício das classes trabalhadoras, toda uma série de fatores prenunciava um impasse dificilmente superável.

As perdas do Brasil em suas relações com o exterior aumentaram aceleradamente com a política entreguista. Como vimos em detalhe em “BRASIL PARA ESTRANGEIROS”, alcançaram a uma média anual de 700 milhões de dólares no período 1954/61, cifra varias vezes superior aos investimentos diretos feitos pelos monopólios estrangeiros no período. Isso significava que o capital de risco entrado na país era somente uma pequena parte do saque efetuado no intercâmbio comercial. Ou seja, nos comprovam com nosso próprio dinheiro.

Como contrapartida inevitável dos investimentos e empréstimos estrangeiros utilizados no “Plano de Metas”, aumentaram verticalmente as “saídas” de lucros, juros e amortizações, excedendo de muito as “entradas” de novos capitais e empréstimos. Em 1960, as saídas somaram 542 milhões de dólares; os capitais de risco ingressados foram de somente 99 milhões. Mesmo considerando a entrada de financiamentos por um total de 216 milhões, verificou-se um saldo negativo de US\$ 227.000.000. As “bombas de sucção” já funcionavam a pleno.

Em conseqüência, a dívida externa alcançava a formidável cifra de 4 bilhões de dólares, sendo equivalente à exportação total do país de três anos. E, é obvio, a dependência do Brasil em relação aos países centrais, especialmente Estados Unidos, aumentava na razão direta do crescimento da dívida.

A crescente capacidade ociosa da indústria (esta montada com previsões muito otimistas) começava a assustar a burguesia nativa e os monopólios. Havia que conquistar novos mercados: no exterior, com a ampliação da clientela internacional; internamente, com a incorporação ao mercado de consumo da metade da população, a que vivia no campo, num regime muito próximo à economia natural.

A *Operação Panamericana*, lançada por JK foi uma tentativa — fracassada — de conquistar mercados na América Latina, dentro dos planos de integração continental planejada pelos monopólios norte-americanos. Tratava-se — dentro das teses de Golbery do Couto e Silva e da Escola Superior de Guerra — de conseguir para o Brasil o lugar de *satélite privilegiado*.

A ampliação do mercado interno — pela via da reforma agrária — não foi sequer considerada. O setor latifundiário do Partido Social Democrático — seguramente o mais importante dentro da composição policlassista do partido — nem por hipótese aceitaria qualquer modificação na infraestrutura agrária, base de seus privilégios econômicos e de seu poder político.

Isso porque a caducidade do sistema agrário semifeudal-mocultor já estava muito adiantada. O latifúndio revelava, em forma inequívoca, sua total incapacidade para acompanhar o ritmo de desenvolvimento industrial, assim como para atender as crescentes necessidades de matéria prima agrícola e alimentos. A produção agrícola aumentou durante o governo de Juscelino somente 3,5% ao ano (num ritmo quatro vezes menor do que a industrial). Esse aumento era totalmente absorvido pelo aumento demográfico de 3,2% anual. Nada sobrava para saciar a secular fome de amplos setores da população — especialmente as que habitam o Nordeste (com sua dieta de 1.500 calorias diárias) — muito menos para atender ao crescimento de consumo resultante da rápida urbanização e do aumento da capacidade aquisitiva de alguns setores privilegiados da população.

Comprovando, uma vez mais, que não é através da alienação da soberania nacional, da manutenção de arcaicas estruturas sociais e com o sacrifício das classes trabalhadoras que se consegue um desenvolvimento efetivo, chegou melancolicamente a seu fim o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

III

O CONTRADITÓRIO E METEÓRICO FENÔMENO JÂNIO QUADROS

Qual foi a situação política decorrente do fracasso do desenvolvimento juscelinista? Qual a posição das forças populares-nacionalistas frente à JK e a sua sucessão? Qual a alternativa dos setores conservadores aglutinados na União Democrática Nacional?

Os vãos, confusos e contraditórios setores que se havia convencido então chamar de “esquerdas”, estavam com raras exceções, plenamente conformes com o governo de Juscelino: haviam sido “comprados” pela simpatia irradiante do “Nonô, pé de valsa” e entoavam alegres o “Peixe Vivo”. É verdade que J.K., todo um gênio na arte de corromper, dera a cada um seu “brinquedo” predileto, uma forma de distração.

Assim, o Partido Trabalhista Brasileiro, totalmente controlado por Jango, apoiava incondicionalmente a política governamental, sem dar-se conta (ou fingindo que não se dava de que a ação de Kubitscheck era — tanto não nacional, como não social — a antítese do ideário de Getúlio. A denúncia dramática do “velho” — *“lutei contra a espoliação do Brasil, lutei contra a espoliação do povo”* — foi totalmente esquecida pela direção petebista. Seria, posteriormente, relançada por Brizola.

Jango, sem nenhum dos rasgos de grandeza do velho caudilho, confirmando o dito popular de quem *“nasce para vintem nunca chega a tostão”*, desempenhava feliz a vicepresidência, pelo menos a parte que gostava das tarefas do cargo. Praticamente não exerceu o posto a que tinha direito de presidente do Senado. Consciente de sua mediocridade intelectual, fugia do confronto com os “bachareis da UDN”, inegavelmente uns “pelés” no bate-bola parlamentar.

Na realidade foi mais um ministro de Trabalho de tipo populista do que um vicepresidente. E nesse particular era quase genial. Seguindo o exemplo de Vargas, aplicava a tática do fazendeiro

gaúcho em relação a seus subordinados. Em permanente contato com a burocracia sindical, a imobilizava com sua simpatia patriarcal: a amansava, a corrompia. Fundamentalmente graças à ação de Jango (e à de Prestes) Juscelino conseguiu a “paz social” que caracterizou seu governo.

O Partido Comunista JK comprou com migalhas. Completamente vacinado (pelo fracasso do *putch* de 1935) contra qualquer tipo de febre revolucionária, o P.C.B. sonhava exclusivamente com a legalidade, com a respeitabilidade burguesa do Parlamento. E fazia qualquer negócio para conseguí-la.

Ao prometer e permitir a saída de Prestes da clandestinidade, Juscelino amansou completamente o partido. Durante o quinquênio de JK, o PCB reeditou o comportamento anunciado por Prestes, no famoso discurso de Recife: foi “*o partido da ordem e da tranquilidade*”. LCP, plenamente feliz, dava audiências, como qualquer político burguês, num escritório da Cinelândia. Pensando em Kubitschek, intensificava sua pregação sobre “*o papel progressista da burguesia nacional*”, sem dar-se conta (ou fingindo que não se dava) de que Juscelino já não representava os setores da burguesia ainda nacional e sim os interesses da *burguesia associada*, testa ferro dos monopólios internacionais.

O setor militar nacionalista, que havia assumido uma posição absurdamente sectária, radical contra Vargas, exatamente nos momentos em que esse jogava a própria vida na defesa dos interesses nacionais *, foi igualmente subserviente em relação a JK.

Para essa posição deve haver influído decisivamente uma das jogadas mais cínicas de Juscelino: a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), diretamente subordinado ao ministério de Educação e Cultura. Enquanto os teóricos nacionalistas e esquerdistas tratavam afanosamente — no ISEB — de elaborar uma teoria do desenvolvimento (“*sem teoria do desenvolvimento, não há desenvolvimento*”) de cunho nacionalista-progressista, Kubitschek entregava a economia do país aos monopólios estrangeiros. Seguramente uma das manobras diversionistas mais perfeitas da história **.

* Em “Memórias de um soldado”, o general Nelson Werneck Sodré faz uma autocrítica a respeito: “Na proporção em que o processo avançava, aquela corrente, para provar a sua incontaminação pelo ‘populismo’ varguista, acentuava sua radicalização; não queria ser confundida com os ‘oportunistas’, os ‘demagogos’; buscava, afanosamente, preservar o seu esquerdismo. E, é claro, tudo isso ajudava a reação...”.

** Uma autocrítica pessoal: nós também caímos no “conto do ISEB.” Convidados por Roland Corbisier, fizemos uma conferência sobre o problema

Ao setor militar nacionalista deve ser atribuída também a responsabilidade pelo que consideramos o maior erro tático das forças populares brasileiras. O erro pode ser considerado como o início do fim do sistema democrático representativo, a causa inicial do golpe de 1.º de abril e dos 15 anos de ditadura: a candidatura de Henrique Duffle Teixeira Lott. O marechal foi indiscutivelmente o pior candidato dos setores progressistas ao largo da história eleitoral brasileira: o prototipo perfeito do anticandidato.

Manobrando com rara habilidade, o grupo militar nacionalista liderado por Werneck Sodré e Allan Kardec colocou sobre o tapete a candidatura do ministro da Guerra (possivelmente contra a vontade do próprio; nossos contatos pessoais com o marechal nos convenceram de que ele se sentia tremendamente mal no papel que lhe haviam atribuído). Juscelino, que devia o exercício de seu mandato ao contragolpe de *11 de novembro*, comandando por Lott, não podia, evidentemente vetar sua candidatura. Jango, permanentemente encurralado pelos setores “ultras” — acusado de subversivo e corrupto — e que se interessava unicamente por permanecer na vice-presidência, aceitou de imediato. Nem falar do PCB, com sua tradição de negociar (no sentido mercantil do termo) seu apoio a qualquer candidatura (vendeu inclusive seus votos a Adhemar de Barros).

Brizola foi dos poucos que não se conformaram com a candidatura do marechal. Estava absolutamente convencido que apoiá-lo equivalia a “agarrar em alça de caixão de defunto” e tratou de comprometer-se mínimamente no assunto: não participou inclusive na campanha eleitoral no RGS. Mandou que dirigentes do PTB acompanhassem Lott em sua campanha pelo interior do estado ***.

da triticultura, denunciando violentamente a agressão econômica que significava o Acordo do Trigo, firmado pelo governo JK. Um exemplo do “liberalismo” (em realidade maquiavelismo) de Juscelino: podia-se criticar duramente sua política num auditório do próprio governo e inclusive em livro editado com recursos oficiais (com o título “TRIGO”, a conferência foi posteriormente editada pelo ISEB). Enquanto isso, chegavam, às dezenas, barcos com trigo americano e o nosso apodrecia no sul do país...

*** Para que assessorassemos o marechal em assuntos econômicos, especialmente no referente ao trigo, Brizola mandou que o acompanhassemos em sua campanha gaúcha. Assistimos assim a catastrófica tentativa de “vender” ao povo o mais antipopular dos candidatos e que tinha, além disso, que fazer frente a um demagogo genial. Foi todo um desastre. No relatório que apresentamos a Brizola, terminada a excursão, prognosticávamos a derrota de Lott no estado. Em condições normais, com um candidato medianamente votável, o P.T.B., o P.S.D. e os comunistas fariam 80% dos votos

Frente à situação de crise originada no fracasso do “desenvolvimento juscelinista”; e os setores das classes dominantes que não estavam no poder, organizados na União Democrática Nacional — UDN — saíram à procura de um *homem providencial*, que pudesse alcançar o poder e salvaguardar seus interesses de classe, ameaçados pela crise e pela incipiente rebeldia popular.

Confrontada pelo bloco PSD-PTB e inclusive quando esse se dividiu (como na eleição de Vargas), a UDN nunca havia conseguido ganhar uma eleição. Um pouco por consciência política, um pouco por instinto de sobrevivência, o povo sempre identificara os udenistas como o pior setor da elite política. E rechaçara sistematicamente seus candidatos. As contínuas derrotas e o fato de que seus velhos quadros estavam totalmente “queimados”, levaram a direção oposicionista a fazer uma concessão em seus princípios: a adotar um candidato, que utilizando os métodos demagógicos do populismo, pudesse arrastar as grandes massas. O *homem providencial* surgiu na figura carismática de Jânio da Silva Quadros, governador de São Paulo.

Quadros era efetivamente o homem apropriado: *the right man for the right place*. Dotado de uma enorme capacidade histriônica, utilizando uma demagogia quase genial e uma fantástica capacidade de mistificação, Jânio era inegavelmente o candidato ideal para derrotar o setor populista, principalmente quando esse havia adotado um “candidato sério”. JQ capitalizou ainda o sentimento antimilitarista do povo, que havia determinado a derrota de todos os candidatos militares anteriores (o único eleito — o marechal Dutra, o foi porque seu adversário também era “milico”).

Com o símbolo oficial de sua campanha — a vassoura — e suas denúncias sobre a corrupção reinante, Jânio conquistou totalmente os setores moralistas da população, especialmente a pequeno-burguesia. Explorando habilmente o descontentamento popular motivado pela crise econômica, especialmente pela inflação acelerada, obteve uma vitória avassalante: uma vantagem de mais de dois milhões de votos, nunca conseguida anteriormente.

Foi uma verdadeira revolução pelo voto, uma manifestação de irredentismo popular que liquidou na prática com o sistema partidário tradicional e com os esquemas políticos populistas. Considerando o que eram os partidos políticos brasileiros, a liquidação não

riograndenses. Brizola estava também convencido da derrota, porém não demasiado preocupado com a possibilidade; ao contrário: “Pode ser melhor — dizia — com esse ‘Caxias’ no governo dentro de seis meses estaríamos todos em Fernando de Noronha”.

era de lamentar; pelo contrário. Os dois grandes partidos “liberais” — o P.S.D. e a U.D.N. — menos reacionário um, mais reacionário o outro, eram na realidade representantes dos interesses oligarco-imperialistas.

O P.T.B. foi planejado para ser algo diferente. Vargas, já no fim do seu primeiro governo, parecia haver chegado a uma conclusão certa: *o nível de cristalização das classes sociais e a conseqüentemente inevitável luta de classes, já tornava impossível unificar num mesmo partido ou movimento a burguesia e o proletariado.* Daí sua decisão, possivelmente inédita na história da política mundial, de fundar dois partidos: o P.S.D., para os setores mais progressistas das classes dominantes e medias e o P.T.B. para os trabalhadores.*

Com isso, Getúlio matou vários coelhos com uma só cacetada. Assegurou-se o retorno: apesar da traição da direção do P.S.D., em 1950, a maioria do partido apoiou o candidato do PTB, levando-o de volta ao Catete. Com o P.T.B. Vargas afastava do Partido Comunista as massas trabalhadoras, assegurando-se sua fidelidade. Para evitar a radicalização do trabalhismo, colocou em sua direção elementos da mais absoluta confiança, não originários na classe trabalhadora. Veremos mais adiante como o P.T.B., sob essa falsa liderança, sem uma definição ideológica clara, sem estruturar-se orgânicamente, sem unidade nacional nunca passou de uma caricatura de partido popular.

Existia ainda a chamada *esquerda ideológica-revolucionária*, composta pelo Partido Comunista Brasileiro, pelo Partido Comunista do Brasil (pró chinês) e outros grupúsculos. Em realidade, tinha muito pouco ideologia e muito menos espírito revolucionário. Veremos isso no capítulo “O partido de Prestes: positivismo, marxismo e revisionismo”.

Tudo isso — inclusive a UDN (em pânico frente ao monstro que havia lançado a nível nacional) — foi varrido por esse furacão político chamado Jânio da Silva Quadros, um desses tipos ubicados psicologicamente na fronteira entre o gênio e o louco.**

* Nesse particular, Getúlio revelou muito maior sensibilidade política do que seu discípulo Juan D. Perón. Este voltou do exílio, em 1973, insistindo em manter o policlassismo dentro do movimento peronista. Vimos o trágico resultado: a luta de morte entre a direita e a esquerda no seio da própria organização, determinando o total fracasso do governo peronista e uma nova ditadura.

** Nosso amigo, o deputado Clidenor de Freitas, psiquiatra famoso, defendia a tese de que os candidatos à presidência da República deveriam

Apesar da “barbada” que foi ganhar as eleições, não seria fácil a Jânio governar o país. À crise econômico-social aguda, analisada no capítulo anterior, se somava agora o vazio político. As contradições de todo tipo manifestavam-se por todo lado, prognosticando o fim definitivo do estado populista, podre até à medula. Aproximava-se aceleradamente o momento decisivo: *revolução ou contra-revolução*.

Durante o processo eleitoral, JQ havia conseguido ganhar o apoio de amplas camadas populares. Era evidente que faria o possível para conservar seu prestígio. Para isso seria necessária a aplicação de uma política econômico-social progressista. Porém, como concretizá-la se estava irremediavelmente comprometido com os setores mais reacionários das classes dominantes, que haviam lançado sua candidatura e financiado sua campanha?

Como atender aos anseios da burguesia industrial e do latifúndio exportador, interessados na abertura de novos mercados externos (somente possível no campo socialista), sem entrar em conflito com o imperialismo yanque e seus agentes internos?

Como ampliar o mercado interno, resolvendo o problema da capacidade ociosa da indústria, a não ser através da reforma agrária, que incorporasse as massas rurais ao mercado de consumo, sem enfrentar-se violentamente com a aristocracia rural?

Em vez de consolidar sua popularidade com medidas positivas, Jânio tratou de fazê-lo através da liquidação de seus adversários. Principalmente Juscelino Kubitscheck e Jango Goulart (este eleito vice-presidente) estiveram permanentemente sob a alça de mira de JQ, acusados de corrupção. Com isso o presidente aumentou evidentemente seu prestígio junto à pequeno-burguesia.

Porém, no campo econômico-social somente adotou medidas antipopulares e antinacionais. Cedendo às pressões do Fundo Monetário Internacional — FMI — Jânio adotou uma política suicida. A Instrução n.º 204, da SUMOC, alterando completamente a política cambial, representou uma nova abertura ao capital financeiro e monopolista internacional e acelerou o processo inflacionário.

Ao mesmo tempo em que capitulava frente ao *gendarme* do imperialismo — o FMI —, Quadros iniciava, contraditoriamente, a

ser submetidos a uma série de psicotestes: “Se para dirigir um automóvel isso é exigível, porque não para dirigir um país de 80 milhões de habitantes?” — argumentava. E concluía que nem Jânio, nem Jango, por falta de condições psicológicas, poderiam ter chegado ao Palácio do Planalto, nem Lacerda ao governo da Guanabara.

mais valente política exterior já intentada no Brasil; uma política claramente anti-imperialista.

Com exceção de alguns períodos do governo Vargas (em muitas oportunidades Getúlio teve que ceder às pressões do Departamento de Estado, sendo traído inclusive por homens que havia colocado frente ao Itamarati), a política exterior brasileira foi sempre de servilismo frente à potência mundial do momento. Gendarme de S. M. Britânica no século passado, sempre pronto a defender os interesses da City, o império brasileiro liquidou o governo nacionalista de Rosas na Argentina e destruiu, com uma ferocidade sem igual, o Paraguai “socialista” de Solano López.

Depois da República passamos a gravitar ao redor de Washington; dizia Rio Branco: *“O Brasil está consciente que não pode escapar à influência que os Estados Unidos exercem sobre os destinos da América do Sul”*. Joaquim Nabuco ia ainda mais longe em sua subserviência: *“Nossa diplomacia deve ser feita principalmente em Washington”*.

Jânio não somente tentou quebrar o *status* de satélite, como tratou de conquistar uma posição de liderança para o Brasil no Terceiro Mundo, especialmente na América Latina e na África. Sua posição em relação a Cuba, num momento em que o governo norte-americano, havendo compreendido o verdadeiro alcance da revolução de Fidel Castro, tentava lançar sobre a “Ilha” sua versão do *delenda Cartago*, foi um dos momentos mais dignos da diplomacia brasileira.

Quadros definia assim sua política exterior: *“A questão dramaticamente atual de Cuba convenceu-nos, de uma vez por todas, do caráter da crise continental. Ao defender com intransigência a soberania de Cuba contra a interpretação de um feito histórico que não pode ser controlado a ‘posteriori’, cremos estar contribuindo para despertar o continente para o verdadeiro conhecimento de suas obrigações. Manteremos nossa posição sobre Cuba, com todas suas implicações (...)*.

Em relação à África, podemos dizer que hoje representa uma dimensão nova na política brasileira. Estamos vinculados a esse continente por nossas raízes étnicas e culturais e compartilhamos seu desejo de forjar-se uma posição independente no mundo de hoje. As nações de América Latina, que se fizeram independentes no decurso do século XIX encontram-se com seu processo de desenvolvimento atrasado por circunstâncias históricas, e África, que até recentemente não foi livre politicamente, une-se a nós neste momento, na luta comum pela liberdade e bem-estar”.

E não ficou somente em palavras. Como candidato havia visitado Moscou e Havana. Mandou a "Missão Dantas" para celebrar acordos comerciais com os países socialistas. Ativou o reatamento de relações, não somente comerciais como também diplomáticas com a União Soviética. Mandou uma missão comercial à China Popular e defendeu o seu ingresso nas Nações Unidas. Fez-se representar na conferência dos "neutralistas" no Cairo e na conferência dos Não-Alinhados em Belgrado. Recebeu missões comerciais da China Popular, da União Soviética e da Checoslováquia e o astronauta Gagarin. Assumiu uma posição clara de luta contra o colonialismo luso em África. No encontro de Uruguai com o presidente Arturo Frondizi, tratou de formar uma frente entre Brasil e Argentina para melhor enfrentar as pressões norte-americanas. Repeliu energicamente as tentativas de intervenção ianques, protagonizadas pelo enviado especial Adolf Berle (o articulador da primeira derrubada de Getúlio) e pelo embaixador Cabot.

Sem embargo, era difícil ou mesmo impossível executar uma política exterior independente, sem uma prévia e radical reorganização de toda máquina diplomática: a sabotagem do Itamarati foi permanente. Vejamos um exemplo altamente elucidativo:

Na véspera da conferência de Punta del Este, o presidente instruiu pessoalmente nossa delegação sobre a posição a ser assumida pelo Brasil: deviam exigir-se medidas concretas no campo econômico-financeiro, sem admitir que a Conferência tomasse qualquer decisão de caráter político. Recomendou Jânio especialmente: se os Estados Unidos intentassem transformar a conferência em instrumento de sua política exterior, a delegação brasileira deveria retirar-se imediatamente.

Para dar mais firmeza às suas decisões, convidou Leonel Brizola para integrar a delegação. O governador gaúcho já era, naquele momento um *homem marcado* pelos norte-americanos por causa da expropriação da *Bond and Share* e pela sua valente campanha em favor do direito dos cubanos de conduzirem sua Revolução a salvo de ameaças e chantagens externas.

Que aconteceu em Punta del Este?

O episódio explica no fundamental o fracasso e a posterior queda de Jânio. Sem coragem para romper com os setores conservadores e entreguistas, seus antigos aliados, ele tentou executar uma política externa progressista e independente, mantendo nos postos

chave elementos reacionários e comprometidos com o imperialismo. Uma política progressista executada por gente reacionária. Era inevitável, em consequência, a traição.

Chefiavam a delegação brasileira Roberto de Oliveira Campos e Edmundo Barbosa da Silva, dois descarados agentes do capital monopolista internacional. As instruções de Quadros foram deixadas de lado: a delegação nem sequer protestou quando Cuba foi excluída da Aliança para o Progresso.

Brizola, coerente com sua posição nacionalista, abandonou a delegação, explicando ao presidente, em sua carta de renúncia, a traição de seus companheiros de missão:

“...consagrei todos meus esforços à determinação de corresponder à missão recebida, atento às recomendações de V. Excia., o presidente da República. Constatei que a delegação brasileira vem firmando uma orientação e assumindo posições em relação a assuntos do temário da conferência sem que me fosse dada a possibilidade de participar, ou ter conhecimento prévio dos estudos ou decisões. Essa circunstância não teria maior significação, se a todas as decisões e posições assumidas eu pudesse dar o meu acordo e solidariedade (...). Decidi, em consequência, declinar do honroso mandato, regressando a meu Estado...”

Como se quisesse desagrar Cuba pela atuação negativa da delegação brasileira na conferência, Jânio Quadros outorgou, dias depois, a Che Guevara, a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira. Aproximava-se de seu *Waterloo*...

Além do desafio aberto que representava sua política externa à política de dominação de Estados Unidos no hemisfério (algo geralmente não tolerado por Washington), Jânio, nos últimos tempos de seu governo, havia começado a utilizar uma linguagem que soava altamente suspeita aos ouvidos das classes dominantes e dos militares de direita:

“Nada imagina que uma democracia viva e prospere permanentemente protegida pelas baionetas. É muito difícil falar de democracia, de liberdades democráticas, ao nosso miserável irmão do Nordeste, roubado e esfomeado. Ele não entende nossa linguagem. Não pode entendê-la porque a liberdade não lhe diz nada...”

Incapaz, em razão de sua indefinição ideológica, de enfrentar o verdadeiro turbilhão de contradições que se abatia sobre o país, Jânio representou o papel de um Hamlet bem brasileiro e atual: *“To be or not to be”... Esquerda ou direita... Povo ou Oligarquia... Brasil ou imperialismo...*

Assim como Vargas antes dele, Jânio não compreendeu que a luta antiimperialista é dura, violenta, uma luta de vida ou morte, que somente pode ser ganha com o apoio total do povo.

Apesar de haver condecorado o “Che”, já não aprendeu sua lição: *“Uma vez iniciada a luta antiimperialista é necessário ser conseqüente; deve dar-se duro, onde doa, constantemente, e nunca dar um passo atrás; sempre em frente, sempre contragolpeando, sempre respondendo a cada agressão com uma pressão mais forte das massas populares. É a única forma de triunfar...”*.

Por não crer no povo (que paradoxalmente acreditava nele), Jânio Quadros caiu exatamente no momento em que estavam dadas muitas condições objetivas e subjetivas para um novo e importante avanço no processo de libertação do Brasil. Brizola — como veremos mais adiante — demonstrou, nos dias que seguiram à queda de Jânio, que existiam essas condições, especialmente a possibilidade de mobilizar as massas populares.

Enredado na trama das grandes contradições nacionais e nas suas próprias, Jânio caiu melancolicamente. Sua queda não teve nada de grandeza da de Getúlio Vargas. Ao contrário, teve a aparência de ópera cômica ou de uma farsa. Nem sequer ficou clara a causa da derrocada.

Foi derrubado por seus ministros militares em atenção a alguma “sugestão” da embaixada americana? Jogou em falso uma manobra golpista com a qual objetivava o poder total e absoluto? Ou foi vítima de um momentâneo desequilíbrio psíquico? Aparentemente ninguém — nem ele — tem a resposta exata.

Apesar de sua meteórica e contraditória passagem pelo poder, Jânio terá um pequeno capítulo na história como o homem, que embora em forma efêmera, conseguiu quebrar o *status* de satélite e projetou o Brasil como Nação no concerto mundial.

E também, como um exemplo vivo, em negativo, para as lideranças populares do futuro: *é necessário definir-se claramente no político e no social; manter uma ação coerente sustentada ideologicamente e, fundamentalmente, ter confiança no povo.*

IV

AS CLASSES DOMINANTES E O “CONDOMÍNIO DO PODER”

Em “BRASIL PARA ESTRANGEIROS” analisamos a formação e a evolução da classe latifundiária e da burguesia nacional. Aqui faremos somente uma síntese da situação atual das classes dominantes brasileiras e de sua participação no “condomínio do poder”.

Nos países periféricos não é fácil determinar exatamente as classes sociais que exercem o poder e o grau de participação de cada uma. Especialmente em casos como o do Brasil (e de toda América Latina), onde o fim do colonialismo não significou uma independência real, mas a sucessão de diversas etapas de dominação estrangeira mais ou menos disfarçada.

Nossa independência política (proclamada em 1822) não foi mais que o fim da intermediação de Portugal no processo de exploração que vinha sendo exercido, desde há muito (o tratado de Methuen, 1703, que proibiu a industrialização de Portugal, deu início a essa participação presente de Inglaterra), pelo mercantilismo inglês.

A evolução do capitalismo na Grã Bretanha condicionou o processo econômico brasileiro. A burguesia inglesa lhe interessava — numa primeira etapa — somente a manutenção do mercado brasileiro para seus produtos. O capital financeiro, surgido depois, estava interessado em formas de dominação mais ampla, conseguida através dos empréstimos e das inversões diretas, especialmente no setor de serviços públicos.

Esse domínio inglês, absoluto até a proclamação da República, passou a diminuir gradativamente depois da I Guerra Mundial e especialmente da Revolução de 1930. O declínio da dominação britânica não significou, porém, uma maior autonomia nacional. Cada retrocesso inglês foi acompanhado por um avanço correspondente

do jovem e voraz imperialismo norte-americano, beneficiado este por sua melhor situação geográfica em relação à América Latina; por seu enorme mercado interno (que proporcionava formas de complementarização, especialmente com a economia brasileira) e pelos conflitos mundiais que afastaram a Inglaterra do mercado mundial.

Assim, ao investigar sobre quem exerce efetivamente o poder no Brasil, temos que partir dessa premissa fundamental: *aqueles que dominam a economia brasileira* (antes os ingleses, agora os norte-americanos), *exercem uma parte mais ou menos considerável do poder* (segundo o maior ou menor grau de dependência econômica), *independentemente do fato de esse estar — ostensiva e nominalmente — em mãos dos latifundiários, da burguesia ou ser compartilhado por ambas as classes.*

O que significa, em termos de poder em 1961/64, o latifúndio?

Em “BRASIL PARA ESTRANGEIROS” vimos como a decadente aristocracia lusitana tratou de estabelecer no Brasil, uma versão de seu “mundo ideal” (que já era então impossível na Europa): um “feudalismo” fora de época, que utilizando mão de obra escrava e modernas práticas industriais e mercantis, significava uma verdadeira simbiose das distintas etapas do desenvolvimento econômico clássico.

A concessão pelo rei de sesmarias marcou o processo de apropriação da terra: o latifúndio tornou-se uma instituição nacional. Nem sequer a tentativa de colonização, iniciada pela monarquia no século XIX, com a implantação da pequena propriedade agrícola explorada por braços livres (camponeses alemães entrados ao país a partir de 1823 e italianos meio século depois), modificou sensivelmente o quadro. A experiência progressista ficou circunscrita a algumas zonas do sul do país.

O latifúndio continua absoluto até hoje. As propriedades com mais de 1.000 hectares representam quase a metade do total, ou mais precisamente, 47,3% (censo de 1960). Os produtos agrícolas originários do latifúndio continuam sendo a maioria da exportação. Em 1961, o café, o algodão, o açúcar, o cacau e outros produtos agrícolas oriundos especialmente das grandes propriedades rurais, alcançaram a um bilhão de dólares, num total de 1,4 bilhões exportados.

Se consideramos, entretanto, o conjunto da economia nacional, vemos que o latifúndio está em constante perda relativa. Nos últimos anos, a participação da Indústria no P.N.B. passou a ser equivalente à da Agricultura:

Ano 1963	Em bilhões de 1960	% s/total
Agricultura	616,7	29,3
Indústria	602,0	28,1
Comércio	264,4	12,3
Transporte e comunicações	171,3	8,3
Outros (inclusive serviços governamentais, arrendamentos etc.)	478,1	22,0
Total	2.132,5	100,0

Apesar de não existirem possibilidades de identificar a procedência dos produtos agrícolas (se das pequenas e médias propriedades ou dos latifúndios), considerando porém a precariedade da exploração das grandes propriedades, podemos concluir, sem medo de equívoco, que muito menos da metade da produção agrícola total é originária do latifúndio.

Portanto, a produção do setor secundário já é, pelo menos duas ou três vezes superior à das grandes propriedades agrícolas. Além disso, o ritmo de progressão verificado na Agricultura, nos últimos anos, foi muito mais lento do que o registrado na Indústria. Os índices agrícolas, partindo de 100 em 1949, alcançaram 141, em 1958 (um crescimento mínimo, que indica claramente onde se encontra o "tendão de Aquiles" da economia brasileira); enquanto isso os industriais aumentaram no período de 100 para 235.

Esses dados revelam que a classe latifundiária, apesar de estar em declínio relativo e já definitivamente superada pela burguesia industrial, continua com uma participação considerável na distribuição da renda nacional, o que lhe assegura uma situação importante no condomínio do poder, a nível nacional.

Se considerarmos a situação a nível regional e municipal, a influência política do latifundiarismo é considerável, sendo ainda dominante em quase todo o interior do país. Em razão do sistema patriarcal vigente nas zonas rurais e de sua expressão política, o "coronelismo", os latifundiários dominam em forma absoluta não somente o interior rural, como também as pequenas cidades e vilas do interior.

É um poder *de facto* (às vezes, quando o "coronel" exerce as funções de prefeito, também de direito), direto, arbitrário, brutal ao qual está submetida a maioria da população brasileira. Não somente os camponeses, mas também os trabalhadores urbanos, a imensa

legião dos marginais existentes nas regiões do interior e inclusive a pequena e média burguesia locais estão oprimidos sob a bota do caudilho local.

Não existem estatísticas a respeito, porém é seguro que em pelo menos 70% dos municípios brasileiros, o poder municipal está direta ou indiretamente nas mãos dos latifundiários. Na maioria das unidades federativas acontece o mesmo: o poder estadual é exercido ou controlado pela aristocracia rural. A ausência quase total do Poder Central, pelo menos nas regiões mais longínquas, torna maior, praticamente absoluto, o domínio do latifúndio sobre a maioria do povo brasileiro.

Esse domínio político direto sobre a maioria absoluta da população não se traduz, sem embargo, em maioria latifundiária no Congresso. Isso graças a um paradoxo: a Constituição de 1946, com suas limitações reacionárias, negou o direito de voto aos analfabetos: como cerca de 80% desses habitam as zonas rurais ou as pequenas cidades e vilas do interior, a limitação constitucional (obviamente dirigida contra os setores políticos progressistas) acabou por prejudicar a oligarquia. O chamado “voto de cabresto” continuou drasticamente reduzido.

Quando, durante o governo de Goulart, as forças populares lutavam por uma série de reformas da Constituição, inclusive a extensão do voto aos analfabetos, advertíamos que essa medida somente poderia ser adotada conjuntamente com outras, especialmente a reforma agrária. Instituído isoladamente, sem alteração prévia da estrutura agrária e da conseqüente liquidação do poder político dos latifundiários, o voto dos analfabetos seria negativo. O “voto” de um “coronel” que equivale, graças ao “cabresto” a — digamos — 200, passaria a pesar cinco vezes mais: tanto como o voto de 1000 cidadãos comuns.

O governo de Castelo Branco, compreendendo isso e para beneficiar-se demagogicamente da medida, enviou ao Congresso uma emenda à Constituição concedendo o voto aos analfabetos nas eleições municipais. Sem embargo, os deputados, sem compreender o verdadeiro alcance do projeto e dando vazão aos seus sentimentos antireformistas, rechaçaram o mesmo.

A força política, a capacidade de resistência, a determinação de luta em defesa de seus privilégios, a unidade de ação monolítica e a habilidade em conseguir aliados — da classe latifundiária ficaram evidentes no período 1961/64, quando a campanha pela reforma agrária chegou ao seu clímax.

Nenhum outro movimento popular no Brasil adquiriu tal magnitude (a campanha nacionalista do “Petróleo é nosso” foi superada de longe). Durante dois anos e meio, os trabalhadores, os estudantes, os políticos progressistas, os intelectuais e as próprias massas camponesas mais politizadas estiveram mobilizadas permanentemente em luta pela reforma. Essa parecia inevitável e teria se verificado se não fosse a excepcional capacidade de resistência da oligarquia rural.

Inicialmente, os senhores rurais demonstraram uma unidade impressionante: de norte ao sul do país o latifúndio se pronunciou em forma unânime. Em razão do poder que exercem no interior, nas zonas mais atrasadas do país, os latifundiários conseguiram aliados, inclusive entre os pequenos e médios proprietários rurais, que foram convencidos de que a reforma agrária também os afetaria.

Outra aliança, antiga e permanente, foi fortalecida: na boca da quase totalidade do clero do interior a reforma agrária passou a ser coisa de satanás, com cheiro a enxofre, “vade-retro” e tudo mais.

O apoio da pequena e média burguesia do interior (pouco informadas) foi conseguido com base no anticomunismo mais primário.

A burguesia industrial (que seria a grande beneficiária da reforma: o aumento do mercado de consumo interno) foi convencida com o argumento de que qualquer alteração no *status quo* poderia converter-se numa brecha irreparável na instituição da propriedade privada.

Confirmava-se, uma vez mais, a tese de Marx sobre a dualidade da burguesia em relação à propriedade rural: *“Por isso o burguês radical chega, no terreno teórico, à negação da propriedade da terra (...). Porém, na prática, lhe falta coragem, pois atacar a uma forma de propriedade privada seria muito perigoso para a outra forma. Além disso, o burguês já se havia territorializado”*.

A maioria da oficialidade das Forças Armadas, vinculada ao latifúndio por sua origem, pelos laços matrimoniais*, ou por sua formação ideológica conservadora, foi conquistada facilmente.

Completando o esquema defensivo montado em torno do latifúndio, estava o domínio quase total dos meios de divulgação e formação da opinião pública, em especial a imprensa escrita e oral. Esse apoio ao latifúndio explica-se de duas maneiras: pela vinculação territorial dos proprietários dos diários (como no caso dos Mes-

* Especialmente no RGS, os aspirantes e os tenentes mandados a servir nas guarnições da fronteira, acabam geralmente por casar com as herdeiras do latifúndio.

quitas do “Estado de S. Paulo”, “paulistas de 400 anos”) e pela posição da burguesia, que por intermédio da publicidade controla a imprensa.

Com esse apoio compacto, mais o fantasma do comunismo, habilmente explorado, o latifúndio conseguiu montar no Congresso uma barreira quase inexpugnável aos avanços reformistas. Somente João Goulart, com o poder que tinha nas mãos, poderia ter derrubado o obstáculo. Veremos como poderia ter procedido (e como não procedeu, imobilizado por seus próprios interesses de classe), no capítulo “O latifundiário João Goulart e o líder populista Jango”.

Não confiando exclusivamente no enorme dispositivo de luta legal que haviam montado, os latifundiários, em uma posição conseqüente de classe (que deveria ter servido de exemplo à esquerda brasileira) e dispostos a ir até as últimas conseqüências na defesa de seus privilégios, prepararam-se para a luta armada, armazenando grandes quantidades de armas.

Eis aqui um rápido esboço da classe latifundiária, o setor mais antigo da oligarquia brasileira. Apesar de já superada como força econômica pela burguesia, continua sendo a mais forte, a mais monolítica, a mais agressiva e a mais conseqüente das forças que exercem o poder.

O que representava efetivamente, em termos de poder político, a burguesia nacional em 1961/64?

Assim como encontramos a origem dos latifundiários brasileiros na decadente nobreza portuguesa, identificamos as raízes da burguesia nacional na classe mercantil e usurária lusitana. Essa, logo que vislumbrou na terra descoberta alguma possibilidade de lucro fácil, para aqui deslocou parte de seus capitais. Timidamente no início, pois estava ocupada na exploração do rico filão que era a Índia e no tráfico de escravos. Com crescente desenvoltura à medida em que consolidava o “ciclo do açúcar” e surgiam outras atividades econômicas como a exploração do ouro.

Até à transferência da Corte portuguesa (em 1808), a vida mercantil era muito limitada, circunscrevendo-se à exploração de produtos da terra e à importação de alguns artigos básicos necessários à vida nos centros urbanos. O resto do país vivia praticamente num sistema de economia natural, autoabastecendo-se as populações disseminadas pelo interior. O pouco comércio que havia estava em mãos de portugueses.

Com a chegada de dom João VI e a abertura dos portos, verificou-se um grande incremento no ritmo dos negócios. Por um lado,

com o aumento das necessidades das populações urbanas, especialmente na capital, onde a presença da Corte determinou uma radical modificação nos costumes simples e austeros até então vigentes. Por outro, pela proliferação de mercadores de outras nacionalidades, que começaram a concorrer com os lucros. Somente numa etapa posterior, com o maior desenvolvimento da atividade econômica e a consequente especialização é que começaram a surgir oportunidades para a participação do elemento nacional.

Como vimos em “BRASIL PARA ESTRANGEIROS”, a industrialização foi atrapalhada, praticamente impedida durante o período colonial e nas primeiras décadas post-independência. Nessa última etapa em virtude de tarifas aduaneiras impostas pelos interesses alienígenas.

Com a modificação, ainda que tímida dessa política em 1844 (lei Alves Branco) e também por causa da cessação gradual do tráfico negreiro (que liberou os capitais nele aplicados), verificou-se um incipiente processo de industrialização. Vencendo todo tipo de dificuldades, encurralada pelo latifúndio todo-poderoso, detentor do poder político, por um lado e pelo capital financeiro internacional por outro, surgiu timidamente a burguesia nacional. Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, foi todo um símbolo da classe nascente. Homens como ele protagonizaram uma tentativa (frustrada pela anulação da lei Alves Branco e pela agressão do imperialismo inglês), que poderia haver antecipado em 2/3 de século a revolução industrial brasileira.

Posteriormente, aproveitando todas as oportunidades, especialmente os momentos em que as burguesias européias estavam envolvidas na guerra e, depois de 1930 graças à proteção total brindada pelo *Estado Paternalista*, a burguesia industrial foi se consolidando. Superou, por fim, no campo econômico, o latifúndio. Compartilhou com esse o poder político. Porém nunca conseguiria livrar-se de seu rival: o capital financeiro e monopolista internacional. Esse, no afã de recuperar o tempo perdido nas guerras, voltava cada vez mais voraz, avassalador. A burguesia nacional passaria, depois da segunda guerra mundial, a viver seu drama hamletiano: lutar ou acomodar-se, associar-se.

A estratégia imperialista para conseguir estabelecer o controle sobre as burguesias dos países periféricos é simples; os monopólios utilizam somente duas ou três armas: dólares ou outra moeda forte em forma de investimentos diretos ou empréstimos, transferência de maquinaria (em geral obsoleta) e tecnologia.

Leôncio Bausbaum descreve o processo de alienação, de capitulação da burguesia nacional, sua desnacionalização, sua transformação em simples testa-ferro dos monopólios internacionais:

“Grande número de investidores estrangeiros, principalmente norte-americanos, ao instalar no Brasil suas indústrias, simples ‘branches’, ramais secundários de empresas estabelecidas no país de origem, começam por comprar pequenas indústrias nacionais, ou a associar-se à indústria nacional já existente, grande ou média.

“Isso verificou-se em quase todos os ramos industriais. Os antigos proprietários, que sofriam de todos os males comuns à indústria brasileira — deficiência de crédito, dificuldades na importação de máquinas e tecnologia e na obtenção de matéria-prima — passaram à condição de presidentes nominais ou diretores secundários das novas empresas mistas, recebendo altos salários e sem mais preocupações financeiras, começando a gozar de todos os privilégios concedidos às firmas estrangeiras”.

A maioria capitula. São cada vez em menor número os grupos nacionais que resistem à pressão do imperialismo e à tentação de acomodar-se. Quando se trata de citar os nomes de grandes capitães da indústria nacional não comprometidos com o capital estrangeiro, são cada vez menos os que nos vem à memória: os Ermírio de Moraes, os Simonsen, os Gasparian... Esses resistem; até quando ninguém sabe. Temos assim, cada vez mais, o capitalismo sem burguesia nacional...

Vejamos o que representa, na realidade, a chamada *burguesia nacional* dentro do conjunto da economia do país. A revista “Conjuntura Econômica” publicou recentemente um esclarecedor estudo sobre a concentração de capital no Brasil. O mesmo, dá a conhecer *as empresas bilionárias, as 66 cujo capital é superior a um bilhão de cruzeiros*”:

Essas 66 empresas representavam 46,3% do capital registrado das 6.818 sociedades anônimas investigadas. Da análise do quadro e dos dados complementares fornecidos pela publicação, conclui-se:

- a) *os investimentos estatais nas 66 empresas representa 55% do total;*
- b) *no relativo ao capital nacional, os investimentos das empresas estatais representavam 81% do total;*
- c) *as 32 empresas estrangeiras somavam um capital total de 100,8 bilhões, contra 39 bilhões dos 19 grupos privados nacionais.*

AS MAIORES EMPRESAS DO PAÍS SEGUNDO SEUS CAPITAIS

Nacionais	CAPITAL (bilhões)	Estrangeiras	CAPITAL (bilhões)
1. Rede Ferroviária Federal	61,3	1. Brazilian Traction	23,5
2. Petrobrás	40,0	2. Mercedes-Benz	6,6
3. COSIPA	12,0	3. Belgo-Mineira	6,0
4. Gr. Ermírio de Moraes	12,0	4. Willys-Overland	6,0
5. Cia. Vale do Rio Doce	7,8	5. Bond and Share	4,7
6. CEMIG	7,0	6. Volkswagen	4,7
7. Grupo Matarazzo	4,8	7. Grupo Bung & Born	3,9
8. Grupo Piratininga	4,0	8. General Motors	3,9
9. Fábrica Nacional de Motores	3,6	9. Ford Motors	3,7
10. Cia. Siderúrgica Nacional	3,6	10. Grupo Souza Cruz	3,0
11. USIMINAS	3,2	11. Alumínio do Brasil	2,9
12. Hidroeléc. Vale do Paraíba	3,2	12. Champion Celulose	2,5
13. USELPA	3,0	13. Centrais Elec. Furnas	2,5
14. C.M.T.C.	3,0	14. Cerv. Brahma	2,4
15. CHESF	2,8	15. Esso-Standard do Brasil	2,3
16. Cia. DOCAS de Santos	2,8	16. Anderson-Clayton	2,0
17. CHERF	2,5	17. Bendix do Brasil	1,9
18. Vemag S/A.	2,0	18. Pneus Firestone	1,6
19. Cia. Siderúrg. Paulista	2,0	19. International-Harwester	1,6
20. Bco. Lavoura de M. Gerais	2,0	20. Rhodiaceta	1,5
21. Refinaria União	1,8	21. Catterpillar do Brasil	1,4
22. Banco do Brasil S/A	1,8	22. General Electric	1,4
23. COPEL	1,4	23. SANBRA	1,4
24. Aços Vilarés	1,4	24. Mannesmann	1,3
25. CEASA	1,3	25. Rhodia	1,3
26. Gen. Elétrico R. Cont.	1,2	26. Pirelli Pneus	1,2
27. Nitroquímica	1,2	27. Industr. Quim. Electr.	1,2
28. CEMAR	1,0	28. White Martins	1,2
29. Laminação de Metais S/A	1,0	29. Bayer do Brasil	1,1
30. Mesbla S/A	1,0	30. Swift do Brasil	1,0
31. Fosforita de Olinda	1,0	31. Wilson S/A	1,0
32. CELO	1,0	32. Cia. Bras. Linhas Coser	1,0
33. Interjame Adm. S/A	1,0		
34. J. Alves Veríssimo S/A	1,0		

Como vemos, a chamada grande burguesia nacional significa na realidade muito pouco, tanto em comparação com o capitalismo do Estado, como ao capital monopolista internacional.

Em conseqüência, seu poder econômico e sua influência política não são tão importantes como apregoam seus porta-vozes e inclusive alguns teóricos marxistas, especialmente os vinculados ao Partido Comunista. A veneração e o culto que o PCB dedica desde 1945 à burguesia nacional está evidentemente mal dirigido: a um “santo de pau oco”.

Além de sua quase total capitulação frente aos monopólios internacionais, que a descaracteriza como classe social independente, a burguesia enfrenta toda uma série de outras contradições que impedem sua unidade e sua participação efetiva — como classe dirigente — no processo político brasileiro.

Como já vimos, continua vinculada ao latifúndio, não somente pelas suas origens, como pela territorialização dos demais setores que a compõem. Tratando de adquirir um certo verniz aristocrático — numa época em que os títulos nobiliárquicos não são fáceis de comprar — o burguês originado no artesanato ou na pequeno-burguesia trata de adquirir uma fazenda com os lucros extraordinários subtraídos à sua indústria ou ao seu comércio, instituindo um simulacro de baronato feudal. Une, assim, o útil ao agradável, pois com os investimentos feitos no campo consegue legalizar os lucros sonegados ao imposto de renda (através da Cédula G).

A maior prova da falta de independência da burguesia, de sua vinculação ao latifúndio foi dada por sua oposição praticamente total à campanha da reforma agrária, uma reforma que a favoreceria, *como classe*, enormemente, ampliando o mercado de consumo interno.

Por outro lado, a unidade da burguesia sempre foi impedida de forma decisiva pelo desenvolvimento econômico desigual das distintas regiões do país. O Brasil, que geograficamente é um subcontinente, do ponto de vista econômico e social é um arquipélago. E as distintas “ilhas” apresentam uma enorme disparidade de desenvolvimento. Num extremo da pirâmide, estão São Paulo e Rio de Janeiro, com um nível de progresso quase equivalente ao europeu; no outro, o Nordeste, zona de miséria asiática.

Além das vantagens iniciais, que vão desde uma melhor situação geográfica até o clima, São Paulo somou em seu favor o fato de haver recebido a maioria da corrente imigratória européia (e japonesa) dos últimos cem anos e a quase totalidade dos investimentos estrangeiros feitos no post-guerra, cerca de 80% do total.

Como uma das sequelas da participação do capital estrangeiro (que trata de localizar-se onde é possível conseguir o máximo de lucro, com o mínimo de investimentos, ou seja, exatamente nas áreas que por seu maior progresso, tem uma melhor infra-estrutura econômica), aumentou aceleradamente o abismo entre o estado bandeirante e o resto do país. A concentração capitalista comprova-se com um só dado estatístico: 66,1% da produção industrial — 2/3 da total — origina-se no eixo São Paulo-Rio.

Essa superioridade absoluta permite à burguesia paulista aplicar, no âmbito nacional, a velha e consagrada estratégia do capital financeiro e monopolista internacional de aniquilar gradativamente as economias de outras regiões.

Sob a proteção das distâncias, enormes e graças à precariedade dos meios de transporte, havia sido possível o surgimento de indústrias, especialmente de bens de consumo, nas regiões periféricas. Os mercados locais, praticamente fechados, asseguraram o progresso e o enriquecimento das burguesias regionais.

Nos últimos anos, porém, em virtude da construção das grandes rodovias nacionais, desapareceram as únicas barreiras que protegiam as indústrias das demais regiões, deixando-as indefesas frente ao complexo industrial bandeirante, muito melhor equipado técnica e financeiramente.

Para fazer frente à avassalante concorrência da burguesia paulista associada aos monopólios internacionais, os industriais de outras regiões não dispõem sequer daquela defesa que qualquer burguesia industrial nascente, assim que alcança um mínimo de influência política, consegue opôr à concorrência dos produtos importados: as tarifas alfandegárias.

São tão graves as sequelas do desenvolvimento econômico desigual, tão grandes os desníveis já existentes e tão brutal a exploração de uma região por outra, que a própria unidade nacional pode ser afetada.

Os interesses divergentes, quando não contraditórios entre os distintos setores regionais da burguesia brasileira, mais as contradições existentes entre aqueles grupos que já capitularam frente ao capital alienígena e os que ainda resistem ao mesmo são tão grandes, que torna-se cada vez mais irreal falar de *burguesia nacional*. Cremos que a classificação *burguesia associada* já corresponde muito melhor à realidade.

Restam, é óbvio, como base de unidade precária, certos pontos de interesse comum entre as distintas burguesias regionais: perpetuar

a exploração dos trabalhadores, manter sem controle a liberdade de obter os lucros mais altos, pagar o mínimo de impostos e usufruir ao máximo os favores do Estado; ou seja, a manutenção do sistema da socialização dos prejuízos e da apropriação privada dos lucros.

Por tudo isso, sem nenhum medo de equivocar-nos, podemos afirmar: o atual estágio do desenvolvimento capitalista internacional, com a integração econômica a nível mundial protagonizada pelos monopólios, as burguesias nacionais, pelo menos nos países subdesenvolvidos, tendem a desaparecer como classes autônomas. Transformam-se inexoravelmente em “classes-agentes” do imperialismo.

Temos assim, como componentes básicos da oligarquia brasileira, uma classe latifundiária decadente (em acelerado processo de perda relativa no campo econômico), porém ainda muito importante politicamente, especialmente a nível estadual e municipal; uma burguesia que nunca chegou a cristalizar-se definitivamente como classe autônoma, que nunca conseguiu assumir a direção (que lhe correspondia) do processo político e já agora irremediavelmente comprometida com os interesses antinacionais e, finalmente, uma nova categoria social, cada vez mais poderosa e que ocupa uma porção cada vez mais considerável no “condomínio do poder”.

Essa é formada pelos diretores (nacionais ou estrangeiros) das subsidiárias locais dos grandes monopólios e pelos economistas e técnicos a serviço dos mesmos; pelos tecnocratas que dentro do governo representam não os interesses nacionais, mas os do capital estrangeiro; pelos homens da publicidade (cada vez mais alienada e alienante), os “experts” em formar opinião pública; pelos políticos profissionais comprometidos (a imensa legião dos que foram financiados pelo IBAD e IPES ou estão, de uma ou outra forma, a serviço dos interesses antipovo e antinacionais), etc.

Essa elite dirigente de novo tipo, regimento aquinhoadas na distribuição da renda nacional (o diretor de uma empresa estrangeira ou um tecnocrata bem instalado ganha num mês mais do que um operário em quatro ou cinco anos), em pagamento dos serviços que prestam ao capital monopolista internacional, pesa cada vez mais no “condomínio do poder”. São os *homens de confiança do imperialismo*.

A participação dos mesmos na administração da coisa pública é cada vez maior e mais ostensiva. O imperialismo ianque, em seus planos de impôr seu contrôlê total sobre nossos países abandona as reservas tradicionais: já não cuida de manter as aparências. Sua interferência na política interna já não se concretiza a nível de bastido-

res, mas diretamente, às claras. No capítulo “State Department, Pentágon & Cia”, veremos como o embaixador Lincoln Gordon, comandando os *homens de confiança*, atuava como um autêntico vice-rei.

O desenvolvimento econômico é planejado pelos seus *homens de confiança*, que dão total prioridade aos interesses de seus amos, colocando em segundo plano as necessidades do povo. Outros *homens de confiança* põem em prática os planos econômicos. Os postos-chave do governo — o ministério da Fazenda, o de Planejamento, o de Indústria e Comércio, a presidência do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e do Câmbio, a Fiscalização Bancária (FIBAN), a embaixada nos Estados Unidos, etc. — são privativos dos *homens de confiança*. Ninguém é nomeado para os mesmos sem o prévio *agreement*, que chega do exterior.

Os governos mudam, porém os *homens de confiança* continuam; quando muito mudam de posto. Ainda quando as mudanças de governo se produzem de forma violenta, como no 1.º de abril, eles continuam igualmente. Roberto Campos, o embaixador de Goulart nos Estados Unidos e ministro de Planejamento de Castelo Branco, é possivelmente o mais perfeito protótipo da “nova classe”.

Outros integrantes da elite dirigente, os militares, em virtude da posição dominante que assumiram depois do golpe, merecem um capítulo especial. Enfim, eles estão recebendo um tratamento especial em tudo. . .

O clero, igualmente por sua atuação destacada nos “idos de março” e pelas contradições que surgem em seu interior, também terá um capítulo à parte.

V

AS FORÇAS ARMADAS E SUAS CONTRADIÇÕES INTERNAS

Um dos mitos mais difundidos e conseqüentemente com maior aceitação no Brasil e no resto de América Latina foi o relativo ao espírito democrático, progressista das Forças Armadas brasileiras. Cuidadosamente criado e divulgado pela historiografia oficial, o mito foi alimentado inclusive por historiadores marxistas, como Nelson Werneck Sodré, ele mesmo um militar.

Em razão disso, essa convicção foi incluída na problemática política nacional, constituindo-se inclusive num fator de fundamental importância na fixação da estratégia das esquerdas brasileiras. Em uma posição absolutamente oportunista, as forças populares, em vez de prepararem-se para a conquista do poder, ficaram esperando que alguns generais “progressistas” fizessem a Revolução. Tanto confiaram e esperaram que foram surpreendidas, totalmente despreparadas, pelo golpe de 1.º de abril, dado pelos generais “não progressistas”.

A origem das forças armadas brasileiras é muito menos democrática do que a da maioria de suas congêneres latino-americanas. As “montoneras” — *“verdadeira organização democrática, pois os chefes eram designados pelo voto dos próprios soldados”* — deram um colorido popular e democrático às lutas pela independência na América Espanhola.

O exército brasileiro, ao contrário, foi formado inicialmente por mercenários europeus recrutados pela Casa de Bragança entre a ralé dos exércitos do Velho Mundo. Organização antipopular e antinacional, o exército imperial foi uma eficiente máquina repressiva, sempre pronta a plastar brutalmente os pruridos de independência efetiva, os ideais republicanos e as rebeliões dos eslavos. Em “BRASIL PARA ESTRANGEIROS” analisamos em detalhe o que foi a atuação dos militares brasileiros no século passado, tanto no

interno, a serviço da oligarquia latifundiária-esclavagista, como no externo, atuando como gendarme de S. M. Britânica.

Apesar disso, a atuação dos militares brasileiros foi geralmente mais discreta do que a de seus colegas hispanoamericanos. Nossos militares preferiram manter-se nos bastidores, manejando os cordões das marionetas que apareciam no cenário político. Nos países da América Espanhola o domínio militar foi muito mais ostensivo.

Assim, no Peru, *“nos primeiros três quartos de século que o país viveu livre da tutela espanhola, sucederam-se nada menos de 18 governantes militares, alguns deles em mais de uma ocasião e somente 3 presidentes civis, que governaram 11 anos. . .”* — informa Victor Villanueva.

Ismael Vinhas descreve assim o militarismo na Argentina: *“Um exame mais atento revela-nos que a presença das forças armadas na nossa vida política foi quase ininterrupta. Na realidade, os momentos em que não se verificou, ou foi imperceptível são os menores; quase poder-se-ia afirmar que foram simples ‘intervalos civilistas’”*.

“Entre 1930 e 1957, cinquenta e seis militares ocuparam o posto de presidente em vinte repúblicas latino-americanas, por pelo menos um ano” — Edwin Lieuwen (*“MILITARISMO E POLÍTICA EM AMÉRICA LATINA”*).

É verdade também, que em certos momentos, setores das forças armadas brasileiras assumiram posições liberais e inclusive progressistas. Um exemplo muito citado desse liberalismo: a recusa dos oficiais de capturarem escravos fugidos, já no final do regime servil.

Em regra, porém, sua atuação foi diferente. As forças armadas, como um todo, sempre foram instrumento das classes dominantes, utilizadas com maior ou menor violência na repressão dos movimentos revolucionários, ou contra simples tentativas reformistas que pusessem em jogo os privilégios das classes dominantes. Não existe nenhuma dúvida nesse particular: *as FF.AA. foram sempre o braço armado da oligarquia*. A *“ação pacificadora”* do Duque de Caxias, o patrono e símbolo do Exército, é uma amostra da norma de conduta dos militares. O resto foram as exceções e o mito formou-se sobre essas.

A proclamação da República foi um marco fundamental na ascensão dos militares ao poder. Apesar de a República ser desejada por todos os setores progressistas da época e que a campanha republicana tivesse sido conduzida por civis, a proclamação em si foi um ato de arbítrio militar, ao qual o povo, como disse Aristides Lobo, *“assistiu bestificado”*.

No primeiro período presidencial, iniciado pelo marechal Deodoro da Fonseca e terminado pelo marechal Floriano Peixoto, o poder político foi diretamente exercido pelos homens de farda. Nos períodos seguintes, apesar dos militares haverem passado aos bastidores, a tutela sobre os políticos continuou constante; eles constituíam o poder detrás do trono. A campanha civilista de Ruy Barbosa foi uma tentativa civil de rebeldia contra essa situação.

O que dizia Alfred de Vigni em relação ao exército napoleônico é válido, neste particular, para o brasileiro, especialmente depois da República: *“O exército é uma nação dentro da outra. Envergonha-se de si mesmo e não sabe o que quer. Investiga-se sem cessar para descobrir se é escravo ou senhor do Estado e seu corpo busca sua alma por toda parte sem encontrá-la”*.

Guillermo Bedregal, um nacionalista-revolucionário boliviano, ampliou assim a tese: *“O exército, obedecendo a um ou outro incentivo, sempre lançou-se a fundo na substituição e ocupação desse vazio perturbador. E sempre foi habilmente explorado pelas empresas de mineração e por seus aliados, os latifundiários (. . .) para que garantisse a tranqüilidade pública e os direitos de propriedade”*.

“Em decorrência disso, o exército passou a considerar-se uma espécie de ‘Estado de Reserva’, que nas horas críticas foi fácil vencer a declarar-se ativo. O exército, quando faz política, faz sempre política de ocupação. E ainda quando o faça com subjetiva honradez, seu sistema de simplificações o fará pensar que a ordem externa e mecânica equivale à Ordem com maiúscula e é a própria normalidade”.

Os movimentos de 1922 e 1924, liderados por militares jovens — os “tenentes” — impregnados pela filosofia positivista e outras idéias liberais correntes na época, representaram tímidas, confusas, porém honestas tentativas de pequeno-burgueses de uniforme de mudar o que havia de mais esclerosado na República Velha.

Frutos desse “messianismo castrense”, tivemos a revolta dos “18 do Forte de Copacabana” e a Coluna Prestes. Apesar de não terem objetivos revolucionários claros, nem uma ideologia definida, esses movimentos representaram um considerável avanço no processo de esclarecimento e politização do povo, contribuindo inclusive de forma decisiva para preparar o terreno para a Revolução de 1930.

Em contrapartida, vamos encontrar no “tenentismo” a origem do movimento militarista, que desenvolvendo-se de forma lenta, vacilante e contraditória durante 40 anos (o tempo necessário para que os “tenentes” chegassem ao generalato), culminaria com o golpe de 1.º de abril.

Os tenentes de 22 e 24, justamente indignados com a estagnação econômica e a corrupção administrativa (sem entender que essa é inerente ao sistema capitalista), foram afirmando ao longo dos anos sua convicção sobre a incapacidade administrativa e a improbidade dos civis.

Acostumados à disciplina dos quartéis, tendo aprendido fundamentalmente duas coisas — *a obedecer e a mandar* — os militares horrorizam-se com a “desordem” política dos paisanos. Não preparados, por sua formação, para o debate democrático, o julgam anárquico, uma antevisão do próprio caos.

Dentro desse pensamento primário, preconizam, como antídoto, a Ordem, a disciplina dos quartéis. A solução óbvia: um governo forte, comandado por militares; uma “ordem unida” que enquadrasse a todo o povo. Uma vez alcançada a Ordem, viria, automaticamente, o Progresso. A própria bandeira nacional, com o lema de Augusto Comte, não apontava a “solução”?

Em 1930, os “tenentes”, havendo contribuído para a vitória da revolução, consolidaram sua posição e apoderaram-se de uma parte considerável do poder. Alguns de seus líderes alcançaram altos postos: Juarez Távora, atual ministro de Obras Públicas, por ter governado com poderes absolutos, foi cognominado “Vice-rei do Nordeste”; Juraci Magalhães, atual ministro de Relações Exteriores, administrou a Bahia como se fosse um feudo; Cordeiro de Farias, atual ministro do Interior, fez o mesmo no Rio Grande do Sul. Isso para nomear somente os que ocupam altos postos no atual governo.

Esses êxitos fizeram com que os militares tomassem o gosto pela política, pelo poder civil, muito mais amplo, mais emocionante e mais lucrativo do que a rotina dos quartéis.

Essa militância política acabou por prejudicar a cristalização da casta militar. Os “tenentes” dividiam-se em grupos divergentes e inclusive antagonicos: uns levados simplesmente por ambições pessoais, outros movidos por alguma idéia política, reacionária ou progressista. Alguns, como Luis Carlos Prestes, chegaram ao marxismo.

Sem embargo, inclusive os que evoluíram no sentido progressista ou mesmo revolucionário, não se libertaram totalmente das marcas deixadas pela formação militar: não se livraram do “complexo de ordem unida”, do militarismo. Isso ajuda a entender o levantamento de 1935, liderado pelo PCB, com muito mais de “putch” militar do que de revolução popular. Contribui também para explicar a total falta de democracia interna no partido, cuja direção está hoje em mãos dos militares de 1935.

Ao instituírem, em 1937, com Getúlio Vargas, o *Estado Novo*, os militares acumularam novos e decisivos fatores de poder. Ao derrubarem Getúlio, em 1945, por “indicação” do embaixador norte-americano Adolf Berle, consolidaram definitivamente suas posições: a partir de aí sua tutela sobre o poder político seria total.

A presença de candidatos militares tornou-se norma nas disputas eleitorais. Para assegurar a realização de eleições, os políticos concordaram tacitamente que um dos grandes partidos — o P.S.D. ou a U.D.N. — deveria apresentar sempre um candidato militar. Era o preço pago pela manutenção do regime democrático.

Assim, tivemos em 1945, a disputa entre o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes. No caso não houve sequer opção civil. Eduardo Gomes voltou como candidato da UDN, em 1950. Em 1955, chegou a oportunidade para o general Juarez Távora, também pela UDN. Em 1960, o PSD, o PTB e os comunistas lançaram a candidatura do marechal Teixeira Lott.

É verdade que o povo, reagindo de forma instintiva, encarregou-se de frear as ambições políticas dos militares. Assim, Eduardo Gomes foi derrotado por uma segunda vez por um civil, Getúlio Vargas; Távora, por outro civil, Juscelino Kubitschek; Lott, por outro, Jânio Quadros.

Era evidente a falta de “vocaçãõ eleitoral” dos militares e também a desconfiança do povo frente a qualquer candidato de uniforme, inclusive quando apresentado pelos setores progressistas. Revelando sua sabedoria política, o povo brasileiro concluía que o lugar dos “milicos” era no quartel. Valendo-se da única arma disponível — o voto — dava a resposta devida ao complexo de superioridade dos militares.

Muito mais difícil, porém, do que derrotar os candidatos militares, foi conseguir que os eleitos pelo povo assumissem a presidência da República. Derrotados nas urnas, os militares reacionários trataram sempre de impedir a investidura dos vitoriosos. Para impedir a posse de Vargas, levantaram a tese da maioria absoluta; tentaram modificar as “regras do jogo” depois desse haver terminado. A posse de Juscelino, violentamente impugnada pelos setores da direita, somente foi possível graças ao contragolpe do marechal Lott. Inclusive a posse de Jânio, apesar de ele haver sido candidato dos setores mais reacionários, foi posta em dúvida.

Mais difícil ainda, praticamente impossível, foi conseguir que os governantes eleitos pelo povo chegassem ao fim de seu mandato. Vargas foi “suicidado” no dia 24 de agosto de 1954, quando havia

cumprido somente 2/3 de seu período. Juscelino teve que empregar todo seu malabarismo mineiro para cumprir integralmente seu período governamental; apesar disso, foi ameaçado por duas rebeliões de “ultras”: Jacareacanga e Aragarças. Jânio perdeu o controle da situação após somente sete meses de haver assumido.

João Goulart, que somente chegou ao poder por haver-se levantado em armas o povo gaúcho, também não concluiria seu período. Em 1.º de abril de 1964 restavam-lhe 20 meses de mandato legítimo, outorgado pelo povo.

Resumindo a situação vigente de 1945 a abril de 1964, concluímos que:

1) *para que se realizassem eleições era necessário que pelo menos um dos candidatos fosse militar;*

2) *para que o candidato civil eleito pudesse tomar posse era necessário que, entre as eleições e data de posse, conseguisse um respaldo militar suficiente; esse era obtido mediante uma série de compromissos, entre os quais se destacava a designação prévia dos ministros militares e a promessa de um imediato e substancial aumento para as forças armadas;*

3) *para que o presidente chegasse ao fim de seu mandato era necessário que cumprisse ao pé da letra as “regras de jogo” estabelecidas pelos militares, especialmente no referente à manutenção do “status quo” interno e à submissão frente aos Estados Unidos.*

Tudo isso em nome da democracia e em defesa da civilização ocidental e cristã, da qual os militares se consideram guardiões . . .

Além da lógica ambição pelo poder político, outros estímulos atuavam sobre os militares. Um dos mais importantes era a luta pela obtenção de vencimentos cada vez mais altos e sempre maiores vantagens nos códigos que regulam a carreira castrense. Nesse aspecto, a unidade era total: todas as divergências políticas entre os setores nacionalistas-progressistas e os “ultras” desapareciam como por arte de magia, confirmando o velho Camões: “*Cessa tudo que a musa antiga canta, quando outro valor mais alto se alevanta*”. Pobre do presidente e dos legisladores que não se mostrassem “sensíveis” a essas reclamações. Era a maneira mais simples e rápida de cometer o suicídio político.

Num país como o Brasil, que atravessa uma fase de transição entre o estágio de subdesenvolvimento e o capitalismo, os lucros da burguesia são altos e fáceis. É a única maneira de conseguir uma rápida acumulação de capital. Os profissionais liberais, pelo menos

os que estão a serviço das classes dominantes e dos monopólios também conseguem uma renda altamente compensadora, que lhe assegura um nível de vida equivalente ao da burguesia.

A oficialidade das forças armadas sempre esteve muito bem remunerada em relação aos salários médios vigentes no país. Seus vencimentos, sem embargo, apesar de aumentados por toda uma série de subsídios, que transformam a folha de pagamento dos militares na coisa mais complicada do mundo, são baixos quando comparados com a renda da burguesia e dos profissionais liberais mais afortunados.

Isso constitui um fator de irritação, um agravo à vaidade, ao complexo de superioridade característico dos militares. Eles, que tanto desprezam os civis, revoltam-se quando se vêem relegados a um nível inferior na escala social, estabelecida no sistema capitalista, pela medida absoluta: o ingresso econômico de cada um. Considere-se ainda, o fenômeno da inflação, que consome uma parte considerável do poder aquisitivo dos vencimentos entre um reajuste e outro e se terá um quadro do descontentamento crônico dos militares nesse aspecto.

Essa insatisfação crônica tornou-se aguda quando, em 1961, os funcionários civis, como conseqüência da “greve da paridade”, conseguiram a equiparação de seus vencimentos ao dos militares. O nível 18, último da carreira civil, passou a corresponder ao de um coronel, último posto normal na carreira militar (são relativamente poucos os que atingem o generalato em atividade). Os militares nunca se conformaram com essa “afronta” e viviam esperando a oportunidade de recolocar os funcionários civis no lugar subalterno que lhes correspondia. . .

Essa oportunidade surgiu com a “revolução” de 1.º de abril. O governo de Castelo Branco não somente liquidou com a paridade, como estabeleceu uma situação muito pior do que a vigente antes da greve. O último nível da carreira do funcionário civil (técnicos de nível universitário) passou a corresponder ao de 3.º sargento e até mesmo ao de cabo especializado da Aeronáutica.

Assim, um médico do serviço público, que tinha um vencimento equivalente a um coronel, passou a ganhar menos do que esse, do que um tenente-coronel, que um major, que um capitão, que um 1.º tenente, que um 2.º tenente, que um aspirante, que um suboficial, que um 1.º sargento e um 2.º dito. Em resumo, foi passado para trás por toda hierarquia castrense.

O “governo de Estado Maior” seguiu a clássica sugestão do imperador Caracalla a seu filho, quando este lhe pediu conselho

sobre a arte de governar: “*Um só, filho; enriquece os soldados e despreocupa-te do resto*”. Não há nenhuma dúvida: no 1.º de abril os militares fizeram a *sua revolução*. Os civis foram recolocados no seu devido lugar. A dignidade da “classe” ficou a salvo; o orgulho foi restabelecido. . .

Em determinadas ocasiões, entretanto, os militares deixavam de lado seu orgulho, sua arrogância e se inclinavam servis frente aos civis, especialmente aos políticos. Uma dessas oportunidades era quando alcançavam a idade limite para permanecer na tropa com o posto de coronel. Se não fossem promovidos a general, passariam à reserva.

Para conseguir que seu nome figurasse na lista dos privilegiados escolhidos pelo presidente da República, os coronéis — com raras exceções — faziam qualquer negócio. Era comum vê-los correr atrás dos deputados, senadores, políticos em geral ou outra qualquer pessoa que pudesse exercer influência sobre o presidente. Inclusive a amante de algum presidente deve ter “feito” seu general.

O medo de ter que trocar o uniforme pelo “pijama”, constitui um drama tremendo para o militar-tipo. Explica-se: é duro para um homem de 40 anos ou mais de quartel, habituado a dar ordens a um número sempre crescente de subordinado, ver-se, de um dia ao outro, privado de seu comando. Perder o mando sobre centenas ou milhares de homens e poder mandar então somente em sua mulher (pois inclusive os filhos, nessa altura da partida, já se emanciparam) e isso nem sempre. . . Ter que pôr o “pijama” equivale, em certa medida, transformar-se num paisano. Suprema humilhação. . .

Outra oportunidade em que o militar deixava de lado o seu orgulho castrense e corria atrás dos políticos era quando resolvia disputar um cargo civil em comissão, a direção de uma empresa estatal, ou algo parecido. Exercer um posto de direção, onde, além dos vencimentos militares, ganha-se gordas gratificações; onde, em vez de ordenanças, tivesse gentis secretárias à sua disposição e — o que era muito importante — pudesse decidir sobre concorrências públicas, era o sonho dourado de muitos militares, cansados da chata rotina dos quartéis.

O regime instalado em 1.º de abril, ao nomear centenas, milhares de oficiais para funções civis, algumas as mais inverossímeis e impróprias para quem teve uma formação castrense, está atendendo uma das mais sentidas reivindicações da “classe”. O perigo reside no fato (já apontado por um jornalista carioca) de que o êxodo dos quartéis seja tão grande que a própria segurança da “nova ordem” fique comprometida. . .

Sempre que solicitava um emprego público para um filho ou parente, ou então um empréstimo no Banco do Brasil, ou na Caixa Econômica, o militar também atuava em forma humilde; pelo menos até conseguir o favor pleiteado. Não há nada mais diferente de um coronel postulando uma promoção do que o mesmo, depois, quando já usa as insígnias de general. Que o diga Jango . . .

Goulart estava convencido, até a véspera do golpe, que tinha um esquema militar absolutamente fiel porque tinha dispensado favores a mãos cheias aos chefes militares. Promoções, empréstimos, empregos a familiares, etc., porém tudo resultou inútil. Nada adiantou, por exemplo, que ele houvesse ordenado ao Banco do Brasil que financiasse, ao general Amaury Krueel, a compra de uma fazenda no Estado do Espírito Santo: eram somente 60 milhões, uma ninharia comparada com o que a poderosa burguesia paulista, por intermédio de seus órgãos de corrupção — o IPES e o IBAD — podia oferecer ao comandante do II Exército.

Quando o poder de corrupção da burguesia nacional resultava insuficiente, existia a solução de reserva: a quase ilimitada capacidade de compra do imperialismo. Os norte-americanos, apesar do seu puritanismo de fachada, sabem aplicar como ninguém o “poder persuasivo do dólar”. Raciocinam fria, calculada, pragmaticamente: se a guerra do Vietnam consome 50 milhões de dólares por dia, além de preciosas vidas norte-americanas, porque não gastar uma soma equivalente na compra de meia dúzia de generais, capazes de decidir a situação no Brasil sem tiros e outras complicações, principalmente considerado que esse país é muito mais importante, para o imperialismo, em todos sentidos, do que a pequena e longínqua nação do Oriente?

Carlos Lacerda, o mais fiel e eficiente laçao do imperialismo no Brasil, ao falar pela TV depois da vitória do golpe, teve o caradurismo de — dentro do raciocínio acima — cobrar dos norte-americanos os dólares que haviam economizado com a “revolução”, que liquidou com o “comunismo de Jango” e tornou desnecessário o desembarque dos “marines”.

Indiscutivelmente, o grande e quase insuperável obstáculo que enfrentam os povos latino-americanos em suas tentativas de libertação é o fabuloso poder de corrupção do dólar. Para o governo de Washington, ou para qualquer monopólio norte-americano um milhão de dólares é “dinheiro para cafezinho”. Porém, para qualquer general, ou político de nossos países essa cifra representa a independência para si e para sua família por várias gerações. E os ianques são absolutamente conscientes desse poder: chegam a afirmar (com

evidente exagero, pois existem milhares de militares latino-americanos honestos) que *“nenhum general de América Latina resiste a um ‘canhonaço’ de 100 mil dólares”*.

Outro dos aspectos característicos das “revoluções brasileiras” não compreendidos no exterior (foram interrogados, a respeito, em inúmeras oportunidades, por amigos uruguaios e argentinos) é a habitual ausência de luta armada por ocasião dos golpes.

Por que, em 1930, a maior batalha, a de Itararé — como afirmava nosso amigo, o grande humorista Aporelli — não houve? Por que, em 1932, a “revolução constitucionalista” limitou-se a algumas escaramuças? Por que o “*putch*” de 1935 não passou de tiroteios em alguns quartéis? Por que o golpe do *Estado Novo*, em 1937, foi absolutamente pacífico, não se disparando nenhum tiro? Por que o dos integralistas, no ano seguinte, limitou-se a um tiroteio contra o palácio do governo? Assim foi em 1945, quando derrubaram Getúlio pela primeira vez; no *24 de agosto* e no *11 de novembro*. Inclusive a “legalidade” de Brizola, em agosto de 1961, foi pacífica, rendendo-se o general Machado Lopes que comandava 70/80 mil homens?

Nosso amigo Neiva Moreira, asilado na Bolívia, assistiu ao golpe que liquidou com o governo nacionalista-revolucionário. Posteriormente nos contava, meio complexado, como peleavam os bolivianos: várias centenas de mortos em poucos dias. E como, terminada a refrega, os nativos comentavam o pouco que se havia lutado naquela oportunidade.

Por que sucede isso? Serão covardes os brasileiros? — acosavam-nos nossos amigos rioplatenses, inconformados que houvéssemos entregado o poder sem luta no *1.º de abril*.

Reagiamos em defesa do orgulho nacional, argumentando: não somente no Brasil, mas em quase toda América Latina e outros países, os golpes apresentam características idênticas aos brasileiros: uma quase total ausência de luta armada. Alguns tanques “Sherman”, que estacionam frente ao palácio de governo, mais alguns desses jatos antiquados em vôos rasantes, pilotados uns e outros por oficiais com curso nos *States*, bastam para decidir a parada.

Humberto Cuenca resume assim a técnica do golpe de Estado em nossos dias: *“Hoje o instrumental do ‘cuartelazo’ está reduzido a só três elementos: um psicopata, um telefone e uma emissora de rádio”*.

No Brasil, o humor popular explica irreverentemente o que significa “revolução”. Dois generais adversários, à frente de suas

respectivas tropas, antes de ordenar qualquer ação bélica, mantém sempre um diálogo telefônico, mais ou menos nesses termos:

General X: Quantos homens tem sob seu comando?

General Y: 3.000.

General X: Pois eu tenho 3.500.

General Y: Aceite, então, minha rendição.

Os golpes são decididos normalmente pelo telefone. Por isso dizia Brizola, na noite de 25 de agosto de 1961, quando decidiu resistir: *“Esta vez eles não darão o golpe pelo telefone”*. É que ele tinha uma arma superior. Pôs a rádio da legalidade no ar e convocou o povo à luta, abortando o golpe dos três ministros militares.

A explicação para a aparente covardia pode ser encontrada no sentimento de casta, cada vez mais arraigado entre os militares de carreira: os lobos não se comem entre si. A prova disso tivemos por ocasião da repressão que se seguiu à queda do governo de Goulart.

Enquanto os civis eram caçados como feras, perdiam seus cargos conquistados pelo voto ou em concursos públicos, tinham suas residências saqueadas por oficiais armados e suas famílias ultrajadas; enquanto os paisanos eram aprisionados e mantidos na mais abjeta promiscuidade (30 ou 40 em celas de 5x6 metros), submetidos a infames torturas ou mesmo “suicidados” pelos policiais do DOPS, ou por oficiais dos serviços de informação das FF.AA., que sucedia com militares de alto nível fiéis a Jango, considerados também como “subversivos”?

Os regulamentos militares estabelecem (e evidentemente são cumpridos), que nenhum oficial pode ser detido por outro de graduação inferior: se entre os presentes não existe nenhum de igual categoria ou superior é necessário esperar, suspendendo a prisão, até que se encontre algum.

Uma vez preso, o oficial é colocado numa cela especial nos quartéis ou fortalezas, conservando o direito ao tratamento e as prerrogativas de seu nível hierárquico. Isso quando não fica em prisão domiciliar, sob a palavra. Quem vai duvidar da palavra de um oficial?

Somente os mais comprometidos com a “subversão” foram degradados e passados à reserva, porém recebendo os vencimentos correspondentes. Somente uns poucos, os mais autênticos, foram expulsos, considerados mortos (mesmo nesses casos, suas famílias recebiam as pensões estabelecidas pelos regulamentos militares).

Pelo visto, para os militares brasileiros é muito fácil assumir posições golpistas ou inclusive revolucionárias. No econômico, o máximo que pode acontecer é uma aposentadoria bem remunerada. Como “estão proibidos os tiros”, os riscos físicos também são insignificantes. É de admirar que com toda essa margem de segurança não aconteçam mais “revoluções” no Brasil. . .

A pentagonização dos militares brasileiros

Com a segunda guerra mundial verificar-se-ia uma mudança fundamental na filosofia dos militares brasileiros. Getúlio Vargas, compreendendo perfeitamente que o conflito, pelo menos na sua primeira fase era fundamentalmente um confronto interimperialista, tratou de manter a neutralidade do Brasil e de explorar a contradição entre os dois campos em benefício da economia brasileira. Derrotado pela pressão norte-americana, foi à ruptura de relações e posteriormente à guerra com o *Eixo*.

Nesse fato vamos encontrar uma das causas primeiras do atual surto militarismo brasileiro, reacionário e antinacional. A Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi incorporada ao V Exército norte-americano, na Itália. Paradoxalmente, enquanto combatia o nazi-fascismo, a oficialidade brasileira foi conquistada pelo ideário de seus colegas ianques. Por uma filosofia que não tem nada que ver com os ideais democráticos de Jefferson e Lincoln: os *homens do Pentágono* eram tão reacionários, tão “fascistas”, tão imperialistas como seus adversários, os militares alemães.

De volta dos campos de Itália os oficiais da FEB golpearam Vargas. Não para garantir o processo de redemocratização (que se desenvolvia plenamente) mas sim para conquistar o poder e atrelar o Brasil aos Estados Unidos. A posterior evolução política da maioria dos oficiais da FEB, que culminou com o golpe de 1.º de abril de 1964, comprova isso.

O governo Dutra, como já vimos, significou um enorme retrocesso: tanto no relativo à defesa da soberania nacional, como no referente aos direitos políticos e sociais do povo. Seu grande “pecado” foi o TIAR. Na Conferência de Quitandinha (2/9/47), foi firmado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Posteriormente, na IX Conferência Interamericana (Bogotá, 1948), foi elaborada a carta da Organização dos Estados Americanos — OEA.

Com o TIAR e a OEA, os EE.UU. conseguiriam disfarçar seu domínio sobre o continente e sua clássica política de intervenção, especialmente na América Central, a “*diplomacia das canhoneiras*”,

o “*big stick*” de Theodore Roosevelt. Sempre que fosse necessário, isto é, sempre que os interesses norte-americanos estivessem sob suposta ou real ameaça, a intervenção seria coletiva. Além disso, os exércitos latino-americanos passariam a ser “tropa auxiliar” do Pentágono.

No que se refere ao Brasil, a subordinação definitiva consumou-se em 29/7/1948, quando foi firmado o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, um dos documentos mais vergonhosos da história do imperialismo.

O acordo apresentava aspectos tão lesivos à soberania nacional que, durante anos, foi cuidadosamente sonegado ao conhecimento do povo. A Constituição Brasileira estabelece que os tratados internacionais devem ser submetidos à homologação do Congresso. O governo de Dutra não se atreveu a isso.

Somente no dia 5 de setembro de 1956, oito anos depois, é que Juscelino Kubitschek (seguramente como parte do preço pago pela obtenção da “ajuda” e dos investimentos norte-americanos) teve o caradurismo de enviar o documento ao Parlamento (Mensagem Presidencial n.º 450). Apesar de estar constituído em grande parte por elementos vinculados aos interesses antinacionais, os congressistas não tiveram a coragem de ratificar o acordo lesapátria. Em consequência, a 450 ficou sepultada durante anos nalgum arquivo do Senado. Apesar disso, em forma ilegal, o acordo teve plena vigência durante todo o período.

No dia 6 de abril de 1964 — havia somente quatro dias da vitória do golpe — os parlamentares, apavorados frente à bota militar, perderam os últimos escrúpulos e homologaram o acordo. Alguma dúvida sobre as origens e o caráter do “cuartelazo” de 1.º de abril?

O acordo estabelece normas sobre o funcionamento de um “*Curso para Chefes de Exército, Marinha e Aeronáutica, sobre operações combinadas, semelhante ao do National War College*” de Washington. “*A Missão estará composta por pessoal do Exército, Marinha e Aeronáutica dos Estados Unidos da América*”.

O artigo 8.º do acordo estabelece: “*Todos os membros da Missão servirão com o posto que têm nas forças armadas dos Estados Unidos, usando o uniforme correspondente, porém terão proeminência sobre todos os oficiais brasileiros de igual hierarquia*”.

Os artigos seguintes determinam que “*todos os membros da Missão terão direito a todas as honras e privilégios que as leis ou regulamentos do Exército brasileiro outorguem a seus oficiais*”, po-

rém, “o pessoal da Missão estará subordinado aos Regulamentos Disciplinares do Exército, Marinha e Aeronáutica dos Estados Unidos da América”.

Para gozar dos privilégios, os membros da missão são considerados brasileiros, porém para evitar eventuais punições, voltam a ser norte-americanos. Maravilhosa dupla nacionalidade, que assegura inclusive extraterritorialidade aos oficiais de *Tio Sam*, colocando-os fora do alcance da justiça brasileira.

A remuneração é paga pelo Brasil, em dólares. Os artigos 12 a 20 estabelecem uma série infinita de vantagens que gozam os membros da Missão, desde a isenção de tarifas alfandegárias para a importação de automóveis (que são logo vendidos com um lucro de 300%), até o transporte, por conta do governo brasileiro, do cadáver, da família e de todos os bens móveis de qualquer membro da missão que morra no Brasil.

A autodeterminação do Brasil desaparece com o estabelecido no artigo 21.º: “Durante a vigência do presente contrato, ou durante sua prorrogação, o Governo dos Estados Unidos do Brasil não utilizará os serviços do pessoal de nenhum outro governo estrangeiro para funções de qualquer outra natureza...”. A mentalidade exclusivista dos monopólios ianques contaminou pelo visto aos homens do Pentágono...

Agora, a nota humorística, que transforma o acordo numa tragicomédia; o artigo 22, que diz: “Nenhum membro da Missão revelará ou divulgará de nenhum modo a nenhum governo estrangeiro, ou a quem quer que seja, nenhum assunto de natureza secreta ou confidencial do qual tenha tomado conhecimento devido suas funções como membro da Missão. Essa obrigação perdurará ainda depois de terminadas suas obrigações com a Missão e depois de haver sido concluído ou rescindido o presente contrato ou sua prorrogação...”.

Como, para um militar norte-americano o governo de Estados Unidos não pode, é óbvio, ser considerado *estrangeiro* e ainda pelo fato de estarem os membros da Missão sujeitos aos Regulamentos Militares norte-americanos, a proibição a que se refere o artigo não alcança ao governo de Washington; portanto...

Os norte-americanos estão aperfeiçoando a arte de dominar os demais povos. Com o acordo Militar Brasil-Estados Unidos matam dois coelhos com uma só cacetada:

1) *Introduzem seus espões no próprio seio das FF.AA. brasileiras, onde tomam conhecimento de todos os planos de defesa nacional, conseguindo ainda que o governo brasileiro pague aos espões;*

2) *Nos cursos que a Missão Militar norte-americana dá aos oficiais brasileiros, conseguem, além de impôr os métodos tático-militares das forças armadas norte-americanas (o que, por si só, transforma as brasileiras num simples apêndice daquelas), ganhar a oficialidade brasileira para a ideologia imperialista e fascistóide do Pentágono.*

Para impôr uma base ideológica aos anárquicos e contraditórios objetivos das classes dominantes brasileiras, enquadrando e ajustando-os aos interesses do capital financeiro e monopolista norte-americano, os homens da Missão Militar, utilizando alguns generais brasileiros como testa-ferro, organizaram a Escola Superior de Guerra, uma réplica exata da *National War College* de Washington.

Não tiveram, no caso, sequer a precaução de adaptar a doutrina à realidade nacional. Uma simples tradução resolveu o problema. Dessa exagerada aplicação da “lei do menor esforço”, resultaram algumas confusões. Nosso amigo, o deputado Max da Costa Santos (que matriculou-se na ESG para conhecer “o monstro por dentro”) informava sobre a confusão ocasionada por uma tradução mal feita (“*national power*”, por “poder nacional”, quando o sentido exigia que fosse “poderio nacional”), que anualmente ocasionava intermináveis e não conclusivas discussões entre o alunado da Escola.

Os objetivos, obviamente não declarados da ESG, são:

1) *congregar quadros civis e militares, recrutados nos altos níveis das FF.AA. e entre a grande burguesia nacional com o objetivo de formar um grupo de pressão (um “lobby”) de enorme influência — dentro e fora do governo — capaz de defender, com totais possibilidades de êxito, os interesses do imperialismo;*

2) *criar para a “classe militar”, frustrada com a perda de importância, que sofreu em consequência da modificação do conceito clássico de guerra, novas tarefas e funções, igualmente dentro dos planos hegemônicos do Pentágono e dos monopólios norte-americanos.*

Assim como, nos Estados Unidos, da associação entre os militares e a burguesia monopolista surgiu uma conjugação de interesses, que cristalizou-se no chamado “complexo industrial-militar”, na Escola Superior de Guerra consolidou-se a unidade entre o setor industrial nativo, o estrangeiro e os homens de uniforme, já não mais dentro do clássico conceito de segurança mas sim de defesa frente ao “perigo comunista”.

As forças armadas convencionais surgiram da dupla necessidade de garantir a soberania nacional e de assegurar a manutenção das

estruturas sócio-econômicas e os privilégios das classes dominantes nativas.

No caso brasileiro, elas foram preparadas desde sua formação para aquilo que parecia, a seus chefes, ser sua missão histórica no campo internacional: a guerra contra a Argentina. O imperialismo inglês e posteriormente o norte-americano cultivaram com todo o carinho, em ambas margens do rio Uruguai, a tese da inevitabilidade desse conflito.

Porém, no post-guerra, com a divisão do mundo em dois campos relativamente antagonicos e com a supremacia absoluta conquistada pelos ianques no campo imperialista, desapareceu o interesse de cultivar essa animosidade. Ao contrário, dentro dos interesses das empresas monopolísticas internacionais pressiona-se no sentido da integração econômica.

Em conseqüência, os Estados Maiores das FF.AA. do Brasil e da Argentina devem ter recebido ordens de arquivar, definitivamente, os planos de campanha de invasão da Argentina e de Brasil, respectivamente. Assumia assim absoluta atualidade a observação de Lenin: *“Um exército regular emprega-se não apenas contra o inimigo externo, mas também contra o inimigo interno”*.

O fortalecimento do mundo socialista e o conseqüente equilíbrio mundial de forças, transformaram a guerra numa prática perigosa para o imperialismo. Além disso, a rápida conscientização dos povos periféricos, cada vez mais dispostos à luta pela autodeterminação e pela modificação das arcaicas infraestruturas internas, constitui outro obstáculo sério a qualquer tipo de guerra convencional. Os estrategistas das grandes potências capitalistas e seus êmulos em nossos países sabem muito bem que qualquer conflito externo pode proporcionar, aos povos submetidos, a grande e esperada oportunidade de libertação.

Hoje, aos militares brasileiros se lhes ensina (nas escolas militares, nos cursos de Estado Maior e na Escola Superior de Guerra) que a única guerra possível e inclusive inevitável, é a que enfrentará os países ocidentais com o “mundo socialista”, com a destruição da URSS e da China Popular.

Como essa não será em absoluto uma guerra convencional (far-se-á exclusivamente à base de projéteis dirigidos e bombas nucleares), as forças armadas dos países atrasados ficaram sem finalidades no campo internacional. Liberadas de uma de suas finalidades, elas podem dedicar-se totalmente — *“full time”* — à manutenção da ordem interna, à consolidação dos privilégios das classes dominantes e das empresas internacionais estabelecidas no país.

Essa “divisão de trabalho” verificada entre os militares a nível global, essa possibilidade de nossas FF.AA. poderem-se dedicar exclusivamente à problemática interna, foi um achado para as oligarquias nativas, pois ela verificou-se num momento em que a insatisfação e a conseqüente conscientização das massas atingia um nível considerado perigoso para o fabuloso conjunto de interesses acumulados em séculos de dominação.

Agora, para maior tranquilidade das classes dominantes dos países periféricos, os militares podem dedicar todo o seu tempo, concentrar todos seus esforços num único sentido: na manutenção da Ordem (com O Maiúsculo), necessário ao Progresso, no combate da “subversão” (com um sentido extremamente ampliado, que abarca toda e qualquer plano ou simples idéia reformista) e no combate ao comunismo (também com um significado super-dimensionado, pois inclui o nacionalismo-popular e pode chegar à liquidação do liberalismo, considerado um perigoso caldo de cultivo daquele).

Partindo do dogma castrense da necessidade de unidade de comando, os militares brasileiros foram convencidos, gradualmente, para que aceitassem a vergonhosa tarefa que lhe foi destinada pelo Pentágono, dentro de sua luta global contra o comunismo. Desempenham cada vez mais o papel de enorme polícia-política e de tropa de ocupação do imperialismo.

Como os militares de outros países latino-americanos estão submetidos a iguais condicionamentos, através de outras missões militares, em outras escolas superiores de guerra, dentro de pouco tempo as polícias-políticas serão internacionais.

A “Operação Ayacucho”, realizada recentemente no Peru, com a participação de tropas de diversos países e que se constituiu numa manobra simulada de aniquilamento de um suposto levante comunista, foi um primeiro ensaio.

É necessário ir acostumando nossos povos a ver uniformes estranhos dentro de nossas fronteiras. Sempre que um exército local não for suficientemente forte para controlar o “perigo”, intervirá uma “força interamericana de paz”. A “Internacional Repressiva” começa a funcionar: a invasão da República Dominicana — protagonizada pelos exércitos norte-americano e brasileiro — foi sua primeira ação concreta.

Tudo o que foi dito neste capítulo refere-se, é óbvio, à estrutura oficial das forças armadas. Não atinge à oficialidade em seu conjunto, pois existe um setor considerável da mesma que se mantém incólume à sórdida campanha de desnacionalização dirigida pelo Pentágono, pela CIA e pelo USIS.

Não se refere, igualmente, aos suboficiais, aos sargentos, aos cabos, soldados, marinheiros e fuzileiros navais, que estão em sua imensa maioria comprometida com as posições nacionalistas-populares.

As divisões nas forças armadas

Referindo-se especificamente aos militares franceses e à situação muito especial vigente durante o II Império, Karl Marx escrevia: *"(Bonaparte) se vê obrigado a criar, junto às classes reais da sociedade, uma casta artificial, para a qual a manutenção do seu regime é uma questão de garfo e faca..."*.

Posteriormente, muito se escreveu sobre a "casta militar". Inclusive muitos autores marxistas (esquecendo o princípio da universalidade da contradição e a teoria da luta de classes) trataram de generalizar a observação circunstancial e local do mestre, e apresentam as forças armadas como uma organização homogênea, como um todo monolítico, cerrado, isolado do resto da sociedade. Ou seja, como "casta", tanto na acepção clássica do termo (*castus* = puro), como na versão mais utilizada em nossos dias: *"cada uma das classes fechadas em que se divide a sociedade indú"*.

Lenin tinha uma visão completamente distinta do problema. Especialmente em *"Exército Revolucionário e Governo Revolucionário"* e em *"Os Ensinamentos da Insurreição de Moscou"*, ele recomenda *"trabalhar ideologicamente o exército"*. O que seria impossível se o mesmo constituísse uma casta fechada. O líder revolucionário russo, dando como exemplo o episódio do encouraçado "Potenkim", mostrava como, em determinadas momentos e em certas circunstâncias, os setores inferiores da hierarquia militar podem rebelar-se e jogar um papel muito importante no processo revolucionário.

Como em todo e qualquer organismo social, no exército existem e atuam as contradições e se verifica a luta de classes, de categorias ou grupos. Além disso, as forças armadas vivem dentro da sociedade. Não estão, como certas ordens eclesiásticas da Idade Média, totalmente isoladas no mundo. Os quartéis não são mosteiros fechados, nem guetos.

Como parte integrante do aparelho do Estado, o exército atua politicamente: em forma ostensiva, durante os períodos de ditadura castrense e mais ou menos disfarçada, durante a vigência do sistema democrático representativo. Conseqüentemente, a organização acaba por refletir as contradições existentes no seio da sociedade.

Em consequência das contradições internas e das externas que influem sobre o organismo, verificam-se profundas divisões dentro das forças armadas. Podemos agrupar essas contradições em duas categorias fundamentais: *as verticais e as horizontais*.

As primeiras — que se originam na alta cúpula militar — são motivadas fundamentalmente por disputa de ordem pessoal, por questões de prestígio ou poder, pela ambição dos altos chefes e, eventualmente, por divergências ideológicas entre eles.

Principalmente nos “exércitos políticos” (como os latino-americanos), esse tipo de contradição revela-se muito ativa e se materializa em golpes e contragolpes militares. Contam-se às centenas os “pronunciamentos” verificados, especialmente em países de América Espanhola: somente na Bolívia, é possível anotar cerca de 180.

Protagonizados geralmente por generais ou coronéis, esses confrontos não alteram, ou alteram muito pouco o *status* social vigente. Essas divisões verticais, secundárias do ponto de vista revolucionário, constituem, entretanto, um obstáculo à formação do espírito de corpo, à consolidação da casta militar.

As divisões verticais mutiplicam-se quando os militares saem dos quartéis e assumem de forma direta o poder político. Liquidado o estado de direito, instituído o arbítrio castrense, a disputa pelo poder reduz-se à expressão mais primária: a força. A presidência da República passa a ser considerada como o posto máximo da carreira militar. Conseqüentemente, cada general se considera habilitado a exercê-la e a ambiciona. *

Essas disputas pessoais ou de grupos, que podem chegar a verdadeiras “lutas de foice em quarto escuro”, ou à situação de “tanques na rua”, afetam obviamente a disciplina, a coesão, a centralização de comando, a cristalização como casta dos organismos militares.

Essas disputas entre chefes militares podem levar inclusive a alianças e composições com setores extracastrenses. Assim, uma facção, para conseguir a hegemonia sobre outras, pode “hipotecar o país a um grupo econômico, ou a um país estrangeiro em troca de recursos financeiros ou armas, necessárias para decidir o “impasse”. Verifica-se também (com muito menor freqüência) a hipótese contrária: um setor militar pode aliar-se aos movimentos nacionalistas-populares na luta pela libertação nacional e social.

* Isso ficou evidente no Brasil, em 1969, quando da crise que afastou do poder o presidente Costa e Silva. Praticamente todos os generais de 4 estrelas se julgaram com direito à presidência e lutaram desesperadamente por ela.

Pela sua própria característica de organização vertical, dividida em extratos hierárquicos, o exército apresenta uma série infinita de contradições horizontais. Os confrontos entre os altos comandos e a oficialidade de menor categoria e principalmente entre a oficialidade e a tropa são inevitáveis e permanentes, como a luta de classes é inevitável dentro da sociedade civil.

A contradição fundamental que se verifica em todas as organizações militares — a existente entre os comandos e os segmentos inferiores, sargentos, cabos, soldados — assemelha-se, mantidas as proporções e considerada a existência de toda uma série de fatores diferenciais, a que se verifica na sociedade civil entre as classes dominantes e as trabalhadoras.

É verdade que nos quartéis não se verifica — como nas fábricas — a expropriação de mais valia. Sem embargo, em razão dos enormes privilégios assegurados pelos regulamentos militares aos “de cima”, verifica-se um enorme abismo social entre esses e os “de baixo”.

A grosso modo, poder-se-ia dizer que os generais usufruem um nível de vida de classe rica ou média alta. A oficialidade jovem tem um padrão de classe média baixa; em muitos casos, são forçados a exercer uma atividade complementar para sobreviver razoavelmente. Os sargentos, cabos, os soldados e marinheiros estão condenados a um nível de vida equivalente aos operários não classificados e inclusive inferior.

Essa situação de contradição social pode evoluir, sempre que a esses fatores objetivos se misture um mínimo de conscientização política. Pode inclusive chegar à quebra da disciplina nos quartéis, à ruptura da hierarquia militar e mesmo a situações revolucionárias ou prérevolucionárias.

Sargentos e marinheiros

Nossa história registra alguns casos de ruptura violenta da estrutura castrense por movimentos originados nas contradições existentes dentro dos quartéis ou dos barcos de guerra. Cabe destacar entre eles, a revolta dos marinheiros em 1910, as rebeliões dos “tenentes” na década 20, a decisiva atuação dos sargentos na preservação da legalidade, quando do golpe dos ministros militares, em agosto de 1961 e as manifestações protagonizadas por sargentos e marinheiros durante o governo de João Goulart.

Em novembro de 1910 verificou-se uma rebelião de marinheiros, provocada pelas brutais situações sociais e pelo bárbaro código de disciplina vigentes nos barcos de guerra. A rebeldia dos marinheiros

chegou ao ponto de ruptura com o castigo aplicado a um deles: 250 chibatadas.

Outro marinheiro, que vinha consolidando sua liderança sobre seus colegas — João Cândido, 30 anos — deflagrou o movimento militar. Os sublevados prenderam a oficialidade e conseguiram o controle da frota de guerra. A bordo do “Minas Gerais”, navio capitânea da armada, João Cândido foi durante três dias e três noites, o comandante em chefe.

Os objetivos básicos da revolta eram a abolição dos castigos corporais e um tratamento mais humano para os marinheiros. Apesar do movimento haver alcançado uma dimensão muito maior do que o episódio verificado cinco anos antes, como o encouraçado russo “Potemkim”, a historiografia oficial tratou de minimizar o acontecimento, que terminou com a rendição dos marinheiros (obtida com falsas promessas oficiais), com o fuzilamento de muitos deles, com a prisão dos demais e o desterro de muitos, mandados para morrer na Amazônia.

Somente 50 anos depois, um jornalista valente — Edmar Morel — revelou em sua plenitude o assunto tabú. Seu livro — “A Revolta da Chibata” não teve entretanto, uma grande divulgação. Consta, inclusive, que um grande número de exemplares foi comprado pela própria Marinha, para impedir a divulgação dos acontecimentos de 1910. No futuro, é evidente que algum Eisenstein nativo reconstituirá a epopéia.

Já analisamos o que foi o “tenentismo”, as rebeliões de tenentes que explodiram na década 20, abalando drasticamente a estrutura castrense, dinamitando os próprios alicerces da República Velha e tornando possível a Revolução de 1930. Vimos também como o revolucionarismo dos tenentes, evoluindo ao longo de 40 anos, transformou-se em sua antítese: no reacionarismo extremado que possibilitou o golpe de 1.º de abril.

Nos anos 60/61, como um reflexo natural do processo democrático que vivia o país e do acelerado avanço popular, verificava-se uma considerável evolução no nível de politização dos suboficiais e sargentos das três armas. Essa traduzia-se em campanhas por uma maior democratização dos regulamentos militares, por diminuir o abismo que existia entre os vencimentos da oficialidade e dos sargentos e por uma maior participação dos mesmos na vida política do país.

Entre suas reivindicações políticas, os sargentos destacavam a concessão do direito — que lhe era assegurado pela Constituição — de ser votados para os legislativos municipais, estaduais e federal.

Paralelamente, os sargentos assumiam as bandeiras reformistas dos setores políticos progressistas, especialmente as levantadas por Brizola.

O incipiente movimento dos sargentos assumiu proporções revolucionárias durante a crise de agosto de 1961, o “fortrait” de Jânio Quadros. Atendendo aos chamados de Brizola em favor da legalidade e refletindo as pressões populares, os sargentos — em colaboração com a oficialidade progressista — conseguiram dominar todas as unidades do II Exército e imobilizar grande número de outras nas demais regiões do país.

Incentivados pelo sucesso, os sargentos intensificaram sua organização a nível nacional (obviamente clandestina) e se lançaram à conquista de suas reivindicações “classistas”. Com pleno apoio de todos os setores progressistas — especialmente do “brizolismo” — passaram a participar com crescente intensidade na vida política nacional.

E o faziam com plena justiça. Já que os generais e coronéis, violando todos os dispositivos constitucionais, haviam estabelecido, a partir da República, uma quase total tutela sobre o poder político, por que não podiam os sargentos também opinar sobre os destinos do país e lutar pelas reformas que o povo exigia?

A campanha dos sargentos avançou espetacularmente com as eleições de 1962; conseguiram eleger o seu candidato à Câmara Federal e vários outros às assembléias legislativas. Com raras exceções, os altos comandos nunca se conformaram com o fato de que “inferiores” pudessem chegar ao Parlamento. E passaram a pressionar o governo e o Supremo Tribunal Federal para liquidar com a “anomalia”.

Suas pressões tiveram pleno êxito. No dia 11 de setembro de 1963, o STF, numa clara decisão política, cassou — 4 x 2 — os mandatos dos sargentos-deputados. Justamente indignados com a decisão discriminatória, porém revelando seu primarismo político, os sargentos da guarnição de Brasília rebelaram-se e ocuparam a capital. Analisaremos mais adiante, em detalhe esse episódio infeliz, que acabou por constituir-se em uma das causas fundamentais da vitória do movimento golpista de 1.º de abril.

Na Marinha verificou-se um movimento paralelo. Por serem ainda mais draconianos os códigos disciplinares e mais brutais as situações sociais, o movimento dos marinheiros e fuzileiros navais assumiu um caráter ainda mais radical.

Os vencimentos dos marinheiros — soldados profissionais — eram ridículamente baixos; constituíam uma pequena porcentagem

do salário mínimo. Dentro dos barcos e nas bases navais, chegava a existir seis tipos de comida, duramente hierarquizada. A servida aos marinheiros era intragável.

A essa situação de discriminação social violenta, somavam-se restrições que afetavam os próprios direitos civis: era proibido aos marinheiros e fuzileiros o casamento, condenando-os ao concubinato ou ao homossexualismo.

Essas condições objetivas traduziram-se num acelerado processo de conscientização, organização e luta. Apesar de ser considerada ilegal pelo comando da Marinha, a *Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil*, conseguiu congregiar, em dois anos, a cerca de 70% dos praças e sargentos.

Sucediam-se as greves de fome dentro dos barcos. A oficialidade, em pânico, já não dormia tranquila dentro dos barcos de guerra. As palavras de ordem do nacionalismo revolucionário penetravam — através da radio Mairink Veiga — nos barcos e bases navais, acelerando o processo de conscientização. Uma banca de jornais, próxima ao Arsenal da Marinha, chegou a vender seis mil exemplares de uma edição do “PANFLETO”, o semanário brizolista.

Como no caso dos sargentos, esse clima de exaltação revolucionário eclodiu, também de forma extemporânea. A rebelião dos marinheiros, no dia 26 de março de 1964, foi outra das causas do golpe de 1.º de abril. Analisaremos o episódio na II Parte deste livro: “Os acontecimentos”.

VI

O CLERO NUMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA

Depois da fase heróica das catacumbas, levado pela mão de Constantino, o clero católico instalou-se nos degraus do trono e aí ficou. Passada a época das monarquias ele era encontrado nas antessalas republicanas, nos locais das altas finanças, da grande e mediana burguesia, bendizendo o lucro e dando cobertura à exploração do homem pelo homem.

Como sustentáculo das oligarquias, das estruturas sociais arcaicas, dos privilégios odiosos, o clero transformou-se através dos séculos no mais barato e eficiente “seguro” das classes dominantes. Num seguro eficaz contra a perda da propriedade, contra o risco de uma revolução dos explorados. Um seguro barato, pois em troca de uma pequena parte da mais valia que destinam ao clero, os burgueses vivem tranqüilos no tocante à manutenção dos seus privilégios terrestres e seguros também no tocante à vida eterna, por ter garantido um lugar à direita do Todopoderoso. . .

Sem embargo, a história da Igreja está cheia de exemplos de rebeldia contra essa orientação oficial. Em todas as épocas, houve setores do clero, que seguindo o exemplo de Cristo, tomaram partido ao lado do povo, de “São Francisco de Assis” são legião. Em nossa época especialmente, em razão do inconformismo das massas, que se manifesta em movimentos sociais absolutamente estranhos à Igreja, ou que escapam ao seu controle, setores cada vez mais importantes do clero incorporam-se às hostes populares.

O Papa João XXIII, com suas posições progressistas, abriu uma brecha para que os sacerdotes mais honestos e conscientes pudessem participar, com crescente intensidade, nas lutas pela libertação, ao lado das forças populares. A estrutura monolítica da Igreja voltada em seu conjunto à defesa dos interesses das classes dominantes, está sendo lentamente minada. Ao que tudo indica, essa tendência vai acelerar-se rapidamente nos próximos anos. O que significará um

enorme avanço da causa popular, principalmente em países de formação católica, como o Brasil e toda América Latina onde a influência do clero é muito grande.

Na história do Brasil são numerosos os sacerdotes que jogaram suas vidas e sua liberdade ao lado do povo. Citaremos aqui somente dois episódios nos quais a atuação de religiosos foi decisiva. A revolução de março de 1817, no Recife, de caráter claramente independentista, republicano, antioligárquico e antiesclavista, contou entre seus dirigentes com vários sacerdotes. Entre eles destacaram-se: o padre João Ribeiro, de quem disse o francês Tonellares: "*Este sacerdote vivia para a liberdade e para o povo*"; o padre Miguelino, secretário do Interior do governo revolucionário; o padre Roma, preso quando tentava sublevar a Bahia; o padre José Tenório, vigário de Itamaracá, que à frente de um grupo de escravos, apoderou-se da fortaleza da ilha, aprisionando o comandante português e sua oficialidade; o deão de Olinda, padre José Martiniano de Alencar e muitos outros.

A oligarquia, acostumada a ter nos sacerdotes aliados fiéis, nunca perdoa aos que tomam posição ao lado do povo, pois considera isso como alta traição. Assim, quando derrotada a revolução, a repressão mais brutal desencadeou-se contra os padres progressistas. João Ribeiro, não querendo sucumbir nas mãos dos vencedores, preferiu suicidar-se; porém não se livraria do ódio dos lusitanos: seu cadáver foi desenterrado, cortaram-lhe a cabeça e ainda sangrante a colocaram na ponta de um pau para exibi-la nas ruas de Recife. Todos os demais sacerdotes mencionados foram fuzilados ou enforcados e outros cinquenta presos.

A revolução que ficaria na história com o nome de *Confederação do Equador*, que estalou em Recife em 1824 e que tinha como objetivo proclamar a independência republicana, visto que seus líderes não se conformavam com a pseudo independência de 7 de setembro de 1822 (surgida das maquinações de Canning e da Santa Aliança), teve como seu verdadeiro chefe, frei Caneca, grande jornalista e orador. Foi ele quem, na fase final da fracassada revolução, à frente de um punhado de escravos, constituiu o último foco de resistência.

O brigadeiro Lima e Silva mandou que todos os dirigentes da revolta fossem enforcados. O carrasco negou-se a executar frei Caneca. Dois escravos negros designados para substituí-lo, ganhando em troca sua liberdade, também se recusaram. Por ordem de Lima e Silva, os três rebeldes sofreram a pena que se negavam a executar. Decidiu, finalmente, o brigadeiro o fuzilamento do sacerdote, porém o soldado designado para cumprir a ordem, um jovem brasileiro,

sofreu uma síncope mortal ao dirigir sua arma sobre frei Caneca. Finalmente, Lima e Silva teve que ordenar que um pelotão cumprisse a sentença.

Durante mais de três séculos sob o domínio dos reis católicos, o papel histórico do clero no Brasil foi muito importante e permanente. Desde a chegada dos primeiros jesuítas, acompanhando aos colonizadores, a presença do sacerdote na vida política e social da colônia e posteriormente do país, foi constante. Sua influência, ostensiva ou disfarçada, quase sempre foi decisiva. E se manifestava entre todas as classes sociais.

A religiosidade entre as classes mais humildes e incultas sempre foi enorme. Num complexo fenômeno de sincretismo religioso, o povo mistura princípios e práticas cristãs com cultos de origem africana, dando origem às mais variadas e primárias superstições. Bizarro porém autêntico; autêntico porque sincero. Do outro lado da pirâmide social, entre as classes ricas e médias, as práticas religiosas também são uma constante; mais “civilizadas”, porém seguramente não tão autênticas . . .

Como verificado em relação às distintas classes sociais, também entre o clero observa-se no Brasil, profundas diferenciações de caráter regional. O desenvolvimento econômico regional desigual atua também sobre os sacerdotes. Especialmente sobre os seculares, os que tem que conseguir seus próprios meios de subsistência.

Seria irreal colocar numa mesma categoria social o rico pároco das zonas coloniais do sul do país, povoadas por imigrantes italianos ou alemães, com automóvel último modelo, geralmente dono do cinema da localidade, sócio de quanta pequena empresa surja na região, com vultosos depósitos bancários, em realidade um autêntico “papa frangos” (como irreverentemente o chamam seus fiéis), com o pobre sacerdote nordestino, quase tão miserável como o seu rebanho.

No regime capitalista nem mesmo o clero consegue ficar imune aos fenômenos de ordem econômica. A inflação, o aumento do custo de vida, o crescente empobrecimento de amplas camadas da população alcançam também os sacerdotes, com exceção daqueles que servem mais diretamente à minoria privilegiada.

Por outro lado, o fabuloso progresso da técnica e da ciência, a propagação de novas idéias filosóficas, políticas e sociais, a democratização dos meios de divulgação e a avassaladora dinâmica da vida moderna abrem brechas cada vez maiores na tradicional cultura escolástica. Não existe dique capaz de conter a avalanche renova-

dora: nem o dogma, nem a batina. Os sacerdotes honestos e mais cultos não ficam imunes ao vírus do amanhã, por mais vacinados que estejam pelo passado.

Durante o período que estamos analisando — 1961/64 — já era possível identificar três tendências entre o clero brasileiro, relativamente diferenciadas: a conservadora-reacionária, a reformista e a revolucionária.

O setor conservador do clero

A ala conservadora ela liderada pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, pelo cardeal da Bahia, por dom Vicente Scherer, o arcebispo de Porto Alegre, por monsenhor Sigaud, coautor do mais reacionário e mais divulgado livro sobre reforma agrária editado no Brasil: “REFORMA AGRÁRIA: QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA”, etc.

Esse setor caracteriza-se por uma defesa intransigente do *status quo* (considerado eterno e imutável como os dogmas da Igreja) e das classes dominantes. Adotava o velho “slogan” do integralismo de Plínio Salgado — “Deus, Pátria e Família” — e pregava a união do Estado com a Igreja. Em nome da civilização ocidental e cristã, defendia os interesses, a intervenção e a ocupação imperialistas.

Humberto Cuenca descreve assim a atuação do setor correspondente do clero venezuelano: “*Y así como en la época d la conquista, la cruz bendecía los disparos de arcabuz contra el indio, así va ahora el clérigo, detrás del gringo, santificando los saqueos de los consorcios petroleros. El rocío de agua bendita cae copioso sobre los trenes bananeros, sobre los buques-cisternas del petróleo, la pluma negra que langa el ataladro, el barco que transporta el hierro bruto desde el rio hasta los altos hornos de Filadelfia e sobre los tanques y cañones que masacran al pueblo. . .*”.

Esse setor do clero deu amplo e total apoio ao golpe de 1.º de abril. Poder-se-ia inclusive dizer que constituiu a vanguarda das “forças revolucionárias”, ao programar e protagonizar, conjuntamente com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), o IPES (Instituto de Investigações e Estudos Sociais), órgãos da burguesia “nacional” e organizações norte-americanas especializadas em formação de opinião pública, a violenta campanha que pixou o governo de Goulart de comunista.

Um documento de Ação Popular (organização esquerdista-revolucionária de origem católica) fez uma radiografia da campanha anticomunista liderada pelo setor reacionário do clero:

“Tudo obedeceu a uma programação científica: a) sondagens de opinião pública realizados em várias capitais por psicólogos norte-americanos e agências de publicidade americanas; b) determinação dos valores, sentimentos e reações básicas e seus símbolos respectivos; construção do quadro conceitual e operacional das classes A, B e C (alta, média e baixa); c) construção e dinamização dos símbolos e campanhas que os associando às motivações básicas, gerem posições que induzam à ação; isto é, convicções que se traduzem em militância; essas convicções deverão ser mais profundas para garantir a eficiência dos investimentos e do tipo de estímulo social que uma vasta e poderosa máquina iria desencadear; d) programação e realização de atos que exteriorizassem a militância de uma posição emocional profunda; a reconstrução deste plano diabólico é o estudo das ‘Marchas da Família com Deus e pela Liberdade.’”

“Dentro de um plano latinoamericano, o Padre Payton lançou no Brasil sua campanha do Rosário. O sacerdote norte-americano, com fé em Nossa Senhora de Lourdes, encontrou no Rosário a principal arma para a salvação do mundo, inclusive do perigo comunista. Seu ‘slogan’, no velho estilo publicitário era: ‘A Família que reza unida, permanece unida!’ Com essa campanha queria chamar a atenção sobre alguns aspectos importantes:

- “1) — um perigo ameaça a família;*
- 2) — há, sem dúvida, uma arma de defesa: o rosário;*
- 3) — a família deve mobilizar-se contra o perigo e pedir à Nossa Senhora sua proteção;*
- 4) — uma ameaça à família é uma ameaça à sociedade.*

“Com esse esquema inicial, o padre Payton realizou em todas as capitais conferências, nas quais falando de muitas coisas, como sacerdote e como americano, falava do perigo do comunismo e, para rematar sua pregação, convocava as grandes multidões, os ‘governantes democráticos’, as autoridades religiosas e o povo a rezarem o rosário. Tudo isso estava preparado de antemão e desenvolvia-se sob uma publicidade tão extraordinária como nunca a Igreja havia tido antes. Inclusive realizaram-se projeções de filmes ao ar livre, nos bairros principais das grandes cidades. Ao lado desses postulados, levantavam-se outros; por exemplo: ‘Defesa da Constituição’. Contra as reformas, os proprietários e a burguesia respondiam: ‘a Constituição é intocável’. O fundamento da defesa da Constituição era a defesa da própria liberdade, dos postulados que estão associados também aos fundamentos cristãos: ‘O Cristianismo defende a propriedade.’”

“O Cristianismo não poder ser escravo do Estado.

“O inimigo do rosário no seio da família do padre Payton reapparece já claramente definido: é o ‘perigo comunista’. E esse perigo ameaça os seguintes valores fundamentais:

- a) a Família;
- b) Deus;
- c) a Propriedade;
- d) a Liberdade e
- s) a Democracia (Constituição).

“O inimigo criado pela guerra psicológica cumpria várias funções:

1) *criar um inimigo comum, terrível, violento e que por ameaçar os valores básicos da burguesia, da classe média e dos grandes proprietários conduzia a uma ação unida;*

2) *o inimigo, o comunismo, cumpria todas essas funções, além de servir de divisor de campos radicalmente opostos entre a ‘democracia’ e o comunismo (estando esta democracia representada pela Constituição, que defende os privilégios das classes dominantes;*

3) *Como era o essencial, o básico aquilo que estava ameaçado, tornava-se urgente uma reação através de atos concretos, de manifestações de repúdio e de protesto.*

“A mulher desempenhou um papel importante nessa guerra. A mulher era o centro da família, que estava ameaçada pelo comunismo. A mulher era o fator de controle da situação e da segurança do marido e dos filhos. A mulher estava livre de compromissos políticos tradicionais. Finalmente, na mulher o sentimento religioso era mais intenso e mais profundo.

“Por todos esses motivos, a mulher foi um dos elementos principais da mobilização contra o comunismo, através das ‘Marchas da Família com Deus e pela Liberdade’. Assim, criou-se o CAMDE (Campanha da Mulher Democrática). Como é lógico, participavam dessas mobilizações as mulheres da burguesia e da classe média. Os sacerdotes foram importantes nessa luta.

“Todo esse complexo sistema de motivações que integravam elementos de grande caráter afetivo e religioso, culminou com as ‘Marcha da Família’; gigantescas manifestações conseguidas por meio do fechamento do comércio e com a paralização dos transportes nas horas de maior movimento.

'A religião cumpriu uma função política: justificava a oposição das classes dominantes às tentativas de reforma social'.

O setor reacionário deveria ser maioria na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Essa é a única explicação para este documento, tremendamente comprometedor, que a CNBB lançou no dia 29 de maio de 1964, de total apóio ao golpe:

"O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiada expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo no sentido da conquista do poder, as Forças Armadas acudiram a tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevique em nossa terra. Teria sido mais do que se pode imaginar: a supressão das liberdades mais sagradas e, de modo especial, das liberdades religiosa e civil.

"Logo após o movimento vitorioso da revolução, experimentou-se uma sensação de alívio e esperança, sobretudo em virtude do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Providência Divina fez-se sentir de maneira sensível e irrefutável. De um a outro extremo da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao render graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos também aos militares que, com grave risco de suas vidas, levantaram-se em nome dos supremos interesses da Nação e ficamos reconhecidos a quantos a salvaram do abismo iminente (. . .).

"Reconhecemos e lamentamos que, até movimentos de orientação católica tenham incorrido em faltas e abusos cometidos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu idealismo, da falta de malícia ou da inadequada apreciação dos feitos. Porém, na medida em que essas faltas chegaram ao nosso conhecimento, antes mesmo da Revolução, jamais deixamos de advertir e castigar os culpados, fossem laicos ou sacerdotes".

Na boca do oficialismo católico, Deus virou golpista ("a proteção de Deus fez-se sentir, em forma sensível e irrefutável"). Os militares foram relegados a simples "força auxiliar". Sim, as graças pela "salvação" são dadas principalmente a Deus e depois aos militares que arriscaram suas vidas. . .

Assumiu assim a Igreja, oficialmente, a cumplicidade na institucionalização do mais antinacional e antipopular regime instaurado no

país desde a independência política. E o fez num momento em que a mais brutal onda de repressão verificada na história abatia-se sobre o povo: quando pelo menos 50 mil brasileiros — inclusive muitos sacerdotes e leigos católicos — estavam presos e sendo submetidos a torturas.

A enorme dívida da Igreja para com o povo brasileiro, acumulada durante séculos de aliança com as classes dominantes e que vinha diminuindo sensivelmente nos últimos anos, graças à ação dos setores reformistas e revolucionários do clero, voltou a aumentar drasticamente com o apoio à ditadura, manifestado no citado manifesto.

O setor assistencialista, reformista

O setor reformista do clero brasileiro obedecia à orientação do cardeal dom Carlos Carmello Motta, arcebispo de São Paulo, de dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e logo arcebispo de Olinda e Recife, do arcebispo de Aracajú, dom José Távora, de dom Serafim, arcebispo de Natal e outros.

Esse setor contava com a maioria dos dominicanos e boa parte do clero secular, especialmente no Nordeste e centro-sul do país. Partindo das posições de João XXIII, esse grupo caracterizava-se pela busca de um maior contato com os problemas sociais e com o povo. Sua atuação estendia-se desde o “assistencialismo” do “Banco da Providência” de dom Hélder Câmara (criado com o objetivo de auxiliar as populações faveladas do Rio), até a organização de sindicatos rurais no Nordeste.

Seus integrantes davam maior ênfase ao diálogo social, às reformas de base, ao desenvolvimento material da sociedade como meio de melhorar as condições humanas, à justiça social, etc. Dom Carlos Carmello, em sua famosa carta pastoral de agosto de 1955, denunciava:

“No Brasil República, a ofensiva mais perigosa que tenta-se lançar contra o catolicismo é essa ofensiva econômica, essa ditadura do assim chamado poder econômico, pelo qual se pretende subornar e comprar às consciências, implantando-se a mais negra escravidão de almas. Essa é a tentativa de aqueles ‘quo rem deus venter est’, que creem que o dólar é na realidade todo-poderoso”.

Refletiam essa posição progressista, reformista:

1) O MEB — Movimento de Educação de Base, órgão da Conferência Nacional de Bispos, que através de escolas radiofônicas, da cultura popular e da fundação de sindicatos rurais, desempenhou um papel destacado na politização do povo, especialmente no Nordeste.

A cartilha de alfabetização “VIVER É LUTAR”, mandada imprimir por dom José Távora numa tipografia do Rio, foi confiscada como subversiva pela polícia de Carlos Lacerda. Alguns fragmentos da mesma mostram o caráter progressista da pregação do MEB e a eficiência do método de conscientização utilizada:

*“O povo sofre de fome e enfermidades.
Por que tantas enfermidades o açoitam?
O povo necessita de escola.
Necessita casa e comida.
O povo necessita trabalho.
É dura a vida do povo!
Quer o povo mudar de vida?
Pode o povo mudar de vida?*

.....
*O camponês é homem do campo.
Ele trabalha a terra.
Ele colhe os frutos da terra.
Tem terra o camponês?
Tem ele tudo para cultivar a terra?
Tem garantias para realizar a colheita?
Tem o camponês garantias no seu trabalho?*

.....
*Este homem é um operário.
Ele vive de salário.
O salário não lhe alcança para nada.
O Brasil tem muitos operários.
O operário sofre injustiças.
Sofre injustiça como o camponês.
O operário e o camponês são homens.
Eles tem o direito de viver como pessoas.*

.....
*Pedro voltou esclarecido do treinamento.
Voltou informado de que:
O governo é para todos.
Todo o povo deve participar do governo.
Alguns homens tem de sobra e muitos não tem nada.
Alguns ganham de mais.
Muitos trabalham e seu trabalho é explorado por outros.
Há muitas coisas equivocadas no Brasil.
É necessário transformar completamente o Brasil.*

.....

Companheiros!
Quem chegou até aqui não pode
Voltar atrás
Sabemos que temos razão.
Temos que ir para a frente.
Deus quer a nossa luta.
Que devemos fazer?
Continuar.
Continuar até mudar.

2) *A Ação católica* — que em seu conjunto refletia uma posição reformista, participando da luta social, a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica), que atuavam nos meios estudantis secundários e universitários, nos meios operários, com um saldo altamente positivo no tocante à conscientização popular.

Além disso, o setor reformista conseguiu obter na CNBB pronunciamentos claramente definitórios, incluindo condenações ao capitalismo e manifestações em favor da participação ativa do clero nas campanhas pelas reformas de base. O manifesto da reunião da CNBB realizada em Goiânia, em 1958, assumia uma valente posição antiimperialista: *“Condenamos o imperialismo econômico, que representa um tipo de ditadura internacional e uma abdicação da autonomia nacional”*.

O setor revolucionário

Esse setor, pequeno porém muito ativo do clero, tinha já assumido uma posição totalmente definida na luta social: contra o capitalismo, em favor de uma sociedade socialista. Lutava ao lado das massas camponesas e operárias, em favor das greves, das reivindicações estudantis, pela plena soberania nacional etc.

Como elementos mais destacados deste setor podem ser apontados dom Marcos, bispo de Santo André, o padre Francisco Lage, de Belo Horizonte (com grande atuação no sindicalismo rural e na organização dos favelados), o padre Ruas, de Manaus, os padres Almery e Senna, do Recife, o padre Alípio de Freitas (que dirigiu junto com o Julião as Ligas Camponesas), o padre Aloísio Guerra (autor de *“ESTÁ A IGREJA DO LADO DO POVO?”*), frei Josapha, fundador e diretor de *“BRASIL URGENTE”* (fechado pela ditadura) e dom Padim, assistente da Ação Católica.

Todo esse movimento teve início aproximadamente em 1961, quando uma polemica entre o dominicano frei Cardonnel e o ultra-

reacionário escritor católico Gustavo Corção, tornou possíveis maiores definições entre as distintas tendências em que se dividia o clero brasileiro.

Escrevia Cardonnel, no "METROPOLITANO", órgão da União Metropolitana de Estudantes: *"Depois de oito meses no Brasil, penso que primeiro problema, o mais urgente, é a luta contra a miséria, contra o fato brutal de que para a maioria dos homens não existe a possibilidade elementar de viver como homens. Impugnar a legitimidade duma luta destes homens, por sua própria iniciativa, e isso em nome do perigo comunista, representa a pior das hipocrisias (...).*

"Existem no Brasil os elementos — operários, camponeses, estudantes — que deverão planificar em comum a forma de uma sociedade nova. Para os verdadeiros cristãos, a situação é bem clara: é necessário atuar de maneira que o povo passe de uma vida inorgânica a uma vida consciente. Onde existe uma massa submetida aos ferozes interesses dos determinismos econômicos, cristalizações de um amor próprio sem freios, deve nascer uma comunidade (...).

"Atualmente, todo esforço para pôr em prática o Evangelho é pixado de comunismo, ou pelo menos de favorável ao comunismo. Essa tendência é rigorosamente intolerável dentro da Igreja. Se não lutamos permanentemente contra a hipocrisia da nossa sociedade, que ousa baixar uma cortina oficialmente cristã sobre a tragédia da exploração do homem pelo homem, então sim, o comunismo será fatal".

Em conseqüência de pronunciamentos como este, o frei dominicano foi embarcado de volta à França, antes de haver completado um ano de Brasil. A semente de sua pregação caiu porém em terra fértil, acelerando ao máximo o processo de conscientização de setores cada vez maiores do clero brasileiro e dos movimentos de leigos.

Um dos frutos mais importantes desse processo de conscientização foi a *Ação Popular*, um movimento político-revolucionário que tratou de canalizar a ação dos setores reformistas e revolucionários do catolicismo. A "AP" foi seguramente a mais autêntica e ativa das organizações que atuaram na cena política entre 1961 e abril de 1964. Foi especialmente importante sua atuação no meio estudantil, havendo conquistado a direção e dirigido a UNE durante esse período tão importante da história política do povo brasileiro.

Principalmente durante as gestões de Aldo Arantes e Vinicius Brandt, a UNE constituiu um fator básico na estratégia das forças populares brasileiras. O velho casarão da praia do Flamengo, cenário

de alguns momentos culminantes do processo, transformou-se em trincheira da luta popular. Isso explica a ação das hordas lacerdistas que o incendiaram logo depois do golpe.

Um documento que revela plenamente a rebeldia do setor revolucionário do clero contra a cúpula hierárquica é a *Carta do Padre ao Cardeal*, enviada pelo padre Alípio ao cardeal Câmara, em 26/6/62:

“...lamentavelmente, em não poucos casos, a Hierarquia da Igreja uniu-se com o antipovo e, em conseqüência, tornou-se uma força de opressão, um instrumento de dominação. É de lamentar que a Hierarquia dê aos católicos a impressão de que a Igreja somente sobreviverá dentro das limitações infrahumanas e anticristãs do capitalismo...”

“Favela’, ‘favelado’, ‘colas’, ‘fome’, ‘miséria’, ‘massa’ são vocábulos que inspiram desprezo e temor às ‘elites’. Por isso, Sua Eminência e a ‘elite’ que o rodeia enojam-se frente a essa massa que quer aparecer como seres humanos, aterrorizam-se frente à favela que baixa à cidade, sentem náuseas frente a um macacão cujo de óleo.

“Porém, favela, macacão, massa significam povo oprimido, povo explorado que não quer mais tutela, povo humilhado porém que agora olha para frente com a cabeça erguida; povo em marcha no rumo de uma civilização diferente, de um mundo novo, verdadeiramente fraternal e cristão.

“O mundo que queremos construir, o novo mundo fraternal a que aspiramos, merece todos os nossos sacrifícios e é suficientemente belo para animar toda a nossa vida. Aceitei o Evangelho e não posso olhar para atrás, para não tornar-me indigno dele. Serenamente continuarei ao lado do povo, no Rio de Janeiro, no Maranhão, em qualquer parte do Brasil, em todo o mundo. Serenamente, na certeza de que o Evangelho de nossos dias significa e sintetiza-se em reforma agrária, reforma universitária, reforma urbana, reforma nas relações de trabalho, luta contra o imperialismo político e econômico, luta contra toda classe de opressão...”.

Numa entrevista a “MANCHETE” (23/8/61), o padre Lage, um dos líderes revolucionários mais autênticos de nossa história, colocava assim o dilema da Igreja frente ao capitalismo:

“Sempre me pareceu muito triste que a Igreja exigisse que nos equivocássemos somente porque os comunistas estão certos. Estou convencido de que é necessário, frente aos candentes problemas sociais de nosso tempo, que existam cristãos valentes, capazes de assumir a liderança nos assuntos econômicos, combatendo, se for ne-

cessário, ombro a ombro com os comunistas. Se eu pudesse faria um apelo a meus irmãos de sacerdócio de todo Brasil: para que assumam a luta pela libertação dos povos e que afastem a Igreja do equívoco capitalista. . .”.

A importância do setor revolucionário do clero e o ódio que lhe dedicava a reação ficaram evidentes depois do 1.º de abril. Frei Josapha, e os padres Senna e Almery foram expulsos do país. O padre Alípio (que já havia estado preso incomunicável durante 67 dias durante o governo de Goulart) *, teve que asilar-se na embaixada do México. O padre Lage foi preso e torturado (queimado com pontas de cigarros), libertado por *habeas corpus* enquanto esperava o processo, também conseguiu asilar-se na mesma embaixada. Posteriormente, foi condenado a 28 anos de prisão por um tribunal militar: a mais alta pena até agora aplicada pela ditadura a um adversário político.

Os sofrimentos não o abateram, não o fizeram abandonar seus ideais revolucionários. Em entrevista concedida a Michel Bosquet, do “FRANCE OBSERVATEUR”, declarou:

“Faz muito tempo que nas escolas católicas ensina-se que o povo tem o direito de matar o tirano. E o grande tirano de nossos dias é o imperialismo, são os grupos econômicos norte-americanos e aqueles que fazem o jogo desses grupos.

“Em sua tentativa para transformar o Brasil do feudalismo para o capitalismo, os comunistas fizeram o jogo da burguesia e do imperialismo. Acreditavam no capitalismo como primeira etapa, inevitável.

“Nós lhes dizíamos que estavam equivocados. Não cremos no capitalismo. cremos, isso sim, que as massas trabalhadoras tornar-se-ão revolucionárias quando os camponeses começarem a Revolução. Respeitamos Marx, porém consideramos que ele não é infalível e não podia haver previsto nossa situação.

* Abandonado pelas Ligas Camponesas, o padre Alípio estava para ser expulso do país (era português), quando recebemos um “SOS” seu. Imediatamente lançamos uma campanha por sua libertação pela rádio Mairink Veiga e tratamos de conseguir com o ministro da Justiça, João Mangabeira, a suspensão da medida, que significava entregar um militante revolucionário à PIDE, a terrível polícia-política de Salazar. Numa demonstração do absurdo e contraditório que era o governo Goulart, nada conseguimos. Foi preciso chamar Brizola urgentemente do RGS, para que intervisse no assunto. Foi necessário que ele utilizasse toda sua influência, ameaçasse céus e terra, para conseguir a anulação do decreto de expulsão já elaborado.

“É impossível acabar com o imperialismo e os grupos econômicos que fazem seu jogo sem recorrer à violência. A não-violência é uma idéia muito poética. Em França, Teilhard de Chardin tem uma grande influência. Nós, entretanto, somente poderemos ser teilhardistas depois da revolução; nunca antes.

“À violência estabelecida temos que responder com a violência das massas, com uma revolução socialista, totalmente brasileira, humana, se bem que violenta. Porque a violência já está presente. Está em todas as partes, ao nosso redor; na fome, na prostituição de meninas, na morte dos recém-nascidos, nestes crimes praticados pelo imperialismo.

*“Não somos anticomunistas, não temos razão para isso. Nossa revolução será socialista, portanto mais humana que outras. Não se realizará somente para assegurar uma produção e uma distribuição melhor das riquezas, mas também para fundar uma autêntica cultura popular. As massas querem comer, e também compreender e viver livremente”. **

* Este capítulo somente se concretizou graças às informações que nos proporcionou Herbert de Souza — o “Betinho” — um dos mais destacados dirigentes da A. P. e da U. N. C.

VII

O DUPLO CARÁTER DA PEQUENA BURGUESIA

Durante o período colonial e o império (que coincidiram com o sistema escravagista) foi mínima a participação quanti e qualitativa das classes médias, da pequena-burguesia no processo econômico-político-social brasileiro. Sua influência, que já havia aumentado bastante na etapa final do regime monárquico, cresceu rapidamente depois da República.

Com a abolição dos privilégios formais da nobreza, as classes médias subiram na escala social e sua atuação no cenário político aumentou. Em razão da enorme debilidade, da quase inexistência da classe operária e da total ausência dos camponeses do processo político convencional, a pequena burguesia desempenhou, durante as primeiras décadas do século, um papel de vanguarda.

Nos anos 20, alguns setores da pequena burguesia — especialmente intelectuais, artistas e militares — consolidaram sua posição de liderança. Os intelectuais e artistas, rebelando-se contra a quase total alienação vigente entre as classes cultas, protagonizaram um importante avanço na formação de uma consciência nacional. A *Semana da Arte Moderna* constituiu um marco definitivo no processo de consolidação de uma inteligência nativa autêntica.

Por outro lado, os pequeno-burgueses de uniforme, os “tenentes”, influenciados pela doutrina de Augusto Comte e outras ideias liberais correntes na época, abalaram os fundamentos da *República Velha*. Os movimentos armados de 1922 e 1924/26 refletiam o descontentamento da classe média frente ao imobilismo e a incapacidade do governo oligárquico. A vitória da revolução de 30 não teria sido possível sem o apoio de setores consideráveis da pequena-burguesia.

Posteriormente, na formação de todos os movimentos de opinião progressistas — desde a fundação dos partidos comunista, socialista,

trabalhista, do movimento nacionalista, até nas campanhas do “Petróleo é Nosso”, contra o “Acordo do Trigo” e pelas “Reformas de Base” — a participação da pequena-burguesia foi decisiva.

Os mais destacados líderes populares dos últimos decênios, desde o Prestes da Coluna, até Juscelino, Jânio, Brizola, Julião, Arraes, etc, procedem desse setor social.

Em razão das limitações ao voto popular originadas no analfabetismo, que afetam drasticamente o poder político dos camponeses, do subproletariado e inclusive da classe operária, o voto da pequena-burguesia constituiu sempre o maior contingente de votos progressistas. A vitória dos candidatos menos reacionários à presidência da República a partir da redemocratização, deve ser atribuída, fundamentalmente, ao voto dos setores mais progressistas das classes médias.

Quem integra no Brasil as classes médias?

Exatamente por não constituir uma verdadeira classe social, por ser, como diz René Zavaletta, *uma classe a meias*, são muitos os setores, grupos ou subgrupos que podem ser enquadrados como pequeno-burgueses. Desde os agricultores médios, até o industrial em pequena escala, passando pelos professores, funcionários públicos de média e alta categoria, profissionais liberais, intelectuais, pequenos e médios comerciantes, altos funcionários dos grandes estabelecimentos industriais, comerciais ou financeiros, etc.

Pela simples enumeração de seus componentes tão heterogêneos, podemos aquilatar a enorme variedade de interesses que pode motivar a pequeno-burguesia. Há que se considerar ainda, a intensa mobilidade que a caracteriza: poder-se-ia dizer que é um segmento social em trânsito, pois seus componentes não têm estabilidade, estão, em grande parte e quase sempre, subindo ou baixando na escala social.

Dessa falta de homogeneidade e de estabilidade que a caracteriza, resulta o duplo caráter da pequeno-burguesia apontado por Marx e Engels. Os pequeno-burgueses vivem sonhando com a possibilidade de ingressar nas classes superiores e atemorizados frente a probabilidade de sua proletarização. Podem, em conseqüência, assumir posições reacionárias ou progressistas, segundo suas possibilidades individuais e as circunstâncias político-sociais que tenham que enfrentar.

Mao Tse-tung, tratando de por um pouco de ordem na caótica composição da pequeno-burguesia, estabeleceu uma divisão em três setores básicos distintos:

- os que conseguem acumular determinadas quantidades de economias, que possibilitam seu ingresso na categoria superior;
- os que mantêm seu padrão de vida em um equilíbrio instável;
- os que estão francamente em declínio, próximo a cair no proletariado.

A possibilidade desses setores da pequeno-burguesia se engajar na causa revolucionária, são mínimas no primeiro caso; variáveis no segundo e bastante grandes no último (normalmente o mais numeroso, principalmente em épocas de crise, de inflação e estagnação econômica).

Sem cair no dogmatismo (principalmente porque toda uma série de fatores não-econômicos influem também sobre o comportamento político do cidadão), grosso modo, poder-se-ia dizer que essa possibilidade está na razão inversa dos rendimentos, ou do padrão de vida de cada um.

No caso da pequena burguesia brasileira há que se considerar diversos aspectos característicos. Assim, por exemplo, a diminuição das possibilidades de desenvolvimento da pequena e da média burguesia industrial ou mercantil. Os grupos monopolistas, especialmente os estrangeiros, que dominam, cada vez mais, maiores setores da produção industrial, esmagando, com sua superioridade tecnológica e financeira, a indústria surgida do artesanato.

Fenômeno semelhante verifica-se no comércio a varejo, cada vez mais monopolizado pelas grandes organizações. O clássico armazém de secos e molhados perde lugar para os supermercados; a pequena loja é superada pelos grandes magazines. Diminui assim, gradual porém inexoravelmente, o raio de ação da pequeno-burguesia mercantil e industrial e, em consequência, suas possibilidades de ascensão social.

Nos países subdesenvolvidos (como o Brasil), que apresentam um crescimento demográfico muito superior ao aumento das ofertas de trabalho, surge o fenômeno do empreguismo público. Mal típico e inevitável das primeiras etapas do processo de desenvolvimento (agravado em países que fizeram sua revolução industrial sob regimes populistas), o empreguismo gera um círculo vicioso absolutamente indesejável.

A escassez de capital limita os investimentos nos setores produtivos; verificando-se, como consequência, uma procura mínima de mão-de-obra. A pouca possibilidade de emprego aumenta o índice de desocupação e a consequente pressão dos desempregados sobre o poder público, exigindo soluções. Essas surgem normalmente atra-

vés da criação de novos empregos públicos em setores não-produtivos. Mesmo quando as possibilidades de trabalho são proporcionadas por empresas estatais (produtivas), o excesso de mão-de-obra utilizada gera um aumento nos gastos de produção e uma conseqüente diminuição nas possibilidades de novos investimentos.

A diminuição dos investimentos determina, fechado o círculo, uma nova baixa na oferta de empregos. Os graves problemas sociais gerados pelo desemprego, obrigam a reabertura do ciclo, já num estágio mais agudo. É praticamente impossível resolver — nos países subdesenvolvidos e dentro do sistema capitalista — o problema do empreguismo. Em conseqüência, o índice de participação do funcionalismo público nas classes médias é cada vez maior.

A pequeno-burguesia (tomada em conjunto) é essencialmente puritana em relação à corrupção (seguramente porque tem menos possibilidades que as classes altas de beneficiar-se da mesma). Sem compreender que a corrupção — tanto a nível oficial, como privado — é inerente ao sistema capitalista, as classes médias são facilmente conquistadas por campanhas dirigidas contra um governo real ou supostamente corrupto.

Permanentemente oscilando entre a ambição de subir socialmente e o medo de cair na escala social, sem compreender o complexo e misterioso funcionamento do jogo econômico, dentro do qual não é mais do que o simples títere manejado no sistema capitalista por forças imponderáveis, o pequeno burguês está muito propenso a cair no misticismo religioso. E do misticismo ao anticomunismo é um só passo.

A pequeno-burguesia zela apaixonadamente por sua propriedade, por aquilo que conseguiu acumular e que constitui a base para uma possível ascensão à classe superior. Como considera — em sua ignorância — o comunismo como a negação de toda propriedade e como há a condenação inapelável à proletarização, radicaliza sua posição anticomunista.

A inflação afeta drasticamente a pequeno-burguesia, às vezes mais, do que a própria classe operária, esta melhor instrumentada para a luta por reajustes salariais. A inflação não somente confisca uma parte mais ou menos considerável de seus lucros, como também dilui as economias acumuladas com tanto sacrifício; as economias que possibilitariam o avanço social sonhado.

Por tudo isso, a acusação de corrupção que pesava sobre o governo de João Goulart; a aliança, mais aparente do que real, entre Jango e os comunistas; mais a avalanche inflacionária, à qual

o governo em sua total incompetência — não punha nenhum dique, determinariam o fim do apoio da pequeno-burguesia ao governo populista.

Inicialmente, esse apoio havia sido total: sem a participação das classes médias na Resistência Democrática, em agosto de 1961, Jango não teria chegado ao poder. Os 10 milhões de votos conquistados no Plebiscito também não teriam sido possíveis se a pequeno-burguesia não houvesse se manifestado em massa a favor da devolução dos poderes a Goulart.

Pelos motivos apontados, em março de 1964 o prestígio do presidente entre a pequeno-burguesia estava reduzido praticamente a zero. Seguramente a maioria apoiou o golpe de *1.º de abril*; constituiu a massa das “Marchas pela Liberdade com Deus e a Família”, proporcionou a base popular necessária para disfarçar as verdadeiras características da “quartelada”.

A parte restante da classe média havia sido ganha pela pregação revolucionária de Brizola, dos nacionalistas-revolucionários.

O fato de Jango haver perdido quase totalmente (somente um pequeno setor da classe média incorporado ao Partido Comunista foi fiel ao presidente até o fim) o apoio da pequeno-burguesia explica também, parcialmente ao menos, o colapso do esquema militar do governo. Uma parte considerável da oficialidade das FF.AA. é originária da pequeno-burguesia; sente-se identificada e reage com ela.

VIII

O LATIFUNDIÁRIO JOÃO GOULART E O LÍDER POPULISTA JANGO

João Goulart é o principal herdeiro político de Getúlio Vargas. Natural, como esse, de São Borja, vizinho e amigo do velho caudilho, Jango sofreu uma grande influência do mesmo, principalmente durante o período de “exílio”, entre o primeiro e o segundo período de governo de Getúlio.

O fato de ser um grande latifundiário não lhe pareceu obstáculo para uma carreira política de cunho populista. Por acaso Getúlio não havia podido conciliar as duas posições?

É verdade que nesse particular havia uma grande distância entre ambos. Vargas não apresentava uma das características típicas do latifundiário gaúcho: a de “coleccionar” fazendas, de aumentar cada vez mais seus domínios territoriais. Havendo governado o país durante quase duas décadas, a maior parte do tempo com poderes discricionários, Getúlio aumentou seu patrimônio fundiário em somente uma propriedade. À “Santos Reis”, a fazenda familiar, agregou “Itu”. *

Goulart, ao contrário: passará à história como um dos maiores compradores de fazendas surgidos no país. Dentro do princípio de que *“a propriedade é a forma primordial do primeiro instinto ativo de segurança”*, ele levou às últimas conseqüências, a extremos absurdos, o que Keyserling denomina *“o direito à ocupação exclusiva do espaço necessário à existência”* **.

* Nosso amigo Maia Neto andou investigando essa compra. Foi feita com um empréstimo do Banco da Província do RGS (banco privado), que Getúlio amortizava mensalmente com parte de seus vencimentos de presidente da República.

** Por ordem de Brizola, havíamos mandado fazer — um pouco antes do golpe — um levantamento sobre as propriedades rurais de Jango. Incompleto e confuso, pois algumas fazendas figuravam em nome de terceiros, o

Além disso, Jango sempre demonstrou uma grande tendência mercantilista. “Expert”, conhecedor de gado, lhe dava muita satisfação comprar ou vender pessoalmente as boiadas e os rebanhos de ovelhas que lotavam suas estâncias.

Todos esses aspectos da personalidade de Goulart devem ser examinados para que se possa entender, pelo menos aproximadamente, sua complexa e contraditória atuação política. Versão moderna e bem gaúcha de “dr. Jenkill e mr. Hyde”, Jango constituiria um material humano apaixonante para um biógrafo inteligente que o analisasse profundamente, inclusive à luz dos métodos modernos de análise psicológica.

Mais por diletantismo e por tradição (foi “*meu filho doutor*”, clássico entre os latifundiários gaúchos), do que pensando em exercer a profissão, que Goulart fez o curso de Direito.

Pela mão de Getúlio estreiou na política, sendo eleito deputado estadual constituinte em 1947. Posteriormente, foi secretário de Interior e Justiça no governo trabalhista do general Ernesto Dornelles, no RS. Durante o segundo governo de Vargas, ocupou o ministério do Trabalho, consolidando sua liderança sobre o Partido Trabalhista a nível nacional.

No ministério, Jango iria aplicar, em forma aperfeiçoada, as táticas patriarcais do fazendeiro riograndense que Vargas havia introduzido na política nacional. Getúlio foi inegavelmente um líder carismático, porém em razão de seu temperamento reservado, sempre se manteve num círculo pessoal bastante restrito. Geralmente, somente no 1.º de Maio entrava em contato direto com o povo.

Jango, no ministério do Trabalho revolucionaria as relações governo-sindicatos. Era o fazendeiro gaúcho que tomava mate, ao redor do fogo, no galpão, com a peonada. Sua maneira direta e informal de atuar (qualquer um depois de falar meia hora com ele ficava encantado), sua simpatia pessoal, sua capacidade para escutar e resolver os problemas pessoais que lhe traziam, etc., lhe grangearam uma enorme popularidade.

Essa chegou a tais níveis que acabou por assustar a reação. Começaram a acusar Getúlio de, por intermédio de seu ministro, estar tentando instalar uma “república sindicalista”, segundo moldes peronistas. Dentro da velha e sempre eficiente tradição hispano-

inventário chegou a 450 ou 470 mil hectares. Posteriormente, foi um tal de comprar fazendas no Uruguai, na Argentina e no Paraguai; neste último país, através de uma negociata com Stroessner, denunciada por asilados guaranis em Montevideo.

americana, tratou-se logo de divulgar um “pronunciamento” em defesa das “instituições democráticas”, que estariam ameaçadas pelo jovem ministro.

Um “manifesto de coronéis” expulsaria Jango do ministério. Prestem atenção ao nome do primeiro firmatário do documento, pois ele voltará a parecer nesta história: coronel Amaury Kruel.

Porém, Jango não estava liquidado. Sua atuação no ministério havia consolidado sua influência junto aos sindicatos e o PTB (com todas suas deficiências, limitações e deformações) constituía o fiel da balança eleitoral. E com a morte de Getúlio, Jango tornou-se o líder incontestado do trabalhismo. Isso lhe assegurou a eleição para a vice-presidência, como companheiro de chapa de Juscelino Kubitschek.

Como já vimos, o vice-presidente Jango dedicou-se fundamentalmente às lides sindicais. Porém, sempre vigiado muito de perto pelos setores mais reacionários das classes dominantes e pelos militares. Acusado de “subversivo” e de corrupto, ele era mantido a rédeas curtas. Em nenhuma oportunidade conseguiu substituir o presidente em seus eventuais afastamentos do governo, como determina a Constituição; era o presidente da Câmara de Deputados quem substituíu a J. K. Isso deve ter sido uma enorme humilhação para Jango e revelava, de forma inquestionável, a tutela descarada que os militares exerciam sobre o poder.

Em 1960 repetir-se-ia a situação: o PTB seria o fator decisivo nas eleições e Jango candidato à vice-presidente. Sobreviveu inclusive a esse cataclisma eleitoral que foi Jânio, transformando-se em vice de seu adversário. Já vimos como a estrela política de Jango esteve periclitando durante os sete meses de governo janista, sob a ameaça permanente de inquéritos administrativos.

Até hoje não compreendemos a razão pela qual Jânio mandou Jango visitar a China Popular. A visita em si justifica-se plenamente pela política de abertura que o presidente pretendia com o mundo socialista. A dúvida relaciona-se à escolha de Goulart. Pretenderia J. Q. “queimar” definitivamente seu adversário na área populista junto aos militares reacionários?

Por maquiavelismo de Jânio ou por simples casualidade, Jango foi surpreendido pelo “fortrait” do presidente longe do país, num país “quente”, logo depois de haver feito declarações elogiosas ao regime de Mao Tsé-tung. O que acabava por incompatibilizá-lo com os setores mais reacionários das classes dominantes e das forças armadas.

Vetado pelos ministros militares, que dominavam inicialmente a situação e que exigiam de um Congresso em pânico ante a pers-

pectiva de fechamento, a anulação de seu mandato, Jango estava aparentemente perdido. Oposto por temperamento e pelos seus interesses de classe ao tipo de luta que o momento exigia, ele haveria sido um a mais entre centenas de homens públicos latino-americanos condenados à morte política no exílio.

Se não fosse pela resistência popular, que sob a liderança de Brizola organizou-se no RS, culminando com o controle dos três Estados do extremo sul pelas forças populares e pela agitação que empolgava já todo o país, Goulart nunca teria chegado à presidência da República e a ditadura militar teria começado dois anos e meio antes.

Depois de uma longa viagem de regresso, Jango chegou a Porto Alegre lamentavelmente muito cedo. Sim, porque dez ou quinze dias mais teriam sido suficientes para que as forças populares, já com o apoio do III Exército, com a determinação dos oficiais nacionalistas e dos sargentos das unidades do resto do país de rebelar-se contra a ordem de combate dada pelos comandantes golpistas e com a disposição das classes trabalhadoras de paralisar o país com uma greve geral, consolidassem sua vitória.

Brizola havia dado um cunho eminentemente popular ao movimento de resistência. O Rio Grande do Sul estava mobilizado, em pé de guerra. Um entusiasmo febril contaminava a todos. Os voluntários alistados já alcançavam a meio milhão. O III Exército começava a ser transferido para a fronteira de São Paulo. A rádio da Legalidade lançava seus manifestos revolucionários aos quatro pontos cardeais do país, fazendo desmoronar, como um castelo de cartas, o dispositivo militar da reação. Nunca o povo havia estado tão perto do poder como naquele momento.

A chegada de Jango a Porto Alegre foi algo indescritível. Quase toda população estava nas ruas que conduzem do aeroporto Salgado Filho ao Palácio Piratini. A praça fronteira ao palácio estava superlotada por aquele povo que, nos primeiros dias da crise, antes da adesão do III Exército, não se havia movido nem quando parecia iminente o bombardeio dos aviões a jato ou o ataque dos tanques. Aquela massa formidável queria ver o *seu Presidente*, por cuja posse estava disposta a jogar a própria vida. O passado de líder popular de Jango, o fato de ser o herdeiro de Getúlio, autorizava o otimismo de todos: com Jango o povo estaria no poder.

Arrancado do automóvel que o trouxera do aeroporto pela massa e conduzido ao primeiro andar do Palácio Piratini, Jango apareceu ante os olhos de todos. O entusiasmo chegou ao paroxismo. Depois de alguns minutos, fêz-se silêncio. O povo queria ouvir *seu*

Presidente. Queria escutar dele a promessa de que a desumana estrutura social e a exploração imperialista, denunciadas por Vargas na *Carta Testamento*, terminariam agora que o herdeiro do “velho” chegava ao poder. O povo queria que ele confirmasse as palavras de ordem revolucionárias que haviam sido lançadas por Brizola, até aquele momento à frente da resistência popular. Queria que ele rechaçasse liminarmente a manobra conciliatória do Congresso de joelhos em Brasília ante a bota militar: o parlamentarismo.

Vã ilusão! Se Getúlio podia ser cognominado “o conciliador”, Goulart era a própria conciliação. Rodeado desde Montevideo, sua última escala antes de chegar, por velhas raposas da política tradicional *, Jango já estava praticamente comprometido com a solução intermediária. Essa adaptava-se justamente ao seu temperamento e aos seus interesses de classe. O radicalismo daquele povo, que queria levar seu movimento até às últimas conseqüências, assustou tremendamente o latifundiário João Goulart. Fugiu; sim, fugiu para o interior do palácio sem dirigir a palavra ao povo. Foi essa a primeira de muitas oportunidades em que a personalidade de João Goulart, o latifundiário, revelou-se mais forte do que a do líder populista Jango.

Fugindo ao contato com o povo, Goulart foi inteiramente absorvido pelos conchavos palacianos, protagonizados por mais e mais políticos que chegavam de Brasília e Rio, desesperados por salvar os privilégios das classes dominantes, momentaneamente ameaçados pela rebelião popular.

Brizola lutou desesperadamente para salvar algo. Líderes sindicais e estudantis, recebidos por Jango, disseram-lhe cara a cara que qualquer conciliação com os golpistas seria uma traição ao povo. Nada adiantou. Os interesses de classe de Goulart falavam mais alto do que aquela multidão frente ao Piratini e do que os milhões que em todo o país sonhavam com um governo nacionalista-popular.

De madrugada, quando terminou o conchavo, Jango reuniu os jornalistas e lhes entregou a mensagem em que aceitava o parlamentarismo. Esses recusaram-se a divulgá-la ** e o futuro presidente foi vaiado de frente. Uma verdadeira revolta alastrou-se pelo palácio. Centenas de cartazes com o retrato de Jango, utilizados na recepção da véspera, foram despedaçados e atirados à rua.

* Tancredo Neves teve um papel decisivo no processo de capitulação; assegurou-se assim do posto de primeiro-ministro.

** Foi nosso amigo Flávio Tavares, que expressando o sentimento de todos jornalistas presentes, devolveu o documento capitalacionista a Jango.

A multidão que ainda aguardava na praça, ao ver aqueles destroços compreendeu que a traição havia se consumado. E numa demonstração de como reage o povo frente ao seus líderes que capitulam, aquela massa começou a gritar em coro:

“CO-VAR-DE!” “CO-VAR-DE!” “CO-VAR-DE!”.

O Piratini, que durante uma semana havia simbolizado os anseios revolucionários do povo brasileiro, centralizando a atenção de todo o país, ficou vazio, triste, como que envergonhado da covardia dos homens. Quando, no dia seguinte, voltamos ao palácio, o encontramos deserto; nem sentinelas havia. Finalmente encontramos um jornalista hispano-americano, um dos muitos que haviam vivido conosco aquela epopéia nos porões do Piratini, conquistados pela causa revolucionária. Numa só frase resumiu a angústia coletiva: *“Pero el presidente de ustedes, es un poltrón!”*

Dias depois, numa reunião da União Nacional de Estudantes, realizada no Palácio Piratini (durante a crise a diretoria da UNE havia se transferido para Porto Alegre), Brizola tentou explicar o porquê da capitulação absurda; com sua linguagem característica, traçou o retrato do cunhado: *“Vocês tem que compreender o Jango. Ele é fundamentalmente um conciliador. O perigo é deixar um papel e um lápis sobre a mesa ao alcance dele, pois Jango firma logo um acordo com o primeiro que passar...”*.

Consumou-se assim a primeira traição do líder populista Jango.

“Quem nasce para vintém nunca chega a tostão”

Jango confirmaria plenamente o acerto do adágio popular. Ele havia nascido para vice-presidente. Possivelmente ninguém estava melhor preparado do que ele para esse posto dentro de um governo populista. Principalmente no trato com as lideranças sindicais Jango era genial: conquistava, amaciava e corrompia (com sua simpatia pessoal, ou com algo mais substancial) a quase todos, assegurando a “paz social” ao regime.

Porém estava completamente despreparado para a enorme tarefa de governar um país como o Brasil, principalmente quando esse vivia o fim de uma etapa histórica — a populista, iniciada em 1930 — e exigia drásticas reformas estruturais. A não ser na matéria “sedução pessoal”, Jango seria reprovado — com zero — em todas as matérias que deveriam constituir o vestibular dos candidatos à presidência da República. Intelectual e psicologicamente ele não estava habilitado para exercer efetivamente o poder.

Em conseqüência, outro velho ditado popular — *“deixa como está para ver como fica”* — tornou-se norma de governo. Assim, o

que estava mal, continuou mal cada vez pior, sem solução. Alguns aspectos positivos — como as liberdades públicas — também continuaram.

Nem o esquema militar (básico para a manutenção de qualquer governo em nossos países), nem a máquina administrativa foram mudados. Os generais reacionários, inclusive aqueles que haviam tratado de impedir sua posse, foram mantidos em atividade, quando não, contemplados com comandos importantes. Em consequência, a conspiração contra o governo, praticamente ostensiva foi permanente *. Numa segunda etapa, Jango afastou alguns generais; porém não os reacionários e sim os que tinham vinculação com Brizola.

A política financeira do governo anterior, imposta pelo Fundo Monetário Internacional, continuou sem alterações, sendo executada inclusive pelos mesmos homens: os Moreira Salles, os Santiagos Dantas, os Roberto Campos, os Celso Furtado e os integrantes do “segundo escalão”, os dirigentes da SUMOC, da CACEX, da FIBAN, etc., todos “homens de confiança do imperialismo”.

Num particular a situação piorou radicalmente: no relativo às relações com Washington. A posição de relativa independência de Jânio foi substituída por uma subserviência praticamente total. Jango viajou aos Estados Unidos num autêntico “beija-mão” e aceitou uma tutela praticamente total da embaixada norte-americana, firmemente comandada por seu amigo Lincoln Gordon.

A inflação, por não ter sido atacada nas suas origens, continuou cada vez mais acelerada; já era galopante — 10% ao mês — no fim do período. A estagnação do processo de desenvolvimento foi praticamente total: os índices de aumento do P.N.B. passaram a ser inferiores aos do aumento demográfico. A corrupção, que durante o governo de Juscelino havia sido praticamente institucionalizada, continuou imperando de forma absoluta.

A lei da inércia atuou também no sentido positivo. Algumas posições progressistas do governo anterior, como a política exterior independente em relação à Cuba, ao mundo socialista, às colônias portuguesas da África foi mantida.

Finalmente, o que de mais positivo apresentou o governo Goulart: as liberdades individuais, os direitos políticos, os movimentos reivindicatórios de caráter social foram respeitadas por parte do governo. Confirmando, porém, a debilidade do poder central, as

* Basta ler as “Memórias” do general Mourão Filho para comprovar isso.

violações a todos esses direitos foram sistemáticas em Estados como a Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (depois que Brizola saiu).

Quando o fracasso administrativo ficou evidente e passou a liquidar com o prestígio que Jango ainda conservava entre as classes trabalhadoras e os setores mais humildes da população, o presidente, assustado, tentou uma saída. A culpa de todo descabro, do total desgoverno existente foi lançada sobre o parlamentarismo, que lhe havia sido imposto e que — dizia — o impedia de governar efetivamente.

Sua alegação não tinha nenhum fundamento, pois todos os primeiros ministros (com a única exceção de Francisco Brochado da Rocha, que atuou num esquema distinto, como veremos mais adiante), que se sucederam rapidamente eram homens seus, dóceis aos seus desejos, completamente incapazes de impedir qualquer plano presidencial.

Às vezes chegamos a pensar que o desgoverno era premeditado: uma tentativa de desprestigiar o parlamentarismo para conseguir o retorno do presidencialismo e os plenos poderes para Jango.

De qualquer maneira, ele conseguiu convencer as forças populares de que não podia governar com o parlamentarismo. Chegou inclusive a ameaçar com a renúncia caso não lhe fossem devolvidos os poderes plenos. O parlamentarismo estaria inclusive impedindo as reformas exigidas, em intensidade crescente, pelo povo.

As esquerdas, apesar de já estar meio ressabiadas com os enredos do presidente, decidiram-se em favor da campanha pelo Plebiscito, pois este lhes daria oportunidade para ampla agitação e politização de massas. Depois de conseguir de Goulart um novo compromisso: de que a vitória do presidencialismo significaria efetivamente a realização das reformas de base, começaram a campanha.

Convencendo ao povo de que votando “NÃO” ao parlamentarismo estaria votando em favor da reforma agrária, da urbana, da universitária, da tributária, da bancária e da eleitoral — os setores progressistas, uma vez mais sob a liderança de Brizola, conseguiram uma nova e espetacular vitória sobre a reação. Mais de dez milhões de “NÃO”, quase o dobro da votação conseguida por Jânio Quadros, mais de 80% dos votos depositados nas urnas, representavam de forma inequívoca a opção popular em favor das reformas.

Eleito praticamente uma segunda vez de maneira consagrada, era de se esperar que Jango resolvesse iniciar realmente um governo de cunho popular-reformista. Com aquele apoio maciço que lhe dera

o povo, absolutamente inédito na história do país, Jango tinha força para eliminar imediatamente os agentes do imperialismo e da oligarquia do seio do governo. Podia passar para a reserva os generais golpistas e promover a oficialidade nacionalista e progressista, assegurando assim base militar para as reformas.

Tinha autoridade, então, para exigir do Congresso, totalmente desmoralizado pelo voto popular (que significava uma censura aberta à atuação dos parlamentares em agosto/setembro 1961), a imediata votação dos projetos de reforma.

E para adotar toda uma série de medidas de suma importância: liquidar com Carlos Lacerda, o agente n.º 1 do imperialismo, que conspirava descaradamente, intervindo no Estado da Guanabara; pôr em prática imediatamente a Lei de Remessa de Lucros e outras medidas legais, já equacionadas durante o governo Brochado da Rocha, destinadas a atenuar o saque imperialista. Em resumo, fazer tudo aquilo que o povo havia demonstrado, em forma inquestionável que estava esperando.

Uma vez mais, sem dúvida, Goulart conciliou. Na realidade, a única coisa que ele queria, era a restituição de seus poderes, parcialmente perdidos quando da instituição do parlamentarismo. Obtidos os mesmos, ignorou olímpicamente o fato de que esta restituição estava vinculada às reformas. Pela segunda vez, o povo foi atraído pelo líder populista Jango. João Goulart, o latifundiário continuava plenamente fiel à sua classe.

A própria reconquista dos plenos poderes foi totalmente simbólica. Sentindo-se desagravado da castração que sofrera e confirmando que estava totalmente despreparado para o exercício efetivo do poder, Jango transferiu seus poderes praticamente *in totum* a Santiago Dantas.

Esse ex-integrante da “Câmara dos 40” (a direção nacional do integralismo) e advogado de monopólios estrangeiros acumulou, no ministério de Fazenda, *de facto*, mais poderes do que qualquer dos primeiros ministros do regime parlamentarista.

Com a cumplicidade de Celso Furtado, S. D. elaborou um *Plano Trienal* no qual, habilmente disfarçadas por uma linguagem progressista, encontrávamos todas as imposições do FMI, medidas antinacionais e antipopulares. Soluções anti-inflacionárias que afetavam unicamente as classes trabalhadoras, que condenavam à liquidação o setor estatal da economia e que levariam a economia ao “crescimento zero” — foram adotadas e começaram a ser postas em prática.

Além disso, Jango tentou uma das maiores negociatas da história do capitalismo. Com a cumplicidade do general Amaury Kruel, ministro da Guerra (o mesmo que, como coronel assinara o manifesto que derrubara Jango do ministério do Trabalho e que o presidente, dentro de sua técnica de corromper e “ganhar” seus adversários, levava ao ministério) e de Santiago Dantas decidiu comprar as subsidiárias da *Bond and Share*.

Essas empresas, de acordo com a legislação brasileira sobre concessionárias de serviços públicos e cujos contratos já estavam vencidos ou por vencer, já não tinham mais nada a receber quando voltassem definitivamente ao poder concedente. A prova disso era a expropriação feita por Brizola da subsidiária de Porto Alegre. De acordo com o laudo contábil, não havia nada a pagar; ao contrário, o governo gaúcho reclamava a devolução de Cr\$ 180.000.000,00 a quanto ascendia o saldo contra a empresa.

Uma vez consumada a operação da *Bond and Share* e estabelecido um precedente jurídico, estaria aberto o caminho para a “compra” da *Light & Power*, com investimentos cerca de dez vezes maiores.

Na compra da *Bond and Share* estava prevista uma “comissão” de US\$ 30.000.000 para o grupo brasileiro encarregado das negociações. A violenta campanha de denúncias promovida pelas forças nacionalistas, especialmente por Brizola e a Frente de Mobilização Popular conseguiu frear as negociações com a AMFORP; impediu a concretização da negociata.

Em conseqüência, verificou-se a ruptura de Brizola e Jango. O líder nacionalista rechaçou drasticamente uma obscura proposta do cunhado de que parte da “comissão” seria utilizada na instalação de uma rede de canais de TV nas capitais dos Estados, cuja utilização política asseguraria o predomínio do PTB.

Por outro lado, a campanha nacionalista contra o *Plano Trienal* acabou com o mesmo e com a demissão dos ministros responsáveis por um e outro *affair* *.

* A negociata da *Bond and Share* impedida em 1963 pela vigilância das forças nacionalistas, consumou-se em outubro de 1964, em pleno governo do marechal Castelo Branco. Uma das duas grandes bandeiras do golpe de 1.º de abril é que tinha acabado a corrupção. Como o preço que havia sido acertado por Santiago-Krueel-Jango, aproximadamente 180 milhões de dólares, duplicou, pode-se chegar à conclusão de que a “comissão” dos intermediários nativos aumentou substancialmente.

A negociata foi tão escandalosa que a “*Hanson’s American Letters*”, uma revista que expressa a opinião de homens de negócio norte-americanos, ao

As reformas de base e a sabotagem às mesmas

Entretanto, as providências necessárias à concretização das reformas prometidas por Jango ao povo durante a campanha do Plebiscito, continuavam sendo sabotadas. Vamos revelar um fato do qual participamos diretamente e que constitui uma prova irrefutável de que Goulart nunca pensou efetivamente em realizar reforma alguma.

A assessoria da presidência da República estava integrada, em princípios de 1963 (antes da ruptura Brizola-Jango), por parte da antiga assessoria de Brizola no governo do RS, sob a direção do economista Cibilis da Rocha Viana. Por ordem expressa de Jango, foi constituído, na assessoria, um Grupo de Trabalho para a elaboração do projeto de reforma agrária, que o Poder Executivo mandaria ao Congresso.

Integramos esse "G. T." e com a colaboração decisiva de Jader de Andrade (grande técnico da Sudene e secretário de Agricultura de Arraes) e de João Caruso (então Superintendente da SUPRA) conseguimos elaborar um projeto que incorporava as linhas mestras do pensamento do setor brizolista sobre o tema (expostas em nosso livro "QUE É A REFORMA AGRÁRIA?", editado pela Civilização Brasileira).

O que preconizávamos era uma reforma bastante avançada, que partindo das experiências positivas de outros povos, considerava fundamentalmente as condições muito peculiares do problema agrobrazileiro. Não era, obviamente, uma reforma agrária socialista. Objetivava somente liquidar com os resíduos semifeudais que entravam o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e criar melhores condições de trabalho e de vida para a imensa massa camponesa.

comentá-la, afirmou que "ao submeter-se às condições da *Bond and Share*, o Brasil havia-se transformado no palhaço do hemisfério". E acrescentava: "...nunca as famosas '*Banana's Republics*' da primeira metade do século haviam-se submetido à espoliação, ao roubo, ao saque com tanta passividade, com tão doce enlevo como o Brasil ao aceitar a transação...". A "Hanson's" ia ainda mais longe: pedia ao governo de Washington que intervisse na operação, para que o povo norte-americano não ficasse comprometido na usurpação e para que as companhias americanas que trabalham decentemente não fossem vítimas futuras de represálias contra essas medidas da AMFORP e da I.T.T. Sim, porque o governo da "revolução" acabou "comprando" também a subsidiária desta última, que Brizola nacionalizara no RGS.

E agora, no apagar das luzes do governo Geisel, consumou-se a maior das negociatas: a compra da *Light & Power*...

Para surpresa geral e contra o ponto de vista de Evandro Lins, chefe da Casa Civil e especialmente de Celso Furtado, seu ministro de Planejamento, um acérrimo inimigo da reforma agrária *, Jango não somente aprovou o projeto, como mandou alterar certo dispositivo, tornando-o mais radical. Foi grande a satisfação da "assessoria gaúcha". Porém, confirmando que "alegria em casa de pobre dura pouco", Goulart nunca mandou o projeto ao Congresso. Depois de "dormir" longamente em alguma gaveta presidencial, foi apresentado por Brizola e pelos deputados da Frente Parlamentar Nacionalista.

Como uma versão moderna do personagem de R. L. Stevenson, Jango Goulart continuava vivendo e sofrendo sua grande contradição: por um lado, o político populista, que para aumentar seu prestígio gostaria de fazer algum tipo de reforma; por outro, o típico latifundiário riograndense para quem desfazer-se de um pedaço de terra equivale a perder um braço ou mesmo um filho.

* Durante os longos anos de exílio tivemos que defrontar-nos muitas vezes com um dos mitos brasileiros mais difundidos na América Latina: Celso Furtado, por muitos considerado um tipo de esquerda. Para absolvê-lo dessa injusta classificação, basta ler o "Plano Trienal", onde detectamos, ocultas sob uma linguagem aparentemente progressista, todas as regras do F.M.I.

Em "O QUE É A REFORMA AGRÁRIA?", ao analisarmos o programa agrário da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, da qual Celso era o diretor, comprovávamos que o mesmo não chegava a ser sequer reformista, pois as medidas que preconizava (transferência de populações excedentes) tendiam, na realidade, a aliviar a tensão social, consolidar o latifúndio da região. Exatamente a política seguida posteriormente pelos governos militares. Escrevíamos então:

"O que revolta, em tudo isso, é a atitude da SUDENE, esse organismo prestigiado pelos governos e por todo o povo brasileiro, do qual se esperava a redenção do Nordeste. Não se encontra em todo o seu Primeiro Plano Diretor uma palavra de condenação ao latifúndio, um projeto de desapropriação de terras para início de colonização (...).

"A política agrária da Sudene é na realidade uma política de transporte, visando dar vazão aos supostos 'excedentes populacionais', principalmente para o Maranhão ("não estando fora de cogitações um melhor ordenamento da emigração para fora do Nordeste"); enfim, a oficialização do "pau de arara".

"O primeiro Plano Diretor prevê os seguintes investimentos para o quinquênio 1961/65: total: 58.800 milhões; para colonização, 183 milhões. O único plano de colonização previsto é a transferência para o Maranhão de 6.250 famílias, isso tão somente em razão da "existência de terras acessíveis e livres" naquele Estado. Compare-se essa cifra com os 4 milhões de "sem terra" existentes no Nordeste".

Parece fora de dúvida que Celso Furtado é mais conservador do que o arqui latifundiário João Goulart.

O argumento de que o Congresso não votaria o projeto de reforma agrária não é válido. Não votaria em condições normais, porém o faria dentro de certos condicionamentos perfeitamente aplicáveis. No capítulo "As classes dominantes e o condomínio do poder" já analisamos como, em razão de um paradoxo criado pela Lei Eleitoral, o latifundiarismo não domina o Poder Legislativo.

Predominam em ambas casas do Congresso os representantes da burguesia financeira, industrial e mercantil, os porta-vozes da pequena e média burguesia, do funcionalismo público, dos profissionais liberais e das classes trabalhadoras, todos sem maiores vínculos com o latifúndio. A maioria dos parlamentares são o que se chama "políticos profissionais"; fazem da política sua carreira. E essa depende de uma série de fatores: do tráfico de influências, das manobras administrativas, dos favores do oficialismo, etc. É a chamada *política de clientela*.

Em conseqüência, estão totalmente submetidos à máquina de corrupção do Poder Executivo. Dos favores que obtêm do governo dependem sua reeleição, a defesa dos interesses de seus patrões nacionais ou estrangeiros, o êxito de seus próprios negócios, a segurança e o bem estar de suas famílias e de seus cabos eleitorais. A sabedoria popular os denominou "fisiológicos", em contraposição aos senadores e deputados de formação ideológica.

Se Goulart tivesse querido efetivamente as reformas, em particular a agrária, bastaria que tivesse utilizado sua influência para ganhar o voto da bancada "fisiológica". Esses votos, somados aos dos parlamentares progressistas, mais a pressão popular sobre o Congresso (por que não?) e das próprias forças armadas, quando o esquema militar ainda não havia-se deteriorado, teriam sido mais que suficientes para eliminar os obstáculos constitucionais que impediam uma reforma agrária radical.

Jango poderia também ter posto em prática a sugestão de Brizola: *utilizar a legalidade até os limites extremos, inclusive invadindo essa "terra de ninguém" que existe entre o legal e o ilegal*, procedendo da seguinte maneira:

A Constituição de 1946, dentro de sua sistemática conservadora, depois de garantir por todos os meios o direito de propriedade, estabeleceu que a mesma *pode ser expropriada por necessidade pública ou interesse social, por seu justo valor e mediante pagamento em dinheiro*.

A Constituição não definiu, sem dúvida, qual é o *justo valor*. Uma lei complementar deveria fazê-lo, porém nunca foi elaborada.

Portanto, o *justo valor* continua sendo algo indefinido, devendo a justiça fixá-lo em cada caso. Como o único valor estabelecido previamente é o *fiscal*, utilizado nos cálculos dos impostos territoriais e sobre a renda, o governo poderia decretar a expropriação de quantos latifúndios fossem necessários mediante o simples depósito do *valor fiscal*. E esse, em razão dos vergonhosos privilégios usufruídos pelos latifundiários, não excede, normalmente a 10 ou 20% do valor real.

Como medida seguinte, o governo passaria a discutir, na área judiciária, o *justo valor*. Em condições normais, um pleito judicial, através das distintas instâncias, leva quatro ou cinco anos até uma solução definitiva no Supremo Tribunal Federal.

A situação atual — totalmente negativa para a reforma — seria invertida. Uma vez expropriados os latifúndios e entregues aos camponeses sem terra, a pressa para conseguir uma solução legal seria dos expropriatários. Entretanto, os camponeses estariam trabalhando as novas terras, consolidando sua propriedade sobre as mesmas, criando uma situação irreversível.

Não somente em relação à reforma agrária era falsa a posição de Jango. Nenhuma das outras reformas reclamadas pelo povo mereceram a devida atenção por parte de seu governo. Os projetos respectivos, quando chegaram a ser elaborados, eram meros paliativos demagógicos e que constituiriam fracassos se chegassem a ser aplicados.

Assim, no que se refere à reforma urbana nenhum projeto de lei foi oficialmente encaminhado ao parlamento. O decreto do ministro da Justiça, lançado nos últimos dias do governo, teve unicamente objetivos demagógicos. A medida proposta, que afetava somente os apartamentos desocupados, em razão dos altos índices de aluguel estabelecidos, beneficiaria somente os inquilinos do Rio de Janeiro e São Paulo (Capital), ou melhor, os que habitavam os bairros elegantes das duas cidades. Isso na hipótese, muito pouco provável, de que o Poder Judiciário dos dois Estados, vinculado aos governos reacionários de Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, não concedessem mandato de segurança a todos os proprietários afetados pela medida.

A reforma bancária, uma das mais importantes, capaz de influir de forma decisiva no desenvolvimento de um país, tornando-o menos dependente e socialmente mais justo, foi totalmente deformada pelo governo. A posição das forças populares estava expressa no projeto de lei elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito — CONTEC. Pelo mesmo, a enorme

poupança nacional em mãos da rede bancária privada, atualmente utilizada em grande parte em atividades especulativas, seria destinada aos setores básicos da economia, inclusive às empresas estatais. Ao abandonar o projeto da CONTEC, o governo Goulart mandou ao Congresso um outro, totalmente inócuo no relativo à disciplina do processo de desenvolvimento e condescendente com os interesses do capital financeiro privado, nacional ou estrangeiro. Qualquer banqueiro daria seu apoio ao projeto do Poder Executivo; esse não poderia, em conseqüência, servir aos interesses do país.

A reforma tributária, outra arma decisiva que podem utilizar os governos interessados em tornar um pouco mais humano o regime capitalista, também foi totalmente desprezada pelo governo. O projeto enviado à Câmara estabelecia somente novas normas tributárias, sem atacar o problema básico: os privilégios das classes dominantes e dos monopólios estrangeiros.

A reforma universitária, reclamada pela massa estudantil, nem sequer foi considerada. Que não pretendia mais do que a autonomia universitária e a participação dos estudantes — 1/3 — nos conselhos diretores. Ou seja, conquistas liberais já recomendadas desde 1918, pelo “Manifesto de Córdoba”, na Argentina. Apesar de sua fama de esquerdista, Darci Ribeiro, como ministro da Educação, colocou-se contra essas reivindicações dos estudantes. Terminou por ser declarado “persona non grata” pela UNE.

Por tudo que foi dito nas últimas páginas (e que pode ser provado nos mínimos detalhes, especialmente com a análise dos projetos de lei oficiais mencionados), cremos que o presidente João Goulart fica totalmente livre das acusações que lhe fazia a direita: *reformista, revolucionário, comunista, etc.*

Veremos agora que é igualmente injusto classificá-lo de *nacionalista*, de *inimigo do imperialismo norte-americano*, de *possível líder da causa de libertação do povo brasileiro*, etc. As posições de Goulart frente ao processo de espoliação, em defesa da economia nacional, foram igualmente negativas.

Em setembro ou outubro de 1962, o Congresso aprovou a *Lei de Remessa de Lucros*. Depois de anos de luta dura e incessante, as forças populares nacionalistas, representadas no Congresso pela Frente Parlamentar Nacionalista, sob a liderança de Sérgio Magalhães, haviam conseguido uma grande vitória.

Uma vitória inclusive difícil de explicar considerada a composição do Congresso, onde são muitos os deputados e senadores direta ou indiretamente vinculados aos interesses alienígenas ou à *burguesia*

associada. Deve ter havido um “cochilo” dos agentes do capital financeiro e monopolista internacional.

A lei, sem evitar, como é óbvio, a espoliação imperialista, a reduzia a níveis mais suportáveis. A reação foi violenta, internamente e no exterior. A grande imprensa internacional e boa parte da nativa dizia cobras e lagartos da LRL. Alguns mais afoitos chegaram a pensar num desembarque de “marines”, como meio de pôr freios aos abusos daqueles mestiços desonestos. Onde já se viu tamanho atrevimento: limitar a ação de capitais de países amigos? E a iniciativa privada aonde ficava?

O presidente da República tem um prazo de dez dias para sancionar ou vetar, total ou parcialmente uma lei aprovada pelo Congresso. Existe uma terceira saída, absolutamente oportunista: devolvê-la ao Senado, para que seja assinada pelo presidente do mesmo. Foi o que fez Jango. Ele, o herdeiro político de Vargas, cujos discursos nacionalistas e a Carta Testamento haviam servido de inspiração à lei.

Não ficou nisso a atuação negativa, tipicamente de sabotagem, de Goulart em relação à lei de remessa de lucros. Para poder ser aplicada, a lei necessitava ser regulamentada por decreto do Poder Executivo. O presidente, batendo possivelmente todos os recordes na matéria, levou um ano e meio com o assunto engavetado. Quando, finalmente, em princípios de 1964, duramente pressionado pelas forças populares, resolveu publicar o decreto da regulamentação, Jango tratou de capitalizar politicamente a medida. Ele, que podia ter sido enquadrado em crime de responsabilidade (por impedir a aplicação de lei votada pelo Congresso), reuniu, com todo exibicionismo aos setores das esquerdas que ainda lhe davam cobertura (a CGT e o PCB), numa pública demonstração de *seu nacionalismo*.

Os setores das forças populares não comprometidos com Goulart aguardaram com expectativa e desconfiança a publicação do texto definitivo da regulamentação. A desconfiança originava-se no fato de que a imprensa a soldo do imperialismo, ao contrário do verificado em 1962, praticamente não havia reagido à regulamentação.

Desconfiança também pelo fato de que a política econômica estava sendo conduzida por *homens de confiança* do capitalismo internacional. Como embaixador, em Washington, estava Roberto Campos, que de tão americanófilo chega a falar português com sotaque anglo-saxão. O ministério da Fazenda estava ocupado por Ney Galvão, um moleque de recados de Moreira Salles, o testa de ferro dos Rockefellers no Brasil. Moreira Salles, sem ocupar nenhum cargo de forma ostensiva, era na realidade o chefe na área econô-

mica, pois servia como uma espécie de fiador do governo de Goulart frente aos bancos e investidores norte-americanos. A “eminência parda” de Jango naquele momento, o homem de maior influência dentro do governo, era Jorge Serpa, um aventureiro da pior espécie, diretor da *Mannesmann* e o representante ostensivo do capital financeiro e monopolista alemão.

Nossa desconfiança, sem dúvida, não se justificou. Quando conseguimos o texto integral da regulamentação, os economistas responsáveis pela seção econômica do semanário brizolista “PAN-FLETO” o examinaram minuciosamente, em busca de alguma falha que significasse uma burla à lei. Tudo porém parecia rigorosamente certo; nenhum sinal de fraude foi encontrado. Nossa perplexidade foi total. Aparentemente Jango havia decidido “fechar” com as forças nacionalistas e havia dado um pontapé nos seus amigos ianques. O sentimento anti-janguista, que depois de tantas velhacarias presidenciais estava fortemente arraigado entre os setores revolucionários das esquerdas, diminuiu consideravelmente.

Porém, por que não gritava a imprensa local entreguista? E os diários norte-americanos e europeus? Somente esse detalhe manteve viva a dúvida e a conseqüente vigilância sobre os próximos atos financeiros do governo. Poucos dias depois, o mistério aclarou-se. As instruções n.º 263 e 264 da SUMOC, estabelecendo um liberalismo cambial praticamente total, anulavam tudo o que havia de positivo na Lei de Remessa de Lucros.

Denunciamos no “PLANFETO” a grosseira e suja manobra. O PCB e a CGT, demasiadamente comprometidos pelo apoio incondicional que davam a Jango, ainda tentaram ocultar a patifaria. “NOVOS RUMOS”, o semanário do partido, chegou a elogiar os novos regulamentos, porém, frente à evidência, teve que dar marcha-à-ré.

Um fato semelhante verificou-se com a institucionalização do monopólio estatal na importação do petróleo. Medida há muito pleiteada pelas forças nacionalistas, o monopólio objetivava fortalecer a Petrobrás e impedir a prática do sobrefaturamento, adotada pelas refinarias privadas, que ocasionava grave evasão de divisas.

Decretando o monopólio da importação, Goulart capitalizou mais uma vez prestígio. O fato da imprensa alienada não protestar, ativou nossas suspeitas. Essas foram logo confirmadas. Jango havia dado ordem sigilosa ao general Albino Silva, homem de sua absoluta confiança e presidente da *Petrobrás*, para que firmasse um contrato com a “*Esso Internacional*”, outorgando-lhe, por cinco anos, o fornecimento do petróleo necessário à complementação do consumo

nacional. Transferia, assim, o governo, o monopólio da empresa estatal para o truste internacional.

A nova canalhada somente não se concretizou em virtude da vigilância dos diretores nacionalistas da Petrobrás, que denunciando a manobra, conseguiram derrubar o general Albino Silva: é verdade que à custa de suas próprias demissões.

Na II parte deste livro — “*Os acontecimentos*” — continuaremos enfocando a Jango, o personagem principal dessa história. Veremos como as duas personalidades do presidente continuaram se enfrentando. Verificaremos algumas vitórias do *eu populista*, porém, no fundamental, no decisivo a vitória foi sempre do *eu latifundiário*. Os interesses do imperialismo e da oligarquia sempre foram preservados. O povo, depois de ser enganado durante 31 meses, seria traído pela terceira e última vez por Jango, líder populista. O sr. João Goulart, ao contrário, permaneceria sempre fiel à sua classe.

IX

OS CAMPONESES E OS SUBPROLETÁRIOS

Em "BRASIL PARA ESTRANGEIROS" analisamos em detalhe a formação da classe camponesa e vimos como o *hinterland* do país foi cenário permanente de lutas entre os donos da terra e os que eram e ainda são obrigados a cultivá-la: os índios, os escravos negros e os trabalhadores "livres" de hoje. Para assegurar mão-de-obra gratuita, os portugueses e posteriormente os bandeirantes protagonizaram uma das guerras mais brutais e prolongadas da história, cujas vítimas diretas ou indiretas somam algumas dezenas de milhões.

As primeiras vítimas foram os naturais da terra. Os lusos pensavam resolver com a sua escravidão o problema da mão-de-obra necessária aos cultivos agrícolas e à exploração das minas. Foi sem dúvida, a firme resistência da maioria das tribos, e sua firme decisão de não deixar-se escravizar, que frustraria parcialmente os planos dos colonizadores, levando-os a importar escravos da África.

Foram mais de três séculos do tráfico mais brutal e odioso. O extermínio começava no continente africano, na operação de caça ao negro. Muitas tribos resistiam valentemente à brutal superioridade do branco. Continuava logo a bordo, na longa viagem através do oceano: empilhados como carga, como *mercadoria* que eram, morriam como moscas. Ao chegar ao Novo Mundo, depois de comprados em leilão pelos senhores de engenhos ou de minas, eram submetidos as mais duras condições de trabalho e de vida. Entre o cabo de enxada e o açoite do feitor, esgotavam rapidamente suas forças e capacidade de trabalho: como média, a vida do escravo no cativeiro não ultrapassava os cinco anos. Isso porém não constituía maior problema, pois a renda produzida por cada escravo multiplicava várias vezes o seu preço, possibilitando sua substituição. Somente quando, em razão da repressão do tráfico pelos ingleses, o preço subiu violentamente, é que a escravidão em sua forma direta deixou de ser um negócio fabuloso; algumas décadas mais tarde

tornar-se-ia antieconômica e foi sendo substituída gradualmente pelo “trabalho livre”.

Os especialistas na matéria calculam que entre 10 e 11 milhões de escravos foram trazidos ao Brasil. Outros, como Du Bois, calculam que por cada negro chegado à América 4 ou 5 eram mortos na África durante a operação de captura. O que significaria que o preço humano da colonização do Brasil não foi inferior a 50 milhões de vidas africanas.

Devemos agregar a essa cifra o número de índios sacrificados. Alguns antropólogos calculam que apesar de sua resistência, cerca de 5 milhões de nativos foram submetidos à escravidão. Considerando que os bandeirantes não eram mais humanos do que os caçadores que operavam no continente africano, não deve haver exagero em calcular entre 10 e 20 milhões os indígenas sacrificados direta ou indiretamente.

O certo é que dos dois milhões de índios existentes na época do descobrimento e das dezenas de milhões que nasceram durante esses séculos, restam atualmente cerca de 150 mil (censo do Serviço de Proteção dos Índios (SPI) realizado em 1955). Cem mil sob a supervisão direta daquele organismo e os restantes ainda apartados da civilização. Uns e outros em processo de rápida extinção, vítimas dos grileiros, que invadem suas reservas e de funcionários inescrupulosos do SPI.

Durante todos esses séculos o interior brasileiro foi cenário de lutas permanentes. Algumas assumiram o caráter definido de rebeliões de escravos, como a epopéia de Palmares (que resistiu quase um século) e dezenas de outros quilombos. Outras, apesar de serem apresentadas pela historiografia oficial como levantes de fanáticos religiosos, foram autênticas rebeliões camponesas (Canudos, Conestado, etc.).

Apesar de que, a partir de 1930, com a revolução industrial e a crescente utilização da mão-de-obra originária do campo nas lides urbanas, baixou um pouco a pressão social no interior, a luta continuou sob novas formas. O confronto entre os latifundiários e os posseiros — que muitas vezes chegou à luta armada — foi uma constante nesses últimos 35 anos.

O processo de conscientização dos camponeses

Em “O BRASIL DOS LATIFUNDIÁRIOS” analisamos minuciosamente as condições de trabalho e de vida existentes no campo brasileiro e concluímos que essas condições — as objetivas — eram francamente revolucionárias.

Por que essas condições objetivas não determinam o amadurecimento das condições subjetivas indispensáveis à Revolução?

Não ensinam os mestres marxistas que estas são o reflexo natural daquelas? *“As condições objetivas, ao refletir-se no pensamento subjetivo, formam o movimento dos opostos nos conceitos, promovem o desenvolvimento do pensamento e resolvem incessantemente os problemas do pensamento humano”* — afirma Mao Tsé-tung.

Isso parece ser inegável. O que é discutível é se esse reflexo verifica-se automática e imediatamente e sem distorções. Cremos que o único que surge em forma automática é a convicção da necessidade de mudança: *“Isso não pode continuar assim”*. Daí à conclusão sobre o caminho a seguir, sobre a eleição do caminho revolucionário existe todo um abismo. Sim, porque existe toda uma série de outros caminhos aparentes, que surgem sedutores ante os olhos das massas, já convencidas da necessidade de mudança.

Aparentemente a consciência revolucionária surge somente quando as outras “soluções” foram testadas, fracassaram e estão desmoralizadas. Há que se considerar, além disso, que a consciência revolucionária não surge automaticamente, fruto da luta de classe. Kautsky, citado por Lenin, dizia: *“A consciência socialista não se origina automaticamente da luta de classes (...). É algo introduzido desde agora nas lutas de classe do proletariado”*.

E não surge imediatamente; pode levar anos, décadas, séculos até amadurecer, caso esse amadurecimento não seja estimulado por fatores estranhos. Enquanto não surgir uma alternativa concreta, imediata (ou a curto prazo) e com boas possibilidades de êxito às classes exploradas, a consciência da necessidade de mudar continua estéril, não produz frutos, não se traduz em ação revolucionária.

O papel das vanguardas revolucionárias é exatamente o de proporcionar essa alternativa, oferecê-la às massas e viabilizá-la no terreno. Foi o que fez Lenin quando lançou a consigna *“Todo o poder aos Soviets!”*; o que fez Mao Tsé-tung quando iniciou a guerra popular prolongada na China; o que fez Fidel quando subiu à Sierra Maestra.

Marx, Engels, Lenin e Mao desenvolveram a tese de que a contradição existente nos países centrais, entre a burguesia e o proletariado foi atenuada, controlada temporariamente graças à distribuição entre as duas classes da *mais valia internacional*, ou seja, a produzida pelo *proletariado externo das grandes potências*, pelos trabalhadores dos países coloniais ou semicolonizados, expropriada no processo imperialista.

Nos países atrasados, principalmente nos de grande extensão territorial como o Brasil, verifica-se também um processo de transferência de contradições. As regiões mais desenvolvidas, principalmente depois que se transformaram em bases de operações dos monopólios estrangeiros, repetem, no plano interno, o clássico processo imperialista, explorando violentamente as regiões periféricas marginalizadas.

No caso brasileiro, como já vimos, a burguesia internacionalizada de São Paulo transfere parte das contradições que a enfrentam à classe operária para as regiões mais atrasadas. Em contrapartida, as burguesias periféricas, intentando sobreviver por mais algum tempo à avassalante concorrência dos monopólios, aumenta ainda mais a taxa de exploração de sua mão-de-obra.

É necessário analisar outro tipo de transferência de suma importância: a que se verifica da cidade ao campo. Com o crescente predomínio da burguesia e dos monopólios internacionais no “condomínio do poder”, a exploração da economia rural pela urbana aumenta. Por meio do controle dos preços dos produtos alimentícios e das matérias-primas agrícolas ou extrativas e pelo total liberalismo nos preços dos produtos manufaturados, a cidade — em seu conjunto — descarrega sobre o setor rural parte de seus problemas sociais*.

Dissemos *em seu conjunto* porque a classe operária e as demais categorias profissionais urbanas também são beneficiadas nesse processo. O latifundiário, por seu lado, livra-se da exploração internacional (a deterioração dos preços de seus produtos no mercado internacional) e da que é protagonizada pela cidade, transferindo-a, com toda violência, aos camponeses pobres, aos assalariados rurais e parceiros.

Dentro do sistema estabelecido pelo capitalismo monopolista internacional de nossos dias, os trabalhadores rurais dos países periféricos são os únicos que ficam totalmente marginalizados, que não recebem nenhum dos benefícios do progresso, do consumo de massas e do bem-estar social que, em maior ou menor escala, o capitalismo conseguiu criar. Benefícios que são gozados em sua plenitude pelas classes dominantes, em grandes proporções pelas classes médias e em pequena escala pelos trabalhadores urbanos.

* Nos últimos anos, em razão de que o aumento da produção de produtos agrícolas foi insignificante em relação ao de manufaturados e da acelerada urbanização da população, essa situação modificou-se. Os preços dos produtos agrícolas passaram a aumentar em ritmo mais acelerado do que os industriais, invertendo, parcialmente, pelo menos a situação vigente até 1964.

Esses, apesar de continuarem sendo brutalmente explorados (para comprovar essa exploração é só comparar o salário de um metalúrgico da *Ford* e da *Volkswagen* em São Paulo com o que ganham seus colegas nos Estados Unidos e Alemanha), gozam do privilégio de viver no *Brasil novo*, no Brasil capitalista. Têm, em consequência, um *status* social superior ao do camponês sem terra, do trabalhador rural, dos parceiros e dos minifundiários.

Esses habitantes do “outro Brasil — que estão sujeitos a relações de trabalho semifeudais, a uma exploração sem limites e a insegurança total, a viver numa sociedade na qual os mais elementares direitos humanos são mera ficção — constituem efetivamente a base da pirâmide social brasileira. São os que melhor se enquadram na clássica definição de Marx: “os que não têm nada a perder a não ser seus grilhões”.

Temos que levar em conta ainda um fator muito significativo: a ação do *Estado Paternalista* decisiva na contenção do confronto interclasses na cidade, não se estendeu ao campo.

Os “teóricos marxistas brasileiros, em seu afã de traduzir e aplicar mecanicamente, não se deram conta dessa “pequena” diferença: na Europa de Marx e Engels, *proletarizar-se* era cair na escala social; nos países subdesenvolvidos *proletarizar-se* é subir na escala social, é conquistar um “lugar ao sol” (por pior que seja sua localização) na sociedade capitalista; significa escapar do “inferno” da sociedade semifeudal, bárbara, brutal criada pelo latifúndio.

Nos últimos decênios, abriu-se uma “válvula de escape” na perigosa “caldeira social” que é o campo brasileiro. O processo de industrialização em ritmo crescentemente acelerado, iniciado em 1930, alcançou seu auge no período 1953/62 (aumento de 132% na produção industrial); por outro lado, os serviços urbanos proporcionaram sempre maiores possibilidades de emprego.

Isso possibilitou a transferência de milhões de camponeses para as áreas urbanas. Os dados dos censos demográficos confirmam esse acelerado processo de urbanização:

CENSOS	População	
	Urbana (%)	Rural
1940	31,24	68,76
1950	36,16	63,84
1960	45,08	54,92 *

* Em 1974, a porcentagem urbana da população já era calculada em 59,4%.

Já que não conseguiam mudar a sociedade em que viviam, os camponeses (pelo menos aqueles que haviam adquirido a consciência da necessidade de mudar) trataram de mudar-se eles. Era uma nova fuga; distinta daquela que tinha com destino final o céu e como última escala a cidadela de Canudos. O objetivo agora era real, concreto: a grande cidade vislumbrada em sonhos, considerada como o paraíso terrestre.

Escapar do domínio absoluto e brutal do latifundiário — que o explora violentamente, que o trata como um animal, que viola suas filhas e que, quando já não se interessa por seu trabalho, destrói suas plantações, incendeia seu rancho e o lança à estrada com toda a família — é o sonho da crescente maioria do campesinato brasileiro.

É uma fuga no tempo e no espaço. Desde o Nordeste e outras regiões periféricas marginalizadas até às grandes cidades do centro-sul. Ou ainda do interior de cada estado até a respectiva capital. Distância de até 2/3.000 quilômetros que os migrantes cobrem em alguns dias de viagem, nos caminhões “pau de arara” ou no “trem dos baianos”, na mais abjeta promiscuidade, em condições equivalentes ao do gado levado aos frigoríficos.

Pouco importam, porém as condições; o fundamental é sair. Dentro de seu raciocínio místico, o camponês considera o sacrifício da viagem como a penitência necessária. Vimos — em várias oportunidades — “paus de arara” abandonar o Nordeste; os vimos chegando nas capitais do centro-sul e a Brasília.

Nenhuma outra cena do moderno êxodo ficou tão firmemente gravada na nossa mente e nos fez compreender melhor o fenômeno, do que a presenciarmos na “Novacap”. Um grupo de nordestinos, recém-chegado, ainda sujos e cansados da brutal viagem, formavam uma alegoria que poderia ser chamada “a felicidade”. Havia descoberto uma escada mecânica e com um entusiasmo infantil (ou melhor de uma criança pobre quando recebe seu primeiro brinquedo) subiam e baixavam — maravilhados.

Tinham uma máscara de felicidade estampada sobre suas caras precocemente envelhecidas, marcadas pela fome e por todo tipo de sofrimentos. Havia descoberto outro mundo, um mundo que apresentava um século de avanço sobre aquele que haviam deixado para trás. Era a outra parte da fuga: a fuga no tempo.

O camponês que emigra é um rebelde: um convencido de que a situação deve mudar. Como ele não conseguiu modificá-la, porque lhe faltaram os meios para tanto (consciência revolucionária e organização, que poderiam ter, porém não lhe foram proporcionados

pelos setores de vanguarda urbanos), a solução é mudar-se ele. O êxodo é a forma atual de expressar seu inconformismo, como *Palmares* e *Canudos* o foram no passado.

Depois do encantamento dos primeiros dias, do assombro ante o esplendor da grande cidade, vem a dura realidade: a busca febril e infrutífera de trabalho, o esgotamento dos poucos recursos trazidos, o desencontro com algum familiar, ou amigo chegado antes, já estabelecido e com cuja ajuda contara, etc. Começa a desconfiar que a grande cidade é diferente do paraíso sonhado.

Exatamente porque são muitos, são legiões, são milhões, não há lugar para todos. A capacidade de expulsão do latifúndio é muito maior do que a de absorção da indústria e dos serviços urbanos. Para cada dois candidatos existe uma vaga. Mesmo nos anos em que o desenvolvimento industrial alcançou a índices muito altos — 10/16% — a oferta excedeu a procura.

Aquele que consegue um emprego estável, que é admitido na sociedade capitalista, é feliz: conseguiu seu objetivo, “*fez sua revolução*”, como dizia Franklin Oliveira. Isso por ser tão grande a diferença, tão fantástico o salto entre a situação anterior e a nova. A satisfação aumenta quando outros membros da família, chegados juntos ou posteriormente, também conseguem trabalho. Entre três ou quatro trabalhando (atenção: apesar dos miseráveis salários) a família consegue acumular num ano um pecúlio superior ao que teria condições de formar durante toda a vida no campo.

A euforia aumenta quando encontra o que, dentro de seu conceito camponês, classifica de *patrão bom*, ou quando consegue trabalho numa fábrica estrangeira, que paga melhores salários do que a decadente burguesia nacional. E pode ser total quando consegue juntar os recursos necessários para montar um pequeno comércio, dando vazão às reprimidas tendências mercantis.

Lenin analisava assim o caráter contraditório da classe camponesa russa: “*A estrutura de classe, internamente contraditória, dessas massas camponesas, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo entre as tendências de proprietário e de proletário existentes no seio das mesmas...*”.

No caso brasileiro a definição parece ser absolutamente válida para os camponeses proprietários — médios e pequenos, excluídos os minifundiários — principalmente para os colonos das regiões agrícolas do sul do país, que graças a uma agricultura relativamente desenvolvida, conseguem um nível de vida bastante alto. Esses são, realmente pequeno-burgueses e, em grande parte, p. b. prósperos.

Porém, em relação à imensa maioria dos camponeses brasileiros — os “sem terra”, os parceiros, os trabalhadores rurais, os minifundiários — a situação é totalmente distinta. As tendências pequeno-burguesas devem existir, porém não encontram nenhuma possibilidade de ocorrerem dentro da sociedade fechada do latifúndio.

Essa possibilidade surge quando o camponês emigrado consegue uma situação econômica razoável, que lhe proporciona um incipiente processo de acumulação. O potencial pequeno-burguês, encontrando ambiente favorável, aparece, aflora. Em consequência, em muitos casos, o camponês urbanizado não chega a formar uma consciência proletária; quando deixa de raciocinar como camponês pobre, passa a pensar como pequeno-burguês.

Some-se a esse fenômeno, outros (que analisaremos no próximo capítulo), como os efeitos negativos do *Estado Paternalista* e o aburguesamento do Partido Comunista e teremos uma explicação — parcial ao menos — do baixo nível político da classe operária brasileira, de sua ínfima consciência revolucionária.

Vejamos agora o que acontece com o camponês expulso pelo latifúndio, que havendo emigrado para a grande cidade, não conseguiu um emprego estável, não conseguiu ingressar na sociedade capitalista. O que ficou à margem, na metade do caminho, vegetando na periferia, nos “cinturões de miséria” dos centros urbanos.

É evidente que uma parte considerável desaparece no pântano capitalista: no crime e na prostituição. Muitos porém sobrevivem na base de trabalhos eventuais, um biscate hoje, outro amanhã: habituados à negra miséria do latifúndio vivem com muito pouco.

Nesse caso verifica-se também um processo de acumulação, porém completamente distinto do anterior. Sim, o que ficou excedente, marginalizado, acumula outro tipo de capital: rebeldia. Seu inconformismo anterior, causa de sua ruptura com a sociedade latifundiária, soma-se agora à rebeldia contra a sociedade capitalista urbana que não o acolheu.

Some-se a isso um pouco de ideologia, mais um mínimo de organização e podemos ter um revolucionário. Como no caso do operário e do camponês brasileiros, também nosso subproletário, tem muito pouco que ver com o *lumpen-proletariat* europeu, analisado pelos mestres marxistas. Enquanto esse é um refugio social, os marginais brasileiros constituem uma “classe” intermediária” (entre a camponesa e a operária), que pode ter um papel importante no processo de libertação nacional e social do país.

As tentativas de organização camponesa

Quantitativamente o campesinato constitui a mais numerosa das classes sociais brasileiras. O censo de 1960 acusou a presença de 15.521.701 indivíduos ativos no setor primário. Desse total devem ser excluídos 73.737 grandes proprietários e 274.267 médios. Considerando que cerca de um terço dos pequenos proprietários (área inferior a 100 ha), ou seja, aproximadamente um milhão, podem ser considerados remediados, teríamos mais de 14 milhões de *camponeses pobres*.

Essa classificação abrangeria os minifundiários, os parceiros agrícolas, os trabalhadores rurais, os “sem terra”. Considerando seus familiares não ativos, chegaríamos aos 40 milhões, a metade da população brasileira.

Sem dúvida, como conseqüência do domínio político absoluto dos latifundiários, das brutais relações de trabalho vigentes, de sua baixa capacidade produtiva, de seu trágico nível cultural (80% ou mais de analfabetos), da escassa densidade demográfica no interior rural e da resultante pouca concentração existente (somente nas grandes plantações de cana, algodão, café, etc., registra-se uma alta concentração de mão-de-obra) — tudo isso dificultando ao máximo sua organização como classe — os camponeses representaram até agora muito pouco no processo político convencional. Inclusive, como vimos no capítulo sobre as classes dominantes, seus votos — em razão dos currais eleitorais controlados pelos latifundiários, do “voto de cabresto” — favoreceram sempre o poder ou os partidos oligárquicos.

O fracasso das esquerdas brasileiras em politizar e organizar os camponeses foi praticamente total. Como em outros setores, a iniciativa coube ao Partido Comunista. Da heróica luta pioneira resultaram muitas vítimas — mortos, desaparecidos, mutilados — e alguns núcleos de organização e resistência, posteriormente estruturados na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil — ULTAB. Tendo em conta todos os obstáculos apontados, mais o fantasma do comunismo que assusta enormemente a mística população rural, foram mínimos os resultados obtidos pelo PCB.

Posteriormente surgiram, com um programa muito modesto, as Ligas Camponesas. Em “SETE PALMOS DE TERRA E UM CAIXÃO”, Josué de Castro descreve assim a origem do movimento: *“Em 1955, João Firmino, habitante de engenho Galileu, fundava a primeira das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. Seu objetivo inicial não foi, como muita gente pensa, melhorar as condições de*

vida dos camponeses da região açucareira ou defender melhor os interesses desses farrapos humanos, esmagados pela roda do destino como a cana é esmagada pelo moinho dos engenhos açucareiros.

“O objetivo inicial das ligas foi o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos pela fome e pela miséria: os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da moenda da cana. E para dar-lhes o direito de dispor de sete palmos de terra, donde descansar seus ossos e para que seus corpos pudessem descer à tumba dentro de um caixão de madeira que fosse de propriedade do morto, no qual pudesse apodrecer lentamente por toda a eternidade. E isso porque, como disse João Cabral de Mello Neto:

*“Nenhum dos mortos daqui
Vem vestidos de caixão.
Portanto eles não se enterram,
São derramados no chão”.*

“Foi para isso que fundaram as Ligas Camponesas. No início tinham muito mais que ver com a morte do que com a vida, justamente porque da vida não havia muito que esperar... Somente resignar-se; resignar-se à fome, ao sofrimento, à humilhação”.

Pouco a pouco as ligas passaram a preocupar-se também com os vivos. Foi a etapa de Francisco Julião. Com sua impressionante figura carismática — perfeitamente identificável com os físicos subdesenvolvidos dos nordestinos, com toda uma componente mística que fazia lembrar aos fanáticos e beatos legendários e uma oratória impressionante, na qual mesclava textos bíblicos com prédica revolucionária — Julião tinha aparentemente tudo para tornar-se no grande líder camponês do Nordeste.

Ele começou sua luta em favor dos camponeses como advogado, tendo como arma o Código Civil. Porém cedo compreendeu que aquele código elaborado pelas classes dominantes não era um instrumento muito eficaz. Tornou-se agitador, um agitador muito especial e com muito êxito inicial.

Apesar de ter uma boa cultura marxista, por conhecer bem os sentimentos místicos do povo nordestino, Julião nunca aplicou os chavões comunistas. Numa posição muito mais radical do que o PCB, ele utilizava em sua pregação uma série de argumentos que escandalizariam o marxista ortodoxo. Assim, quando definia a reforma agrária, dizia que a distribuição da terra não teria que ser necessariamente a título gratuito, como recomendam realizar as Sagradas Escrituras, cada 50 anos, no Ano do Jubileu (Levítico, 25).

Tentando ganhar o clero pobre do Nordeste, quase tão miserável como os camponeses, fazia o chamado à unidade: *“Não duvidamos que a Reforma Agrária venha, ainda que a Igreja se oponha a ela, como veio a emancipação dos escravos. Se a Igreja não se opõe, será melhor, porque chegará mais rapidamente e não será acompanhada pelo estrondo dos canhões e sim pelo repique dos sinos. Todas as divergências filosóficas, políticas, religiosas e doutrinárias devem cessar frente à espantosa tragédia do camponês sem terra de nossa Pátria”*.

Julião ficará na história como um dos mais formidáveis agitadores surgidos em terras brasileiras (ele mesmo assim se autotitulava: *“...o único título que desejamos alcançar no fim da jornada, se o merecemos, é o de agitador social...”*). Porém, como a quase todos os agitadores, lhe faltava o essencial: *capacidade de organização*. Na realidade, com relação às Ligas Camponesas verificou-se um baluartismo absurdo: elas nunca conseguiram estruturar efetivamente senão uma minúscula porcentagem dos camponeses do Nordeste e estavam muito longe de constituírem organizações revolucionárias ou pararevolucionárias. O “Movimento Revolucionário Tiradentes”, que deveria constituir-se na superestrutura revolucionária do movimento classista, na realidade nunca funcionou efetivamente.

Contagiado pela “febre cubana” (que afetou a todos nós, a quase toda esquerda latino-americana) Julião lançou-se ao pior aventureirismo, superestimando absurdamente suas forças. Em vez de consolidar a organização no Nordeste, donde efetivamente havia condições para tal, tratou de projetar-se a nível nacional e inclusive andou posando de líder revolucionário por outros países da América Latina. Sua ambição desenfreada fica comprovada por suas próprias palavras: *“...havendo iniciado, há alguns anos, um trabalho de agitação no interior de Pernambuco, que prosseguiu depois por todo o país e fora mesmo de nossas fronteiras...”*.

Aqui no exílio, tivemos oportunidade de averiguar, escutando a companheiros uruguaios e argentinos os alcances fantásticos a que havia atingido a pregação de Julião “fora das nossas fronteiras”. Em Cuba, chegou a anunciar publicamente a data do início da revolução: não recordamos que dia de junho de 1961. Megalomania na extensão mais ampla do vocábulo*.

* Um testemunho pessoal dessa megalomania: Uma semana antes do 25 de agosto de 1961 (o “fortrait” de Jânio), a convite de Brizola, Julião chegava ao RGS para visitar os principais núcleos do “MASTER” (Movimento dos Agricultores sem Terra). Junto com Milton Serres Rodrigues, o dirigente de nosso movimento, participamos da reunião de Julião com Brizola. Lá pelas

Sua total omissão na crise de agosto de 1961 e na campanha do Plebiscito (que tratou de justificar com posições ultraesquerdistas); a atuação cada vez mais intensa de setores do clero na organização de sindicatos camponeses no Nordeste; o "racha" na cúpula das Ligas (com a exclusão do padre Alípio e da própria senhora de Julião, figuras de primeira grandeza na organização); a eleição de Miguel Arraes para o governo de Pernambuco, que deslocou Julião da liderança popular a um segundo plano, e, fundamentalmente, a incapacidade de organização efetiva, revolucionária, revelada por Julião e seus companheiros de direção, determinaram o fracasso de experiência tão auspiciosamente iniciada.

A prova final de que o M.R.T. e as Ligas não tinham estrutura orgânica a tivemos no 1.º de abril, quando seu líder foi salvo de ser preso no Congresso por um desses velhos e autênticos liberais da UDN. E pela sua posterior prisão, abandonado, só, disfarçado de camponês, no interior de Goiás.

Uma terceira tentativa de organizar os camponeses, essa muito mais limitada (de caráter regional, pois circunscreveu-se ao RGS),

tantas, o governador colocou um problema que o preocupava intensamente naquele momento: "Julião, tenho informações de que estão preparando um golpe de direita. Nós, aqui, estamos pesando nossas possibilidades de resistir. Eu te pergunto: o que significam efetivamente, em termos revolucionários ou de resistência frente a um golpe reacionário, tuas Ligas Camponesas?" As palavras de Brizola podem não ser absolutamente textuais; a resposta de Julião, sim (as confirmamos recentemente com Brizola e Milton): "Brizola, eu tenho cem mil camponeses armados. Em seis dias eu ocupo quatro Estados do Nordeste". E o afirmava com tanta convicção e era tão grande sua fama naquele momento, que acreditamos no que disse. No dia seguinte, enquanto Milton iniciava seu giro pelo interior com Julião, Brizola chamou-nos ao seu gabinete e foi logo dizendo: "*Tche, este tipo está atochando*". Era tal a mística que rodeava Julião naquele momento, que tentamos convencer Brizola que sim, que Julião podia estar falando a verdade. Somente nos convencemos que tudo não passava de um blefe tremendo uma semana depois. Julião voltou do interior do estado exatamente no dia 25, quando Brizola já havia decidido resistir. Considerando que o homem tinha tamanho potencial de luta em sua região, Brizola deu prioridade absoluta para uma operação que consistia em colocar Julião, de qualquer maneira, o mais urgente possível, em Pernambuco. Foi montado um dispositivo com oficiais da Brigada Militar e com esquema de cobertura em São Paulo, com ampla margem de segurança e várias alternativas para recolocar a Julião no seu meio ambiente. O dispositivo funcionou até São Paulo. Na capital bandeirante Julião se "asilou", se não nos equivocamos, no convento dos Franciscanos. E não houve maneira de tirá-lo da toca antes de terminada a crise. Descartando a alternativa de covardia pessoal, fica a convicção de que Julião havia estado blefando todo o tempo, vendendo seu conto das ligas (como força revolucionária) a nível internacional.

foi a do *Movimento dos Agricultores sem Terra*. Dentro de um plano elaborado com o deputado Ruy Ramos e Milton Serres Rodrigues, lançamos, inicialmente em Encruzilhada do Sul e depois em quase todo estado, o "MASTER". O objetivo era conscientizar e organizar os 300 mil camponeses sem terra existentes no Estado e minifundiários que também eram legião.

O movimento contou com total apoio do governo do Estado: Brizola baixou um decreto declarando-o inclusive de "utilidade pública", para todos os fins e direitos.

Tratando de tirar a campanha da reforma agrária do terreno exclusivamente teórico, o "MASTER" elaborou um plano de ação que consistia na formação de "acampamentos" de agricultores sem terra. Os mesmos eram instalados na estrada, ao lado de grandes latifúndios, (previamente escolhidos entre os de menor índice de aproveitamento, em regiões onde o problema dos "sem terra" era mais agudo).

Sem violar a lei (não se ocupava o latifúndio) e utilizando como base legal um dispositivo da Constituição gaúcha permitia a expropriação de propriedades não devidamente exploradas e sua posterior distribuição a agricultura sem terra, os camponetes estabeleciam o acampamento. Assim que se consumava sua instalação, Brizola mandava um destacamento da Brigada Militar acampar na vizinhança, sem intervir no episódio, porém como garantia contra a possível reação violenta dos latifundiários da região.

Elegia-se uma direção coletiva a cuja cargo ficava a administração da nova e precária comunidade (o primeiro acampamento, realizado no interior do município de Sarandi, conseguiu reunir cerca de 4 mil agricultores da região), assegurando a ordem interna e a alimentação coletiva (com produtos fornecidos pelo governo do Estado). Enquanto esperavam a expropriação (previamente combinada com Brizola e que propositalmente demorava vários dias), os camponeses eram submetidos a um intenso processo de conscientização. A vida comunitária contribuía, por seu lado, a romper as tendências individualistas do camponês, o maior obstáculo que se antepõe à organização das massas rurais.

A experiência, inegavelmente positiva, poderia haver contribuído enormemente, não na solução do problema da terra no RGS (essa somente seria possível com uma reforma agrária radical adotada a nível nacional, com a modificação da Constituição Federal), senão à criação das condições subjetivas para a reforma: conscientização e organização dos camponeses. Porém, exatamente por seu caráter paternalista (a cobertura dada pelo governo do Estado), a experi-

ência foi interrompida quando o PTB perdeu as eleições. O novo governador, Ildo Meneghetti, homem da oligarquia, impediu o surgimento de novos acampamentos, mandando incendiar os ranchos provisórios e as barracas instaladas pelos "sem terra".

Outra oportunidade que surgiu para as forças populares de aprofundar a campanha pela reforma agrária foi a eleição de Miguel Arraes para o governo de Pernambuco, exatamente o Estado onde era mais intensa a ação das Ligas.

Tivemos a oportunidade de visitar com Arraes seis municípios da zona açucareira, na periferia de Recife. Era impressionante a popularidade do governador entre a massa camponesa. Essa lhe atribuía inclusive a conquista do direito ao salário mínimo pelos trabalhadores rurais, recém-concedida por uma medida do governo central. Arraes com suas maneiras de camponês, simples e bom, era entendido pelos humildes.

Voltamos de Recife convencido (e transmitimos a Brizola essa impressão, pois havíamos ido em missão do líder gaúcho) de que Arraes tinha todas as condições para liderar um movimento revolucionário não somente em Pernambuco, senão em todo o Nordeste, ou pelo menos para repetir a façanha de Brizola em agosto de 1961, em caso de golpe de direita. Como veremos na II Parte deste livro — "Os acontecimentos" — uma vez mais nos equivocamos.

Nos últimos meses do governo de Goulart, setores das esquerdas e do Clero, aproveitando a cobertura legal já então existente, lançaram-se à organização de sindicatos rurais. Destacou-se nesse campo, como força nova, a Ação Popular e, como já vimos no capítulo respectivo, os setores revolucionários e reformistas do clero.

Os resultados dessas distintas iniciativas, ainda que somados, foram melancolicamente pobres. Não temos — nem devem existir — dados estatísticos fidedignos a respeito; estamos, porém, absolutamente convencidos que em nenhum momento conseguimos organizar efetivamente mais do que 2 ou 3% dos 14 milhões de camponeses pobres existentes no país. Um fracasso que revela, por seu lado, a extrema debilidade, a total incapacidade das esquerdas brasileiras.

Além de representarem numericamente muito pouco, todas as organizações camponesas haviam sido organizadas sob o signo do legalismo. Nenhuma tinha estrutura revolucionária que lhe assegurasse a sobrevivência em caso de repressão.

E essa manifestou-se com total violência depois do 1.º de abril. Os movimentos camponeses foram totalmente esmagados, não somente pelas forças policial-militares, como pelos próprios latifundiários,

que vinham-se armando já há algum tempo. Milhares de camponeses foram presos, torturados, alguns castrados como animais, ou assassinados durante o período de terror post-golpe.

Que pretendiam os camponeses brasileiros?

Um marco fundamental na luta camponesa foi a realização, em Belo Horizonte, entre 15 e 17 de novembro de 1961, do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, com a participação de cerca de 2 mil delegados vindos de todo país.

As reivindicações dos camponeses foram sintetizadas nos seguintes pontos, aprovados pelo congresso:

a) *imediate modificação por parte do Congresso Nacional do art. 147 da Constituição Federal, no seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de 'indenização prévia justa e em dinheiro, nos casos de expropriação de terras por interesse social. Esse parágrafo deve ser reformulado, determinando que as indenizações por interesse social possam efetivar-se com a utilização de títulos da dívida pública, a longo prazo e juros baixos;*

b) *urgente e completo levantamento das propriedades com superfície superior a 500 hcs., com informe sobre o seu nível de aproveitamento econômico;*

c) *expropriação, pelo governo federal, das terras não utilizadas das propriedades com área superior a 500 has. existentes nas proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e ao redor dos açudes e represas;*

d) *adoção de um plano para regulamentar a indenização das terras expropriadas por meio de títulos de dívida pública, com prazos longos e juros baixos;*

e) *levantamento completo, por parte dos governos federal, estaduais e municipais, de todas as terras incultas existentes;*

f) *registro e atualização de todos os títulos de propriedade de terras. Anulação de todos os títulos ilegais ou precários de posse, revertendo as terras respectivas à propriedade pública;*

g) *o imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma legislação tributária que estabeleça: 1) forte aumento da incidência sobre a grande propriedade agrária; isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola;*

h) *regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento de terras expropriadas aos latifundiários, tendo em conta*

que em nenhum caso essas concessões poderão exceder aos 500 has, nem ser inferiores ao mínimo vital às necessidades de pequena economia camponesa;

i) as terras incultas de propriedade da União, dos Estados ou Municípios deverão ser concedidas gratuitamente, salvo em casos de interesse nacional, aos que se comprometam trabalhá-las efetivamente;

j) proibição de entrega de terras públicas àqueles que possam utilizá-las com fins especulativos;

k) entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalhem a terra, assim como defesa intransigente de seus direitos contra os grileiros;

l) que seja planificada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa”.

Como se vê, eram modestas as pretensões dos camponeses brasileiros. Pretendiam somente a possibilidade de acesso à terra por meio de compra a longo prazo e juros baixos. Exigiam ainda algumas normas reguladoras sobre a aquisição, propriedade e utilização das terras. O que pleiteavam não era — nem de longe — uma reforma agrária de tipo socialista. E sim uma reestruturação agrária que objetivasse eliminar os resíduos feudais que obstaculizam a evolução capitalista no campo e melhorar as condições de vida da imensa massa agrária.

A posição do PCB era ainda mais conservadora. O projeto de resolução apresentado pela ULTAB incluía a regulamentação da parceria. Isso significaria não somente reconhecer, como oficializar essa relação de trabalho semifeudal. Como representante do “MASTER” na comissão de teses, denunciemos esse absurdo. Depois de muita luta com os “camaradas”, com a ajuda de Julião, da Ação Popular e do setor progressista do clero, conseguimos eliminar a proposição. O PCB, não satisfeito com sua posição de total submissão em relação à chamada burguesia nacional, intentara a conciliação com os senhores feudais. Incrível!

No ANEXO, reproduzimos o projeto de lei de reforma agrária, apresentado por Brizola e demais deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, que reflete a posição nacionalista-revolucionária sobre o assunto.

X

A CLASSE OPERÁRIA E A BUROCRACIA SINDICAL

As esquerdas brasileiras criaram inúmeros mitos. Possivelmente o mais difundido e conseqüentemente de maior repercussão foi o relativo à classe operária. Transformado em tabú, em monstro sagrado, o proletariado estava a salvo de qualquer crítica, ou mesmo de uma análise objetiva sobre sua real participação no processo político e suas possibilidades revolucionárias.

Essa absurda deformação é devida, em nosso entender, a vários fatores, especialmente da origem pequeno-burguesa de nossos teóricos; do medo de ser apontado como anti-operário, de leituras incompletas dos clássicos marxistas e sua aplicação mecânica à nossa realidade.

Em nossos vinte anos de militância política no Brasil (e nos dois anos de exílio no Uruguai), havendo tido a oportunidade de conhecer pessoalmente a maioria dos teóricos esquerdistas desses dois países e da Argentina e autoanalisando nossa própria evolução nesse terreno, acumulamos uma experiência bastante razoável sobre o assunto.

Por nossa origem familiar, por nossa educação e formação profissional, pela própria evolução político-revolucionária que tivemos (não através da luta de classes e sim pelo convencimento intelectual gradual) somos um pequeno-burguês. O que nos colocava, em nossos planos de evolução revolucionária, numa situação inferior. Sentíamos uma espécie de complexo de culpa por não haver nascido de um ventre operário. Era de se ver com que admiração — e inveja — escutávamos, em nossas primeiras andanças militantes — os quadros autenticamente operários. Por esse processo de idealização da classe trabalhadora urbana devem haver passado quase todos nossos teóricos.

A esse complexo de inferioridade de origem, somava-se o medo de — em razão de qualquer dúvida ou restrição que pudéssemos manifestar em relação à classe operária — ser acusado pela burocracia

do Partido e dos sindicatos de anti-operário. Essa acusação poderia ser dura, sectária ("*pequeno-burguês de merda*") ou benévola, patriarcal ("*explica-se, o companheiro tem uma formação pequeno-burguesa, lhe é difícil compreender. . .*").

Some-se a tudo isso o conhecimento muito limitado dos clássicos marxistas e sua aplicação mecanicista. Para fundamentar sua superioridade absoluta, permanente, irreversível, concluíam "*a classe operária é a única que não tem nada que perder a não ser seus grilhões. . .*", que qualquer quadro operário burocratizado nos lançava à cara.

Na realidade essa tendência de idealizar a classe trabalhadora urbana não tem nada de marxista. Os próprios criadores da teoria, não deixavam de analisar objetivamente as deficiências e limitações do proletariado, sua tendência a acomodar-se, ao aburguesamento, à corrupção e a traição de seus líderes, o envelhecimento de suas organizações e seu fracasso, não somente revolucionário, como também no campo eleitoral.

Alguns exemplos:

Em carta a Marx, dizia Engels, em 1858: "*O proletariado inglês está aburguesando-se cada dia mais; pelo que se vê, esta nação, a mais burguesa de todas, aspira ter, em resumo, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, de parte de uma nação que explora a todo o mundo, isto é até certo ponto certo, lógico*".

A Kautsky, o mesmo Engels escrevia: "*Aqui não há partido operário, não há mais que radicais, conservadores e liberais, e os trabalhadores aproveitam-se com a maior tranqüilidade do mundo, conjuntamente com eles, do monopólio colonial da Inglaterra e de seu monopólio no mercado mundial*".

Sobre a liderança operária, dizia Marx, em 1874: "*No que diz respeito aos trabalhadores urbanos daqui (Inglaterra), é de lamentar que todo esse bando de líderes não houvesse ido ao Parlamento. Seria o caminho mais seguro para livrar-se dessa canalha*".

Engels analisava assim a corrupção sindical: "*Desgraçadamente, parece ser uma lei do movimento proletário em todas partes: que uma parte dos dirigentes operários sejam corrompidos (. . .). As piores "trade unions" inglesas permitem que as dirijam gente vendida à burguesia, ou pelo menos paga por ela (. . .). O mais repugnante aqui é a 'respectability' (respeitabilidade) burguesa, que se há feito carne e sangue nos operários*".

Comentando os efeitos da lei de 1867, que estabeleceu o sufrágio universal na Inglaterra, Engels revelava seu desespero por não terem os trabalhadores votado em seus candidatos de classe: *“Em todas as partes o proletariado é a cauda, o esfregão, o vagono detrás dos partidos oficiais. Se algum partido ganhou forças com os novos eleitores (os originados nas classes baixas aos quais a nova legislação, eliminando os condicionamentos de ordem econômica, havia assegurado o voto), esse foi o partido conservador”*.

Lenin mostrava que o fenômeno não era somente inglês; que se generalizava pela Europa continental: *“Por que explica o monopólio que a Inglaterra exerce sobre o mundo a vitória (temporária) do oportunismo nesse país? Porque com o monopólio que lhes assegura superlucros, isto é, um excesso de lucros por cima dos lucros normais originados no capitalismo em todo o mundo, os capitalistas ingleses podem gastar uma parte desses superlucros (e inclusive uma parte não pequena) para subornar a ‘seus operários’, criando algo assim como uma aliança (recordem-se as famosas ‘alianças’ das ‘trade unions’ com seus amos, descritas pelos Webb). Em Inglaterra, a burguesia liberal, em condições de plena liberdade política e da dilatada posição monopolista do mencionado país, pode durante decênios corromper e escravizar ideologicamente à maioria dos operários conscientes.*

“Na França — seguia Lenin — as tradições do radicalismo republicano pequeno-burguês transformaram no passado e seguem transformando a muitos operários em defensores do partido ‘radical’, ou do anarquismo não menos burguês. Na Alemanha, há meio século atrás os trabalhadores seguiam, ainda que com vacilações, aos ‘nacionalistas liberais’ (e, ao mesmo tempo, aos ‘monarquistas prussianos’ de Lasalle e Schweitzer e agora centenas de milhares de operários acompanham o partido católico do ‘centro’ ”.

No Brasil, no período compreendido entre a redemocratização de 1945 e o golpe de 64, quem lesse os documentos do Partido Comunista ou mesmo as interpretações “científicas” de cerots teóricos, chegava à conclusão que os trabalhadores urbanos constituíam uma classe tremendamente conscientizada, organizada e às vésperas de assumir o poder. Um exemplo desse idealismo romântico pequeno-burguês nos dava Nelson Werneck Sodré: *“O proletariado, que se organiza amplamente e que dirige as ações políticas. . .”*. Infelizmente não era assim: o índice de sindicalização era dos mais baixos do mundo; as organizações de classe estavam dirigidas em sua grande maioria por “pelegos” da pior espécie e os trabalhadores, em vez de dirigir eram “dirigidos” por demagogos baratos como Jango, Jânio, Adhemar de Barros, etc.

Jango, indiscutivelmente o “dono” do PTB, o “partido dos trabalhadores” — composto em sua imensa maioria por “fisiológicos” — era um dos maiores latifundiários do país. Em São Paulo, onde se concentrava a metade dos trabalhadores industriais do país, os dois citados líderes populistas acumulavam 80% dos votos. A maioria do resto estava em mãos dessa caricatura de líder popular que era dona Ivete Vargas...

Um proletariado de primeira geração

E não podia ter sido diferente. Assim como a burguesia brasileira é uma contrafacção de suas congêneres européias, os nossos trabalhadores estão a uma distância enorme de seus colegas do Velho Mundo. Isso se explica pela nossa recente e limitada revolução industrial. Para fazer uma resenha da evolução do proletariado brasileiro é suficiente retroceder somente um século.

Em janeiro de 1858, os tipógrafos do Rio de Janeiro fizeram a primeira greve que registra a história. Poucos anos depois, em 1863, os trabalhadores paralizaram as atividades da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em Barra do Piraí. Em 1866, os empregados de comércio do Rio entraram em greve.

O primeiro congresso socialista realizou-se antes do fim do século, em 1892. Três anos depois, em Santos, comemorou-se pela primeira vez no Brasil o *1.º de maio*. Ainda em 1895 foi criado o Partido Socialista Operário, de efêmera duração. Com o lema de Kropotkin “*a propriedade é um roubo e a sua expropriação é uma necessidade*” — circulou, em 1899, o diário anarquista “PROTESTA”.

Um manifesto lançado em 1902 pelo Partido Socialista proclamava: “*Contra a exploração dos patrões, a exigência dos assalariados: tal é a fórmula da luta moderna, cada vez mais encarniçada quanto irrompe, cada vez mais fácil de repetir-se quando é apaziguada. É assim que as greves, as manifestações mais significativas deste antagonismo social, estão se generalizando, são cada vez mais frequentes, mais imponentes em seu número, mais ameaçadoras pela resistência da classe operária, ao responder à opressão sempre maior do capitalismo...*”.

Esse nível de conscientização e de combatividade é facilmente explicável. Nas últimas décadas do século passado e nas primeiras deste, o pequeno proletariado brasileiro era composto em sua maioria por imigrantes europeus que em sua babagem haviam trazido, assim como de contrabando, todo um ideário revolucionário — anarquista e socialista — e muita experiência de luta de classes. O brasi-

leiro era, na época, fundamentalmente um transplante ou uma ramificação do proletariado do Velho Mundo.

Se qualitativamente o seu nível era bom, em quantidade a classe operária significava muito pouco. Em 1920, o número de trabalhadores industriais era de somente 275 mil. Eram poucos os grandes estabelecimentos fabris; a maioria das fábricas não passavam de artesanatos em processo de ampliação. Era difícil em consequência à classe trabalhadora impor — pela luta de classe — suas mais primárias reivindicações.

Os salários, baixíssimos, eram fixados unilateral e arbitrariamente.

As jornadas de trabalho variavam entre 10 e 16 horas, sem nenhuma regulamentação especial para a mulher e o menor. As relações de trabalho ainda não haviam alcançado o nível judicial; eram simples casos de polícia. E como tais eram duramente reprimidas quaisquer manifestações coletivas de protesto.

Mesmo assim, multiplicavam-se as greves, surgiam os primeiros sindicatos e circulavam os primeiros periódicos de esquerda. Em 1922 — como um reflexo da Revolução Russa — surgiu o Partido Comunista.

Foi nesse ambiente social que sobreveio a Revolução de 1930.

No capítulo “Getúlio Vargas — populismo e nacionalismo” já analisamos, no fundamental, o pensamento social do caudilho rio-grandense. Aqui e agora examinaremos em detalhe as consequências da política populista, paternalista na formação da classe trabalhadora urbana a partir de 1930.

Por um lado, o processo da industrialização sob a arbitragem do *Estado Paternalista*, foi bastante mais humano. Os trabalhadores urbanos brasileiros conseguiram usufruir em poucos anos os direitos que aos europeus haviam custado mais de um século de implacáveis lutas sociais.

É verdade que essa concessão teve um preço muito alto, que obstaculizaria as etapas posteriores da evolução do proletariado. Os direitos foram outorgados e não conquistados na luta de classes e todos sabemos que somente a luta de classe desenvolve a consciência social. A outorga de direitos, a proibição de greves e a tutela dos sindicatos pelo ministério do Trabalho e posteriormente o imposto sindical (criado em 1941 e que assegurava a base econômica aos sindicatos independentemente do número de seus associados) atuaram como elementos castradores do proletariado brasileiro.

Cândido Mendes descrevia assim as conseqüências do populismo sobre a classe trabalhadora: “... surge assim indefectivamente um proletariado artificial, criado por decreto, estatuido pela concessão do Estado, que assegura direitos a beneficiários aos quais lhes falta a consciência de sua posição de classe no processo produtivo.

“É fácil compreender que os líderes políticos, responsáveis por tais concessões, que não resultam de uma reivindicação ideológica de seus beneficiários, com esses se associem em termos pessoais ou carismáticos (...).

“O populismo é uma forma de conduta político-partidária que caracteriza às estruturas sociais nas quais ainda não se separam nitidamente as diferentes classes sociais, porque nelas ainda não existem as bases econômicas que permitam essa diferenciação. Formam-se assim massas débilmente conformadas e que, por isso mesmo, não chegaram a constituir um proletariado propriamente dito”.

Ismael Vinhas, analisava o fenômeno do policlassismo populista que ocorre em nossos países e o seu equivalente nos países centrais (porém nesses, com propósitos diametralmente distintos):

“As classes populares — quando existem como tais e em muitos casos não chegaram sequer a constituir-se em classes — são débeis, imaturas. E têm a tendência a aceitar como líderes a outras classes, porque existem pontos de contato e de coincidência: aqueles que surgem da tendência ao crescimento global da sociedade e dos obstáculos ao mesmo. Por serem externos esses obstáculos — a pressão dos países centrais — a tendência no sentido de coincidência das classes dentro dos países dependentes é muito forte, apesar das contradições classistas (...).

“Um processo inverso, porém de idênticas raízes ao que leva as classes populares dos países centrais a coincidirem com suas respectivas classes dominantes no propósito de explorar aos países dependentes...”.

Uma outra medida de Vargas, absolutamente justa e correta, tanto do ponto de vista social como nacional, terminou por contribuir para o baixo nível político dos trabalhadores brasileiros. Considerando a existência de enormes contingentes de desocupados ou semi-ocupados na sociedade brasileira, especialmente no interior rural, Getúlio restringiu drasticamente, já no início de seu primeiro governo, a imigração.

Com isso, o aumento da classe operária, bastante acelerado depois de 1930, foi conseguido quase exclusivamente com a incorporação de setores ociosos urbanos e das populações excedentes no

campo, expulsas pelo latifúndio. Ou seja, verificou-se um aumento quantitativo e uma baixa no nível de conscientização; a participação dos trabalhadores europeus foi diminuindo gradativamente até deixar de influir ideologicamente. Em consequência, temos hoje o que podemos classificar de um *proletariado novo*, um *proletariado de primeira geração*, de muito baixo nível ideológico e capacidade de organização e luta.

Vimos, no capítulo anterior, o lento, confuso, contraditório processo de formação de conscientização dos operários originados de outras classes ou categorias sociais. Nesse particular, concordamos plenamente com a definição de Franklin Oliveira, nosso colega na assessoria de Brizola:

“Os nordestinos e mineiros procedentes das zonas de fome e miséria, quando chegam a São Paulo e se incorporam ao proletariado urbano, já fazem ‘sua revolução particular’, fato que atrasa a formação de uma consciência de classe”.

A classe operária brasileira encontra-se ainda no primeiro nível da luta de classes, cuja evolução Lenin descrevia assim: *“... a luta dos trabalhadores contra os patrões transforma-se gradualmente em luta do proletariado contra a burguesia (...). A consciência de, classe dos operários é a compreensão de que o único meio de melhorar sua situação e de conseguir sua emancipação consiste na luta contra a classe dos capitalistas e industriais (...). Cada greve faz com que os trabalhadores concentrem toda sua atenção e todos seus esforços em uma ou outra das condições em que se encontra a classe operária (...). A ampliação dessa luta e a multiplicação dos choques conduzem inevitavelmente a ampliar o confronto, a desenvolver o sentimento de unidade (...). Essa luta desenvolve a consciência política dos operários (...). Aprendem não somente a compreender os interesses particulares da classe operária, como também o lugar especial que ocupa a mesma dentro do Estado (...). A luta que acabamos de descrever exige necessariamente que os trabalhadores estejam organizados. A organização é necessária para a greve...”.*

É necessário considerar outro obstáculo fundamental à formação de uma classe operária forte e unida: o processo de desenvolvimento desigual a que estão submetidas as distintas regiões do país, que (como já vimos, obstaculiza a unidade da burguesia) atua negativamente também sobre o proletariado.

O acelerado progresso de regiões como São Paulo em relação à estagnação vigente nas zonas periféricas marginalizadas, determina uma enorme diferenciação entre os salários regionais. O salário mí-

nimo variava, em 1964, entre Cr\$ 12.200 no interior do Estado de Piauí e Cr\$ 42.000 no Rio de Janeiro e São Paulo.

Essas cifras não refletiam, plenamente, em realidade, o abismo existente, porque nos estados periféricos, em razão da enorme disponibilidade de mão-de-obra existente e da própria debilidade organizatória dos trabalhadores, a lei do salário mínimo não se cumpria. A maioria dos assalariados ganhavam 50% ou menos do mínimo. Em contrapartida, em São Paulo, em razão do nível tecnológico já alcançado e da maior oferta de empregos, os trabalhadores especializados ganhavam o equivalente a três ou quatro salários mínimos.

Apesar do custo de vida nas regiões atrasadas ser inferior ao dos grandes centros industriais, pode-se concluir que o nível de vida de uma família trabalhadora na região Centro-Sul (onde, inclusive as possibilidades de trabalho para os demais membros da família são muito maiores) é dez vezes ou mais superior ao vigente nas zonas urbanas mais pobres.

A espoliação a que os estados altamente industrializados submetem as regiões subdesenvolvidas determina um constante agravamento desse desnível. Assim como a classe operária norte-americana beneficia-se da rapina efetuada pelos monopólios ianques no exterior, o proletariado das regiões mais adiantadas participa, indiretamente, da exploração interregional.

A burguesia internacionalizada estabelecida no eixo Rio-S. Paulo investe uma parte de seus lucros excedentes (obtidos graças aos baixos preços pagos pela matéria prima e alimentos produzidos nas áreas periféricas) na melhor remuneração de seus trabalhadores: *uma espécie de seguro antirevolucionário.*

Essa melhoria salarial atenua a luta de classes e determina — como na Europa e Estados Unidos — o surgimento de uma elite trabalhadora evidentemente não revolucionária. Em contrapartida, os industriais das zonas mais atrasadas, para sobreviver por algum tempo mais à concorrência das fábricas instaladas em São Paulo, aumentam ainda mais o índice de exploração de seus trabalhadores.

Mesmo em São Paulo, observa-se uma grande diferenciação entre os trabalhadores em geral e os operários especializados das grandes fábricas, especialmente as estrangeiras. Em razão de seu alto nível tecnológico, de seu maior potencial financeiro, de operarem com preços de monopólio e de usufruírem toda uma série de benefícios extras (especialmente em suas relações com o exterior), as subsidiárias dos grandes trustes pagam salários mais elevados e proporcionam vantagens extras aos seus assalariados.

Em conseqüência, o sonho de grande parte do proletariado paulista é conseguir um emprego numa fábrica norte-americana ou européia. E como essas selecionam rigorosamente o pessoal antes de admiti-lo (algumas fábricas têm departamentos de investigação para averiguar os antecedentes políticos dos candidatos a emprego), cria-se todo um condicionamento ao comportamento político dos trabalhadores, que determina uma nova estagnação no processo de conscientização e organização.

Essa política atua como freio à radicalização dos operários; não somente dos que conseguem ingressar às grandes fábricas (esses fazem *sua segunda revolução*), como também da imensa legião dos candidatos.

Não há dúvida que a burguesia ainda nacional e especialmente os monopólios internacionais conseguem frear os avanços da classe trabalhadora aplicando novos métodos nas relações de trabalho, inegavelmente eficientes, já que estudados e aplicados por “experts” de alto nível. Novos antibióticos, destinados a combater a infecção revolucionária, são constantemente injetados no organismo social.

Essa elite operária identifica-se cada vez mais com a pequeno-burguesia. Lenin já dizia: *“Em todos os países capitalistas, o proletariado está inevitavelmente ligado por milhares de vínculos transitórios com seu vizinho da direita com a pequeno-burguesia”*.

Ismael Viñas mostrava a evolução do processo na Argentina: *“Entre nós — hoje — o ‘operário qualificado’ é um pequeno-burguês: proprietário, com filhos diplomados e não um proletário. Atua como assalariado quando se enfrenta com o patrão na fábrica ou no sindicato. Porém, dentro da sociedade global, isto é, dentro da política geral do país, costuma assumir as posições das classes médias em seu conjunto...”*.

Como se todos esses obstáculos à formação de uma classe operária autêntica e combativa não fossem suficientes, temos ainda, no caso brasileiro, os aspectos negativos da herança do *Estado Paternalista*, especialmente a atuação do mesmo como árbitro nos conflitos sociais.

A atualização do salário mínimo, efetuada periodicamente e de acordo com os índices de aumento do custo de vida e os dissídios coletivos atuam como poderosos freios à luta de classes. Não existe choque direto patrão-operários: as disputas salariais são transferidas ao âmbito do ministério do Trabalho, que atua como árbitro.

Como, em muitos casos (principalmente nos setores de produção ou serviços onde existe contróle oficial sobre preços ou tarifas),

o aumento dos salários está diretamente relacionado com o aumento dos mesmos, é o poder público quem decide soberano. Os empregadores aceitam, nesses casos, sem nenhuma resistência, o aumento de salários porque já têm assegurado a recíproca: a elevação correspondente de seus preços ou tarifas.

Em conseqüência, a luta de classe transforma-se numa espécie de advocacia administrativa. O cenário deixa de ser a fábrica e o sindicato, transferindo-se às antecâmaras ministeriais. A greve é substituída por conchavos quase sempre suspeitosos. Os sindicatos perdem, em razão disso, sua autenticidade e não são estimulados para representar efetivamente, a totalidade, ou pelo menos a maioria da categoria social respectiva. Os trabalhadores, por seu lado, não sentem necessidade de associar-se ao sindicato. *Associar-se para que?*, se a solução de suas reivindicações independe da representatividade da organização e sim da habilidade de negociar de seus líderes, ou do maior ou menor índice de populismo do governo de turno?

No seu discurso de 1/5/51, Getúlio Vargas recomendava: *“Chegou, por isso mesmo, a hora do governo apelar para os trabalhadores e dizer-lhes: ‘Uni-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política’”*.

Apesar da enorme influência carismática que exercia Getúlio sobre as massas trabalhadoras, não se verificou nenhuma corrida aos sindicatos. Em razão da legislação vigente — outorgada por ele mesmo — seguia sendo impossível o sindicalismo autêntico. *Como poderia o sindicato ser a fortaleza defensiva dos trabalhadores se estava sob direto contrôlo do ministério do Trabalho? Como poderia ser o instrumento de ação política da classe operária se dependia, para sua sobrevivência, do imposto sindical? Como poderia ser arma de luta com as restrições estabelecidas pela legislação antigreve (o decreto-lei 9.070, uma das piores heranças do Estado Novo)?*

Esses aspectos negativos da política social de Vargas originavam-se, como já vimos em sua filosofia muito especial, donde as duas principais componentes era a *praxis* existente nas relações de trabalho vigentes no campo gaúcho e as idéias de Augusto Comte. O estancieiro gaúcho clássico é “bom”, “paternal”, “patriarcal” no trato com seus peões, porém exige respeito, ordem e disciplina. Nunca permitiria que seus subordinados se organizassem para reivindicar seus direitos. Esses são os que ele outorga. Em resumo, um sistema social que trata de eliminar o menor resquício de luta de classes.

A filosofia social de Augusto Comte, apesar de originada do outro lado do oceano, tem os mesmos objetivos. Seu culto à Ordem,

à Ordem necessária ao Progresso, leva também à disciplina. A luta de classes seria a negação da ordem e a greve a antesala do próprio caos.

Até aqui a explicação do fenômeno em função da herança negativa do *Estado Novo*. Como explicar entretanto que todas essas limitações, evidentemente antidemocráticas, foram mantidas integralmente durante o período liberal de 1945 a 1964, quando houve condições políticas para aboli-las? A constituição de 1946 estabeleceu o direito de greve; como, porém, nunca foi regulamentado, terminava prevalecendo o totalitário decreto-lei 9.070. A tutela dos sindicatos pelo ministério do Trabalho, o imposto sindical e todos os demais resíduos “fascistas” da legislação trabalhista, continuaram. Por quê?

Porque o liberalismo dos políticos representativos das classes dominantes e das classes médias é sempre limitado: pode chegar à sua plenitude no campo estritamente político; porém desaparece quando entra no social. Isso explica por que sequer os homens da União Democrática Nacional — os “campões da democracia”, os da “eterna vigilância”, trataram de liquidar com os aspectos negativos das leis do trabalho. Esses coincidiam com seus interesses de classe.

Porém, porque as forças progressistas, as esquerdas, os setores marxistas ou paramarxistas, especialmente o P. C. B. aceitaram esse deplorável estado de coisas?

Não somente o aceitaram, como se adaptaram totalmente ao mesmo, tratando de tirar o máximo de proveito dos privilégios corruptores do imposto sindical, pagando para isso o preço inevitável: a tutela do ministério do Trabalho e o bom comportamento. Em parte, essa absurda posição origina-se também no positivismo. No capítulo referente ao partido comunista veremos que o ideário de Augusto Comte foi um dos componentes básicos da ideologia do PCB. Não o classificou Prestes de “o Partido da Ordem e da Tranquilidade”?

Além dessa causa de origem ideológica, haviam outras, mais concretas, que levaram os comunistas a não se empenhar nunca na derrocada dos dispositivos que estabeleciam a tutela da classe trabalhadora por parte do Estado. Aos dirigentes sindicais comunistas lhes encantava — tanto como aos pelegos — o dinheiro fácil do imposto sindical.

E era muito o “dinheiro da corrupção”: mais de 2/3 dos recursos financeiros dos sindicatos. Dados relativos a 1962 revelam que 242 milhões saíram do “Fundo Sindical” — controlado pelo ministério do Trabalho — e somente cerca de 100 milhões originaram-se nas contribuições normais dos associados.

E não tinham nenhum interesse — ao contrário — na sindicalização em massa. Isso se explica pela influência muito limitada que o partido tinha sobre os trabalhadores: como uma decorrência inevitável do populismo e de seu baixo nível de consciência de classe, a grande massa trabalhadora sempre foi *getulista* (vinculação com o líder carismático que lhe outorgou seus direitos). Posteriormente foi *janguista*, ou *brizolista*. E em dados momentos, em São Paulo, *adhemarista ou janista*. Com exceção dos trabalhadores dos setores estatais, onde o nível de conscientização era bastante mais elevado, o PCB nunca deve ter influído sobre mais do que 5/10% dos assalariados do país. Atenção: falamos de “influência”, não de filiação ao partido. Essa era ínfima. No início da década de 60 o número de trabalhadores urbanos oscilava entre 7/8 milhões. O número de membros do PCB não deve haver excedido em seu melhor momento 130.000, dos quais a maioria era composta de pequeno-burgueses, intelectuais, etc.

Essa pequena influência determinava que o partido tivesse interesse total na manutenção dos sindicatos de minoria. Exemplificando: se numa determinada categoria os comunistas controlassem 5% do total dos trabalhadores, somente teriam chance de ganhar a direção do respectivo sindicato se o número de associados não excedesse a 10%. Nos sindicatos controlados pelo partido — poucos dentro do total nacional — a captação de novos afiliados era mínima.

A sindicalização em massa significaria a perda do controle da organização pelos burocratas comunistas. A única maneira de manter um sindicato em mãos do partido, era que esse fosse numericamente insignificante. Herbert de Souza, um dirigente de Ação Popular, nos contava como foi suficiente uma pequena campanha por novos sócios no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, para que “AP” ganhasse as eleições no mesmo, derrotando o situacionismo controlado pelo P.C.B.

O que representavam os trabalhadores na sociedade urbana brasileira nos primeiros anos da década 60?

O censo de 1960 acusava uma população total de 70.119.071 habitantes, dos quais 45,08% viviam em áreas urbanas. Considerando o aumento demográfico e o acelerado processo de urbanização é razoável calcular a população citadina em cerca de 40 milhões em 1963. Vejamos quantos desses habitantes estavam ocupados nos setores secundário e terciário.

Os últimos dados disponíveis sobre os trabalhadores na indústria são os relativos aos associados ao I.A.P.I. em 30/6/63: 2.666.496. Considerando que um grande número de empregadores, para evitar

o pagamento das contribuições respectivas, sonegam parte de seus trabalhadores, iludindo a fiscalização dos organismos de previdência social, poder-se-ia calcular entre 3,0 e 3,5 milhões os operários industriais existentes então.

Como uma prova a mais do enorme desnível que apresenta o desenvolvimento regional, vemos que 72% dos filiados ao I.A.P.I. estavam concentrados em quatro estados: São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Somente em São Paulo encontramos 45% do total.

Era em São Paulo que se verificava também a maior concentração operária por estabelecimento. Os trabalhadores das fábricas com mais de 100 operários representavam 70% do total, sendo que 40% do conjunto, trabalhavam em fábricas com mais de 500 assalariados.

Os empregados no setor “serviços” registrados nos IAPs, em 1962, somavam um pouco mais de 3 milhões. Considerando os não inscritos, o total real poderia alcançar aos 4 milhões.

Esses dados estatísticos mostram que não mais de 20% da população urbana tem emprego fixo. Isso revela um altíssimo índice de desocupação e subocupação; em outras palavras, a existência de um enorme “exército de reserva” à disposição da classe empresária, o que lhe assegura mão de obra barata e “paz social” (os trabalhadores que revelam maior índice de conscientização e que passam a reivindicar, podem ser despedidos e substituídos sem nenhum problema).

Revelam também que o Brasil — inclusive em seu melhor setor, o urbano — continua sendo um país subdesenvolvido. Nos países centrais a porcentagem dos “econômicamente ativos” chega a ultrapassar aos 50% da população.

Considerando a existência de não mais de 3,5 milhões de operários industriais — os que constituem a espinha dorsal das classes trabalhadoras — somos forçados a concluir que o seu pêso no conjunto social é baixo. Isso do ponto de vista quantitativo; nem falar do qualitativo.

No processo de conscientização de uma classe trabalhadora podem ser estabelecidas uma série de etapas: a primeira é, evidentemente, a convicção da necessidade de organizar-se; passando depois por varios estágios intermediários até chegar ao final: a decisão de lutar contra o sistema capitalista, de protagonizar a revolução socialista.

Confirmando que o nosso é efetivamente um proletariado de primeira geração, com um nível muito baixo de consciência de classe

e uma visão muito limitada de seu papel dentro da sociedade, temos o índice de sindicalização: êsse alcançava, em 1963, a 15% entre os trabalhadores industriais; a 5/6% entre os empregados de comércio e não altrapassava aos 3% na construção.

São índices dos mais baixos do mundo capitalista e que contrastam violentamente com os níveis alcançados pelos trabalhadores uruguaios e argentinos, entre 80/90% nas atividades econômicas urbanas.

As lutas sociais dos últimos anos

Apesar de todas essas limitações decorrentes de sua própria debilidade e do *status* de dependência a que estavam submetidos, alguns setores das classes trabalhadoras urbanas protagonizaram, no período que antecedeu ao golpe de 1.º de abril, algumas lutas sociais importantes.

O principal desses movimentos reivindicatórios foi a “*greve da paridade*”. Usando e abusando da tutela que exerciam sobre o poder, os militares haviam acumulado uma série de vantagens que os colocava em situação altamente privilegiada em relação ao funcionalismo civil da União. Rebelando-se contra essa situação absurda, os setores mais politizados dos funcionários do Estado — os ferroviários, marítimos e portuários — paralisaram praticamente o país, entre 8 e 11 de novembro de 1960.

A reclamação básica era a equiparação dos vencimentos dos funcionários civis aos percebidos pelos militares. Exigia-se que o nível mais alto da carreira pública, o 18 (funcionários de nível universitário) passasse a corresponder ao de coronel (o último posto normal na carreira militar).

A greve, muito bem dirigida pelo *Pacto de Unidade e Ação*, que congregava os trabalhadores das três categorias mencionadas, resultou plenamente vitoriosa. E isso porque o PUA, ao contrário de outras organizações sindicais que agrupavam uma porcentagem mínima das respectivas categorias profissionais, estava fundado sobre bases sólidas: a massa sindicalizada.

Com o êxito da greve da paridade, cristalizou-se a convicção da necessidade de organizar uma central única de trabalhadores, que além de defender os interesses de classe dos assalariados, assegurasse aos mesmos uma maior participação da vida política do país. Algo parecido com a CGT argentina, que constituía um verdadeiro “segundo poder” no país do Prata.

A participação dos trabalhadores na política em termos tradicionais sempre havia sido mínima. Depois da efêmera etapa de legalidade do PCB (que nas eleições de 1945 conseguiu eleger 15 representantes ao Congresso), a representação dos trabalhadores no Legislativo sempre foi mínima, praticamente inexistente. *

Vargas, para evitar que os trabalhadores se vinculassem ao partido comunista e consciente de que a cristalização das classes sociais e a conseqüente luta de classes naquele momento (1945), já não permitiam agrupar a burguesia e os operários numa só organização, fundou dois partidos. O PSD, para os setores mais progressistas das classes dominantes, os que o apoiavam e o TPB para os trabalhadores. **

Na realidade, porém, o PTB apesar de defender formalmente os interesses da classe, nunca foi um partido de trabalhadores. Elementos oportunistas da burguesia e do próprio latifúndio, junto a pelegos sindicais ocuparam, desde o primeiro momento, a direção do movimento. A grande massa de trabalhadores votava evidentemente no PTB, porém não em candidatos operários, que raramente se elegiam.

O Congresso em exercício em 1964, apesar de haver sido eleito, nas eleições mais livres já realizadas no país, tinha em seu seio somente três operários: Demistóclides Batista, o líder ferroviário; Benedito Cerqueira, dirigente metalúrgico e Mário Lima, representante dos trabalhadores do petróleo. Três deputados e nenhum senador, isso numa Câmara integrada por 409 membros e num Senado com 66 representantes.

* Porque os trabalhadores não votassem no PCB, porque a direção pequeno-burguesa — militar do partido sabotasse os candidatos operários, ou porque operário não vota em operário, sempre foi mínima a participação de trabalhadores manuais nas próprias bancadas comunistas. Um exemplo: nas eleições de 1947, o partido elegeu 4 deputados para a Assembléia Legislativa do RGS: dois advogados, um professor universitário e um escritor famoso. Como todos os primeiros suplentes fossem também profissionais liberais, foi necessário proceder um licenciamento em massa para que um operário — Jover Telles, mineiro do carvão — pudesse marcar a presença da classe trabalhadora no legislativo gaúcho.

** Nesse particular, Getúlio Vargas revelou muito mais sabedoria política do que seu discípulo Juan Domingo Perón. Esse, sem haver considerado a enorme transformação social verificada na Argentina entre o fim do primeiro e o início do segundo governo peronista (1945 e 1973), insistiu na composição policlassista de seu movimento. Todos conhecem o resultado trágico: o confronto violento, armado, dentro do próprio peronismo, entre a esquerda (montoneros) e a ultra-direita (lópezreguista), o fracasso conseqüente e o novo ciclo ditatorial.

Partindo do núcleo do PUA, a liderança sindical mais autêntica tratou de estruturar um organismo central que incorporasse as confederações — os organismos sindicais de terceiro grau, permitidos pela legislação social. Surgiu assim o *Comando Geral de Greve*. Esse recebeu seu batismo de fogo ao decretar, no dia 5 de julho de 1962, a primeira greve política no país.

O movimento objetivava impedir a nomeação, já aprovada pelo Congresso do novo primeiro-ministro, o reacionário senador Auro de Moura Andrade. Jango, que inicialmente estimulou os planos de greve, tratou de impedi-la quando recebeu a renúncia daquele que seria um sócio indesejável no exercício do poder; o movimento já não era mais necessário aos seus interesses.

Porém, num dos raros momentos de independência em relação a Jango, os líderes ordenaram a deflagração da greve, já então como uma advertência ao Congresso para que esse não reincidisse no erro, escolhendo outro *premier* reacionário.

Apesar de seu êxito apenas parcial, a greve deixou um saldo positivo. Não somente por haver influido no sentido de que o Congresso aceitasse o nome de Francisco Brochado da Rocha, candidato de Brizola (o que não ocorreria em condições normais), como principalmente por haver estabelecido um precedente importante: a participação direta da classe operária nos destinos político do país, através da greve política.

Dois meses depois, foi declarada nova greve geral vinculada à apresentação, pelo primeiro-ministro Brochado da Rocha, dos projetos de leis delegadas ao Congresso (expediente utilizado para conseguir uma rápida tramitação das reformas de base). Neste caso, por uma série de razões, a greve de 14 de setembro não alcançou as dimensões da anterior (veremos esse episódio, em detalhes, no capítulo sobre Brizola).

Uma análise objetiva desses movimentos mostra que somente os setores estatizados dos trabalhadores — especialmente ferroviários, marítimos e portuários — atenderam em massa a ordem de paralização. Era mais fácil enfrentar o patrão estatal, do que o privado. Do ponto de vista regional, verificou-se um êxito significativo nos Estados de Rio Grande do Sul e Guanabara, um fracasso em São Paulo (com exceção da baixada santista) e um efeito mínimo no resto do país.

É necessário que se diga honestamente (e este é um livro que pretende dizer toda a verdade), combatendo a tendência baluartista que sempre caracterizou as esquerdas brasileiras, que os êxitos obti-

dos devem ser atribuídos, em grande parte, a fatores alheios à classe operária.

Assim, o êxito na Guanabara foi obtido fundamentalmente em razão da contradição existente entre o governo federal e o estadual de Carlos Lacerda. Foram greves feitas sob a proteção do I Exército, então comandado pelo general Osmino Ferreira Alves, que se caracterizava por suas posições progressistas e por suas vinculações com Brizola. Quando a polícia reprimiu os grevistas, o Exército interviu, libertando inclusive os líderes sindicais que haviam sido presos.

No Rio Grande do Sul, sob o governo de Brizola, existiam também toda uma série de fatores favoráveis ao êxito dos movimentos de greve; evidentemente artificiais.

A análise excessivamente idealista feita pelas esquerdas, especialmente pela liderança sindical superestimou o sucesso dessas greves, criando uma falsa perspectiva sobre a capacidade de luta política do sindicalismo brasileiro. Não se considerou devidamente, o fato de que é muito fácil fazer greve sob a proteção do exército, ao abrigo da violência policial.

Não foram somente as forças populares que iludindo-se — consciente ou inconscientemente — superestimaram suas forças. A reação, assustada, também exagerou os fenômenos. Tanto se assustou, que começou a preparar-se febrilmente para enfrentar o perigo. Do susto da direita surgiu a organização do golpe que finalmente estalaria no *1.º de abril*.

Depois da greve de setembro, verificou-se a transformação do Comando Geral de Greve em Comando Geral dos Trabalhadores: uma nova tentativa de central sindical. Partindo da estrutura legal do sindicalismo, que prevê como órgãos máximos as confederações das distintas categorias profissionais, a CGT foi, na realidade, um simples plenário dos dirigentes máximos (nem sequer de todos, pois algumas confederações não aderiram) do sindicalismo brasileiro. De um sindicalismo que, como vimos, estava a “anos-luz” de distância de representar efetivamente as classes trabalhadoras.

Inicialmente aderiram à CGT a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Crédito e Seguros, a Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, a Federação Nacional dos Ferroviários, a União dos Portuários do Brasil e posteriormente, a Federação Nacional dos Jornalistas e a recém criada e totalmente inexpressiva Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

Apesar de representar um passo adiante, a CGT estava muito longe de ser uma central operária autêntica, forte, que representasse efetivamente o proletariado. Com exceção dos setores originários do PUA, as demais organizações congregavam somente uma pequena minoria das categorias profissionais respectivas. Um caso típico era o da CNTI: falava em nome de 3 ou 3,5 milhões de trabalhadores industriais, porém na realidade representava legalmente 15% daquele total, ou seja, os operários sindicalizados.

A falta de autenticidade de organismos como a CNTI não estava limitada a isso. É necessário considerar também a total dependência do organismo em relação ao governo e a conseqüente corrupção.

Para ilustrar bem, o triste clima em que vivia o sindicalismo brasileiro, vale a pena gastar uma página para descrever o que eram as eleições sindicais; no caso, na própria CNTI. Até 1961, a organização havia estado em mãos de uma verdadeira "gang" vinculada à ORIT (a organização pelega controlada pelo sindicalismo norte-americano). Com a eleição da chapa de oposição liderada por Clodomir Riani e Dante Pelacani, verificou-se um pequeno avanço qualitativo, porém continuou a submissão ao oficialismo.

Apesar de que Riani e Pelacani fossem *homens seus*, Jango, não lhes perdoava certas posições embora tímidas de independência. Goulart sempre preferiu rodear-se de elementos absolutamente subservidentes, sem nenhuma personalidade, autômatas que atuassem como seus porta-vozes, do tipo de superpelego Crockatt de Sá, seu principal assessor sindical.

A dependência da CNTI e por extensão da CGT em relação a Jango aumentava à medida em que se aproximava a data das eleições na entidade. Tendo possibilidade de decidir, com os votos que controlava, o resultado do pleito, o presidente utilizava essa circunstância para conseguir um apoio cada vez maior, mais incondicional a seu governo, ou melhor, ao desgoverno vigente.

Apesar desse apoio ser praticamente total, Jango preferiu liquidar com Riani-Pelacani. Mandou que Crockatt de Sá coordenasse a eleição da chapa contrária, a que havia sido derrotada em 1961, liderada pelo superpelego Ari Campista, o *homem de confiança* do sindicalismo norte-americano. Uma possível explicação para o fato: Jango poderia estar atendendo alguma "sugestão" de seu amigo, o embaixador Lincoln Gordon que — como veremos — atuava como "o poder de trás do trono".

Cumprindo as ordens de Jango, Crockatt comandou uma verdadeira batalha para conseguir a maioria dos votos dos delegados: os comprou por preços que oscilavam entre um e dois milhões de cruzei-

ros. Verificou-se inclusive o caso de um líder sindical de Minas Gerais, que apesar de não ser delegado com direito a voto conseguiu, na confusão reinante, embolsar o seu milhão.

Considerando o número de delegados que o assessor de Jango já havia comprado às vésperas da eleição, parecia segura a vitória da chapa da ORIT. Inclusive “ULTIMA HORA”, que ultimamente se havia transformado num pasquim a serviço de Jango, desatou uma campanha contra a dupla Riani-Pelacani, chegando a anunciar em manchete a vitória de Campista.

Contando, é claro, fundamentalmente com o solidez do grupo comunista, que somava 19 votos, a chapa Riani-Pelacani tinha chances de resistir à campanha corruptora de Jango. Como medida de precaução, os 34 delegados comprometidos com a chapa oficial — e que lhe asseguravam a vitória foram retidos, na sede da CNTI, durante a noite que antecedeu a eleição, para evitar que Crockatt comprasse algum mais.

Vendo frustrada sua manobra divisionista e corruptora, Jango mudou de tática: na última hora mandou seu ministro do Trabalho, Amauri Silva, apoiar a candidatura Riani-Pelacani, já vitoriosa, desautorizando assim o chefe de sua assessoria sindical. Uma típica jogada de Jango, o *Maquiavel de bombachas*.

Depois dessa última escaramuça, as relações entre Jango e a CGT “*passaram a ser cordiais, inclusive íntimas*” — no dizer do comandante Melo Bastos, o líder dos aeronáuticos. Repetiam-se as largas conversas entre o presidente e os líderes sindicais. “Democraticamente”, ou melhor, em forma paternalista ou patriarca (essas discussões eram a réplica da roda de chimarrão que no RGS reunia o fazendeiro e seus peões), discutiam os grandes problemas nacionais.

Conquistando os líderes operários com sua maneira modesta, humilde de atuar, Jango conseguiu atrelar a CGT totalmente aos seus propósitos. O que, do ponto de vista humano, sem ser justificável, era compreensível. Explica-se que velhos lutadores sociais, com 20/30 anos de militância, veteranos de muitas prisões e torturas, se sensibilizassem com a maneira de ser do presidente.

Sempre que encontrávamos nosso amigo Roberto Moreno, o líder dos carpinteiros e o principal responsável pelo setor sindical do PCB, o provocávamos amistosamente: “*Morena, há quanto tempo não lavas essa mão que o Jango apertou?*” Outro dirigente sindical comunista, um dos representantes da CGT na Frente de Mobilização Popular, aproveitava cada oportunidade para declarar nas sessões da organização: “*O Jango me chamou esta madrugada; vocês sabem, ele me deu o seu telefone de cabeceira*”.

Sempre que a simpatia pessoal resultasse insuficiente, Jango utilizava "argumentos" mais concretos: a corrupção. A distribuição de favores, especialmente empregos altamente remunerados na Previdência Social (para os líderes sindicais ou para seus familiares) (*), empréstimos na Caixa Econômica, etc., completavam a tática de sedução. Foram poucos, muito poucos, os líderes sindicais de nível nacional que conseguiram manter-se imunes à corrupção janguista. E nesse fenômeno vamos encontrar uma das causas fundamentais da derrota das forças populares em março/abril de 1964.

* Um exemplo dessa promiscuidade: o mencionado Pelacani acumulava as funções de vice-presidente da C.N.T.I. e de presidente do Conselho Superior da Previdência Social.

XI

O PARTIDO DE PRESTES: POSITIVISMO, MARXISMO E REVISIONISMO

Outro tema tabu entre as esquerdas brasileiras era o Partido Comunista. Esse autodenominava-se o “*partido da classe operária*”, a “*vanguarda revolucionária*”, etc. Apesar de não corresponder em absoluto à verdade, eram muito poucos, os que se atreviam a negá-lo ou a criticar as posições do PCB.

Isso se devia fundamentalmente ao fato do partido, sem nunca haver chegado a se parecer com uma organização revolucionária, constituía um pequeno e eficiente instrumento de pressão, de difamação, de chantagem que silenciava, ou “liquidava” aqueles que se atrevessem a criticá-lo. Enquanto se mostrava totalmente subserviente em relação aos inimigos, especialmente à burguesia dita nacional, os comunistas eram tremendamente sectários no referente aos outros grupos de esquerda. Nas campanhas de liquidação, de típico feitio stalinista, sucediam-se os epítetos difamatórios: “*pequeno-burguês*”, “*provocador*”, “*trotskista*”, ou “*agente da CIA*”.

Superando o medo, é necessário desmistificar, analisar o que ocorre efetivamente com a quase totalidade dos PCs: com o brasileiro, com os latino-americanos e com os dos países centrais. Dizer que “o rei está nu”.

Por que, tendo como programa os princípios inegavelmente certos do marxismo-leninismo e defendendo a solução do futuro da humanidade — o socialismo —, não conseguiram os PCs do continente levar a cabo nenhuma revolução nesse período de 40 anos que existe entre suas fundações e hoje?

Por que, tendo em seu favor um conjunto enorme de fatores objetivos originados nas estruturas sociais arcaicas e desumanas vigentes em nossos países, não conseguiram atrair as grandes massas?

Por que não conseguiram capitalizar em seu favor o sentimento mais arraigado nos povos ao sul do Rio Bravo, o anti-americanismo?

Por que a enorme expansão do socialismo na pós-guerra e o avanço espetacular da URSS e da China Popular em todos os campos das atividades humanas e seu conseqüente prestígio internacional, não se traduziram em avanços correspondentes dos PCs latino-americanos?

Por que, já que abandonaram a estratégia revolucionária e se lançaram pelo caminho eleitoral, não conseguiram representar efetivamente as classes operárias nos parlamentos burgueses?

Por que, com a única exceção do Chile na América e da França e Itália, na Europa, os PCs nunca conseguem somar mais do que entre um e cinco por cento dos votos?

Por que fracassaram, em quase todos os países, na tarefa fundamental de organizar os trabalhadores em sindicatos?

Por que não funcionaram efetivamente as organizações de frente única permanentemente pretendidas pelo PCs?

Por que as posições constantes de revisionismo, de submissão frente às burguesias, que permitiram que outras organizações marxistas ou inclusive não marxistas, assumissem a vanguarda no processo revolucionário?

Por que a total inexistência de democracia interna, que caracteriza a todos os PCs, cujas direções são exercidas ditatorialmente e em caráter vitalício por pequenos grupos burocratizados, afastados das massas e de qualquer perspectiva revolucionária?

Estas e muitas outras perguntas devem ser formuladas por todos os marxistas e revolucionários autênticos preocupados pelo fracasso, praticamente total e geral, das organizações que, pela lógica, deveriam estar dirigindo o processo de libertação nacional e social de nossos povos.

Perguntas que já deveriam ter sido respondidas, há muito tempo e muitas vezes pelas próprias direções dos PCs, se a salutar e indispensável prática da autocritica não tivesse sido totalmente abandonada.

Ao analisar a ideologia e a *praxis* do Partido Comunista Brasileiro tentaremos responder parcialmente algumas dessas perguntas.

O fracasso do internacionalismo proletário

A teoria revolucionária de Marx e Engels fundamentava-se especialmente na unidade internacional da classe operária. Ao lançar a palavra de ordem "TRABALHADORES DO MUNDO, UNI-VOS!"

— eles consideravam que o internacionalismo proletário constituía a garantia da Revolução Socialista Mundial.

Já vimos as denúncias de Marx, Engels e Lenin sobre o aburguesamento dos trabalhadores ingleses e sobre a associação dos operários europeus no processo de exploração das colônias e dos países semi-independentes, o que constituía a própria negação do princípio do internacionalismo proletário.

Em outra oportunidade, Marx mostrava como a falta de unidade entre os trabalhadores pode ocorrer dentro de um mesmo país: *“Todo o centro industrial e comercial da Inglaterra apresenta hoje uma população dividida em dois campos hostis: os proletários ingleses e os proletários irlandeses (...). O operário comum odeia o trabalhador irlandês, por considerá-lo um concorrente que faz baixar seu nível de vida (...). O operário irlandês considera o operário inglês como cúmplice do pecado da dominação inglesa sobre a Irlanda (...). Esse antagonismo, mantido e incentivado artificialmente pelas classes dominantes (...), determina a impotência da classe trabalhadora da Inglaterra, apesar de sua organização...”*.

Lenin via assim a desconfiança e o rancor dos trabalhadores dos países periféricos em relação aos seus colegas dos países imperialistas: *“A opressão secular das colônias e dos povos debilitados pelas potências imperialistas despertou nas massas trabalhadoras dos países oprimidos não somente desconfiança, como também rancor contra as nações opressoras em geral, inclusive contra o proletariado dessas nações. A vil traição ao socialismo por parte da maioria dos líderes oficiais desse proletariado durante os anos 1914/19, quando de modo ‘social-chauvinista’ cobriram com a ‘defesa da pátria’ a defesa do ‘direito’ de ‘sua própria’ burguesia a oprimir as colônias e a expliar os países dependentes, fez aumentar essa desconfiança absolutamente legítima...”*.

Apesar da enorme divulgação das idéias socialistas no começo do século, o ideal internacionalista não conseguia afirmar-se. O manifesto da II Internacional, lançado em novembro de 1912, tomava posição revolucionária frente à guerra que se gestava nos bastidores: *“O proletariado considera um crime disparar uns contra os outros em benefício do aumento dos lucros dos capitalistas, da ambição das dinastias e dos tratados secretos da diplomacia...”*.

Dois anos depois, apesar do esforço heróico de alguns líderes que se opuseram à guerra interimperialista, os trabalhadores europeus foram levadas aos campos de batalha como bois ao matadouro. Milhões foram mortos em defesa dos interesses de suas respectivas burguesias, lutando uns contra os outros. Somente os trabalhadores

russo, sob a liderança excepcional de Lenin e Trotsky, conseguiram aproveitar as condições favoráveis criadas pelo conflito mundial, transformando a guerra imperialista em revolução socialista.

A esperança de Lenin de que os trabalhadores dos países mais avançados economicamente da Europa e dos Estados Unidos se levantassem em apoio à Revolução Russa, também não se concretizou. Seus dramáticos apelos não foram ouvidos: *“Nos encontramos numa fortaleza sitiada, esperando que nos chegue ajuda de outros exércitos da revolução socialista internacional (. . .). Nós pensávamos: ou a revolução internacional acode em nossa ajuda e então nossa vitória estará garantida, ou continuaremos com nosso modesto labor revolucionário com a convicção de que, no caso de derrota, apesar de tudo, serviremos à causa da revolução e nossa experiência será útil para outras revoluções (. . .). Ou estala a revolução imediatamente, ou pelo menos a muito curto prazo nos países mais desenvolvidos no sentido capitalista, ou teremos que sucumbir (. . .). O movimento não seguiu um caminho tão reto como esperávamos (. . .). A revolução não começou em outros grandes países. . .”*

Como a esperada explosão em cadeia não se produziu, tinha que se enfrentar a situação tal como se apresentava: a Revolução vitoriosa em um só país e, o que tornava ainda mais difícil sua continuidade, num país economicamente atrasado.

Com a prematura morte de Lenin, a solução teve que ser encontrada pelos seus sucessores. Defrontaram-se então duas teses: a da *construção do socialismo num só país*, de Stalin e a da *“revolução permanente”* de Trotsky.

Argumentava Stalin: *“Antes, considerava-se impossível o triunfo da Revolução num só país; entendia-se que para alcançar o triunfo sobre a burguesia seria necessária a ação conjunta de todos os países adiantados, ou pelo menos, da maioria deles. Hoje, é necessário partir da possibilidade desse triunfo, pois o desenvolvimento desigual, em saltos, dos diversos países capitalistas, sob as condições do imperialismo, o surgimento, dentro do imperialismo, de contradições catastróficas que conduzem a guerras inevitáveis, o incremento do movimento revolucionário em todos os países do mundo, tudo isso conduz não somente à possibilidade, senão, inclusive, à necessidade do triunfo do proletariado em distintos países em separado”*.

Contra argumentava Trotsky: *“O caráter internacional da revolução socialista, que constitui o terceiro aspecto da teoria da revolução permanente, é a conseqüência inevitável do estado atual da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato, senão um reflexo teórico e político*

do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do alcance mundial da luta de classes. A revolução socialista começa dentro das fronteiras nacionais, porém não pode ficar contida nelas. A contenção da revolução proletária dentro do território nacional não pode ser mais que um regime transitório, ainda que prolongado, como o demonstra a experiência da União Soviética. Sem dúvida, com a existência da ditadura proletária isolada, as contradições interiores e exteriores crescem paralelamente aos êxitos. De continuar isolado, o Estado proletário cairá, mais cedo ou mais tarde, vítima dessas contradições. Sua única salvação é fazer com que triunfe o proletariado nos países mais adiantados. Considerada sob este ponto de vista, a revolução socialista implantada num só país não é um fim em si, senão unicamente um elo da cadeia revolucionária internacional. A revolução internacional representa, como característica própria, apesar de todos seus reflexos temporários, um processo permanente”.

Stalin foi o vencedor na luta pelo poder. Teve a oportunidade de aplicar sua tese: dirigiu o processo de construção do socialismo num só país. Apesar de suas muitas deformações e limitações, a URSS apresenta-se, hoje, aos olhos do mundo como uma realidade concreta. Seria inútil discutir o possível desenvolvimento da revolução mundial no caso de haver sido Trotsky o vitorioso: *a vitória do socialismo em escala mundial ou a liquidação da primeira revolução socialista.*

Certa ou errada, melhor ou pior, é a doutrina de Stalin e suas conseqüências que deve ser analisada. Para manter o terreno ganho, foi necessário negociar. E negociar significa conciliar, transigir, ceder. O preço pago pela manutenção do regime socialista na URSS foi o abandono da idéia da revolução mundial. O velho sectarismo bolchevique cedeu lugar a fórmulas conciliatórias. Estabeleceram-se relações comerciais e diplomáticas com os países capitalistas, em termos absolutamente convencionais. Já que os proletariados dos outros países fracassaram ou nem sequer tentaram tomar o poder, tinha que se negociar com as respectivas burguesias. Totalmente condenável do ponto de vista do internacionalismo proletário, a política de Stalin se justificava plenamente do ponto de vista nacional e dos interesses do povo russo.

Totalmente condenável — e no caso sem nenhuma justificativa — foi a orientação imprimida pelo PCUS e pela III Internacional aos demais partidos comunistas. Os dirigentes soviéticos tinham todo o direito — já que sua revolução não havia recebido o esperado apoio do proletariado mundial — de cuidar da solução de seus

problemas nacionais. De nenhuma maneira, porém, de colocar todos os demais PCs a serviço dos interesses nacionais do primeiro país socialista, sacrificando assim as possibilidades de revolução no resto do mundo. Foi, entretanto, o que aconteceu.

Silvio Frondizi analisa assim esse procedimento absurdo: *“Frente à quebra da cadeia das revoluções socialistas e ao cerco capitalista, os dirigentes da URSS tomaram, especialmente depois do terceiro período, uma posição defensiva, transformando a Internacional e por intermédio dela os partidos comunistas dos diferentes países em simples instrumentos de defesa do ‘bastião’, de contenção de suas respectivas forças burguesas. Por isso abandonaram totalmente a teoria e a prática revolucionárias, surgindo então frente ao internacionalismo marxista da revolução a teoria do socialismo num só país, a convivência com os países capitalistas e a colaboração de classes (...).*

“Abandonada pela URSS a linha revolucionária, transformou-se toda a concepção dos partidos comunistas que a representavam no exterior, que como frisamos em diversas oportunidades, têm como única missão obstaculizar em parte o imperialismo e neutralizar as burguesias nacionais. Dessa política nasceram as frentes populares, as campanhas pela paz, etc. A colaboração com a burguesia no front interno significa inevitavelmente o abandono da linha revolucionária e a entrega às forças burguesas”.

O único PC que se após a essa linha pacifista imposta pela URSS e pela III Internacional foi o chinês. Depois do fracasso da política recomendada por Moscou (que ocasionou o massacre de milhares de operários e soldados em Shangai, em 1927), Mao Tsé-tung tentaria a revolução a partir do campo, tendo como base os camponeses (teoria considerada completamente herética pelos teóricos moscovitas).

Valendo-se de seus próprios meios, sem nenhuma ajuda soviética, enfrentando inclusive Chiang-Kai-Sheck, armado pelo governo russo, os chineses fizeram *sua Revolução*. Comprovaram que havia possibilidade de fazer novas revoluções, sempre que o problema fosse encarado de maneira objetiva, em termos nacionais, por dirigentes autênticos, sem a importação de modelos, nem cedendo frente a imposições estrangeiras.

Os comunistas dos outros países, esquecendo o conselho de Lenin — *“Não se deve decretar nada a partir de Moscou”* — aceitaram passivamente o cabresto. Em lugar de tratar de repetir em outros lugares a façanha dos russos — com o que estaria ajudando de forma muito mais concreta os soviéticos livrarem-se do cerco capi-

talista — os dirigentes comunistas de nossos países e do resto do mundo, dando vassão ao seu oportunismo, transformaram-se em meras torcidas da URSS.

Superestimando os êxitos da União Soviética e profetizando de tanto em tanto a “crise final do capitalismo”, estão, há 40 anos, manejando estatísticas, em vez de fuzis. Esperando, sentados, que o cadáver do imperialismo passe em frente das nossas portas. Renunciaram a fomentar a luta de classes, lutaram por conseguir a legalidade, aspiraram a respeitabilidade burguesa dos parlamentos, predicaram a “paz social” e a coexistência pacífica com o imperialismo. Tudo sempre de acordo com os interesses circunstanciais da União Soviética.

Inicialmente, foi a etapa dos adjetivos superlativos. A emulação revolucionária cedeu lugar à emulação panegírica: a corrida aos dicionários, em vez do assalto ao poder. Tinham que encontrar adjetivos cada vez mais extremados para qualificar Stalin e a URSS:

“Stálin é um gênio universal da nova era; um pensador histórico-filosófico com a transparência do cristal; o melhor especialista vivo em planificação social, um engenheiro social cuja obra se levanta inamovível numa sexta parte da terra; um cientista militar e condutor provado, um homem que dá início às grandes discussões científicas e artísticas na hora adequada e as guia...” — escrevia Walter Hollitcher, da Universidade de Humbolt.

Juan José Real, do PC argentino, como muitos outros, atreveu-se a ir ainda mais longe no puxasaquismo: *“Atrevo-me a dizer que Stalin superou em clareza e em síntese a Marx, Engels e Lenin...”*.

O Krushev da primeira fase referindo-se a Stálin: *“É o maior gênio, o mestre e o chefe da Humanidade (...). O grande e sempre vitorioso marechal (...). O sincero amigo do povo (...). Seu próprio padre...”*.

Depois veio a etapa da liquidação de Stalin. O mesmo K. anatemizava, no XX Congresso do PCUS, seu ex-ídolo: *“Assassino (...). Criminoso (...). Bandido (...). Déspota como Ivan, o Terrível (...). O maior ditador da história da Rússia (...). Tonto (...). Idiota, etc.”*.

E os PCs, com raras exceções, fizeram coro, sem um mínimo de coerência e de pudor, às duas séries de adjetivos...

A linha de conduta da União Soviética, neste meio século de construção do socialismo, esteve cheia de contradições, retrocessos, capitulações; o que se justifica, pelo menos em parte, pelo cerco capitalista. Em conseqüência, os reflexos da “linha justa” sobre os PCs chegaria a situações kafkianas. Esses deram mais “voltas que

o rio Camacuam” (famoso no RS pelo seu curso irregular). Voltas bruscas, violentas, inesperadas, que chegavam a 180 graus e que deixavam perplexos os militantes menos preparados para suportar essa absurda ginástica mental.

Durante os anos que antecederam a II Guerra Mundial, a “linha justa” era a política de união nacional das Frentes Populares, a aliança com as burguesias nacionais, sob o pretexto de luta contra o nazi-fascismo. Com o *pacto Molotov-Ribentrop*, o tratado alemão-soviético, verificou-se uma dessas reviravoltas de 180 graus: os PCs passaram a explicar que a guerra era um conflito interimperialista, que era necessário defender a paz a qualquer preço, inclusive com a aliança com Hitler. Em 1941, quando a URSS foi atacada, ocorreu um novo “salto mortal”: a guerra imperialista passou a ser a grande guerra patriótica e os países imperialistas reclassificados como “grandes democracias...”.

Nossos PCs, que aceitam religiosamente as mais esdrúxulas posições soviéticas, sempre se revelaram tremendamente duros no julgamento de terceiros que adotaram medidas semelhantes às da URSS. Por exemplo: quando Getúlio Vargas, em defesa dos interesses nacionais brasileiros (a divisão no campo imperialista possibilitava uma maior margem de manobra aos países dependentes e melhores condições no mercado internacional para nossos produtos: no caso do Brasil, enfrentávamos o problema dos excedentes de algodão, originado no *dumping* praticado pelos EE.UU.), lutou para manter a neutralidade, foi acusado de *fascista* pelos comunistas, que já haviam “esquecido” que Moscou havia feito tudo para manter essa mesma neutralidade.

Na Argentina a adjetivação foi ainda mais violenta. Codovilla, o secretário geral do PCA, classificava o governo Farrel-Perón (que também lutava para manter a neutralidade) de “nazi-fasci-nipo-peronismo” e aliava-se ao embaixador norte-americano Braden para derrubá-lo.

Na Bolívia, o PC aliou-se à “rosca” e à embaixada norte-americana na luta contra o governo nacionalista-revolucionário do major Gualberto Villarroel, o mais progressista, até aquele momento da história boliviana. O assassinato de Villarroel pelos golpistas de direita foi saudado em Moscou com salvas de canhão.

No pós-guerra, depois de negociar em Yalta a entrega de vários movimentos revolucionários que tinham possibilidades de triunfar (como os da Grécia, França, Itália, etc.), o governo da URSS lançou o lema PAZ. Absolutamente justa do ponto de vista soviético: depois de haver dado uma enorme e decisiva contribuição à

derrota no fascismo, de haver sacrificado um de cada dez de seus filhos, a União Soviética necessitava respirar, enterrar seus mortos, curar suas feridas, refazer sua economia, reconstruir suas cidades.

O absurdo é que nossos PCs, transformados em “clubes de militantes da paz”, arquivaram definitivamente qualquer plano de revolução: essa foi adiada para as calendas gregas. O determinismo econômico foi adotado como verdade absoluta pelos teóricos comunistas. A espera de que o capitalismo chegasse — de crise em crise — ao seu fim, espontaneamente, sem nenhum empurrão adicional, “justificava” a inatividade, a acomodação total. O internacionalismo proletário, a denúncia contra o imperialismo e a luta de classe ficaram reduzidos ao verbalismo usado nos documentos oficiais dos PCs, não se traduzindo em nenhuma ação concreta e muito menos em prática revolucionária. Embora houvesse no após-guerra, em quase todos os países condições favoráveis à Revolução.

Principalmente na América Latina essa linha, levada às últimas conseqüências, significou o completo abandono de qualquer iniciativa revolucionária, a subordinação do movimento operário às burguesias nativas e a coexistência com o imperialismo. “PAZ” — nos países submetidos ao jugo imperialista — significa a manutenção do *status quo* e em conseqüência, da espoliação imperialista, dos privilégios das classes dominantes e da miséria do povo.

É absolutamente impossível conciliar permanentemente os interesses nacionais da União Soviética, ou de qualquer outro país já socialista, com os dos povos submetidos ao imperialismo, que vivem etapas pré-revolucionárias. A desigualdade dos processos de desenvolvimento econômico-social de país para país — e conseqüentemente do amadurecimento das condições revolucionárias — torna totalmente absurda a adoção de qualquer linha de ação comum imposta por Moscou a todos os PCs. Foi isso, entretanto, o que aconteceu.

Em conseqüência, os PCs latino-americanos continuaram sua melancólica trajetória com base no oportunismo e na alienação. Sívio Frondizi mostrava como o PC argentino *“perde força como partido nacional, quando condiciona sua ação às necessidades da política internacional, porque essa pode apresentar contradições com a situação interna.”*

Outro argentino, Alberto Belloni analisava assim a conduta do PCA: *“Suas marchas e contramarchas, sua mediocridade teórica, sua incapacidade para interpretar a realidade argentina, sua impotência para atrair as massas trabalhadoras, em resumo, a equivocada aplicação das teorias marxistas, exige uma análise (...). Em cada*

momento decisivo da história argentina, o PC está do outro lado da barricada popular (...). Igual aos social-democratas, os 'comunistas' argentinos nunca passaram ideologicamente de um 'liberalismo positivista', de um 'materialismo mecanicista', de um 'marxismo' mal traduzido, apontados como receitas magistrais...".

René Zavaleta Mercado pintava assim o papel dos comunistas bolivianos: *"A alienação stalinista associou-se ao imperialismo para pichar de nazi-fascista o governo nacionalista-revolucionário de Gualberto Villarroel, conspirou com a 'rosca', tomou o poder aliado a ela, restaurando a oligarquia no poder, em 1946. Depois vimos os ministros comunistas no poder massacrarem os operários, supostamente a serviço do antifascismo, na realidade matando os trabalhadores que lideravam a luta nacionalista. Desde então, os comunistas bolivianos nunca conseguiram superar seu destino livresco, as táticas que fracassavam continuamente porque não se originavam neles mesmos...".*

Jaime de Barros, senador dissidente do PC Chileno, mostrava ao que estava reduzido o único partido comunista latino-americano que havia conseguido amplo apoio de massas: *"Transformaram a luta de classes num 'muro de lamentações' dos oprimidos e numa indigna disputa por conseguir algumas migalhas dos exploradores (...). Alguns 'generais revolucionários' de fãncaria, pretendem que os militantes não contaminados pela corrupção e pela lepra do medo, continuem sem protestar nem rebelar-se, malgastando suas energias em tarefas de rotina, mediócras e sem perspectivas. Pretendem que prossigamos na estéril concorrência com o setor demagógico dos reacionários, num trabalho de assistentes sociais, destinado exclusivamente a resolver os pequenos problemas das massas, tornando mais suportável a exploração. Exigem que nos entreguemos, sem reclamar, a esgotantes campanhas financeiras, esvaziando os bolsos dos pobres para disfarçar o dinheiro que os dirigentes pedem aos ricos (...). Querem que sigamos pregando um 'socialismo' sem lutas de classe, na espera de que esse nos chegue um dia de fora, sem que os dirigentes arrisquem suas comodidades".*

O peruano Luiz de la Puente Uceda, da "Frente Guerrilheira Illarec Ch'aska" (Estrela do Amanhecer) via assim os PCs: *"Todos ou a maioria dos partidos de esquerda, especialmente os comunistas, pretenderam e pretendem transformar-se em partidos de massa, com uma sólida organização, participando das lutas políticas burguesas, aceitando suas regras, conciliando com a burguesia e a oligarquia, fazendo em fim politicagem, burocratizando-se, mumificando-se, reduzindo a luta de classes aos planos econômicos e políticos...".*

O partido de Prestes

Fundado em março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro tinha o propósito de ser o partido da classe operária, a vanguarda no processo político e o instrumento da revolução brasileira. Como no caso de muitos outros movimentos culturais, políticos e sociais anteriores registrados no país, a organização do PCB não foi mais do que um reflexo de acontecimentos verificados na Europa, no caso, a Revolução Russa.

Com um proletariado que não somava 300 mil membros (menos de um por cento da população; o censo de 1920 acusara a existência de 30.635.605 habitantes) e que estava muito longe de constituir uma autêntica classe social, parece evidente que não existiam no Brasil condições para um “partido da classe operária”.

Ao contrário do verificado na Europa, onde os partidos comunistas surgiram como uma conseqüência natural da luta de classes em uma etapa já muito avançada do capitalismo, como representantes de classes trabalhadoras quanti e qualitativamente desenvolvidas, forjadas em séculos de luta, conscientes de si mesmas e de seu papel no seio da sociedade, o nascimento do PCB foi inegavelmente prematuro. Conseqüência natural da tendência das revoluções vitoriosas de “exportar” o seu caminho como “*o caminho*”. Justamente em razão do artificialismo, do automatismo com que se processou o transplante, não vingou.

A Revolução de Outubro teve uma grande repercussão no Brasil, fundamentalmente entre a pequeno-burguesia e em especial entre os intelectuais. Entre estes tornou-se moda auto intitular-se “maximalista”, como se dizia então. Gilberto Amado comentava o fato: “...em todas as partes surgem tais adesões ao comunismo, que os próprios socialistas teóricos, que foram os primeiros a tratar desses temas, sentem-se envergonhados...”.

Com a falta de operários, o PCP formou-se fundamentalmente com quadros pequeno-burgueses; pequeno-burgueses esses impregnados pelo positivismo e outras idéias liberais correntes na época. Com a mescla do marxismo mal assimilado e do positivismo, o partido formou sua ideologia. Os resultados inevitáveis foram deploráveis: um partido artificial, “importado”, nascido prematuramente, que não representava nenhuma classe social determinada, ideologicamente confuso e alienado da realidade nacional. Esses vícios de origem iriam marcar em forma indelével o PCB. Até hoje, mais de 40 anos depois, não é mais do que uma caricatura de um partido revolucionário.

E não poderia ter sido de outra forma, pois os obstáculos eram muitos e praticamente intransponíveis: uma classe operária insignificante e que foi submetida — a partir de 1930 — a um processo de acaudilhamento pelo *Estado Paternalista*; o altíssimo índice de analfabetismo e semianalfabetismo do povo e o baixo nível cultural das próprias classes médias; o sentimento profundamente religioso do povo, originado em sua incultura e na miséria; as amplas possibilidades de movimento entre as classes sociais — a partir de 1930 — características das sociedades em transformação e a conseqüente debilidade da luta de classes; além disso, em razão da dominação imperialista, as bandeiras políticas da época eram essencialmente nacionalistas, fato que criava obstáculos ao PC, vinculado a esquemas internacionais, de empunhá-las com autenticidade.

A tudo isso deve-se acrescentar os efeitos da campanha anti-comunista. O anticomunismo é uma das maiores, possivelmente a mais importante das forças ideológicas negativas da história, já repleta de movimentos *anti*, contra qualquer idéa, filosofia, religião ou teoria econômico-político-social que possam parecer insólitas aos olhos convencionais.

Assim, os movimentos anti-Sócrates, anti-cristãos primitivos, anti-Reforma, anti-revolução francesa, anti-revolução russa — que levaram Sócrates ao suicídio, os cristãos primitivos à arena do Coliseu, os protestantes às fogueiras da Inquisição e que originaram os cercos à França e à Rússia, com o propósito de liquidar com as revoluções da burguesia e do proletariado, são alguns exemplos da reação do *velho* frente ao *novo*.

Essa reação é particularmente intensa quando as idéias novas põem em perigo os privilégios acumulados e institucionalizados pelas minorias dominantes. Elas são então consideradas heréticas e seus adeptos perseguidos como inimigos da sociedade. Foi o que aconteceu com as idéias igualitárias da revolução francesa e com o socialismo de nossos dias.

Não somente porque o socialismo afeta mais profundamente aos interesses das classes dominantes, como também porque hoje são muito mais amplos e poderosos os instrumentos de divulgação, o comunismo é alvo da maior e da mais eficiente das campanhas *anti* da história. Principalmente na América Latina onde o monopólio dos meios de comunicação está em mãos das classes dominantes nativas e dos trustes norte-americanos.

O atraso e a ignorância dos povos latino-americanos — originados nas estruturas sociais obsoletas e na exploração colonial-imperialista — facilitam a tarefa dos modernos inquisidores. O

latifúndio e o imperialismo mantém a miséria. Dessa, derivam a ignorância, a incultura que dificultam a propagação das idéias libertadoras, principalmente entre as classes que seriam as grandes beneficiárias com sua aplicação. A não divulgação dessas idéias assegura, por mais algum tempo, a manutenção do *status quo* interno e da dependência externa. Trágico círculo vicioso...

Na história do PCB existe um marco fundamental, desses que dividem: antes de, depois... Trata-se da aceitação pelo capitão Luís Carlos Prestes das idéias marxistas e seu posterior ingresso ao partido. O "Cavaleiro da Esperança", que conjuntamente com outros "tenentes" assombrara o Brasil e o mundo com sua coluna, dando lições de estratégia militar e de indefinição de objetivos políticos, encontrou no exílio a base ideológica que lhe faltava: o marxismo*.

No exílio surgiria para Prestes, igualmente sua grande oportunidade histórica. Transcorria o ano de 1930; no RS tramava-se a revolução contra a oligarquia paulista. Faltava um militar de reconhecida capacidade que assumisse o comando das operações. O posto foi oferecido a Prestes. Numa posição sectária, própria de um "cristão novo", ele recusou argumentando que aquela não era *a revolução com que sonhava*.

Revelando sua incapacidade de aproveitar oportunidades históricas, ele não considerou que com o comando militar do movimento nas mãos, poderia transformar aquela revolução *na Revolução*. Como gaúcho, deveria saber que quando passa um cavalo encilhado na nossa frente, sem cavaleiro, há que montá-lo. Confirmando que somente entendia de estratégia militar, desprezou sua grande (e única) oportunidade histórica: não montou no cavalo.

Depois da revolução de 30, em razão do avanço do processo democrático, o PCB, apesar de continuar sendo ilegal, conseguiria ampliar sua atuação. O proselitismo tornou-se mais fácil, porém continuaria com os vícios de origem: foram fundamentalmente pequeno-burgueses, intelectuais e depois da adesão de Prestes, militares, os que constituíram os quadros da organização e sua direção.

O êxito relativo do partido entre a classe média tornou possível a formação da primeira organização de frente única das esquerdas brasileiras: a *Aliança Nacional Libertadora*. O seu desenvolvimento

* Entre os muitos "pecados" de Rodolfo Ghioldi, o dirigente do PC Argentino, deve ser incluído, de forma destacada — por suas conseqüências — a conversão de Prestes ao "Marxismo".

foi tão expressivo que assustou Vargas, disposto a não dividir com ninguém sua influência sobre as massas populares. Em consequência, A.N.L. terminou sendo declarada ilegal.

Depois do fechamento da A.N.L., os militares do partido com sua mentalidade *putchista*, precipitaram a eclosão de um movimento armado sem que existissem as mínimas condições objetivas e subjetivas para seu êxito. O Brasil vivia então — 1935 — um processo acelerado de transformações progressistas: a revolução industrial desenvolvia-se rapidamente, o proletariado crescia e acumulava direitos sociais outorgados pelo *Estado Paternalista*. Era a revolução possível naquele momento; a debilidade das forças populares eliminava qualquer hipótese de revolução socialista.

O episódio constitui um dos mais confusos e contraditórios capítulos da vida da III Internacional. Considerando a posição sempre mantida pelo PCB — de absoluta fidelidade à Moscou — e o absoluto controle que o PCUS exercia sobre a III, é seguro que a decisão sobre o levante foi tomada pelo organismo internacional ou, pelo menos, contou com a aprovação do mesmo. A participação de dirigentes de outros países — como o alemão Harry Berger e o argentino Rodolfo Ghioldi, confirmam essa hipótese.

Essa decisão ou aprovação da III Internacional torna ainda mais absurdo e inclusive suspeito o evento. Sim, porque naquele momento a estratégia do comunismo internacional era exatamente em sentido oposto: a “linha justa” era a aliança com as burguesias nacionais, a formação das “frentes populares” sob o pretexto de somar forças contra nazi-fascismo.

Se, em países como a França, onde a luta de classes havia chegado ao “vermelho vivo”, ao auge, renunciando uma revolução social iminente, o proletariado foi atado à aliança com a burguesia, como explicar que se decidisse um movimento armado num país como o Brasil, que vivia as primeiras etapas da revolução burguesa?

Existem versões — aparentemente fundadas — de que teria ocorrido alguma infiltração do *Intelligence Service*, ou da própria *Gestapo* na III Internacional. Isso explicaria a absurda aventura de tão trágicas consequências. *

Em alguns pontos do Nordeste, como em Natal e Recife, o movimento conseguiu base popular, assumindo efetivamente caráter revolucionários. Em outros lugares, como no Rio de Janeiro, não passou de um “putch” militar encabeçado por militares prestistas.

* Moniz Bandeira, que pesquisou em profundidade o caso, é um dos que defendem a tese da infiltração.

O povo do resto do país assistiu perplexo aos acontecimentos, sem compreender o que se passava. Nesse sentido, o movimento de 35 constituiu inclusive um retrocesso em relação ao de 30: naquela oportunidade foi o povo, que assaltando os quartéis no RS, armando-se e marchando sobre São Paulo, que protagonizou o processo.

De qualquer maneira, a aventura foi trágica: provocou uma repressão violenta que praticamente aniquilou o partido e serviria de pretexto posteriormente para a institucionalização do *Estado Novo*. Pressionado pelos militares de direita, assustado pelo que aparentemente constituía uma ameaça à sua filosofia política e social e aos seus interesses de classe, Vargas acabou interrompendo — em 11 de novembro de 1937 — o processo liberal, sepultando as liberdades públicas, que tão lenta e duramente o povo brasileiro vinha conquistando.

A fanática posição anticomunista da maioria dos militares, que representou seguramente o maior obstáculo ao avanço popular nos últimos 30 anos, e que culminou com o golpe de 1.º de abril, também originou-se na quartelada de 35.

Somente em 1945, com o fim do *Estado Novo* foi que restabeleceu-se o regime democrático representativo. Até hoje o partido, cuja direção continua controlada pelos militares de 35, não fez uma autocrítica sobre o “putch” de 35 e suas conseqüências. Pelo contrário: continua-se difundindo a versão de que o movimento foi correto, oportuno, que constituiu uma tentativa de revolução, apresentando seus protagonistas como heróis. O fato de haver participado na quartelada constituiu até hoje credencial suficiente para integrar a direção do PCB, em caráter vitalício.

O fracasso de 35 parece haver vacinado, definitivamente, os dirigentes do partido contra qualquer outra infecção de vírus revolucionário. O PCB tornar-se-ia o mais pacifista dos pacíficos PCs do mundo ocidental. O *complexo de 35* marcaria profundamente a futura linha política do partido.

Depois de longa e cruel etapa de repressão que alcançou milhares de militantes e dirigentes, inclusive Prestes, o PCB ressurgiu em 1945, quando da redemocratização. O fim da guerra; o enorme prestígio que havia acumulado a União Soviética, com sua decisiva participação na liquidação do nazi-fascismo; o surgimento de todo um “mundo socialista”; o aparente fim do mito de Vargas; o grande crescimento da classe operária durante os anos da guerra e a politização popular (possível, apesar da ditadura, pela participação do Brasil na guerra) — criaram as condições necessárias à existência legal do partido.

A tudo isso deve-se acrescentar a verdadeira auréola de mártires que envolvia os dirigentes comunistas, surgidos das prisões e da dura clandestinidade, para explicar o sucesso do PCB na etapa imediata ao fim da ditadura. Ao eleger Prestes senador, 14 deputados federais, dezenas de estaduais e vereadores por todo o país, o partido deve ter tido entre 8 e 9% dos votos populares*.

Por que não foi possível manter e ampliar essa posição tão favorável?

É evidente que muitos fatores devem ter influído para isso, especialmente dois. Por um lado, o sectarismo, a autosuficiência, o baluartismo no trabalho em frente única com outros setores populares. Ao autoproclamar-se *vanguarda*, o *Partido da classe trabalhadora*, o único depositário das idéias marxistas, ao “queimar” todos os que não aceitavam o cabresto como “traidores”, “trotskistas”, “agentes do imperialismo”, etc. — o PCB isolou-se. Por outro, a total submissão às teses stalinistas de coexistência pacífica entre as classes sociais degenerou em posições de total capitulação, de vergonhosos acordos com as classes dominantes, de traição à classe trabalhadora.

Tentando vencer os obstáculos que se antepunham à divulgação das idéias marxistas e ao avanço do partido e dando vazão ao seu próprio oportunismo, os dirigentes do PCB foram de concessão em concessão. Diluíram, falsificaram a teoria, condicionaram a estratégia e os métodos táticos, tudo no afã de conseguir respeitabilidade frente à burguesia.

Em resumo: duro, sectário em relação a possíveis aliados da área popular, o partido foi sempre dócil, subserviente frente aos inimigos de classe.

Para isso contribuiu inegavelmente o baixo nível teórico dos dirigentes — em sua quase totalidade pequeno-burgueses e militares — formados sob a influência das idéias de Augusto Comte. Se não nos equivocamos, foi Agildo Barata quem “batizou” o PCB de “*Partido Positivista Brasileiro*”. Ao “complexo de 35” somou-se o culto da Ordem, herança do positivismo. Como uma amostra da “ideologia” resultante da mistura de marxismo com positivismo transcrevemos trechos de alguns documentos do período 45/47; são obras-primas do revisionismo mundial:

* Nas eleições para as Assembléias Legislativas, em 1947, o PCB elegeu 46 dos 855 deputados. Particularmente importante, foi o êxito do partido no Rio de Janeiro, o centro mais politizado do país. Em 1945 ganhou uma eleição majoritária, elegendo Prestes senador; em 1947 conseguiu uma enorme maioria na Câmara de Vereadores da Capital Federal: 18 representantes, contra somente 8 da UDN e 8 do PTB.

Em seu discurso de Recife (26/11/45), Prestes definia assim o PCB e aconselhava aos operários: *“Partido do proletariado, partido vinculado à classe operária, o Partido Comunista não deixou de indicar ao povo o CAMINHO DA ORDEM E DA TRANQUILIDADE. Indicava e aconselhava aos trabalhadores: COMPANHEIROS, É PREFERIVEL APERTAR O CINTO, PASSAR FOME ANTES QUE FAZER GREVES E CRIAR AGITAÇÃO (...). Durante esses seis meses, o Partido Comunista foi o máximo sustentáculo da ordem em nossa terra...”*.

No Informe de Prestes ao plenário do Comitê Cenral de 6 de dezembro de 1946, lemos: *“Lutar por uma maior assiduidade ao trabalho, por uma produtividade maior é lutar conscientemente pelo progresso nacional, é lutar por uma saída pacífica da crise, é provar na prática que ao proletariado não lhe interessa a desordem e é fazer um esforço no sentido de uma maior aproximação com o patrão, em busca de uma solução pacífica das contradições de classe, inevitáveis na sociedade capitalista.*

“É buscar a harmonia entre o operário e o patrão, dentro das relações capitalistas, para lutar mais eficientemente contra o atraso, a miséria e a ignorância em que vegeta nosso povo. É concentrar melhor a luta contra o latifúndio e o imperialismo.

“Através dessa luta prática pelo melhor rendimento do trabalho será mais fácil atrair à União Nacional e, assim conseguir o isolamento e o desmascaramento mais rápido dos reacionários ligados ao latifúndio retrógrado e aos grandes bancos estrangeiros.

“Essa luta do proletariado pelo aumento da produtividade mostrará na prática a toda Nação de que lado estão os patriotas, os que mais se sacrificam pelo progresso do Brasil e, por outra parte, quem são os traidores, os sabotadores da produção nacional, os que se colocam contra a solução pacífica dos problemas nacionais, que defendem seus interesses egoístas e imediatos contra os interesses da Nação”.

São palavras que ficariam muito melhor na boca de um presidente de uma Federação de Indústrias, de um diretor de *Rotary* ou *Lions Club*; no máximo poderiam ser proferidas por algum dirigente de um Círculo Operário católico.

Prestes pedia aos trabalhadores o aumento da produtividade, que numa sociedade capitalista beneficia somente aos patrões e aumenta o desemprego. Negava a luta de classes; admitia a existência de contradições inevitáveis na sociedade capitalista, porém isso num tom lastimoso, como se essas constituíssem um mal e não a garantia do triunfo final do proletariado. Além disso, apresentava a “solução”

para superá-las: a harmonia entre o patrão e o trabalhador. Prestes defendia com veemência a classe operária da “pecha” de ser desordeira. Ressurgia assim o velho positivismo: *a Ordem necessária ao Progresso*. Uma “vitória” total de Augusto Comte sobre Karl Marx no cérebro do capitão Luís Carlos Prestes.

Prestes falava vagamente contra o imperialismo, esquecendo que a campanha de aumento da produtividade beneficiaria especialmente os monopólios internacionais instalados no Brasil, os grandes patrões. Além disso, o documento atacava somente os bancos estrangeiros. Será que investimentos forâneos aplicados na indústria e no comércio mereciam a aprovação do PCB? Nessa hipótese, o *Prestes de 1946* estava muito mais atrasado do que o *Getúlio de 1931* (ver, no capítulo respectivo, a posição de Vargas sobre o capital estrangeiro).

Quem é acusado de sabotar a produção nacional? O documento não é claro nesse particular; serão os trabalhadores, que contrariando a linha patronal do partido, intentam fazer alguma greve? No mais, patriotismo vazio, ufanismo no melhor estilo do conde Affonso Celso.

O grande sonho de Prestes e seus companheiros de direção do PCB foi sempre a aliança com os partidos representativos da classe dominante, a respeitabilidade burguesa, a União Nacional. Isso aparece ao longo da maioria dos documentos do partido:

“A união formal de nosso Partido com os da classe dominante é ainda difícil, em razão da composição heterogênea desses últimos e devido às posições dominantes que, em geral, ainda ocupam nesses partidos conhecidos dirigentes reacionários, declaradamente anticomunistas (...). Os resíduos de fascismo procuram impedir a aliança do PCB com as organizações políticas nacionais...”

A sorte de Prestes é que Lenin já não vivia na época. Não fosse isso, teríamos tido reedições de seus ataques contra Kautski contra os mencheviques, os economistas, enfim, contra os revisionistas da época. Sobre os documentos transcritos, Lenin diria, mudando somente o nome dos personagens:

“Oh erudição! Oh refinado servilismo ante a burguesia! Oh civilizada maneira de arrastar-se frente aos capitalistas e lambe-lhe as botas! (...) Trata (o sr. Kautski) de enquadrar a teoria e a praxis marxistas nos limites da ‘moderação e da ordem’. Do marxismo não lhe queda mais do que a fraseologia”.

O grande argumento da direção do PCB foi e continua sendo a mesma dos mencheviques: *“Tem que se impedir que a burguesia nos dê as costas”*. Ao que Lenin respondia: *“A revolução russa não atingirá seus verdadeiros objetivos até que a burguesia não lhe volte*

as costas e que o elemento revolucionário ativo seja a massa camponesa em união com o proletariado. (...). É necessário obrigá-la a voltar as costas" (...). Todos eles se autodenominam marxistas, porém entendem o marxismo de forma altamente pedante. Não compreenderam o principal do marxismo: precisamente sua dialética revolucionária (...). A essa gente Marx aplicaria provavelmente as palavras de Heine citadas por ele em outra oportunidade: "Semeei dragões e colhi pulgas".

O PC Brasileiro sempre insistiu em autodenominar-se "vanguarda". Lenin dizia: "*Não basta autodenominar-se 'vanguarda', destacamento avançado: é preciso também atuar de maneira que todos os demais destacamentos vejam e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à frente. Ou será que os responsáveis pelos demais destacamentos são tão ingênuos que nos considerarão 'vanguarda' somente porque o digamos?*"

Nos documentos citados e em dezenas de outros dados à luz pela direção do PCB entre 1945 e 1964 aparece a diáfana influência positivista. A prédica positivista de Benjamim Constant e seus seguidores influíram decidida e irreversivelmente sobre o cadete Luís Carlos Prestes. O aprendizado na Escola Militar sempre pesou mais do que as ligeiras e mal assimiladas leituras marxistas no exílio e na clandestinidade.

Além disso, a política de conciliação das classes sociais recomendada por Moscou coincidia totalmente com a teoria dos três estados de Augusto Comte. O mestre francês defendia a inevitável evolução da sociedade por três estágios distintos: o *estado teológico*, no qual o clero e a milícia dominam o Estado; o *estado metafísico*, que caracteriza-se pela luta contra os conservadores e sua eliminação e, finalmente, o *terceiro estado*, constituído sob o lema "*a ordem como base, o progresso como objetivo*".

Dentro dessa "hierarquia" do progresso, qualquer precipitação, qualquer *salto adiante* se tornam impossível: não se podia queimar etapas. Ou seja, era necessário fazer primeiro a revolução burguesa; em conseqüência, aceitar a liderança da burguesia. Para não prejudicar a "indispensável" revolução burguesa, tornava-se necessário aconselhar ao proletariado a manter-se tranqüilo, a não fazer greves, a apertar o cinto, a conformar-se com as migalhas caídas das mesas das classes dominantes.

Foi assim — misturando uma porção de marxismo, com outra de positivismo e outro tanto de revisionismo soviético — que surgiu o *Partido da Ordem e da Tranqüilidade*.

Quase sempre a contramão da história

Por que o governo Dutra colocou o PCB outra vez na clandestinidade? Não estava o partido totalmente domesticado, transformado num verdadeiro “Rotary Club”, numa “linha auxiliar” da burguesia?

As causas da proscrição do PC brasileiro e da repressão que sobreveio não devem ser procuradas no front interno e sim no campo internacional. Com a *Doutrina Truman*, os Estados Unidos tratava de consolidar seu domínio sobre todo mundo ocidental. E utilizou o anti-comunismo como base de sua estratégia. Em 1947 vivíamos o auge da “guerra fria” dirigida contra a União Soviética, os demais países socialistas e os partidos comunistas.

O marechal Eurico Gaspar Dutra, totalmente subserviente em relação aos ianques, resolveu oferecer-lhes as cabeças dos comunistas brasileiros em uma bandeja de prata, como prova de sua incondicionalidade. A burrice de Prestes proporcionou ao governo brasileiro a oportunidade. Enredado na provocação feita por colegas reacionários, o senador Luis Carlos Prestes admitiu que no caso de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, os comunistas brasileiros ficariam contra a guerra, ou seja, contra o Brasil.

Proporcionou assim o motivo, ou melhor, o pretexto para a ilegalização do partido. Partindo da confissão de Prestes, a reação tratou de enquadrar o PCB em violação do inciso III do art. 152 da Constituição, que estabelece que os partidos políticos não devem ter nenhuma “vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou Partidos estrangeiros”. Em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassava o registro do PCB e no dia 7 de janeiro do ano seguinte o parlamento — por 169 votos contra 74 — anulava os mandatos dos deputados, vereadores e do próprio senador Prestes. Chegava assim, melancolicamente a seu fim a efêmera e nada brilhante etapa da legalidade.

Esgotados os dividendos que haviam proporcionado o avanço de 1945/47 — o prestígio da União Soviética durante a guerra e a mística da clandestinidade de seus dirigentes — e desmoralizado pela política de conciliação de classes, o PCB estava tão desgastado em 1947/48 que não conseguiu lutar efetivamente contra as medidas reacionárias do governo. Dutra não teve sequer o trabalho de lançar mão de medidas de exceção — como o estado de sítio — para tornar efetivas as sanções totalitárias.

É natural que a clandestinidade acelerasse ao máximo o processo de decomposição. Com a deserção dos elementos mais oportunistas, o número de membros do partido (que aparentemente havia chegado a 130 mil) deve haver baixado radicalmente. A repressão, bastante

dura para desarticular o aparelho partidário, não alcançaria porém o índice de brutalidade da verificada durante o *Estado Novo*, que criara a mística do martírio e da clandestinidade.

A clandestinidade caracterizou-se por posições contraditórias, desde o ultraesquerdismo do *Manifesto de Agosto* (cuja explicação poderia ser encontrada — como em tantas outras oportunidades — mais em situações externas do que na realidade nacional; no caso, a guerra da Coréia), até posições de total conciliação com governos entreguistas, como o de Juscelino Kubitschek e o de João Goulart.

Em 1950, a palavra de ordem era criar uma “frente democrática de libertação nacional” para derrubar o governo de Vargas, que havia voltado ao poder numa eleição com características de verdadeira revolução pelo voto. Prestes, que ao sair da prisão havia apoiado incondicionalmente a Getúlio, lhe negou em 1950 o voto dos comunistas. Já que o velho caudilho voltava então nos braços do povo e com posições anti-imperialistas e sociais bastante mais definidas do que em 1945.

A incapacidade do partido de compreender a evolução de Vargas, especialmente nos últimos meses de seu governo, quando era vítima, em razão de suas posições nacionalistas, de brutais ataques do imperialismo protagonizados por seus agentes internos, foi possivelmente o maior erro desse general de derrotas políticas que é Prestes.

No dia 24 de agosto de 1954, dia do suicídio de Getúlio, vimos em Porto Alegre o povo indignado, espontaneamente, lançar-se às ruas a destruir e queimar as redações dos diários de Chateaubriand e suas rádios, assim como as empresas norte-americanas e... o diário do partido, que ainda na véspera havia atacado o presidente com a mesma sanha utilizada por Lacerda...

O povo humilde, que de forma primária, porém sincera, via em Vargas o “pai dos pobres”, nunca perdoou aos dirigentes comunistas os ataques a seu líder. Esta é outra das causas porque, posteriormente, o PCB nunca conseguiu o apoio popular.

Se nas últimas etapas do governo getulista, o partido houvesse evoluído para uma posição de apoio crítico e condicionado a Vargas, a história poderia haver sido diferente: a Getúlio lhe faltou o respaldo que o PCB, pequeno, porém com uma estrutura de tipo revolucionário, leninista, estava em condições de proporcionar. As massas getulistas mais o aparelho do partido poderiam ter derrotado o golpe que o imperialismo e a direita preparavam.

Havendo negado seus votos a Getúlio e combatido seu governo com uma violência sem limites, o PCB votaria e apoiaria incondicionalmente a Juscelino Kubitschek que, como vimos, foi o mais entre-

guista dos governos brasileiros; o que deu início à redistribuição da renda em favor dos setores empresariais, o que mergulhou o país numa inflação galopante e que respaldava a política colonialista de Portugal na África.

O retorno do PCB à legalidade *de fato* (já que de direito nunca se consumou) verificou-se durante o governo de J. K. Duas devem ter sido as causas fundamentais desse liberalismo: o afrouxamento da “guerra fria” e a própria fragilidade do partido; essa fragilidade era tão grande e sua posição tão conciliadora, que as classes dominantes, por seus representantes políticos, podiam se dar ao luxo de conceder-lhe a legalidade. O *habeas corpus* obtido por Prestes, que havia estado na clandestinidade desde 1948, consolidou essa situação.

Não podendo participar nas eleições com chapa própria, o PCB conseguiu, entretanto, registrar candidatos seus em outras legendas e eleger, assim, indiretamente alguns parlamentares. Ainda no campo eleitoral, o partido participava de composições para as eleições majoritárias, tanto no âmbito nacional como no estadual. Verificaram-se inclusive casos altamente suspeitos (com acusações de suborno e venda de votos), como no apoio dado a Adhemar de Barros, o homem do “rouba mas faz”.

As eleições de 1962 revelaram a debilidade eleitoral do PCB. Apesar do clima de liberdade vigente (desde o início do governo de JK até o golpe de 1.º de abril, o Brasil viveu o período mais liberal de sua história) e do fato de haver conseguido inscrever muitos candidatos em chapas de outras organizações (no RS, por exemplo, controlando a legenda do P.R., o partido apresentou listas completas para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa), elegeu somente 4 ou 5 deputados numa Câmara de 409 membros.

O fato de não concorrer em chapa própria não era um “handicap”; ao contrário. Na Guanabara o candidato do partido — Marco Antônio Coelho — que não conseguiu somar mais de 25 mil votos, somente conseguiu ser eleito graças aos votos dados a outros candidatos, não-comunistas, inscritos na legenda do PST. No Rio Grande do Sul, apesar da situação privilegiada já citada, o partido não elegeu nenhum deputado federal e somente um estadual. Com menor número de votos, na Guanabara, foram eleitos — em distintas chapas — com votos de terceiros, três deputados estaduais.

Outro aspecto das eleições da Guanabara, confirma a fragilidade eleitoral do PCB. O citado candidato, um dos melhores quadros da direção do partido, tendo toda a eficiente máquina partidária para trabalhar sua candidatura, numa campanha intensa e muito bem planejada (centenas de comícios, inclusive em portas de fábrica), não conseguiu, como vimos, eleger-se com seus próprios votos. Compare-

se esse melancólico resultado, com as vitórias espetaculares conseguidas em 1945 e 1947.

Brizola, sem militância direta na Guanabara e sem possibilidade de fazer campanha eleitoral (era ainda governador do RS), com sua campanha sabotada pelo PTB carioca (que reagia à sua candidatura com o "slogan" "*A Sérgio* (referência ao deputado Sérgio Magalhães) *o que é de Sérgio*"), obteve quase 300 mil sufrágios, elegendo-se a si e a 7 ou 8 candidatos mais.

Depois de haver somado 8/9% dos votos nas eleições de 1945 e 1947, o PCB estava reduzido a 1/2% em 1962. Ou seja, havia crescido como rabo de cavalo. Esse total fracasso eleitoral deveria ter imunizado o partido contra o caminho eleitoral.

Isso, entretanto, não aconteceu; o partido continuaria sonhando com a respeitabilidade do parlamento burguês e com sua legalidade de direito. Considerando que nenhum outro partido comunista da América Latina teve mais liberdade de ação do que o brasileiro durante o governo de Jango, cabe a pergunta: *legalidade para quê?*

Tanto no referente à organização partidária como à sindical, a liberdade era total. Prestes e os demais membros da direção davam expediente, como qualquer político burguês, num escritório na Canelândia e eram recebidos por Jango como "aliados"; ou mais precisamente: como os peões no RS são recebidos pelo fazendeiro, quando o mesmo lhes dá as tarefas do dia...

Se a imprensa do partido não conseguia chegar às grandes massas não era em virtude de obstáculos legais e sim porque era mal feita, usando uma linguagem sectária inclusive quando defendia as posições mais revisionistas, acomodáticas e subservientes.

Possivelmente mais do que qualquer outros, os dados sobre a circulação dos periódicos do PCB revelavam o fracasso da organização. Segundo Ruy Facó, no fim da década de 20, o jornal oficial do PCB tinha uma tiragem de 20 mil exemplares. Antes do golpe de 1.º de abril — apesar da total liberdade existente; de haver-se triplicado a população do país e aumentado consideravelmente o índice de urbanização; de haver muito o grau de alfabetização do povo; do proletariado haver multiplicado seus efetivos por 15 — "NOVOS RUMOS" não vendia mais do que aquela cifra. Nos últimos 40 anos tudo cresceu enormemente no Brasil: um verdadeiro caso de gigantismo; menos o PCB. E a sua direção nunca fez uma autocrítica séria sobre essa estagnação, prova inquestionável de que algo estava mal, havia algo podre no reino de Prestes.

Os comunistas brasileiros fracassaram também em outra tarefa fundamental: a organização da classe operária em sindicatos. Já vimos, no capítulo correspondente, como o PCB adaptou-se ao sindi-

calismo minoritário e dependente, nada fazendo para ganhar as grandes massas e aceitando feliz o cabresto que significa o imposto sindical distribuído pela máquina corruptora do ministério do Trabalho.

No tocante à organização camponesa, o conseguido foi mínimo. A crítica que fez Marx a Massini é totalmente válida para Prestes: (Ele) “*não recorre a esse setor que na Itália é oprimido há séculos: os camponeses. O senhor Mazzini somente conhece as cidades, com sua aristocracia liberal e seus cidadãos cultos (. . .). Crê que é mais revolucionário conseguir um empréstimo de dez milhões de liras do que ganhar a dez milhões de homens. . .*”. Era muito mais fácil para a burocracia do partido ir visitar um representante da “burguesia progressista” de São Paulo, de onde saíam sempre com um cheque suculento, do que ir a organizar camponeses no sertão*.

Outro tipo de organização tentada pelo PCB — a de “frentes únicas” com outras organizações políticas ou sociais — também fracassou. A primeira (em ordem cronológica), a Aliança Nacional Libertadora, foi declarada ilegal e desapareceu definitivamente na voregem do “putch” de 1935. Todas as demais tentativas feitas pelo partido nesse campo não passaram de mal disfarçadas “frentes legais” da própria organização. Eram famosos no Rio os “30 comunistas” que apareciam à frente de cerca de dez organizações desse tipo. . . sempre os mesmos.

Depois de agosto de 1961, as forças populares tentaram, em duas oportunidades, congregar-se. A primeira tentativa — a Frente de Libertação Nacional — protagonizada por Brizola e pelo governador de Goiás, Mauro Borges (que havia assumido uma posição progressista na crise da renúncia-deposição de Jânio Quadros), fracassou praticamente no nascedouro.

Em meados de 1963, ainda por iniciativa de Brizola, organizou-se a *Frente de Mobilização Popular*, integrada por diversas organizações classistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores, a União

* Os “cadernos de Prestes” (19), encontrados em sua casa pela polícia de São Paulo, revelam em detalhes a “ajuda financeira” proporcionada ao partido pela burguesia paulista: uma espécie de seguro contra greves e revolução. . .

Os cadernos constituem uma prova insofismável do liberalismo com que atuava a direção do partido: como se já estivesse no poder. Um testemunho pessoal:

Nas dezenas de vezes que nos reunimos com Prestes e outros membros da direção do PCB, sentíamos um frio na boca do estômago, quando o víamos anotar resumidamente — com uma grossa caneta tinteiro, num desses cadernos escolares de 100 páginas — os detalhes da discussão e as resoluções adotadas.

Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundários, a Frente Parlamentar Nacionalista, as organizações camponesas e as que nucleavam os intelectuais, os oficiais nacionalistas e os sargentos e marinheiros.

Apesar de sua fragilidade orgânica — tratava-se em realidade de uma espécie de conselho, constituído por representantes de organizações setoriais, com a finalidade limitada de analisar os grandes problemas nacionais e de tratar de conseguir o consenso mínimo necessário — a “FMP” cumpriu um papel relativamente importante nos 14 meses de sua existência (interrompida pelo golpe). E isso apesar das constantes investidas divisionistas de Jango.

Ao dividir as forças populares, Goulart cumpria com seu papel histórico de representante dos setores mais progressistas das classes dominantes, camuflado de líder popular. O mais difícil de explicar era a posição divisionista do partido no seio do organismo. Sim, porque abrindo uma exceção (e apesar do PCB estar representado nos distintos organismos classistas que constituíam a FMP), havia se assegurado ao Partido Comunista um lugar próprio na frente.

Um exemplo de como atuava o partido. Na penúltima reunião plenária do organismo, realizada um mês antes do golpe, foi considerada uma proposta de Jango no sentido de que fosse criada uma *Frente Ampla de Apoio ao Governo*, que incorporaria inclusive o PSD um dos partidos representativos do latifúndio.

Considerando as experiências anteriores, quando Goulart havia utilizado as esquerdas como simples instrumentos em defesa de seus interesses pessoais e de classe e o fato das negociações para a formação da “F. A.” estarem sendo conduzidas por Santiago Dantas, um mal disfarçado agente do imperialismo norte-americano, o plenário decidiu manter — *por 10 a 1* — a posição de independência da “FMP” frente ao governo. O único voto em contra foi o do representante do PCB. O partido, no dia seguinte, ignorando olímpicamente a decisão da maioria absoluta, continuou negociando com Santiago, pois esse lhe acenava com a legalidade.

Utilizando o maquiavelismo do “*o fim justifica os meios*”, não contra os inimigos de classe e sim contra seus eventuais aliados, o PCB constituía um corpo estranho dentro de qualquer organização de frente. Montado em seu vanguardismo baluartista, desprezava as demais organizações, aceitando somente as decisões quando essas coincidiam com seus próprios interesses.

Parece evidente o total fracasso do PCB em todas as tarefas de um partido revolucionário. Fracassou quando tentou a revolução armada. Fracassou na organização política, como partido. Fracassou na organização de classe do proletariado. Fracassou na organização dos

camponeses. Fracassou na divulgação das idéias marxistas, na politização das massas. Fracassou na missão fundamental de interpretar cientificamente a realidade nacional e de estabelecer um caminho revolucionário para o povo brasileiro. Fracassou no processo eleitoral e não somente como vanguarda senão como simples integrante da frente única.

A “aliança” com Jango

Vejamos em que consistia a linha de total conciliação, subordinação a capitulação do PCB em relação a Goulart.

Compartilhando com Jango o contróle da burocracia sindical, o partido, em vez de tratar de liquidar com a influência do presidente — totalmente baseada na corrupção — acomodou-se à situação, passando a beneficiar-se dos recursos corruptores do fundo sindical. Em vez de combater os pelegos, o PCB também se apelegou.

A promiscuidade foi crescendo. Nos últimos tempos antes do golpe era praticamente impossível distinguir um pronunciamento de setores sindicais janguistas de outro originado na burocracia sindical do partido.

Ele nunca pensou dividir o poder com os comunistas; simplesmente os utilizava. E pagava por isso um preço ínfimo: empregos na Previdência Social, na Petrobrás, na Sudene, no Loide Brasileiro, etc. — de nenhuma importância política, porém bem remunerados — para dirigentes, militantes e familiares dos mesmos.

Tudo isso foi criando no partido a falsa impressão de conquista gradual do poder. Cada emprego público conseguido por um elemento do partido era considerado um avanço. Na realidade, não era o PCB que estava conquistando o poder e sim Jango que havia conquistado o partido. E como já dissemos, em troca de migalhas. O PTB fisiológico e o PSD, custavam muito mais a Jango. Quando alguém o advertia que o PCB poderia causar-lhe problemas, o presidente respondia seguro: “*Não, o partido eu o tenho preso na caixa*”.

Uma vez conquistado o partido, foi muito mais fácil para Jango continuar manobrando, mistificando e o que era fundamental para seus propósitos, dividindo as esquerdas. Já vimos, no capítulo sobre João Goulart, como o presidente utilizou o PCB no lançamento do *Plano Trienal*, nos casos da Instrução n.º 263 da SUMOC e da importação estatal do petróleo. Seduzido pelo trato afável, pela simpatia do presidente e outras “cositas” mais, a direção do partido fazia qualquer coisa para agradar a Jango.

Um exemplo do maquiavelismo prático de Goulart (*) e da total submissão do partido em relação a ele, nos proporciona o episódio que passamos a relatar.

Jango, como já vimos, fugia para não enfrentar o problema da reforma agrária a nível legislativo. Forçado, porém, pela pressão popular, a fazer alguma coisa, mandou que a "SUPRA" elaborasse um decreto regulamentando as desapropriações de terras ao longo das rodovias federais, ferrovias e à vazante de açudes construídos pelo poder público.

O projeto original estabelecia que as propriedades com mais de 100 has., existentes num raio de 10 kms. das mencionadas obras, seriam declaradas de "utilidade pública", para posterior desapropriação. Longe de constituir uma reforma agrária efetiva — pois não afetaria o fundamental o sistema latifundiário — o projeto era, entretanto, positivo, tanto técnica como politicamente.

Do ponto de vista técnico-econômico era positivo, pois possibilitaria a expropriação futura das terras melhor localizadas e que haviam sido valorizadas pelo investimento público. Principalmente nas proximidades dos grandes centros populacionais, a medida poderia ter efeitos multiplicadores rápidos no abastecimento.

Politicamente, o projeto interessava aos setores revolucionários das esquerdas, não como um fim e sim como um meio. Poder-se-ia repetir, em grande escala a nível nacional, a experiência dos "acampamentos" intentada no RGS durante o governo de Brizola. A ocupação das terras compreendidas no decreto por camponeses sem terra e minifundiários poderia, constituir um fator fundamental para a conscientização e organização dos mesmos.

Que aconteceu com o decreto da SUPRA?

Uma tarde em fins de fevereiro ou princípios de março, nosso amigo deputado Neiva Moreira, secretário da Frente Parlamentar Nacionalista, chamou-nos a Brasília, comunicando perplexo:

"Os comunistas enlouqueceram. João Pinheiro acaba de telefonar dizendo que recebeu a visita, na sede da 'SUPRA', de um grupo de dirigentes do PC. Eles exigem a alteração do limite das áreas a serem desapropriadas de 100 para 500 has. Ele pede o nosso apoio (da FPN e da FMP) para poder resistir a pressão, pois caso se concretize a modificação, os efeitos de decreto ficarão reduzidos a quase nada".

* Duvidamos que Jango tenha lido "O Príncipe". Clidenor de Freitas dizia que ele somente lia a marca — a fogo — na paleta dos bois que comprava. Porém, não há dúvida, que instintivamente, aplicava Machiavel a perfeição.

O absurdo da situação exige um esclarecimento prévio: João Pinheiro não era nenhum radical de linha chinesa, em oposição à linha conciliatória kruschoviana do partido. Era um simples carreirista político, que Jango — dentro de sua técnica de cercar-se de mediocridades — havia colocado inicialmente no ministério do Trabalho e depois na “SUPRA”. Sem dúvida, ele estava orgulhoso de seu decreto e convencido de que a modificação exigida pelo PC o liquidaria.

As áreas afetadas, no caso de que se desse a modificação, ficariam reduzidas a 8% das originais. Daí o “SOS” de João Pinheiro.

O latifundiário João Goulart estava assustado com o decreto que o populista Jango havia mandado elaborar. Decidiu modificá-lo, porém sem assumir a paternidade. Chamou a Prestes, convenceu-o da necessidade da mudança e lhe passou a tarefa. Apesar de ser essa uma tarefa ingrata, principalmente para o secretário geral de um partido que se autodenominava *vanguarda revolucionária*, teve que aceitá-la. Como negar-se a um pedido do Presidente, que tão democraticamente recebia o líder comunista? Como não atender a um apêlo de quem prometia a legalidade do Partido? Depois do clássico aperto de mão presidencial (após o qual muitos dirigentes sindicais e do partido passavam um mês sem lavar as próprias...), LCP saiu para efetivar a medida, sonhando já com a volta a uma cadeira do Senado...

No mesmo dia, Jango capitalisaria os primeiros dividendos da jogada. Ao receber os dirigentes da CGT, foi logo dando sua versão do acontecido: “*Hoje recebi aqui o mais lúcido dos políticos brasileiros, Luis Carlos Prestes. Veio pedir-me que alterasse o decreto da SUPRA, aumentando o limite de 100 para 500 has*”. E aproveitando ao máximo a oportunidade, acrescentou: “*E vocês querendo sempre que eu radicalize. Prestes é quem tem razão (...)*”.

É desnecessário dizer que o decreto foi alterado e que a burocracia sindical tornou-se ainda mais dócil.

Genial! Se Maquiavel tivesse assistido a cena ficaria orgulhoso de seu discípulo gaúcho. Seria interessante saber o que diria Lenin sobre o outro personagem do episódio, aquele que se autointitula discípulo seu.

Lenin definia assim o oportunismo: “...*consiste em sacrificar os interesses fundamentais para obter benefícios temporários e parciais*”. E defendia a tese da inevitabilidade do surgimento de tendências oportunistas no seio dos partidos de esquerda: “*Em todos os partidos operários é inevitável a formação de uma alta direita mais*

ou menos definida, que em suas opiniões, em sua tática e em sua 'linha' de organização reflete as tendências do oportunismo pequeno-burguês". Porém era evidente que o PC brasileiro batia todos os recordes mundiais em matéria de oportunismo. . .

Como é possível que um partido comunista, um partido da classe operária pudesse chegar a tais extremos de decomposição, negando todos os princípios herdados de Marx, Engels e Lenin?

Todo um conjunto de circunstâncias explica esse fenômeno. Já analisamos os vícios de origem do PCB, formado fundamentalmente com quadros pequeno-burgueses e intelectuais, tendo sempre sido mínima a participação de trabalhadores na direção e nos níveis intermediários. Inclusive os dirigentes vindos do proletariado, ao serem profissionalizados, afastados de suas bases, burocratizados, perdiam sua autenticidade.

Vimos como a falta de democracia interna determinou a não renovação dos quadros dirigentes, que praticamente se perpetuaram no poder. O total abandono da prática fundamental da autocrítica, por outro lado, determinou que continuassem sendo respeitados os mesmos erros e que o partido se esclerosasse cada vez mais.

Vimos, finalmente, a capacidade envolvente e corruptora desse discípulo nativo de Maquiavel, que é João Goulart, atuando sobre dirigentes que, exatamente por haverem passado parte considerável de suas vidas na prisão ou na clandestinidade, estavam totalmente despreparados para a política convencional, especialmente para o tipo que se desenvolve nas antessalas presidenciais ou ministeriais.

O veto de Krutchev

A essas causas internas deve se acrescentar, também como fundamentais, outras externas, em especial à política internacional da União Soviética. Sob o governo de Krutchev, as posições revisionistas adotadas por Stalin e que haviam se ampliado gradualmente, chegariam ao apogeu. O grande objetivo dos comunistas do passado — a Revolução Mundial — tinha sido gradativamente substituído pela política de coexistência pacífica com o imperialismo. O apoio aos movimentos de libertação de outros povos foi sendo substituído pela cautelosa política de evitar qualquer atrito com os governos capitalistas-imperialistas. Em realidade, os acordos de Kennedy e Krutchev corresponde a uma versão modernizada do "Tratado de Tordesilhas": uma divisão do mundo em áreas de influência.

Essa política internacional da URSS correspondia a uma nova política interna na pátria do socialismo. Vemos assombrados que as

medidas que levariam do socialismo ao comunismo estão sendo totalmente abandonadas e substituídas por planos — como os do professor Liberman e do acadêmico Vadim Trapreeznikov — que levarão fatalmente à economia de mercado.

Por incrível que pareça, essa política de liberalismo econômico poderá determinar àquilo que Leo Huberman e Paul Sweezy afirmam já estar ocorrendo na Jugoslávia: *“a transição pacífica do socialismo ao capitalismo”*. A grande meta traçada pelos tecnócratas soviéticos consiste em proporcionar ao povo soviético, em 1975, os mesmos níveis de *confort* usufruídos pelos norte-americanos.

É difícil de aceitar que todo esse imenso sacrifício do povo soviético durante meio século e que representou várias dezenas de milhões de mortos imolados à causa do socialismo, termine com um objetivo tão vulgar: ter igual número de geladeiras, televisores, máquinas de lavar roupa e automóveis que os burgueses americanos. É evidente que os dirigentes da URSS esqueceram totalmente que *“o comunismo não é o resultado da acumulação mecânica de bens materiais, e sim um objetivo consciente da Humanidade”* (Che Guevara).

No que constituía uma óbvia advertência à política cubana expressada por Guevara, a revista *Komunist* de setembro de 1962, dizia: *“O desprezo dos problemas democráticos gerais e a pressa indevida podem limitar a base popular da revolução socialista e comprometer os nobres ideais do socialismo frente aos olhos das massas. É por isso que os partidos comunistas e dos trabalhadores’ advertem as massas e os políticos contra o injustificado e excessivo zelo no uso das palavras de ordem socialistas”*.

No processo de consolidação da política antirevolucionária do PCB existe um marco fundamental: *a visita de Prestes a União Soviética, em 1963*. Logo de seu regresso, fomos convocados (na qualidade de representante de Brizola na Guanabara e em razão de que o líder gaúcho sempre se recusou a um contato direto com o secretário geral do PCB) por Prestes, para tomarmos ciência da posição soviética em relação à América Latina e transmiti-la posteriormente a Brizola. Durante mais de três horas de conversações, LCP expôs suas deliberações com Krutshev e demais membros do C.C. do PCUS sobre A.L. Falou também sobre sua missão à Cuba e expôs o “veto” soviético a qualquer nova tentativa revolucionária no Continente.

Segundo Prestes, Krutshev havia feito duríssimas críticas à maneira pela qual os cubanos estavam conduzindo sua revolução. *“Eles chegaram ao absurdo de nacionalizar a indústria de calçados, na rea-*

lidade, artesanal. Conseqüências colapso total da produção; hoje a URSS tem que fornecer todos os sapatos que usam os cubanos”.

Reiteradamente afirmou Prestes que a revolução cubana estava custando aos soviéticos 400 milhões de dólares ao ano e que qualquer outra revolução no continente levaria à falência a economia da URSS. A solução era, portanto, manter o *status quo* no hemisfério. Além disso, havia que frear os ímpetos cubanos. Sempre segundo o afirmado por LCP, Nikita lhe havia dado uma missão difícil: ir à Ilha a convencer a Fidel que devia moderar o ritmo da construção do socialismo em Cuba e deixar de fomentar movimentos revolucionários no resto da América Latina. (*).

Segundo o decidido por Krutshov e Prestes, a solução para A.L. deveria ser necessariamente pacífica e a longo prazo. Era necessário esperar até 1975, quando a URSS superaria os Estados Unidos no terreno econômico, o que significaria fatalmente a derrota do imperialismo. Daí ao triunfo do socialismo no resto do mundo haveria não mais que um passo.

Em resumo, Nikita convenceu Prestes — obviamente sem maior esforço, pois a orientação imposta coincidia plenamente com o ideário positivista do capitão Prestes — a representar o papel de Job, a ter e recomendar paciência aos apurados do mundo... Exatamente o contrário do que estabelecia a II Declaração de Havana:

“O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução. Sabe-se que na América e no mundo a revolução vencerá, porém não é ser revolucionário sentar-se à porta de sua casa para ver passar o cadáver do imperialismo. O papel de Job não enquadra com o de revolucionário...”

Se Prestes já não houvesse sido imunizado desde os bancos do Colégio Militar contra qualquer transformação apressada do *status social*, poderia haver utilizado uma série de argumentos contra a decisão do secretário geral do PCUS. Uma delas para afastar o medo dos soviéticos de que uma nova revolução no continente pudesse levar à URSS à bancarrota. Ao contrário de Cuba (que tinha uma economia muito vulnerável, fundada na monocultura do açúcar), o Brasil é um país quase autosuficiente (as importações não superam a 8% do P.N.B. e poderiam ser reduzidas a quase nada com adoção de uma economia de guerra: eliminação do consumo supérfluo de

* Era visível a satisfação de Prestes por haver sido o encarregado de dar o “puxão de orelha” naqueles revolucionários infantis e tropicalistas. Daríamos um dedo por conhecer a versão de Fidel Castro sobre seu encontro com o “Cavaleiro da Esperança”...

gasolina e substituição da importação de trigo pelo consumo de outros cereais produzidos no país, etc.). Depois da Revolução, estancada a sangria imperialista e mobilizado todo o imenso potencial humano e material existente, o Brasil poderia inclusive dar-se ao luxo de fechar suas portas. Fazendo, aliás, o que fez o povo russo depois de 1917.

Prestes poderia ter argumentado, também, que qualquer espera adicional significava um preço social demasiadamente alto: seria suficiente citar as estatísticas relativas à mortalidade infantil, os 2.700 menores de um ano que morrem diariamente: quase um milhão por ano.

Porém não o fez. O que dizia K. coincidia plenamente com o pensamento da direção do partido desde o abandono da linha do *Manifesto de Agosto*: legalidade, legalidade, legalidade, caminho pacífico, sombra e água fresca. A solução era esperar que a burguesia fizesse a *sua revolução*.

Durante o período 1961/64, nos encontramos --- na qualidade de representante de Brizola e de secretário executivo da FMP --- dezenas de vezes com o secretário geral do PCB; porém nunca o encontramos tão feliz, tão realizado, tão contente consigo mesmo, como naquela oportunidade: a *linha justa* do QCUS para América Latina coincidia totalmente com o esquema traçado por Augusto Comte. O capitão Prestes podia assim, sem nenhuma contradição, permanecer fiel a suas duas fontes de inspiração teórica. . .

Prestes e seus companheiros de direção, ao disfarçar seu oportunismo com o pretêxto de que era preciso esperar pacientemente o amadurecimento da consciência revolucionária das grandes massas, esqueciam totalmente do conselho de Lenin: "*Nos períodos revolucionários o proletariado pode desenvolver uma energia combativa cem vezes maior do que nas épocas correntes de tranqüilidade*". E dos "*dias que valem por vinte anos*" de que falava Mao.

Não considerava igualmente a primeira e grande experiência de tomada do poder pelo proletariado: "*A subversão do poder teve lugar por iniciativa e pelas forças de uma cidade (Petrogrado), que representava aproximadamente a septuagésima quinta parte da população do país. Poder-se-ia dizer que o mais democrático dos atos da história foi realizado de forma não-democrática. Todo o país encontrou-se com o fato consumado. Sabíamos antecipadamente que nos faltava a necessária organização, a disciplina necessária e o necessário saber histórico; sabíamos tudo isso, o que porém não nos impediu de marchar com os olhos abertos para a conquista do Poder. Estávamos convencidos que íamos aprender tudo isso...*" — Trotsky.

Os dirigentes do PCB ignoraram que a teoria e a estratégia revolucionária não são coisas acabadas, perfeitas, estáticas, finais. E que as decisões de líderes autênticos, com pleno apoio de massas podem determinar a modificação do curso da história, antecipando a Revolução. Desprezavam o conselho de Fidel Castro: *"Há uma maneira de abrir o caminho: é dizer 'devemos abrir o caminho'; e há uma maneira de não abrir nunca o caminho: é dizer 'não queremos abrir o caminho'".*

O revisionismo do PCUS sob a influência de Krutshov chegou a limites tão extremos, que scandalizou inclusive a políticos ocidentais não marxistas, a liberais como o senador norte-americano William Fullbright: *"São homens que não repudiaram as doutrinas e dogmas aos quais juraram lealdade; que, porém, os racionalizaram, revisaram e reinterpretaram, os adaptaram a novas necessidades e circunstâncias de tal maneira, que eles protestariam se alguém dissesse que sua heresia não é o mais puro ortodoxismo".*

Otto Maria Carpeaux, esse grande liberal brasileiro, comentava há pouco um documento da Organização dos Estados Americanos sobre as linhas chinesa e russa:

"Em primeiro lugar admiramos a cordialidade com que o O.E.A. se lança em defesa da influência russa contra a influência chinesa. Essa última é chamada de 'linha violenta de Pekim'. O organismo interamericano dá a entender que a linha de Moscou não é violenta e que os sucessores do gordo Krutshov adotaram o regime de magreza de Ghandi.

"Se continuarmos por esse caminho, podemos prever o dia em que o embaixador Lincoln Gordon falará aos sindicatos brasileiros, pedindo aos seus ouvintes que fiquem fiéis ao credo de Moscou, em defesa da civilização ocidental e cristã. A preocupação da O.E.A. pela manutenção da liderança russa sobre os partidos comunistas latino-americanos surpreende; porém é comovedora...".

John Gerassi, o grande jornalista norte-americano, revelou a observação que lhe fez um alto funcionário da embaixada de Estados Unidos em Montevideo: *"Estou absolutamente convencido de que não somente aqui no Uruguai, como também na Argentina e Honduras — aonde passei algum tempo — como em outros países do continente, o mais forte dos partidos contrarrevolucionários da América Latina é o Partido Comunista".*

A mesma opinião tem o Che Guevara, o grande líder revolucionário latino-americano. Ao saudar alguns dirigentes comunistas argentinos durante a conferência de Punta del Este, disse: *"Che, por qué están acá? Para empezar la contrarrevolución?"*

É triste, porém é verdade. O dito de outra maneira: é triste exatamente porque é verdade.

Tudo o que foi dito neste capítulo refere-se à direção prestista do chamado Partido Comunista Brasileiro, à sua linha justa oficial, krutshoviana. Não se refere, é evidente, a grandes setores da organização que não foram contaminados pelo revisionismo capitulacionista de Prestes. Além de muitos dirigentes e milhares de militantes que se afastaram do partido nos últimos anos, fundando novas organizações — como Partido Comunista do Brasil, a POLOP (Política Operária) — ou se incorporaram ao nacionalismo popular-revolucionário, bases inteiras do PCB continuam fieis à causa da Revolução, em aberta rebeldia com a direção nacional. Inclusive dentro dessa, a luta é intensa: ainda existem revolucionários dentro do Comitê Central do PCB.

Poucos dias antes do golpe tivemos uma prova concreta disso. Recebemos, na direção do semanário brizolista “PANFLETO”, a visita de Carlos Mariguela e Mário Alves. Vinham comunicar que estavam totalmente de acôrdo com a pregação e ação revolucionárias de Brizola e que somente seguiam no partido porque tinham ainda esperanças de conseguir modificar a posição do mesmo, livrando-o do oportunismo de Prestes e da virtual tutela que Jango exercia sobre o partido.

Existem dirigentes comunistas que continuam seguindo a recomendação de Lenin: *“Tem que se lançar uma luta implacável contra a corrente oportunista e não somente uma luta que se desenvolva no terreno ideológico, senão que trate de extirpar essa excrecência monstruosa do seio dos partidos operários, expulsar das organizações os representantes dessa tática estranha ao proletariado e romper totalmente com eles. Essa gente não morrerá física nem politicamente, porém os trabalhadores romperão com ela; a arrojarão à fossa comum dos lacaios da burguesia e utilizarão o exemplo da sua putrefação para educar uma nova geração, ou mais exatamente, novos exércitos do proletariado, capazes de levantar a bandeira da Revolução”*.

XII

OS ESTUDANTES E OS INTELLECTUAIS

Há muito que os estudantes participam da vida política do país. E quase sempre ao lado do povo. O estudante Castro Alves é todo um símbolo de sua "classe", na luta contra a escravidão e em favor da República.

Por ocasião da bárbara repressão militar contra os camponeses rebeldes de Canudos, quando — colocada frente ao falso dilema "república-monarquia", lançado pelo oficialismo — a maioria da população festejava os triunfadores, os estudantes de Direito da Bahia protestavam contra o genocídio que se consumava: *É necessário que condenemos as injustas matanças de Canudos.*

Como em todos os países semi ou subdesenvolvidos, no Brasil a educação e a cultura são, em sua plenitude, privilégios das classes dominantes e em escala decrescente das diferentes camadas da classe média.

Os dados estatísticos oficiais revelam a trágica situação brasileira nesse campo: a metade da população é analfabeta; além do mais o critério utilizado na classificação é muito liberal: basta saber desenhar o nome e soletrar um pouco para ser considerado alfabetizado.

O mais grave é que essa situação tende a permanecer, pois à metade da população em idade escolar é negado — por falta de escolas e professores — o direito de matrícula. No Nordeste, a porcentagem dos que não conseguem ingressar em uma escola sobe aos 70%.

Dos matriculados, somente 15% terminam o ciclo primário de cinco anos e não mais de 8% freqüentam os cursos secundários. Em 1958, por cada grupo de 10 mil habitantes, somente 130 freqüentavam universidades. Alguns dados comparativos: nos EE.UU., 1.773./10.000; no Japão, 960, França, 410, Argentina, 383, Chile, 237. Inclusive a Índia — com 212/10.000 — Superava de longe o Brasil.

Grosso modo (sem considerar as exceções), poder-se-ia dizer que os filhos dos camponeses não estudam; que os filhos dos traba-

lhadores urbanos não vão além da escola primária; que os filhos da classe média baixa não superam o nível secundário e que somente os jovens provenientes das classes dominantes e dos setores mais altos da classe média é que conseguem ingressar nos cursos superiores.

O número de estudantes universitários mal superam os cem mil. Os secundaristas somam não mais de 1,5 milhões.

Os estudantes brasileiros, especialmente os universitários, constituem, conseqüentemente, uma pequena minoria privilegiada. A tendência natural das minorias privilegiadas é lutar pela manutenção e inclusive pela ampliação de seus privilégios. Essa tendência constitui a própria tônica da sociedade capitalista, um sistema que se caracteriza fundamentalmente pela acumulação de capitais e privilégios. Seria de esperar, portanto, que os estudantes estivessem satisfeitos com a situação e lutassem por manter o atual *status quo*.

Numa demonstração de como é complexo e contraditório o problema da luta de classes nos países subdesenvolvidos, ocorre exatamente o contrário. De todos os setores que constituem as forças progressistas brasileiras, é exatamente o estudantil o mais politizado e radicalizado, o mais comprometido na luta pelas reformas sociais.

Como explicar essa “deformação” que, se fosse permanente, comprometeria a própria continuidade da sociedade capitalista? Que aconteceria se os herdeiros da burguesia fossem ganhos definitivamente para a causa do socialismo?

O fenômeno pode ser explicado parcialmente ao menos pelo espírito de insatisfação, de inconformismo, de rebeldia, de irredentismo muito acentuado da atual geração de jovens em todo o mundo. Dessa geração que alguns sociólogos classificam de “perdida” — nascida à sombra do último conflito bélico mundial e da ameaça nuclear.

A juventude atual, vendo destruídos os padrões éticos tradicionais intenta, de forma confusa e anárquica, substituí-los por outros. Nos países capitalistas centrais, onde a massificação da sociedade de consumo e a falta de perspectivas alcançam limites extremos, produz-se entre os jovens um dramático vazio existencial.

Um vazio que eles tentam superar recorrendo às drogas, à libertinagem, à “vida perigosa”. Uma rebeldia contra a sociedade capitalista e contra a família burguesa (ambas decadentes, esclerosadas), que os leva a buscar um modo de vida diferente, que constitui um desafio à própria sociedade e a suas famílias. Os mais extremados, rompem de todo com os vínculos tradicionais: os “hippies”, os “beatniks” e toda uma série de outros contestadores, que a sociedade organizada engloba numa classificação simplista: *a juventude transviada*.

No Brasil e nos países subdesenvolvidos em geral, porções consideráveis da juventude canalizam sua rebeldia contra a família e a sociedade num sentido revolucionário. A militância política não convencional, revolucionária, por seu caráter romântico e suas possibilidades de realização, exerce um estranho fascínio sobre muitos de nossos jovens.

No pós-guerra, como conseqüência do fim do *Estado Novo*, da enorme difusão das idéias socialistas e da presença brutalmente agressiva do imperialismo, as universidades brasileiras foram cenário de um acelerado processo de politização. Setores cada vez maiores do setor estudantil foram sendo ganhos pelas idéias marxistas e pela causa da Revolução.

A Igreja católica, atribuindo essa radicalização da juventude ao ensino leigo (originado no ideal republicano de separação da Igreja do Estado), lançou-se a uma ofensiva no terreno da educação, numa verdadeira cruzada, tentando recuperar o terreno perdido entre as novas gerações.

Como resultado dessa ofensiva, o clero controla hoje uma terça parte dos estabelecimentos de ensino médio existentes no país. Por outro lado, as PUCs (Pontifícias Universidades Católicas) proliferam por todo o país, oferecendo à juventude estudiosa uma alternativa cristã às universidades oficiais, consideradas pelos setores reacionários do clero como focos de irradiação do materialismo e da Revolução.

A tentativa, apesar de haver sido levada a cabo com a eficiência que caracteriza as atividades da Igreja e de haver sido fartamente financiada pelas classes dominantes, interessadas essas em frear o avanço político da juventude, especialmente de seus próprios filhos, fracassou.

Os vírus revolucionários penetraram também nas aulas, nos anfiteatros e nos *campus* pontifícios. Apoiados pelos setores progressistas do clero, os estudantes das escolas secundárias e das universidades católicas se unem hoje a seus colegas dos estabelecimentos oficiais, na luta pela libertação nacional e pela destruição da arcaica e infra-humana ordem social interna.

O manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Rio de Janeiro, publicado em 26/5/61, constitui uma mostra de como evoluiu a experiência dos setores reacionários do clero: o tiro lhes saiu pela culatra. Analisando a divisão principal que se verifica no seio da sociedade brasileira, diziam os estudantes católicos:

Uma (parte) está farta, obesa, cheia de prosperidade; a outra está empobrecendo dia a dia, sendo dirigida, explorada, oprimida e

levada — em razão das condições criadas pela primeira — a um empobrecimento cada vez maior, num ciclo que não tende a fechar-se (...).

Como jovens nos corresponde denunciar a estrutura liberal burguesa, pressionando até as últimas conseqüências aos dirigentes responsáveis (...). A democracia comprometeu-se inicialmente com um esquema individualista e depois classista (...). Um novo conceito do direito de propriedade deve entrar em vigência no seio de uma nova sociedade (...). A produção de bens de consumo não deve mais obedecer ao mecanismo do lucro, que impulsiona as grandes empresas no mercado livre e canaliza para zonas restritas do poder econômico a soma maior da riqueza.

Submetido ao processo dialético, o movimento estudantil católico, planejado pelos setores reacionários do clero para constituir uma barreira à penetração das idéias revolucionárias entre a juventude que estuda, evoluiu também no sentido revolucionário.

Ao estruturar-se como organização política, a *Ação Popular* conseguiu afirmar-se como a vanguarda no movimento estudantil. Em razão da posição revisionista do Partido Comunista, que conseguiu contaminar inclusive os setores jovens a ele vinculados, a "A.P." conquistou nos últimos anos a liderança do movimento estudantil, assumindo a direção da União Nacional dos Estudantes, da União Nacional dos Estudantes Secundários, da maioria das U.E.E. e dos diretórios acadêmicos.

A *Ação Popular* se define por soluções socialistas, dentro dos princípios marxistas-leninistas aplicados à realidade brasileira e defende a luta armada como alternativa para a libertação nacional e social do país.

Em conseqüência, a UNE, a UBES, as UEEs e os centros acadêmicos transformaram-se em centros de resistência democrática e de pré-dica revolucionária. As sedes da UNE, do CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Universidade de Direito do Rio), do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, do *XI de Agosto* de São Paulo e outros, foram cenários de acontecimentos políticos de fundamental importância.

Muitos dos pronunciamentos mais notáveis dos líderes nacionalistas e revolucionários — como Brizola, Julião, padre Lage, Max da Costa Santos, Almino Affonso, padre Alípio etc. — foram feitos em locais estudantis e tiveram como público os estudantes. Por exemplo: as quatro principais conferências de Brizola — básicas no seu processo de evolução de populista a revolucionário — foram pronunciadas em sedes estudantis: no CACO, na UNE, no Colégio

Júlio de Castilhos e na Junta Acadêmica Regional, em Presidente Prudente *.

Por tudo isso, o velho casarão da Praia do Flamengo, no Rio, sede da UNE, transformou-se num verdadeiro símbolo do irredentismo, do espírito revolucionário da mocidade brasileira. Como tal era alvo do ódio da reação: no dia 1.º de abril foi invadido, destruído, incendiado pelas turbas fascistas de Carlos Lacerda.

Até aqui o positivo representado pela luta estudantil dentro do processo revolucionário. Existem porém uma série de limitações, excessos, deformações — que se não forem analisados e corrigidos em tempo, podem levar a um desvirtuamento do movimento estudantil. Exatamente devido ao entusiasmo que caracteriza a juventude, existe o perigo dos estudantes, superestimando o seu papel no seio da sociedade, assumirem posições vanguardistas, isolando-se das classes trabalhadoras, ou inclusive pretender tutelá-las.

Situações como essas — que ocorrem freqüentemente — constituem, apesar da subjetiva honestidade dos seus protagonistas, verdadeiras aberrações no processo revolucionário. Os estudantes devem ter plena consciência de que não são a classe dirigente, a *vanguarda da revolução*. Não chegam sequer a constituir — pela transitoriedade de sua condição — uma classe social.

Por uma série de circunstâncias favoráveis (porém transitórias), os estudantes estão em melhores condições para participar da agitação, das lutas políticas ou revolucionárias. Na maioria dos casos, não necessitam trabalhar para prover seu sustento ou o de suas famílias, como os operários. Ao contrário, principalmente no momento atual no Brasil (onde a maioria dos estudantes universitários é originária das classes alta e média superior), eles são mantidos economicamente por suas famílias.

Tal situação permite aos estudantes (ao contrário dos trabalhadores, submetidos a jornadas de trabalho cada vez mais prolongadas, intensas e esgotantes), dedicar-se muito mais intensamente à militância política. Essa intensa atividade política — que contrasta radicalmente com a limitada e condicionada militância dos trabalhadores — pode levar a uma falsa interpretação sobre o papel político-revolucionário dos estudantes, a uma superestimação do significado de sua atuação, a um baluartismo que está totalmente fora da realidade, a uma espécie de “messianismo universitário”.

Além disso, está a transitoriedade da condição de estudante. No momento em que lhes entregam seu canudo de papel, eles perdem sua privilegiada possibilidade de militar politicamente. Lançados à

* Esses documentos foram incluídos no Anexo.

atividade econômica, são em sua imensa maioria absorvidos, incorporados, disciplinados, castrados pela sociedade de consumo. No exercício de suas profissões — geralmente muito bem aquinhoadas em relação aos salários dos trabalhadores — deixam de ser incendiários, transformando-se inclusive, na maioria dos casos, em eficientes bombeiros.

Para evitar essa perigosa deformação, cada estudante deve ter presente, que somente às classes trabalhadoras — aos operários, aos subproletários e aos camponeses, por seu papel decisivo dentro do processo de produção — lhes corresponde a posição de vanguarda revolucionária. Aceita essa premissa fundamental, os estudantes podem desempenhar um papel muito importante, como força auxiliar (e inclusive como tropa de choque) no processo de libertação nacional e social de nossos povos.

Os intelectuais e a formação da consciência nacional

Os mestres marxistas são unânimes em destacar o papel dos intelectuais dentro do processo revolucionário. Mao Tse-tung é categórico: *Sem a participação dos intelectuais revolucionários não se pode alcançar nenhum êxito na organização das forças revolucionárias e na realização do trabalho revolucionário.*

Kautsky, citado por Lenine, dizia: *Porém o portador da ciência não é proletariado, senão a intelectualidade burguesa (sublinhado por C.K.). Foi do cérebro de alguns membros dessa categoria que surgiu o socialismo moderno e foram eles quem o transmitiram à vanguarda proletária, que a introduziu logo à luta de classes dos trabalhadores onde as condições o permitiram.*

Assim, a consciência socialista é algo introduzido de fora (Aussen Hineingetragenes) na luta de classe do proletariado e não algo surgido espontaneamente (urwuchsig) dentro da mesma (...).

Por isso, já o velho programa de Heinefeld dizia com todo fundamento que a tarefa da social-democracia é levar ao proletariado a consciência de sua situação e de sua missão. Não seria necessário fazê-lo, se essa consciência surgisse automaticamente da luta de classes...

O trágico é que em sua grande maioria, a intelectualidade não assume essa tarefa fundamental, decisiva. É muito mais cômodo, mais lucrativo, pôr-se a serviço das classes dominantes, contribuindo para a manutenção e consolidação do *status quo*.

No caso dos países periféricos, em razão do próprio subdesenvolvimento e da dependência externa, a situação é ainda muito mais

grave. Subdesenvolvimento econômico-social significa subdesenvolvimento cultural. Por outro lado, a dependência econômica gera alienação entre os intelectuais de nossos países. Em consequência dessa fragilidade quanti e qualitativa, a ação da intelectualidade das colônias ou semicolônias, em vez de constituir-se em fator de liberação, pode em muitos casos ser alienante, contribuir para a manutenção da situação de dependência e das arcaicas estruturas internas.

Luis Alberto Herrera, o grande líder nacionalista uruguaio, mostrava como, há um século e meio da independência política, os países latino-americanos continuam sendo colônias culturais da Europa: *Livres, continuamos sendo colonos (...)*.

A América do Sul vive, assim, com o ouvido atento às inflexões da voz francesa (...).

Assim vemos como a duas mil léguas de distância, se vibra com as mesmas paixões de Paris, recebendo igual suas dores, suas indignações e suas explosões históricas...

Essa ausência de coloração nacional favoreceu na Ibero-América a erupção de quantas idéias circulavam na Europa. O que de fato constituía uma nova manifestação de colonialismo mental, pois é evidente que doutrinas nascidas de povos com excedentes de população e congestionados industrialmente não podiam sempre coincidir com as necessidades e a situação em nossas repúblicas — escrevia Manuel Ugarte, o grande teórico da Pátria Grande dos Latino-americanos.

Mário Benedetti, o grande romancista uruguaio, analisa assim a alienação cultural das classes intelectualizadas de nossos países: *“Como leitores, estamos submergidos em Joyce, em Borges*, em Rilke, em Proust, em Kafka, em Faulkner. Existem muitos entre nós para quem as palavras ‘quiniela’**, ‘batllismo’***, milonga, futebol, murga**** soam como coisas distantes e estranhas. Yoknapatawpha e Combray ficam mais perto para eles do que Paso Molino*****”*.

Jorge Abelardo Ramos, um dos iniciadores do *revisonismo histórico* no rio da Prata, acrescenta: *A formação de uma inteli-*

* A inclusão de Jorge Luis Borges entre os estrangeiros (não-latino-americanos), se origina num consenso quase unânime entre a intelectualidade de esquerda rioplatense de que o mesmo, apesar da qualidade de sua obra, é o mais alienado, o mais europeu dos escritores do subcontinente.

** A versão rioplatense do jogo do bicho.

*** Designação dada ao movimento político criado — no Uruguai — por Battle y Ordoñez, que protagonizou a mais avançada revolução liberal latino-americana.

**** Conjunto folclórico afro-uruguaio.

***** Bairro popular de Montevidéu.

*gência tradutora, capaz de proporcionar 'cipayos'***** letrados para justificar a perpetuação da feitoria pampeana (. . .). Assim vimos a consolidação de uma cultura satélite, às vezes colorida de folclore e destinada essencialmente a sufocar o espírito crítico e a criação autônoma. . .*

O nosso grande Alberto Torres, pintava assim o intelectual brasileiro da década 20: *No nível geral da sociedade e no relativo às formas superiores do espírito, o diletantismo, a superficialidade, a dialética, o floreio na linguagem, o gosto pelas frases floridas, por conceitos consagrados, substituiu a ambição de formar uma consciência mental para dirigir a conduta. O aplauso e a aprovação, as satisfações da vaidade e do amor próprio, constituem toda a ambição dos espíritos. Alcançar a verdade, ser capaz de uma solução, formar a mente e o caráter para resolver e para atuar são coisas alheias a nossos estímulos. . .*

E nosso amigo, o professor Álvaro Vieira Pinto, via assim os intelectuais brasileiros dos anos 50/60: *Não faltaram análises e estudos extensos e profundos, feitos por historiadores e sociólogos, procurando interpretar nossa realidade. Porém a consciência que com eles adquirimos sofria do vício irremediável da falta de autenticidade. A falta de autenticidade consiste em que, por falta de consciência própria, utilizamos o que era fruto de consciências alheias (. . .).*

Estávamos, assim, submergidos no ponto de vista alheio, regulávamos o juízo sobre nós mesmos de acordo com o modo de pensar alheio, ou seja, estávamos estrangeirizados, segundo o sentido rigorosamente etimológico da palavra. A estrangeirização foi uma das características de nossa sociedade até agora (. . .). Este é um fenômeno típico, específico do status colonial. . .

Esse processo de alienação cultural atingiu à intelectualidade de esquerda, que tratou de transplantar mecanicamente teorias do Velho Mundo. Don Arturo Jauretche, o grande escritor argentino, coloca assim o problema: *As chamadas esquerdas estiveram ausentes, com poucas exceções, do processo de revisionismo histórico. A esquerda, por sua formação histórica, foi tão antinacional como a oligarquia por seus interesses. . .*

O passo inicial, prévio, indispensável, para quebrar o status colonial ou semicolonial, para construir efetivamente a nação, para dar personalidade própria à nacionalidade, para consolidar a pátria é o fortalecimento da consciência nacional. Dizia Herrera:

***** Originalmente, soldado indú a serviço dos ingleses na época colonial. Utilizado na Argentina e Uruguai para designar o político ou intelectual alienado, a serviço dos interesses forâneos.

*Os orientais (por uruguaio) necessitamos, em primeiro lugar, fortificar a consciência nacional. A pátria é a tradição produzindo colheitas. Se em vez de fixar nossa atenção em epopéias alheias, mergulhados no drama estranho, ao qual nada nos identificou, enquanto vibrava palpitante, sob os olhos, o nosso próprio, tivéssemos dirigido nossa pesquisa no sentido nacional — mais Sarandi e menos Austerlitz — estaria agora melhor consolidado o sentimento nativo.**

José Marti, o grande patriota cubano, via com total clareza a imperiosa necessidade de forjar o nacional dentro do todo universal: *Porque não adianta tirar umas pedras e trazer outras, nem substituir uma nação estagnada por uma nação prostituída, nem tirar seu coração e substituí-lo por outro de retalhos, com uma aurícula francesa e um ventrículo inglês, por onde corre forçado, com seus glóbulos de fantasia, o sangue espanhol. E sim, na caldeira da terra nativa e com seus carvões, se deve ferver os ingredientes estrangeiros, de maneira que adquiram o sabor do país. Com a precaução de que não lhe tirem mais do que lhe dão, nem que enfraqueçam suas forças nacionais que a todas as demais completam e coroam e que são como o sal e o fermento dos povos: a originalidade e a poesia.*

O historiador argentino Jorge E. Spilimbergo mostra como surge a consciência nacional: *Nada mais dialético do que o nascimento de uma consciência nacional. Se, como dizia Hegel, a consciência do ser é a consciência da morte, a consciência de nossa comunidade latino-americana nasce de sua negação: frente à Espanha absolutista,*

* Permita-nos o leitor o atrevimento de fazer um teste sobre o seu grau de alienação. É seguro que todos sabem o que aconteceu em Austerlitz, porém não serão muitos os que têm notícia do que significa Sarandi. Se não sabe, olhe na enciclopédia e não fique complexo; o desconhecimento da história latino-americana, inclusive pelos intelectuais, é generalizado.

Para comprová-lo, fizemos uma vez um teste direto. Antes de lançar, no Uruguai, o livro de Décio Freitas — PALMARES — A GUERRILHA NEGRA — resolvemos averiguar até que ponto o episódio era desconhecido. Desde a redação do semanário MARCHA (por onde passava semanalmente a nata da intelectualidade uruguaia, indiscutivelmente a mais ilustrada e brilhante de América Latina), fizemos uma pesquisa. Interrogamos quase uma centena de historiadores, escritores, professores, jornalistas e estudantes. Perguntávamos, inicialmente, a cada um se estava em condições de fazer uma conferência sobre Espartaco, o escravo que chefiou uma rebelião contra o poder imperial de Roma. Quase todos respondiam positivamente e enumeravam uma copiosa biografia sobre o tema que poderiam utilizar. Depois os interrogávamos sobre Palmares. Mais de 90% nunca havia ouvido falar do assunto. Vejam que a rebelião de Espartaco ocorreu do outro lado do Atlântico, no ano 71 A.C. e apesar de heróica, durou somente alguns meses. E que a rebelião negra ocorreu muito mais perto, no Nordeste brasileiro, durante o século XVII D.C. e durou mais de 90 anos, chegando os escravos fugidos a organizar uma república “socialista” primitiva.

germinando a independência; frente ao imperialismo estrangeiro, nos tempos modernos...

A tomada de consciência nacional se caracteriza pelos seguintes sintomas: a) *surgimento de uma "intelligentzia" nacional, aberta aos problemas do país e empenhada em sua solução, capaz de converter-se em órgão de consciência nacional;* b) *surgimento de uma consciência nacional popular, esclarecida em relação aos problemas básicos do país;* c) *formação de um movimento operário, enquadrado nas ideologias trabalhistas e nacionalistas;* d) *organização de um movimento de libertação nacional* — Roland Corbisier.

Com o fim do império *, com a Proclamação da República, a intelectualidade brasileira passou a viver com vago, incipiente e contraditório processo de nacionalização. Começou pouco a pouco a pensar com o próprio cérebro, a libertar-se da atração hipnótica da *Cidade Luz*, a dirigir sua atenção à realidade nativa. OS SERTÕES de Euclides da Cunha constitui um passo adiante importante nesse processo de formação de uma cultura própria.

A "Semana de Arte Moderna", realizada em 1922, constituiria um marco fundamental na evolução cultural brasileira: *Pela primeira vez surgia entre nós uma revolução de idéias genuinamente autóctonas e não trazidas nos porões dos transatlânticos europeus, com dez, vinte ou trinta anos de atraso, como foi o caso dos demais movimentos culturais, sociais, e políticos ocorridos no Brasil: Romantismo, Indianismo, Condoreirismo, Naturalismo, Parnasianismo, Realismo, que não passaram de simples reflexos de movimentos culturais europeus* — Vianna Moog.

Nos últimos anos, estimulados pela fermentação revolucionária que quebrara o marasmo da vida política e social do país, setores crescentes da intelectualidade brasileira assumiram uma posição nacionalista popular-revolucionária e cerraram fileira com o povo.

Dessa tomada de posição resultou um conjunto de estudos, análises, teses, obras de arte, que pelo menos em forma precária (tinham ainda muito de papel carbono), tratavam de refletir a realidade do Brasil e de seu povo. A ânsia popular por cultura política e social criou um mercado para a literatura de esquerda, para as artes plásticas de conteúdo social, para a música e o cinema de vanguarda.

* Dom Pedro II aguardava, ansioso, todas as semanas, a chegada do barco de carreira, que lhe trazia de Paris as últimas novidades literárias, inclusive as poesias libertárias de seu amigo Vitor Hugo, que o imperador conciliava — não sabemos como — com a manutenção da escravidão em seu país.

Apesar de sua falta de maturidade, do individualismo feroz que a caracterizava, a intelectualidade progressista, às vésperas do golpe de 1.º de abril, esforçava-se por acompanhar as massas já em processo de radicalização acelerado. Numa tentativa de dar maior eficiência à sua participação na luta política e social, organizou-o o *Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais* (uma réplica ao Comando Geral dos Trabalhadores), somando-se a *Frente de Mobilização Popular* e demais organismos representativos das forças populares.

XIII

BRIZOLA E O NACIONALISMO POPULAR-REVOLUCIONÁRIO

Algumas posições adotadas por Marx e Engels — evidentemente equivocadas — frente a episódios ocorridos na época em que iniciavam a divulgação de suas teorias, deram origem a um absurdo conceito internalista, que chegou ao extremo de justificar a agressão imperialista.

A apreciação feita por Engels, em 1847, sobre a conquista do Texas e Califórnia pelos norte-americanos, é um exemplo desse extremismo internacionalista dos mestres marxistas: *Presenciamos também com a devida satisfação, a derrota do México frente aos Estados Unidos. Também isso representa um avanço. Em interesse de seu próprio desenvolvimento, convinha que o México caísse sob a tutela dos EE.UU.*

É verdade que posteriormente o próprio Engels revisaria honestamente sua errônea posição pró-imperialista. Em 1861, escrevia: *A intervenção no México protagonizada pela Inglaterra, França e Espanha é, em minha opinião, uma das empresas mais monstruosas registradas nos anais da história internacional.*

Verificou-se também uma mudança na posição de Marx e Engels, com relação à Irlanda. Inicialmente, justificavam sua dominação pela Inglaterra argumentando que somente a revolução socialista inglesa tornaria possível a independência irlandesa. Depois evoluíram para uma posição lógica, invertendo o prognóstico: pela independência da Irlanda — que significaria o fim do saque imperialista e a conseqüente diminuição dos lucros ingleses (distribuídos entre a burguesia e o proletariado) — é que Inglaterra chegaria à revolução.

Vimos anteriormente, como Lenine tinha uma visão correta do processo de libertação dos povos periféricos. Incluímos aqui outra manifestação sua a respeito. *Situação distinta se verifica nos países não desenvolvidos, naqueles que classificamos (no n.º 6 de nossas*

teses) em segundo e terceiro lugares, ou seja, em todo oriente europeu e em todas as colônias e semicolônias. Ali ainda existem, geralmente, nações oprimidas e não desenvolvidas do ponto de vista capitalista. Nessas nações existem ainda objetivamente tarefas nacionais, tarefas democráticas, tarefas de libertação do jugo estrangeiro.

René Zabaleta demonstra, com todo rigor científico, a prioridade das tarefas nacionais, ao mesmo tempo em que denuncia a alienação de nossos teóricos, tanto os de direita, como os de esquerda: *Os ideólogos das semicolônias, em contrapartida, gratificam-se com o jogo dos grandes adjetivos, com um universalismo implacável e minucioso. Caberá à Bolívia, assim, a defesa da civilização ocidental ou a luta pela revolução mundial. Poder-se-ia argumentar que se a revolução mundial ocorrer terá que ser, aqui, como a revolução boliviana, se é que as coisas começam pelo princípio. Também se pode afirmar que, para defender a civilização ocidental, o país deveria primeiro compartilhar os atributos temporais disso que chamam civilização ocidental. A alienação prefere, entretanto, falar de revolução mundial, ou de civilização ocidental e não de luta da nação para ser efetivamente Nação.*

Possivelmente ninguém definiu melhor o fenômeno nacionalista do que esse grande latino-americano que foi Manuel Ugarte, o grande teórico da grande pátria latino-americana: *Eu também sou inimigo do patriotismo brutal e egoísta que arrasta as multidões à fronteira, para submeter outros povos e impor dominações injustas à sombra de uma bandeira ensanguentada. Eu também sou inimigo do patriotismo orgulhoso, que consiste em julgar-nos superiores aos outros povos, em admirar nossos próprios vícios e em desdenhar o que vem do estrangeiro. Eu também sou inimigo do patriotismo ancestral, das sobrevivências bárbaras, do que equivale ao instinto de tribo, de rebanho.*

Porém, existe outro patriotismo: o que nos faz defender a autonomia da cidade, da província, da Nação, contra as intervenções estrangeiras. Defender o direito de dispormos de nós mesmos, o direito de viver e nos governar como melhor nos pareça.

Nesse particular, todos os socialistas devem estar de acordo para simpatizar com o Transvaal, quando esse se rebela contra a dominação de Inglaterra; para apoiar os árabes, quando se debatem para rechaçar a invasão da França; para admirar a Polônia, quando depois da repartição, trata de reunir seus fragmentos num grito admirável de dignidade e para defender a América Latina se o imperialismo anglo-saxão se desencadeia sobre ela.

Todos os socialistas têm que estar de acordo nesse particular, porque se algum admitisse, na ordem internacional o sacrifício do

pequeno pelo grande, justificaria na ordem social a submissão do proletário ao capitalista, a opressão dos poderosos sobre os que não podem se defender.

O uruguaio Alberto Methol Ferré define assim a posição nacionalista frente ao mundo: *Nacionalismo não é localismo; é a busca do universal no concreto e não no abstrato, como trata de fazê-lo a sua antítese: o internacionalismo cosmopolita e vazio das oligarquias portuárias.*

Hélio Jaguaribe mostra como surge o movimento nacionalista: *Antes de ser uma ideologia racionalizadora do comportamento político e uma programação para orientá-lo, o nacionalismo é um fenômeno histórico-social. O movimento nacionalista se constitui e somente passa a exigir uma formulação adequada, quando surgem as condições que transformam em Nação determinada comunidade.*

Em sua primeira etapa, o conteúdo ideológico do nacionalismo é mínimo. Suas formulações teóricas são negativas, ou seja, estão dirigidas contra algo, no caso o imperialismo. Movimento *anti*, ele surge como uma tentativa de oposição e resistência à dominação do capital financeiro e monopolista internacional. Além de primário é, inevitavelmente, idealista e ingênuo.

Cândido Mendes traça um esquemático "programa nacionalista": *a) vencendo o complexo colonial, expandindo o produto interno, diversificando as oportunidades de mão-de-obra, o desenvolvimento integraria naturalmente os interesses das classes sociais por ele promovidas; b) por outro lado, com a instalação do complexo industrial erradicar-se-ia a dependência entre os países periféricos e as economias dominantes no mundo contemporâneo; c) finalmente, os resultados do desenvolvimento irradiar-se-iam a toda a coletividade, ao proporcionar a criação múltipla de centros de crescimento econômico e uma transformação geral das estruturas sociais.*

Já vimos, no primeiro capítulo, a fragilidade ideológica da *revolução de 30*. Vejamos outros exemplos de pobreza teórica de outros movimentos nacionalistas. A revolução na Indonésia se faz com base no chamado *Credo do homem anônimo indonésio*, que consiste em: *1.º) crença num só Deus; 2.º) no internacionalismo, baseado na fraternidade e na paz entre os povos; 3.º) no nacionalismo; 4.º) na democracia; e 5.º) na justiça social.*

Os revolucionários do *Movimento 26 de Julho* eram inicialmente paupérrimos ideologicamente. Em um dos seus ensaios, Jean Paul Sartre comenta que o mais surpreendente na Revolução cubana é a *aparente ausência de ideologia.*

Abstratamente considerada, a Revolução cubana é uma "praxis" que forja suas idéias na ação, cujos líderes atuam praticamente sobre

a massa, sem intermediários, sem quadros políticos nem equipes técnicas. É uma democracia direta e concreta. Nela os quadros se revezam por um método de pedagogia política, de doutrinação diário e incisivo sobre o povo, por meio da televisão, com o tratamento elementar dos temas, lançamento de palavras de ordem e insistente repetição das mesmas. Enfim: um estilo próprio, estilo "fidelista" — é a interpretação do fenômeno cubano feita por Humberto Cuenca.

O cubano Armando Hart expressa: *Nosso mundo avança sob o signo da ação, carregado do dinamismo da ação e mais ação, como motivação básica dos homens (...). O nosso movimento revolucionário foi constituído em função dos fatos, foi um movimento formado mais pela ação do que pela idéia.*

Ideologia simples, primária, para povos simples e primários. A única assimilável pelos povos, que em razão da espoliação imperialista e das arcaicas estruturas internas, tem um nível cultural e político muito baixo. Pretender que as massas incultas aprendam a filosofia marxista é idealismo puro. Até hoje não temos no Brasil uma edição nativa de *O Capital*. Quantos brasileiros terão lido o clássico de Marx, 10 mil ou 20 mil? Quantos o compreenderam efetivamente: 10 ou 20% dos que o leram? Quantos são capazes de aplicar os ensinamentos marxistas à realidade brasileira, 1 ou 2% dos mesmos?

Como conseqüência inevitável do baixo nível ideológico dos povos subdesenvolvidos em luta pela sua libertação, surge a figura do líder. É o carisma substituindo precariamente a ideologia. Fenômenos como os de Vargas, Perón, Cárdenas, Velasco Ibarra, Haya de la Torre, Gaitán, Sukarno, Nasser, Nkrumah, Sekou-Touré, Bandungaike, Ben Bella, Fidel e tantos outros são normais e inevitáveis no processo revolucionário dos povos do Terceiro Mundo.

Na história recente do Brasil, quais os líderes com maior base popular? Vargas, Brizola, Julião, Arraes, Juscelino, Jânio, Jango e Adhemar. Todos foram aceitos pelas massas populares mais por seus carismas, por suas ações práticas, por sua atuação direta sobre o povo, ou por seus métodos demagógicos, do que por suas posições ideológicas, em geral indefinidas, contraditórias, ou quase inexistentes.

Nas últimas eleições parlamentares efetuadas no Brasil, em 1962, tivemos um exemplo de como se manifesta a preferência popular. No Rio de Janeiro, o mais politizado dos estados brasileiros, Brizola somou quase 300 mil votos. Roland Corbisier e Guerreiro Ramos, dois dos mais brilhantes intelectuais da esquerda brasileira, fizeram cerca de 3 mil votos cada um, não conseguindo eleger-se.

O grande exemplo do predomínio dos líderes carismáticos sobre os ideológicos nos é proporcionado por Luís Carlos Prestes. O liberal

e carismático comandante da Coluna foi o líder mais popular da década de 20: o *Cavaleiro da Esperança*. Em contrapartida, o dirigente marxista Prestes viveu nos últimos anos, inclusive quando pôde atuar na legalidade, quase totalmente ausente do sentimento das grandes massas brasileiras. Muitos poucos entendiam suas arengas, cheias de palavras ininteligíveis para a grande massa, como: “infraestrutura”, “superestrutura”, “mais-valia”, “condições objetivas e subjetivas”, “materialismo dialético”, “tese, antítese, síntese” etc.

Já vimos como o nacionalismo getulista somado ao paternalismo, ao “bonapartismo”, assegurou ao governo revolucionário um amplo apoio de diferentes classes sociais. O apelo, a convocação de Getúlio foi feita a todas as classes e categorias sociais, dentro da convicção de que todas estavam interessadas no desenvolvimento econômico independente, que possibilitaria uma rápida ascensão social e cultural.

É óbvio que nem todos os setores atenderam ao chamado nacionalista. Verificou-se, em consequência, a primeira grande divisão provocada pelo movimento nacionalista. Nessa primeira etapa o campo nacionalista estava integrado por setores do latifúndio, pela burguesia industrial, por parte considerável da classe média, da intelectualidade, das forças armadas, pelo proletariado urbano e pelos pequenos setores conscientizados da massa camponesa.

No campo imperialista se alinhavam o latifúndio exportador, a burguesia exportadora e importadora, a grande imprensa alienada, os agentes diretos e indiretos do capital financeiro e monopolista internacional e grupos minoritários de outros setores.

Submetido ao processo dialético, o campo nacionalista começou a sofrer transformações graduais. As contradições entre as diferentes classes sociais, inicialmente amortecidas pela identidade de interesses — em relação à revolução industrial e à defesa contra a penetração imperialista — começaram a se acentuar.

Analisamos, em detalhe, em **BRASIL PARA ESTRANGEIROS**, como no desenvolvimento pela via da inflação, praticado por Kubitscheck, o peso dessa é violentamente descarregado sobre as classes trabalhadoras. E como os frutos do progresso e da própria inflação passam a beneficiar cada vez mais à burguesia nacional e aos monopólios internacionais. O abandono gradual do sistema de *arbitragem do Estado* estabelecido por Getúlio, agravou as contradições sociais e acelerou a luta de classes.

Em contrapartida, a contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo, que seria o corolário lógico do desenvolvimento sonhado pelos nacionalistas policlassistas como Vargas e Perón, tende a desaparecer. A burguesia nativa foi sendo gradualmente seduzida pelas vantagens aparentes que lhe ofereciam os monopólios internacionais.

Além disso, a burguesia estava assustada com o avanço das forças populares, resultado da luta de classes, já então em fase de difícil contenção. À burguesia lhe interessa somente a unidade sem luta de classes. Roberto Simonsen, um dos grandes líderes da burguesia nacional, revelava a maior preocupação de sua classe:

Nesta evolução está, lamentavelmente, esboçando-se uma luta de classes, que devemos evitar a todo transe. Agitam-se as classes trabalhadoras contra os patrões, as classes agrícolas contra as industriais, atribuindo-se uns aos outros a origem do mal-estar endêmico do Brasil. Nada mais prejudicial, na realidade, aos interesses do País, do que essa luta de classes.

Repetia assim a burguesia brasileira a posição de sua congênera européia da metade do século passado, assim descrita por E. H. Carr: *As classes médias governantes, que eram as representantes do nacionalismo do século XIX, caracterizaram-se, durante os anos do meio século, por um vivo temor à revolução popular. Os direitos de propriedade eram somente um pouco menos sagrados do que os direitos do homem e as funções do estado democrático burguês — o 'estado guarda-noturno', segundo expressão sarcástica de Lassalle — eram, em grande parte, ocupar-se de sua proteção. A propriedade era condição de direito político e — poder-se-ia dizer sem muito exagero — também social da Nação.*

Partindo do conceito de Lenin — *a burguesia coloca sempre em primeiro lugar suas reivindicações nacionais e as defende em forma incondicional; o proletariado as subordina aos interesses da luta de classes* —, Guerreiro Ramos definiu perfeitamente o único tipo de unidade que interessa às classes trabalhadoras: *Para a classe operária, a união nacional contra o imperialismo é uma união com luta de classes. Somente para o burguês nacionalista é concebível essa união sem luta de classe.* Vimos no capítulo anterior, que para Prestes também era concebível a “União Nacional” sem luta de classes. . .

As possibilidades de unidades das classes populares com a burguesia são limitadas e temporárias. *A unidade (coincidência, identidade, equivalência) dos opostos é condicional, temporária, transitória, relativa. A luta dos opostos que se excluem mutuamente é absoluta, como o são o desenvolvimento, o movimento* — no dizer de Lenine, ou no de Mao Tse-tung:

A unidade, a coalisão, a harmonia, o equilíbrio, o empate, o repouso, a permanência, o contrapeso, a coagulação, a atração, etc. — como as vemos na vida diária — são todas aparências de coisas em processo de mudança quantitativa. Enquanto a dissolução da entidade, a destruição dessa unidade, coalisão, harmonia, equilíbrio, empate, repouso, permanência, contrapeso, coagulação, atração e sua trans-

formação com seu oposto, são as aparências das coisas em estado de transformação qualitativa, em mudança durante a transição de um processo a outro (. . .). Dizemos, em conseqüência, que a unidade dos opostos é condicional, temporária e relativa, enquanto que a luta dos opostos que se excluem mutuamente é absoluta.

Ismael Viñas mostra a precariedade, o caráter circunstancial, transitório da posição nacionalista da burguesia dos países subdesenvolvidos: *Em diversas circunstâncias nacionais e internacionais, diferentes grupos burgueses ligados a diversos setores da produção, atuaram como burgueses nacionalistas e logo — depois que mudaram essas circunstâncias — deixaram de atuar como tal.*

René Zabaleta analisa assim o fenômeno: *O nacionalismo surge da noção da luta de classes, noção que, em conseqüência, não se resolve somente na contradição geral entre opressores e oprimidos, senão também na oposição e luta entre as classes nacionais e as classes estrangeiras.*

Não se pode sequer falar simplesmente de luta entre a Nação e o imperialismo, da Nação que se opõe como um todo aos interesses do Império. Em razão da invasão cultural e porque não pode prescindir da utilização de classes-agentes e mesmo de indivíduos nativos, o imperialismo tem na oligarquia e em todos os grupos sociais alienados uma quinta-coluna dentro do jogo histórico que se disputa no espaço boliviano (. . .).

Os interesses do imperialismo coincidem com os da oligarquia e com os de todos os setores que se tornaram antinacionais cultural ou economicamente. A alienação das classes-agentes explica o caráter de luta nacional que tem as formulações das classes populares. Essas não lutam somente contra uma opressão de classe: combatem uma casta estrangeira que ocupa o país e impede sua realização. O nacionalismo sem o conceito de luta de classes não seria senão outra forma de alienação. . .

Depois de haver lutado toda sua vida pela unidade nacional, Vargas, frente à morte compreendeu que essa já não era possível naquele momento histórico. Na *Carta Testamento* ele denunciou não somente o imperialismo, como também a traição da oligarquia. Mostrou como, enquanto um explorava o país, a outra explorava o povo: “LUTEI CONTRA A ESPOLIAÇÃO DO BRASIL. LUTEI CONTRA A ESPOLIAÇÃO DO POVO”.

Ao denunciar a cumplicidade da oligarquia no processo de espoliação, Vargas lançou as bases de um novo tipo de nacionalismo: não mais o nacionalismo sonhado pelos *homens de 30*, o *nacionalismo de todos*, o *nacionalismo amálgama*, o *nacionalismo bonapartista*; senão

o nacionalismo das classes e categorias sociais exploradas, as que não traíram a causa nacional.

Lenine mostrava como submetidos ao processo dialético, os movimentos nacionalistas sofrem esse tipo de transformações: *Seria interessante analisar o processo de modificação — por exemplo — do nacionalismo na Polônia: passou de nacionalismo senhorial a nacionalismo burguês e depois a nacionalismo camponês...*

Brizola tornar-se-ia, posteriormente, o grande líder do nacionalismo popular-revolucionário.

A práxis como fator de conscientização política

São múltiplos os caminhos que podem levar à conscientização política e social. As classes trabalhadoras chegam a ela através da luta de classes. Uma greve de poucos dias pode determinar um amadurecimento superior a anos de doutrinação rotineiro. A classe média, em especial os intelectuais, politizam-se através de estudos e debates. Os políticos convencionais podem evoluir, chegando a posições revolucionárias, através do contato com o povo, assumindo suas reivindicações e lutando por elas. Foi o que aconteceu com Leonel Brizola.

Quando analisamos a personalidade e a atividade político-social de Jango, já falamos de Brizola. É impossível falar de um, sem referir-se ao outro. Jango e Brizola, tanto em posições unitárias, como em divergentes e mesmo antagônicas, foram os personagens centrais do período histórico que se iniciou no dia 25 de agosto de 1961 e terminou no 1.º de abril de 1964.

Ambos têm uma origem política comum: Getúlio Vargas. Por temperamento, pouco propensos a buscar a cultura política nos livros, eles abeberaram-se no pensamento do velho caudilho, naquela mescla heterogênea e às vezes contraditória na qual os dois elementos fundamentais eram: o nacionalismo e o populismo.

Em razão da heterogeneidade do pensamento de Vargas, foi possível que seus dois principais herdeiros políticos evoluíssem para posições divergentes e finalmente antagônicas. Isso sem que nenhum deles abjurasse do ideário recebido.

Entre as causas da crescente diferenciação entre ambos, deve ter desempenhado um papel fundamental: as distintas origens de classe e os processos de formação — também completamente diferentes — que tiveram até o momento de caírem sob a influência comum.

Jango, como já vimos, nasceu no berço de ouro do latifúndio. Brizola, no extremo oposto da pirâmide social, filho de camponeses pobres. Orfão de pai já no primeiro ano de vida, teve uma infância muito

dura, igual a de dezenas de milhões de crianças brasileiras. Vendedor de jornais, engraxate, ascensorista, estudante noturno, fez o curso de técnico rural e posteriormente de engenheiro, formando-se aos 28 anos, já em plena militância política.

Como Jango, Brizola foi eleito para a Assembléia Legislativa Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947. Posteriormente, foi deputado federal, secretário de Obras Públicas do governo trabalhista do general Ernesto Dornelles no RGS, prefeito de Porto Alegre, governador do Estado aos 36 anos e, finalmente, outra vez deputado federal eleito pela Guanabara. Inegavelmente uma carreira política brilhante, do ponto de vista convencional. Porém Brizola iria bastante mais longe.

Ainda quando tinham uma posição ideológica comum, Jango e Brizola já se diferenciavam em relação ao modo de atuar: Goulart é tranqüilo, diplomático, persuasivo, hábil intringante, mestre em jogadas e conchavos políticos e sindicais. Parece, como Getúlio, mais um político mineiro do que um gaúcho.

Brizola, ao contrário: é temperamental, impulsivo, combativo, homem de ação e atitudes frontais, linguagem franca, dura, acessível à gente simples, com enorme capacidade de transmitir seus entusiasmos e suas idéias ao povo. Meio "grosso", com algo de telúrico, tem muito do tradicional caudilho gaúcho.

Em duas palavras a diferença fundamental entre ambos: *Jango, homem de conchavos; Brizola, líder de massas.*

Se não se tivessem separado politicamente, atuado de forma mancomunada, dificilmente seriam derrotados. A ruptura era, entretanto, inevitável. Jango, coerente com suas origens e interesses de classe e fiel ao seu temperamento conciliador, trataria de seguir com o populismo de Vargas, sem considerar que esse (em razão da melhor estratificação das classes sociais e da conseqüente luta entre elas) já não era, então, possível.

Brizola, conseqüente com suas origens e tratando de ser fiel aos anseios das massas populares que nele confiavam, tratou de dar uma nova dimensão à limitada, confusa e contraditória filosofia política de Vargas, principalmente ao nacionalismo e a certas posições se não socialistas, pelo menos socializantes e estatizantes.

Partindo de algumas idéias sociais e antiimperialistas lançadas por Vargas em seus últimos discursos e na *Carta Testamento*, especialmente da acusação que vinculava as classes dominantes à espoliação forânea, Brizola foi abandonando gradativamente o populismo. De forma lenta, contraditória, confusa (decorrente da muito precária

base teórica), foi assumindo uma posição popular, que antes de abril de 1964 já era claramente revolucionária.

Eleito governador do RGS para o período 1959/62, Brizola, com base num idealismo tipicamente pequeno-burguês, levava grandes planos de governo. Pensava revolucionar os métodos administrativos, dinamizá-los e arrancar o estado da estagnação econômica em que se encontrava. Logo de início teve que enfrentar um obstáculo sério, desses que são insuperáveis para o administrador convencional.

O desenvolvimento econômico do RGS estava seriamente comprometido, praticamente freado, pela falta de energia elétrica. A *Bond and Share*, subsidiária da *American Foreign Power*, o grande truste norte-americano, era a concessionária desse serviço em Porto Alegre, o grande centro industrial do estado.

Como o prazo do contrato de concessão estava por vencer, a empresa não fazia, há muitos anos, novos investimentos. Em consequência, suas instalações geradoras de energia eram totalmente obsoletas. Além disso, a *Bond and Share* obtinha enormes lucros parasitários com a distribuição da energia pela C.E.E.E. (empresa estatal). Em seu primeiro gesto político não convencional, interpretando os interesses do povo e da burguesia industrial de Porto Alegre, Brizola expropriou a subsidiária do monopólio ianque.

Foi a primeira nacionalização de empresa estrangeira efetuada no Brasil, rigorosamente dentro do que determina a legislação. Uma vez efetuado o levantamento contábil por uma equipe de técnicos designada pelo governo federal, ficara evidente uma enorme fraude fiscal.

A legislação brasileira que regula a instalação e funcionamento das empresas concessionárias de serviços públicos estabelece (considerando que esses são concedidos em forma monopolística) um lucro de 10% anuais sobre o capital investido. As diferenças para menos ou para mais conseguidas em um ano, são ajustadas no ano seguinte com o aumento das tarifas, ou diminuindo o lucro excessivo do capital.

O levantamento contábil revelou que a *Bond* havia tido, durante muitos anos, lucros excessivos, canalizando-os ao exterior. Os ganhos ilegais excediam de longe o valor das instalações da empresa. Não havia, conseqüentemente, nada a indenizar quando da encampação.

Para atender o que determina a lei, Brizola fez um depósito judicial prévio simbólico: um cruzeiro e pleiteava a devolução da diferença em conta da empresa, que havia sido expropriada ao patrimônio nacional.

As empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos instaladas em nossos países (a partir do século passado, inicialmente de origem inglesa) estavam acostumadas a fazer, quando se aproximava o fim do prazo da concessão, um último e altamente lucrativo negó-

cio: a venda do ferro-velho, que de acordo com os contratos deveria passar a ser ônus ao poder concedente. Foi o que fez o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra ao comprar as ferrovias inglesas, que em realidade já eram nossas.

Brizola rompeu essa tradição vigente não somente no Brasil, como em toda América Latina. Inclusive o governo nacionalista de Perón “comprou” os “ferrocarriles” ingleses instalados na Argentina. O único antecedente ao gesto de Brizola era a expropriação, feita pelos cubanos, de todas as empresas ianques existentes na “Ilha”.

A reação nos Estados Unidos foi violenta. Os monopólios entraram em pânico, pois os exemplos dos cubanos e de Brizola poderiam ser imitados por outros governos, pondo em risco o fabuloso conjunto de privilégios que as empresas imperialistas haviam acumulado em nossa América, em décadas de exploração e corrupção.

Nos noticiários norte-americanos, Brizola era um perigoso bandido que saqueava os bens de pacíficos e indefesos cidadãos norte-americanos, que num arrebato de solidariedade humana, haviam mandado suas economias para ajudar a melhorar as condições de vida daqueles povos mestiços bárbaros, que habitam ao sul do rio Bravo.

Foi o batismo de fogo de Brizola. Sentiu na própria carne a verdade das denúncias feitas por Getúlio em seus últimos discursos e na *Carta*. Começou a aprender na prática o que não havia lido nos livros.

Posteriormente, Brizola expropriou a subsidiária local da I.T.T. (Internaitonal Telegraph and Telephone), enfrentando a ira do maior truste norte-americano, o grupo Morgan. Considerando o grande número de acionistas da I.T.T. (cerca de 2,5 milhões), a campanha dos jornais e as pressões políticas exercidas contra ele foram ainda muito mais violentas do que quando do *affair da American Foreign Power*.

Não houve jornal do interior dos EE.UU., que refletindo os interesses dos acionistas locais da empresa, não denunciasse indignado o surgimento de um “novo Fidel”, cujo principal “hobby” era expropriar bens norte-americanos. Chegou-se a sugerir a solução tradicional: o envio de *marines*.

Mais adiante veremos como o próprio Congresso dos EE.UU. “dedicou” uma lei especial — a “Emenda Hickenlooper” — a Brizola.

Tentando compreender melhor o fenômeno do imperialismo e suas conseqüências internas, Brizola mandou que sua assessoria * estudassem em profundidade o problema.

* Muito se falou, na época, da assessoria de Brizola, chefiada por Cibilis da Rocha Viana e integrada, entre outros, por Franklin Oliveira, professor Paiva, Lélío de Carvalho e por quem escreve. A reação e inclusive os setores fisiológicos do PTB nos denunciavam como a “assessoria marxista”. Dom

O desenvolvimento do Rio Grande do Sul estava sendo violentamente obstaculizado: a economia estancada e a descapitalização era evidente.

Que estava acontecendo?

A análise setorial da produção gaúcha e o exame das relações de intercâmbio do Estado com outras regiões — especificamente com São Paulo e Rio de Janeiro — demonstravam que a economia riograndense estava em declínio.

O poder de troca dos produtos gaúchos lançados ao mercado nacional, quase todos provenientes do setor primário, era cada vez menor. O arroz, a lã e o couro, o trigo, a cevada e a soja eram trocados por quantidades cada vez menores de produtos manufaturados paulistas.

A indústria riograndense (que tinha se desenvolvido bastante em razão do isolamento geográfico a que o Estado havia estado condenado) cedia lugar à sua congênera internacional instalada em São Paulo, muito melhor equipada técnica e financeiramente, agora que as rodovias norte-sul transformavam o Brasil de arquipélago em subcontinente.

Era evidente que esse fenômeno não atingia somente a economia do Rio Grande do Sul, mas a todas as áreas periféricas, especialmente o Nordeste. O livro de Franklin Oliveira — RIO GRANDE, O NOVO NORDESTE — abriu o caminho para um amplo estudo e debate sobre o processo de desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões do país. Em *CRISE ECONÔMICA NO RIO GRANDE DO SUL*, ampliamos a tese e documentamos em detalhe o processo de espoliação que sofria o RGS.

Repetia-se no plano nacional o clássico processo colonial-imperialista de acumulação de capital (pelos países centrais), à custa da exploração das colônias e países dependentes. Situação agravada, no caso nacional, pela impossibilidade de estabelecer tarifas protecionistas, que assegurassem a sobrevivência da indústria das regiões marginalizadas.

A convicção de que o RGS estava sendo violentamente explorado e de que a produção gaúcha conseguiria muito melhores preços nos

Vicente Scherer, arcebispo metropolitano, como preço do apoio que deu, à última hora, à Resistência Democrática, chegou a pedir nossa cabeça.

Era, modestia à parte, uma equipe de bom nível técnico e político. Porém, se equivocam os que nos atribuíam uma enorme ascendência sobre Brizola, a ponto de responsabilizar-nos por sua radicalização. Brizola evoluiu em função da radicalização popular, originada por sua vez na crise econômico-político-social que caracterizou o fim da etapa populista. Nossa colaboração limitou-se a fundamentar teoricamente ideais surgidas na própria cabeça do governador.

mercados internacionais (onde se conseguiria manufaturados muito mais baratos do que em São Paulo), poderia haver levado a uma “solução” primária: ao ressurgimento de velhas tendências separatistas.

Felizmente, os estudos demonstravam que o problema tinha outra dimensão, fundamental: não estávamos sendo explorados por São Paulo; o estado bandeirante não era mais do que a “base preferencial dos monopólios internacionais”. A pujante e moderna indústria paulista já era constituída então, em grande parte, pelas subsidiárias dos trustes norte-americanos e europeus.

É verdade que uma parte do saque ficava em São Paulo, proporcionando aos paulistas, tanto à burguesia, quanto à classe média e aos próprios trabalhadores um nível de vida superior ao de outras populações do país. Porém, a “parte do leão” era enviada ao exterior, aparecendo depois nos balanços das grandes empresas ianques e européias.

Armado com esse arsenal de dados objetivos e inquestionáveis — muito mais convincentes do que as mais bem elaboradas teorias sobre o imperialismo — Brizola lançou-se para a maior e mais eficiente campanha de politização popular em massa já tentada no Brasil e mesmo na América Latina (excluindo, obviamente, Cuba de Fidel).

O que era entendido somente por uma pequena minoria de iniciados em Marx e Lenine — *a exploração imperialista* — tornou-se evidente para enormes setores da população, mesmo para os menos ilustrados. Das qualidades positivas de Brizola, seguramente a mais valiosa é sua capacidade de “traduzir” a um linguajar acessível às grandes massas, as mais complexas teorias econômicas, políticas e sociais. Ele dava explicações que escandalizavam os especialistas (refugiados em suas torres de marfim e escrevendo exclusivamente para iniciados, em “idiomas” próprios, como o “economês” . . .), que porém correspondiam à realidade e eram entendidas pelo povo.

Um gráfico mandado elaborar por ele e exibido em inúmeras conferências e pela TV em grande parte do país, mostrava o território nacional sob a ação do imperialismo. As regiões periféricas transformando-se em desertos e um imaginário sistema hidrográfico levando toda a “água” para uma enorme reserva situada no Centro-Sul. Dessa “represa”, as águas eram levadas, por enormes bombas de sucção, ao exterior. A visualização gráfica do fenômeno convenceu a muitos milhões da realidade do processo de espoliação internacional.

“*Esse negócio de imperialismo*”, até então considerado uma invenção dos comunistas, tornou-se evidente para uma porção considerável do povo brasileiro. Principalmente quando tendo conseguido a utilização da rádio Mairink Veiga (a qual se somavam várias outras

estações que cobriam quase todo o país) Brizola chegou a ter uma audiência de cerca de dez milhões de pessoas.

Expressões como “processo espoliativo” (Brizola evitava utilizar o vocabulário marxista), “bombas de sucção”, “reforma agrária”, etc., passaram a incorporar o reduzido vocabulário das classes mais humildes. O sentimento antiimperialista, que o Partido Comunista, em décadas de atividade, havia conseguido despertar em setores da intelectualidade, da pequeno-burguesia e na vanguarda das classes trabalhadoras, generalizou-se, especialmente graças à pregação de Brizola. Em termos de conscientização, de politização de massas, o período compreendido entre agosto de 1961 e março de 1964 foi, indiscutivelmente, o mais rico da história do povo brasileiro.

De como o povo pode neutralizar um exército

No dia 25 de agosto de 1961, a assessoria de Brizola trabalhava intensamente no palácio Piratini. Era esperado, para o dia seguinte, o presidente da República. Jânio vinha inaugurar a Exposição Rural do Menino Deus, o grande certame da pecuária e da agricultura gaúcha. Considerando certos entendimentos entre o presidente e o governador, já comentados no capítulo III, esperávamos algum acontecimento de transcendental importância política. Algo vago, indefinido, ainda no limbo, que poderia, porém, alterar drasticamente o equilíbrio político partidário do país: uma aliança entre Jânio e Brizola.

O “namoro” havia começado na Conferência de Governadores em Florianópolis e avançado com o convite de Jânio para que Brizola integrasse a delegação brasileira à *Conferência de Punta del Este*. Como base da aproximação estava a posição relativa à política exterior, claramente antiimperialista, latino-americanista e terceiomundista de ambos governantes.

Se Jânio estivesse pensando — como vários sintomas indicavam — abandonar seus aliados tradicionais e assumir, também no interno, uma política progressista, popular, o aliado mais indicado era evidentemente Brizola. Juscelino, Jango, Adhemar — os outros grandes líderes nacionais do momento — estavam demasiado queimados pela campanha do próprio Jânio contra a corrupção.

Acontecimentos de transcendental importância verificaram-se efetivamente nos últimos dias de agosto. Porém de características completamente distintas das esperadas.

À meia tarde chegou ao Piratini a notícia-bomba: a demissão, ou abandono, ou expulsão, ou ataque agudo de paranóia de Jânio e a ocupação do poder pelos ministros militares. Ao que tudo indicava, era um fato consumado, irreversível. Discutimos a situação, na asses-

soria e concluímos que não havia nada a fazer. A solução era limpar as gavetas e ir-se antes que chegasse o “milico” nomeado interventor.

Brizola, porém, revelando todo o seu sentido de oportunismo (no bom sentido da palavra), resolveu enfrentar a situação. Em uma decisão que se nos afigurou inicialmente suicida, resolveu resistir.

Baseando-se na experiência histórica do 24 de agosto, quando o povo motivado pelo suicídio de Vargas, sem organização nem líderes, se lançou às ruas e impediu a ditadura militar, Brizola, revelando sua condição de líder revolucionário, decidiu pela resistência.

O Palácio Piratini foi transformado em fortaleza, defendido pelo regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar e por algumas dezenas de civis dispostos a “pagar para ver”. Pela primeira vez no Brasil se tentava — em forma organizada — fazer frente a um golpe militar já vitorioso em todo o país, inclusive no RGS. Nas primeiras horas da noite de 25, somente o Piratini e os quartéis da Brigada constituíam território legalista.

Aqueles 500/600 homens encerrados no palácio, simbolizando o povo brasileiro, dispostos a resistir, colocavam os militares golpistas frente a um fato novo: essa vez o golpe, contrariando a tradição, não seria pacífico. Brizola dizia: *Esta vez eles não darão o golpe pelo telefone.*

A situação do ponto de vista militar era, porém, desesperadora. Brizola conferiu os comandos das unidades do III Exército: somente o general Oromar Osório, comandante de uma divisão de cavalaria, em Santiago (na fronteira com a Argentina, a dias de viagem de Porto Alegre), revelava-se a favor da legalidade. Todos os demais comandantes de unidades estavam aparentemente em favor do golpe ou, pelo menos, contra a posse de Jango. Isso significava 70/80 mil homens muito bem armados, contra os 10/12 da Brigada Militar, disseminados pelo interior do estado, em pequenos destacamentos policiais.

Tentando dar maior base política à resistência, Brizola tratou de convencer a Jânio para que se deslocasse a Porto Alegre *. Não sabemos se as duas mensagens (mandadas por intermédio do governador Carvalho Pinto e do jornalista Carlos Castelo Branco, ambos “homens de Jânio”) chegaram ao destinatário, se o presidente ficou detido pelos militares da base aérea de Cumbica, ou simplesmente pelo medo.

Fracassadas as tentativas de conseguir maior base militar e política para o movimento, Brizola teve que enfrentar a situação com os

* Brizola, conhecendo melhor que ninguém a enorme mediocridade do cunhado e seu conservadorismo mal disfarçado pelas posições populistas, não pensou — no primeiro momento — em colocar Jango na presidência. Isso somente ocorreu quando Jânio não quis correr o risco da retomada do poder.

precários meios de que dispunha. Jogando de início somente com os fatores audácia e surpresa (que imobilizaram durante as primeiras horas os militares golpistas), ele lançou no dia seguinte suas “armas secretas” no campo de batalha: povo na rua e uma rádio no ar.

O povo — como sempre acontece quando encontra um líder à altura das circunstâncias históricas — acudiu em massa. Na manhã seguinte, a praça em frente ao Palácio Piratini era um “mar de gente”: pelo menos 70 mil pessoas se aglomeravam, tentando defender a “cidadela da legalidade” com seus próprios corpos. Bombardear a sede do Poder Executivo gaúcho significaria já então um genocídio.

A mobilização popular chegou ao apogeu quando a *Rádio da Legalidade* começou a lançar — dos porões do Piratini — as palavras de ordem de resistência. O RGS, revivendo as gestas heróicas das revoluções e dos conflitos de fronteira do passado, levantou-se com quase total unanimidade.

Poucas vezes na história dos povos uma população assumiu — de forma tão decidida — a defesa das liberdades democráticas, ameaçadas por um golpe militar. Dessas liberdades democráticas muito relativas, pois não significam em si a solução dos grandes problemas sociais. Que, porém, haviam custado muita luta no passado e poderiam ser o caminho pelo qual transitara o processo de libertação nacional e social do povo brasileiro.

Não havia dispositivo militar que pudesse resistir ao poder corrosivo das proclamações da *Rádio da Legalidade*, nem a presença em massa do povo nas ruas. Formavam-se milícias populares; o alistamento era impressionante: no dia da chegada de Jango, os voluntários eram mais de 500 mil. Praticava-se ordem unida nas ruas de Porto Alegre e nas cidades e vilas do interior. Desenterravam-se velhas armas, restos das revoluções do passado e improvisavam-se outras. Fabricavam-se “bombas molotov” para serem lançadas nos tanques do exército, se esses chegassem a sair dos quartéis.

Isso porém não aconteceu. Confirmando uma antiga tradição — povo rebelado nas ruas provoca a quebra da disciplina nos quartéis — os sargentos e os oficiais nacionalistas foram conseguindo o controle das diversas unidades do III Exército. Isso impedia que os comandos do mesmo cumprissem as ordens de atacar que chegavam de Brasília.

O momento mais dramático que vivemos no Palácio Piratini iniciou-se quando o serviço de rádio interceptou, no terceiro dia da crise, uma ordem expressa, categórica, firmada, em nome da Junta Militar, pelo general Orlando Geisel *, mandando iniciar de imediato o bom-

* A mensagem de Orlando Geisel pode ser lida, na íntegra, no Anexo.

bardeio da sede do governo estadual. Como, em seguida, o general Machado Lopes, comandante do III Exército, pedisse uma entrevista a Brizola, a conclusão parecia evidente: ele viria apresentar um ultimatum, exigir a capitulação.

Partindo dessa suposição, Brizola ocupou uma vez mais o microfone da *Rádio da Legalidade*. Como aquela podia ser a última das oportunidades de comunicar-se com o povo (se se concretizasse o cumprimento das ordens da Junta, a primeira providência das tropas do III Exército seria silenciar — ocupando as torres de transmissão — a rádio), ele lançou a sua mais dramática convocação ao povo: que todos resistissem — nas ruas e dentro dos quartéis — por todos os meios possíveis (não cumprindo as ordens dos superiores hierárquicos, com greve geral, sabotagem, etc.), à consolidação do golpe militar.

A hipótese pessimista não se concretizou: a missão de Machado Lopes era outra. A ação conjugada do povo e dos militares progressistas havia neutralizado o III Exército como força de combate. Sem possibilidades de cumprir as ordens dos “ultras” que chegavam de Brasília, não querendo passar à história como responsável por um genocídio, o general vinha aderir, colocar seu comando e suas tropas a serviço da legalidade.

Não haviam ainda transcorrido 72 horas do início da crise e todo o Rio Grande do Sul já era “território livre”. O povo havia ganho sua primeira batalha, que significava o controle dos três estados do sul e do mais poderoso dos quatro corpos de exército. Além disso, as palavras de ordem revolucionárias da *Rádio da Legalidade* chegavam a todo país, ganhando o povo para a causa e fazendo deteriorar aceleradamente a disciplina nas demais unidades do exército. Se chegasse a eclodir a luta armada, em poucos dias poderia ser alcançada a vitória final.

Enquanto isso, em Brasília, o Congresso encurralado entre a bota militar e o levantamento popular do sul do país, tratava desesperadamente de encontrar uma fórmula conciliatória. As velhas raposas políticas — representantes dos interesses oligárquicos — tentavam aplicar a secular tática de anular um avanço popular efetivo: ceder aparentemente para conservar seus privilégios; “mudar” para que tudo continuasse na mesma...

A solução encontrada para impedir o avanço popular foi o parlamentarismo *. Com a adoção desse regime, grande parte dos poderes do Presidente da República passariam ao Primeiro Ministro, sendo este escolhido pelo Congresso. Graças à maioria conservadora no mesmo,

* O texto da emenda parlamentarista está incluído no Anexo.

os interesses das classes dominantes e dos monopólios estrangeiros continuariam intocáveis.

Na realidade, a modificação era totalmente desnecessária. Ela foi motivada pela fama de Jango. Já vimos no capítulo correspondente, que a fama era totalmente injustificada. O futuro presidente não necessitava de nenhum poder moderador. Ele já estava desde sempre manietado, amordaçado, imobilizado por seus interesses de classe e por seu espírito conciliador. Suas posições progressistas — que assustavam as classes dominantes, os militares e os congressistas — nunca haviam passado de palavras ao vento, de pura demagogia populista.

Já vimos como Jango, quando de sua passagem por Montevidéu, foi ganho para a fórmula conciliatória do Congresso, que lhe foi apresentada por essa velha raposa mineira Tancredo Neves (premiado esse, posteriormente, pela eficiência de sua ação, com o posto de primeiro-ministro). Goulart, convencido menos pelos argumentos trazidos de Brasília, do que por suas próprias convicções e interesses, capitulou. Quando viajou a Porto Alegre já estava ganho para a causa anti-popular.

Havia outro obstáculo muito importante, quase intransponível, à continuação da luta popular em termos mais radicais. A palavra de ordem “legalidade”, lançada por Brizola, absolutamente justa no primeiro momento, transformar-se-ia dialeticamente durante o processo.

Por um lado, por ser uma bandeira liberal, conseguiu uma adesão quase total. À posição inicial de Brizola, dos trabalhadores, dos estudantes, da pequeno-burguesia foram aderindo paulatinamente os demais setores da burguesia e do próprio latifúndio. Inclusive os “coronéis”, os chefes políticos da reação no interior do estado, os grandes latifundiários, terminaram por assumir a causa de Jango. Nesse particular deve haver influído decisivamente o bairrismo, o regionalismo exaltado do gaúcho: *estavam pisando no nosso poncho...*

Em conseqüência, o avanço unitário foi mais longe do que o esperado. A frente formada contra o golpe militar se tornou demasiada ampla. A quantidade prejudicava a qualidade. A situação se diluiu: era água no vinho, uma soma algébrica.

Por outro lado, a palavra de ordem “legalidade”, que inicialmente respaldara o movimento popular, passaria, com a adoção pelo Congresso da fórmula do parlamentarismo e com a capitulação de Jango, a ser bandeira do inimigo. Brizola compreendeu perfeitamente essa situação castradora e tratou de criar novos fatos, que radicalizando a situação, possibilitassem novos avanços revolucionários.

Uma das medidas tentadas foi provocar levante de camponeses no interior do estado. Isso daria um conteúdo social ao movimento

iniciado sob inspiração exclusivamente liberal. Seria a transformação qualitativa necessária para dar um conteúdo efetivamente revolucionário ao movimento.

Com esse propósito, Brizola nos chamou e a Milton Serres Rodrigues, o dirigente do Movimento dos Agricultores sem Terra e decidimos uma ação concreta em Encruzilhada do Sul, onde se encontrava o primeiro e mais bem organizado dos núcleos do MASTER. Porém a unidade da frente legalista havia chegado a tais extremos que fez abortar a solução revolucionária. Dizia-nos horas depois, desesperado, de Encruzilhada, pelo telefone, Milton: *Não é possível fazer nada. Todo o mundo aderiu. Até os coronéis estão se alistando do nosso lado para defender a legalidade. Não há com quem lutar. . .*

O acontecimento nos ensinou mais sobre o processo dialético do que havíamos assimilado em quase vinte anos de leitura de clássicos marxistas.

Finalmente, o obstáculo maior à transformação qualitativa do movimento, de liberal em revolucionário: o III Exército, que graças à sabedoria política de seu comandante, havia aderido de forma organizada à causa popular. A clássica estrutura castrense não havia sido quebrada: as armas não haviam chegado ao povo. O reduzido e antiquado armamento de reserva da Brigada Militar e milhares de revólveres "Taurus", fabricados no estado, haviam sido distribuídos aos sindicatos e organizações estudantis, porém constituía uma gota d'água em comparação com o potencial bélico das FF.AA.

A Resistência Democrática foi vitoriosa. A revolução foi perdida.

Já vimos no capítulo sobre Jango, a vergonhosa capitulação. Com a chegada do cunhado, Brizola perdeu o controle da situação. O incitamento à Revolução cedeu lugar à conciliação. O falso argumento humanista — *da necessidade de evitar o derramamento de sangue, sempre utilizado pela oligarquia e seus representantes frente a situações de enfrentamento extremo* — foi vitorioso uma vez mais. Como se pudesse ser considerada — como um impedimento absoluto, infranqueável — a perda de algumas centenas ou milhares de vidas, num país onde, em razão da arcaica estrutura social e da espoliação imperialista, morrem anualmente quase um milhão de crianças com menos de um ano de idade.

A condução de Brizola durante a crise foi quase perfeita. Cometeu poucos erros e somente um grave: reclamar a volta imediata de Jango. Se a ausência de Goulart houvesse se prolongado por alguns dias mais, novos acontecimentos poderiam ter permitido imprimir novos rumos ao processo.

Por sua maneira franca, direta de atuar, sua falta de malícia, e, no caso, em razão de sua amizade e cunhadio com Jango, Bri-

zola perdeu a oportunidade de sua vida, que foi também a oportunidade maior — até hoje — do povo chegar ao poder. Aqui no exílio, Brizola lamenta não haver deixado Jango no exterior, ou o aprisionado no Piratini, enquanto tocasse o barco . . .

Apesar de haver fracassado no fundamental, o movimento deixou um saldo altamente positivo. O fato do povo haver conseguido derrotar um golpe militar — inédito na história do país — contribuiu decisivamente para sua conscientização. A divisão verificada dentro dos quartéis demonstrou que o exército não é um todo monolítico, incondicionalmente ao lado das classes dominantes; que pode ser trabalhado politicamente e ganho, parcialmente ao menos, para a causa popular.

Além disso, a crise havia produzido e projetado nacionalmente um líder popular. Demonstrando grande sensibilidade histórica, sentido de oportunidade, capacidade de decisão, enorme ascendência sobre as massas e coragem política e pessoal — Brizola emergiu do episódio como o grande líder nacional. Entre agosto de 1961 e março de 1964 ele encarnou as esperanças das classes trabalhadoras, dos setores humildes da população, os anseios de libertação do povo brasileiro.

O governador e o agitador social

Brizola saiu da crise muito amadurecido ideologicamente e determinado a jogar-se até as últimas conseqüências em favor da causa da libertação nacional e social do povo brasileiro. Aqueles oito dias no Piratini foram daqueles que valem por vinte anos.

No início de 1962, Brizola via assim a problemática brasileira: *Há duas alternativas: reformas pela evolução ou reformas pela revolução. E quando digo “reformas” não quero dizer um Acordo de Livre Comércio *, que levará doze anos para produzir magros rendimentos; nem tampouco um programa de colonização que pudesse dar a dez, vinte ou a cinqüenta mil camponeses áreas de terras áridas, sem maquinaria agrícola, créditos e conhecimentos para torná-la fértil. Não me refiro tampouco às reformas financiadas por uma Aliança de dez anos **, executada através das oligarquias locais.*

A América Latina precisa de milhares de escolas, este ano; uma reforma agrária que comece a dar terras a milhões de camponeses, hoje; um programa da industrialização que desenvolva os recursos ociosos e proporcione milhões de empregos, agora.

* Referência à ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

** Referência à Aliança para o Progresso.

Em resumo, precisamos modificar toda a estrutura econômico-social de nosso continente. E ela se modificará — seja ou não pela violência. Aqui, no Rio Grande do Sul, estamos jogando nossa própria vida na convicção de que isso pode ser feito pela via pacífica.

Dentro de sua tentativa de avançar pelo caminho pacífico, Brizola, apesar dos obstáculos resultantes de uma infra-estrutura arcaica, do fato de ser o RGS um estado em perda relativa dentro do conjunto nacional, e de ter que enfrentar a sabotagem permanente de J.K. no poder central (Juscelino ao sonegar por todos os meios recursos para o RGS, tratava de desmoralizar Brizola, seu eventual competidor nas futuras eleições presidenciais), conseguiu alguns êxitos notáveis.

O número de escolas, que era de 1.795 em 1958, passou a 4.500 no fim de seu governo, oferecendo mais de 600 mil matrículas, número suficiente para atender a toda população em idade escolar do Estado. Além disso, foram construídas 69 escolas técnicas de nível secundário, com capacidade para 30 mil alunos. 20 mil novos professores foram contratados no quadriênio. Tudo dentro da meta estabelecida por Brizola: *A primeira tarefa é conseguir que todos aprendam a ler e escrever.* Somente os cubanos conseguiram, na América Latina, um avanço maior nesse terreno.

Tratando de superar a maior barreira que obstaculizava o desenvolvimento econômico do estado, nacionalizou a *Bond and Share* e conseguiu aumentar o potencial energético instalado de 180 mil para 400 mil kws, iniciando a construção de outras instalações que elevariam a produção para um milhão de kws. Ainda dentro do setor de infra-estrutura industrial, criou a *Aços Finos Piratini*.

Já vimos, no capítulo relativo aos camponeses, o que foi sua atuação em favor da reforma agrária, tanto a nível estadual como nacional.

Porém a maior contribuição de Brizola ao processo político do povo brasileiro situou-se, desde o início, noutro plano: o da conscientização e politização populares. Ainda quando prefeito de Porto Alegre, em 1955, Brizola daria início a uma prática que revolucionaria a vida política, inicialmente no RGS e posteriormente a nível nacional: a utilização do rádio como elemento de contato entre líderes e massas, objetivando a rápida conscientização das mesmas.

A participação do povo, especialmente das populações rurais, no processo político era insignificante. Seus contatos com os líderes políticos, especialmente com aqueles que ocupavam postos de governo eram quase inexistentes. Depois das eleições, o diálogo povo-governantes interrompia-se totalmente. As possibilidades das massas influir sobre aqueles que exerciam o poder em seu nome eram mínimas. Por outro lado, os governantes, encerrados nos palácios, rodeados por

uma verdadeira barreira de burocratas, isolavam-se, perdendo a possibilidade de auscultar o sentir popular.

Brizola, tanto na prefeitura de Porto Alegre, como no governo do Rio Grande e posteriormente no âmbito nacional, manteve sempre o diálogo com o povo. Um diálogo que se produziu através das milhares de cartas que recebia e das palestras radiofônicas semanais que realizava. Uma forma de democracia direta, inédita no Brasil e América Latina, e que depois seria aplicada sistematicamente e de forma aperfeiçoada por Fidel em Cuba.

A vinculação entre o líder e as massas produziu resultados altamente satisfatórios, nos dois sentidos. Sensível às aspirações populares, ao seu inconformismo, ao seu incipiente espírito revolucionário, Brizola foi afirmando suas próprias convicções políticas e sociais. Inicialmente de forma confusa, vacilante, como vacilantes e confusas eram as aspirações populares.

Suas falas radiofônicas semanais (sim, tinham muito mais de conversa entre amigos do que de conferências eruditas), ao longo de quase dez anos, refletiam sua evolução ideológica, fundada especialmente nos influxos populares que recebia e assimilava. À medida em que consolidava novas convicções, Brizola as transmitia, ou melhor, as devolvia ao povo. A essa relação entre as massas e seu líder deve ser atribuída, em grande parte, a acelerada conscientização política verificada no Brasil entre agosto de 1961 e o golpe de abril de 1964.

Pelos microfones da rádio Mairink Veiga, Brizola predicava com crescente intensidade e poder de convencimento as medidas que considerava necessárias à libertação do país e do povo. Em primeiro lugar, a campanha antiimperialista.

Partindo das idéias de Getúlio sobre os malefícios do capital estrangeiro, Brizola foi evoluindo. À luz das estatísticas, mostrava como o capital forâneo não somente era dispensável, como negativo para o desenvolvimento do país: as remessas de lucros, "royalties", juros, amortização de dívidas e outras "cositas más", excediam de longe as entradas de capitais, os empréstimos e a "ajuda" proporcionada por organismos como a Aliança para o Progresso*.

Sua campanha contra a iniciativa paternalista-colonialista de John F. Kennedy, que objetivava somente disfarçar melhor e perpetuar a exploração de nossos países pelos Estados Unidos, foi especialmente brilhante. Um exemplo de sua pregação nacionalista:

* Entre 1947 e 1960, entraram no país US\$ 1.814 milhões, sob a forma de empréstimos e investimentos e saíram US\$ 2.459 milhões relativos à remessa de lucros, juros, etc. A esse saldo negativo soma-se o de serviços: US\$ 1.022 milhões. Total da perda: 1.667 milhões de dólares.

Podem os Estados Unidos realizar quantos "programas de alimentos para a paz" quiserem; podem autorizar consolidações de dívidas; podem continuar vendendo-nos equipamentos financiados; podem proporcionar-nos quantas 'alianças para o progresso' desejem; podem fazer-nos empréstimos e financiamentos de todo tipo. O único que conseguirão fazer aqui no Brasil é enriquecer aos grupos estrangeiros, ou então fazer surgir mais alguns milionários nativos, enquanto a miséria do povo vai seguir aumentando de forma alarmante.

Brizola denunciava também a ação intervencionista da Aliança para o Progresso, que comprometia o próprio sistema federativo e a soberania nacional: *A ação direta que desenvolve a embaixada norte-americana, deixando de lado o próprio governo federal (. . .), transforma-a em centro de romaria de prefeitos, vereadores, dirigentes de empresas públicas e particulares, buscando ajuda, mediante a recomendação da autoridade diplomática norte-americana. . .*

Sua posição sobre o capital estrangeiro chegou a extremos revolucionários. Brizola pregava a nacionalização de todas as empresas estrangeiras. Somente admitia aquilo que denominava "capital imigrante", ou seja, aquele que fosse trazido pelos alienígenas que viessem radicar-se definitivamente no país e que não teria, portanto, nenhum vínculo com o exterior.

Enquanto isso, Jango defendia posição diametralmente oposta: *Quero assumir a responsabilidade de dizer que o Brasil continua apresentando as melhores e mais excepcionais condições para a aplicação e expansão da iniciativa privada estrangeira.* Era cada vez maior o abismo entre os dois discípulos de Vargas.

E sua posição anti-imperialista não ficava em palavras; traduzia-se em fatos concretos. Além das expropriações da *Bond and Share* e da I.T.T., como governador do RGS, Brizola rechaçou publicamente toda a ajuda da Aliança. Foi o único, de todos os governantes, que recusou e denunciou a oferta feita pelos Estados Unidos, através do Ponto IV e que constituía uma das mais descaradas intervenções forâneas nos assuntos internos do país: *em troca de equipamento para as corporações policiais, os governos estaduais deveriam entregar à CIA os fichários da polícia-política.* Para evitar que seu sucessor o fizesse, Brizola mandou queimar, antes de entregar o governo, os arquivos do DOPS gaúcho. Ainda no terreno prático da luta anti-imperialista, ele mandou expulsar do território do RGS os "Voluntários da Paz".

Do ponto de vista social, sua evolução foi também permanente. Já vimos o que foi sua ação no tocante à reforma agrária, tanto a nível estadual como federal. Em entrevista a Victor Rico Galán, publicada na revista mexicana "Siempre" e no "Monthly Review", Bri-

zola explicava assim suas diferenças com Jango em relação à reforma agrária:

Ele e eu nos conhecemos na política e tínhamos as mesmas idéias. Ele é um reformista, desses que têm desejos de pintar as paredes dos ranchos dos camponeses, deixando-as muito bonitas, porém ficando eles com a casa grande. Não se dão conta que é na casa grande que deve se instalar a sede da cooperativa.

Eu fui abandonando essas idéias, compreendendo mais claramente as coisas e ele foi fazendo uma política de conciliação, de tal modo que agora nosso diálogo é cada vez mais difícil.

Como já vimos, o diálogo foi diminuindo à medida em que Jango traía seus compromissos de efetivar as reformas, em que capitulava frente à intervenção da embaixada norte-americana e às imposições do F.M.I., chegando à ruptura total quando da negociata da *Bond and Share*.

Posteriormente, escrevendo no PANFLETO, Brizola traçava o retrato do líder popular que se afasta de suas origens políticas e trai a causa popular. O destinatário da crítica era evidentemente Jango, porém essa servia, sob medida, para muitos outros líderes, também em processo galopante de acomodação e aburguesamento:

Tendo ainda nas mãos a bandeira com que começaram a jornada, aí estão falando com moderação às massas, cuja confiança conquistaram, em uma linguagem bem distinta das primeiras arengas. É que os bens acumulados, a comodidade conquistada, a importância das posições usufruídas — se tornaram hábito. E o medo de perder tudo o que conseguiram, transforma sutilmente a mensagem transmitida.

Passam a ser revolucionários só de palavra. Continuam destacando os problemas populares, porém a incitação já não é mais para a luta, senão para a paciência. E em nome da prudência, pregando calma e contenção, dirigem sua ação não no sentido de resolver os problemas das massas, já esquecidos, senão com o objetivo de manter a situação, que favorece seus interesses pessoais (. . .).

Considero que este é o maior obstáculo para a ação das forças populares. Por isso, penso que é um dever dos líderes autênticos a vigilância permanente e a coragem da denúncia, que longe de ser divisionista, combate o divisionismo, alertando o povo para o grave obstáculo e oferecendo-lhe condições para poder distinguir os líderes legítimos e liquidar com os que se corrompem.

A melhor advertência que posso fazer ao povo, com a finalidade de auxiliá-lo no julgamento de seus líderes, é que observe não o que dizem, senão a ação daqueles a quem segue. Porque uma ação

corajosa vale mil vezes mais do que um milhão de palavras, por ousadas que sejam . . .”.

Enquanto Jango tratava de conquistar a confiança das classes dominantes e aceitava a aberta, descarada intervenção do “vice-rei” Lincoln Gordon (o embaixador norte-americano), Brizola acusava aos integrantes da oligarquia de “classes agentes” do imperialismo. Num dos seus pronunciamentos fundamentais — a conferência de Presidente Prudente * — afirmou:

Quais são os brasileiros comprometidos?

São aqueles que integram a casta dos privilegiados, são aqueles que não têm pressa para nada, que usufruem mais direitos do que os usufruídos pela grande maioria do povo brasileiro, embora a lei a todos declare iguais; são aqueles que, encastelados em suas posições, não se sentem obrigados a um mínimo de solidariedade ou dever com o povo deste país.

São aqueles que, nesta altura do século, brandem as teses do liberalismo econômico, com elas encobrendo o seu egoísmo anti-social e anti-cristão, a sua ânsia anti-humana de riqueza, a sua desarvorada sede de poder econômico e político.

São os que defendem o latifúndio e, quando falam em liberdade, não estão defendendo senão a sua liberdade de continuarem ricos num país de pobres. E quando falam em segurança, não pensam senão na estabilidade de seus negócios, enquanto todo o resto da Nação se afunda na incerteza, no temor, no medo, atormentado pela insegurança e falta de perspectivas materiais.

São os sócios diretos ou indiretos do processo espoliativo. São moralmente insensíveis. São os que fazem o seu bem-estar, mesmo vendendo as suas consciências, como instrumentos dos que exploram o nosso povo.

São os que, para resguardar seus interesses, nesta hora preme de inquietações e sinais inequívocos de inconformismo popular, não sentem qualquer escrúpulo em apelar para a intervenção estrangeira, sem quaisquer reservas ou um mínimo de cautela, entregando o povo brasileiro indefeso, de pés e mãos amarrados, ao domínio e à exploração dos grupos nacionais e corporações internacionais. . . .

Em razão da associação das classes dominantes com os monopólios internacionais, a revolução libertadora seria conduzida, necessariamente, pelas classes que não traíram a causa nacional. Eliminada a possibilidade da participação da burguesia — já não mais nacional, senão associada — o movimento de libertação assumiria, inevitavelmente, características socialistas.

* Transcrita na íntegra no Anexo .

Brizola chegava à conclusão de Juan Carlos Mariátegui (sem nunca haver lido o grande teórico peruano): *Não é possível ser nacionalista e revolucionário sem ser socialista.*

A uma pergunta de Victor Galán sobre como concebia a Revolução, Brizola respondeu: *Através da unidade de todos os patriotas, a Revolução tem como imperativo as soluções socialistas. E não se trata de escolher uma doutrina num livro e sim porque somente as soluções socialistas permitem a defesa dos povos do imperialismo.*

Você me perguntará como cheguei a essas conclusões. Quando fui eleito governador, eu era um político convencional, com todo os preconceitos, convencido de que bastava fazer uma boa administração, trabalhar muito, organizar muito, para melhorar a situação do povo em todos os aspectos.

Porém vi que o povo trabalhava mais e melhor e apesar disso empobrecia. Então compreendi o fenômeno do Nordeste e do empobrecimento da América Latina em geral. Depois, quando tomei medidas contra certas empresas que nos exploravam, surgiu frente a meus olhos, em sua totalidade, o problema da opressão imperialista.

É como se você e eu quiséssemos pôr em ordem os móveis desta sala, porém pela porta aberta alguém os estivesse roubando. Chegaria um momento em que já não haveria mais móveis para pôr em ordem. Por isso, o primeiro de tudo é fechar a porta à espoliação. . .

Compreendendo que a luta anti-imperialista não tem fronteiras e que toda a América Latina era vítima da mesma agressão, Brizola tratava de dar uma nova dimensão ao nacionalismo: *Desde agora não podemos perder de vista a relação entre nossos povos e os problemas de nosso continente. Inúmeros pontos de contato identificam a problemática brasileira com a dos povos das demais repúblicas latino-americanas.*

E não poderia ser de outra forma, pois a pobreza tem uma estrutura comum, encontra-se disseminada na Ásia, na África e em nosso continente. Esta é uma das razões pelas quais devemos acompanhar com emoção a todos os movimentos de libertação que surgem nas áreas famintas e empobrecidas do mundo. Como América Latina, como todos os povos ainda prisioneiros do estágio semicolonial, nos encontramos submetidos a um mesmo processo de espoliação.

Surgia assim, o nacionalismo latino-americano, o nacionalismo terceiro-mundista.

Quanto à maneira de conseguir a libertação desses povos, Brizola já não tinha então nenhuma ilusão. Na conferência pronunciada no CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira), da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, afirmava com total convicção:

Na história humana não existe um exemplo de que a generosidade dos fortes houvesse sido fator de libertação das grandes massas oprimidas. Os carcereiros não rompem cadeias, não destróem muralhas, não derrubam bastilhas. Somente os oprimidos ganham sua liberdade através de uma luta na qual não escolhem entre a vida e a morte.*

Por um longo, sinuoso e contraditório caminho, Brizola havia chegado ao *nacionalismo popular revolucionário*. De político populista havia evoluído a líder revolucionário. E isso não através da teoria e sim da práxis administrativa e do permanente contato com o povo e seus problemas. Passando por um sistema de retortas — crise-povo-líder-povo-líder — se havia processado a transformação qualitativa do nacionalismo.

Estavam criadas assim as bases teóricas para o processo de libertação nacional e social do povo brasileiro. Uma teoria autêntica, já que não havia sido importada, senão surgida da própria realidade nacional. Uma teoria simples, primária — compreensível para as grandes massas — porém suficiente para a primeira etapa da Revolução.

Porém o outro fator básico, fundamental, indispensável para o processo revolucionário — a organização — havia sido tremendamente descuidado. Entre os “pecados” de Brizola o maior, o responsável pelo fracasso final, era a sua pouca vocação organizativa, a sua incapacidade de estruturar efetivamente, em forma revolucionária, a enorme massa que o apoiava. E conscientizar, politizar sem organizar é o mesmo que construir castelos de areia.

Somente poucos meses antes do golpe é que se deu conta dessa deficiência. E pregava então com seu entusiasmo contagioso: *Nesta luta global e sem tréguas que aqui se estabeleceu, o que temos que fazer, acima de tudo, é contar exclusivamente com nossas próprias forças e com a solidariedade de nosso povo. As grandes tarefas que devem absorver nossa tenacidade e nossas energias são: organização, organização, organização. Somente assim estaremos preparados para os momentos cruciais que se aproximam.*

Lamentavelmente, os momentos cruciais já estavam demasiado próximos. Mais adiante analisaremos o que foram as tentativas do brizolismo no campo da organização. Antes porém, vejamos outro episódio fundamental do período 1961/64: a outra grande oportunidade que teve o povo de chegar ao poder.

*Conferência transmitida pelo rádio a todo o país e posteriormente reproduzida em folhetos, numa tiragem recorde de 2 milhões de exemplares. Incluída na íntegra no Anexo.

A tentativa — frustrada — de golpe de esquerda de Brizola

No início de julho de 1962, a crise econômica, política e social atingia um nível já perigoso para o sistema. Em razão do total fracasso administrativo, das sucessivas mudanças de ministérios, da crise econômica herdada de administrações anteriores, das pressões imperialistas e da radicalização das massas populares, cansadas de esperar pelas reformas de base, o país encaminhava-se evidentemente para um desfecho. O difícil era prognosticar qual seria esse: *a revolução ou a contra-revolução*.

A inflação, iniciada com as loucuras faraônicas de Juscelino, já evoluía a taxas de 5/6% mensais. As emissões de papel-moeda se multiplicavam, tanto para atender o enorme déficit do Orçamento Nacional, como para suprir as prementes necessidades do setor privado, dessa “burguesia sem capital”. E também para financiar os monopólios estrangeiros que não haviam considerado necessário trazer “capital de giro”.

O ritmo do desenvolvimento econômico estava desacelerado ao máximo. Pela primeira vez desde 1930, o aumento do PNB era inferior ao crescimento demográfico. Situação que agravaria o já dramático índice de desemprego e subemprego.

O déficit da balança de pagamentos aumentava aceleradamente. As exportações já não eram suficientes sequer para atender os serviços da dívida externa (de cerca de 3 bilhões, herança também de JK), a remessa de lucros, “royalties”, etc.

Os projetos de reforma continuavam engavetados por Jango. Enquanto isso, crescia a tensão social tanto nas cidades como no campo. Sucediavam-se as greves e os movimentos camponeses se radicalizavam.

Em razão de tudo isso, generalizava-se, na área brizolista, a convicção de que somente uma solução não convencional, drástica, possivelmente violenta, poderia tirar o país do impasse em que se encontrava.

A experiência da *Resistência*, em agosto de 1961 — que demonstrara que parte do exército podia ser conquistada para a causa popular — servia de estímulo às conspirações com generais considerados progressistas.

A situação dos três principais comandos do exército era particularmente favorável naquele momento. O general Jair Dantas Ribeiro, que comandava o III e o general Osmino Ferreira Alves, à frente do I, especialmente este último, tinham bastante afinidade com as idéias de Brizola. O general Pery Beviláqua, no comando do II Exército, apesar de conservador, havia assumido uma posição legalista na crise de agosto (e posteriormente, num banquete em home-

nagem ao novo governador do RGS, Ildo Meneghetti, criara inclusive um incidente, ao referir-se a Brizola como o “Pelé da Legalidade”).

Por outro lado, graças à greve geral de 5 de julho, o “brizolismo” havia conseguido levar ao posto de primeiro-ministro o professor Francisco Brochado da Rocha, secretário de Justiça do governo do Rio Grande do Sul.

A conjugação desses dois fatores, mais a radicalização popular, em especial a possibilidade de fazer uma nova greve geral, criavam condições razoavelmente boas para conseguir — de uma forma ou outra — as reformas de base, uma mudança radical na orientação do governo, ou mesmo sua substituição.

Não sabemos como surgiu a conspiração, nem seus reais alcanços. Conhecemos somente os episódios nos quais participamos, que passamos a relatar.

O primeiro-ministro convocou a assessoria de Brizola, dirigida por Cibilis da Rocha Viana. O plano era elaborar uma série de projetos de “leis delegadas” para serem apresentadas ao Congresso. Este, colocado sob pressão popular e militar, ficaria frente à alternativa: aprovação ou fechamento. Aprovados ou não pelo Parlamento, os projetos seriam ampliados e transformados em leis. Eram leis bastante radicais, que alterariam fundamentalmente a infra-estrutura, as relações econômicas internas e externas.

Num ritmo de trabalho intenso, conseguimos elaborar os documentos básicos, 15 ou 16 projetos. Na madrugada de 10 ou 11 de setembro, terminamos o último dos que nos correspondiam (os relativos aos problemas agrários). O professor Brochado nos esperava, junto a Cibilis, em seu gabinete, para fazer uma última revisão.

Quando estamos iniciando a mesma, verificou-se um corte de luz que deixou o “Planalto” às escuras. Enquanto esperávamos, à luz de velas, o professor nos revelou alguns detalhes dos próximos lances da operação. No dia 13, ele se apresentaria ante o Congresso com o pedido de delegação de poderes e exigiria uma definição categórica e imediata, com o respaldo dos comandantes de exército. Ou o Parlamento aprovava o pedido, ou seria fechado imediatamente.

Brochado da Rocha nos afirmou que sua missão terminaria no momento de apresentar a advertência, ou ultimatum ao Congresso. Em seguida se demitiria e sairia do país. *Eu tomo um dos ‘Viscounts’ (os aviões presidenciais) e vou para Montevidéu. Cumprirei o prometido a Brizola, porém não quero participar da segunda etapa do processo*. E sorrindo, acrescentou: *“Isso corresponde a vocês, que são revolucionários. . .*

Ao terminar a revisão, o professor nos deu uma última missão: levar uma das cópias dos projetos ao general Osmino, no Rio. Foi a última vez que o vimos, pois ele seria a única vítima fatal do fracassado golpe.

No Rio entramos no circuito, cumprindo uma tarefa de ligação: em contato com o general Osmino, com Brizola no Sul, com Cibilis em Brasília, com os líderes da CGT (estava decidida a greve geral, uma garantia extra de que o golpe seria eminentemente popular). E ficamos esperando os acontecimentos: os dados estavam lançados. . .

A primeira parte do esquema golpista foi cumprida. No dia 13, o país tomou conhecimento da comunicação dirigida pelo general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército ao ministro da Guerra, general Nelson de Mello:

Face à intransigência do Parlamento e à iminência da reunião do gabinete, tendo em vista as primeiras manifestações de desespero que se verificam no território do Estado do III Exército, cumpra-me informar V. Exa., como responsável pela garantia da lei, do pleno sossego público e da propriedade privada neste território, que me encontro sem condições para assumir, com segurança e êxito, a responsabilidade do cumprimento destas missões se o povo se insurgir contra o fato do Congresso recusar o plebiscito para antes, ou no máximo, simultaneamente com as eleições de deputados próxima vindoura.

O povo é soberano e o regime é democrático. Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime, ou querer destruí-lo. Outra qualquer solução será, fatalmente, o princípio do fim de todas as memoráveis conquistas de nossos antepassados.

A presente declaração não é uma imposição, nem tampouco uma ameaça, mas apenas uma advertência que lhe julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. Exa., ante a possibilidade de me encontrar na contingência de transferir, aos poderes constitucionais da República, o meu compromisso de guardião das instituições, caso advenha de tais circunstâncias luta fratricida.

Enquanto aguardo instruções de V. Exa., tudo farei para garantir a ordem pública, estando o III Exército em rigorosa prontidão.

ass.

Gen. Dantas Ribeiro.

Tudo dependia da atuação do professor Brochado: ele era o homem-chave. Tanto do ponto de vista pessoal como político, ele foi um dos melhores tipos humanos que conhecemos (e tivemos con-

tato com a maioria dos políticos e homens públicos que atuavam no âmbito nacional durante os anos anteriores ao golpe).

Um homem sério, íntegro, honesto, intelectual e profissionalmente brilhante, que contrastava drasticamente com o político tipo medíocre e carreirista. Ideologicamente poderia ser classificado como um liberal progressista. Deve ter vivido um dos dramas mais intensos que pode protagonizar um homem público. Levado à conspiração pela convicção da necessidade das reformas e por sua admiração e lealdade a Brizola, ele estava fazendo algo que violentava suas idéias liberais.

Quando secretário de Justiça do governo do Rio Grande, B. da Rocha havia mandado imprimir uma edição em miniatura da Constituição. E andava sempre com um exemplar no bolso. Por uma dessas artimanhas do destino, um professor de direito constitucional estava destinado a deflagrar um golpe que, na melhor das hipóteses, arranharia bastante a Carta Magna.

Por isso, naquela noite de 13/14 de setembro de 1962, nos mantivemos em constante contato telefônico com Brasília (graças à colaboração decisiva do coronel Dagoberto Rodrigues, diretor do DCT, um dos homens-chave do movimento brizolista, dispúnhamos durante aqueles anos de todo o sistema de comunicação nacional), esperando ansiosos o desfecho, conscientes de que tudo dependia da batalha íntima entre o liberal professor Brochado da Rocha e o primeiro-ministro progressista.

O primeiro sintoma de que algo andava mal nos chegou sob a forma de um telefonema de Cíbilis: avisava-nos que, atendendo a um chamado do presidente da República, Brochado passaria pela Granja do Torto antes de dirigir-se ao Congresso. E todos conhecíamos soberbamente a capacidade dissuasiva — o “deixa disso” — do presidente.

Não sabíamos até que ponto esse estava na jogada. Porém Brizola nos havia assegurado: *A coisa se fará com Jango, sem Jango ou contra Jango.* Daí nossa preocupação.

Essa aumentou quando Lélcio de Carvalho, que cobria a situação no Congresso, nos informou que, ao chegar, o primeiro-ministro se reunira com a bancada do PTB, algo também inesperado. E que assustava, a maioria da representação trabalhista era composta de carreiristas da pior espécie, fisiológicos, absolutamente fiéis a Jango ou a qualquer outro que estivesse eventualmente no poder.

O que passou na Granja do Torto, o que aconteceu no local da bancada do PTB não o sabemos. O que constatamos em seguida, quando o primeiro-ministro falou no plenário da Câmara é que o

esquema original havia sido abandonado. A primeira parte do discurso foi a programada; porém, lá pelas tantas, o professor mudou de rumo: em vez de colocar o ultimatum, apresentou simplesmente sua renúncia. Ou seja, não criou o clímax necessário, não acendeu o estopim do golpe.

Entre o poder de convencimento de Jango, o fisiologismo da bancada do PTB e as convicções liberais do professor, diluiu-se todo o esquema de golpe progressista, tão trabalhosa e cuidadosamente montado. O povo perdeu sua segunda grande oportunidade de chegar ao poder.

A perplexidade e a frustração entre nós foi total. Brizola, indignado ao extremo, nos dizia pelo telefone: *Traição, traição...* Poucos dias depois de voltar a Porto Alegre, o professor Brochado da Rocha, evidentemente abalado pela enorme tensão que havia suportado, faleceu.

De todo o episódio o único beneficiário foi Jango. Evidentemente assustado com tudo o que passara, o Congresso votou favoravelmente uma emenda do senador Benedito Valadares a um projeto do deputado Gustavo Capanema, que decidia pela realização e fixava a data do plebiscito sobre a permanência ou não do sistema parlamentarista: 6 de janeiro de 1963.

O que realmente interessava aos setores populares — as reformas — ficou no limbo. Posteriormente, o legislativo aprovou, de forma muito diluída, alguns projetos. Entre eles, o que criava a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

Foi essa a última possibilidade das forças progressistas chegarem ao poder com respaldo de generais com comando de tropa. Em seguida, Jango e a burguesia paulista liquidariam com o excepcional esquema de comandos militares de que dispunha Brizola. O general Pery Beviláqua foi conquistado para a “causa democrática” pelo IBAD e o IPES*.

Depois de havê-lo iludido até o último momento com promessas de que o convocaria e manteria na ativa, Jango pôs o “pijama” no general Osmino**. E tirou o general Jair do comando do III Exército, colocando-o no ministério da Guerra, onde foi totalmente envolvido e neutralizado pelos generais golpistas.

* O general, com seu ideário positivista, via no avanço popular a anarquia, a desordem, a antítese do lema de Augusto Comte. Passou a classificar os sindicatos de *ninhos peçonhentos de víboras* e afastou-se radicalmente de Brizola.

** Por casualidade, encontramos o general Osmino no elevador do edifício da praia do Leblon, onde viviam Brizola e a progenitora de Jango, exatamente no dia em que venciam o prazo de sua permanência normal na ativa.

A fatal incapacidade para organizar um partido revolucionário

Aos caudilhos não lhes gosta criar e enquadrar-se em organizações políticas autênticas, definidas ideologicamente e disciplinarmente estruturadas. Pensam que com a organização perdem parte de seu poder de decisão. Isso é só parcialmente verdadeiro: inclusive em organizações marxistas, o líder continua sendo o líder e muitas vezes o líder incontestável; exemplos: Stalin e Mao Tse-tung. Em compensação, com a organização, um líder popular multiplica infinitamente seu poder, suas possibilidades de atuar sobre as massas, de chegar ao governo e de fazer a Revolução.

Ao supervalorizar sua força e seu prestígio pessoal e por acreditar no espontaneísmo das massas (esse, às vezes se manifesta, como em agosto de 1961; em outras ocasiões, como em 1.º de abril de 1964, não), os líderes populares de formação não-marxista relutam em organizar o povo em movimentos autênticos e politicamente poderosos.

Vargas, desmentindo, também nesse aspecto, a acusação que lhe faziam de “fascista” (os fascistas, assim como os marxistas, atribuem um valor fundamental à organização), não criou durante seu primeiro e longo governo nenhum movimento ou partido político. Entre 1930 e 1937 manteve os partidos tradicionais. Com o *Estado Novo* os fechou, não criando em substituição (ao contrário de Mussolini, Hitler, Franco etc.) nenhum movimento desses que se distinguem pelo uso de camisas de determinada cor. Proibiu, inclusive, o que usava a camiseta verde.

Em 1945, quando da redemocratização, Vargas pecou por excesso: fundou dois partidos, o Partido Social Democrático, para

Disse-nos o general, alegre, enquanto subíamos: *O presidente mandou me chamar*. Estava absolutamente convencido de que seria convocado e mantido na ativa. No dia seguinte os jornais anunciavam sua passagem à reserva.

Convencido de que o perigo maior para seus interesses era o *brizolismo*, Jango liquidou o dispositivo militar de Brizola, não somente a nível de comandos, como perseguindo, de forma implacável, os sargentos nacionalistas. Esses, depois do levante de Brasília, foram transferidos em massa para as guarnições mais longínquas. Na véspera do golpe, um dos poucos integrantes do *Comando Nacional dos Sargentos* que estava ainda no Rio era o sargento Amadeu — que posteriormente comandou a frustrada frente guerrilheira de Caparaó. E isso porque havia conseguido com um oficial médico do Exército um certificado de que necessitava ser operado de hemorróidas. Foi particularmente eficiente na desmontagem do esquema militar brizolista a ação do general Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência. Ao eliminar o esquema militar progressista, Jango já preparava (para o caso de que o enfrentamento chegasse ao dilema *revolução ou contra-revolução*) a entrega do poder à direita.

seus aliados das classes dominantes e o Partido Trabalhista Brasileiro para os trabalhadores.

Já vimos as motivações de Vargas para essa decisão possivelmente inédita nos anais da política mundial. Ao organizar dois partidos, ele partia da convicção de que, em razão do nível de estruturação já alcançado pelas classes sociais brasileiras, era impossível que uma mesma organização política pudesse defender com autenticidade os interesses da burguesia e do proletariado.

A essa convicção somava-se, é óbvio, o desejo de evitar que o Partido Comunista conseguisse ganhar a massa trabalhadora. Nesse particular, o PTB cumpriu plenamente os objetivos que lhe foram atribuídos pelo velho caudilho.

Porém fracassou totalmente na tarefa de ser efetivamente um *partido de trabalhadores*. Ideologicamente indefinido, organicamente invertido, com sua direção sempre em mãos de indivíduos originados de todas as classes sociais, menos do proletariado e dos camponeses, o PTB nunca constituiu um autêntico movimento de massas.

Na realidade, nunca foi mais do que uma legenda eleitoral, um receptáculo dos votos das classes trabalhadoras e de setores da classe média. Nesse sentido constituiu inegavelmente um sucesso. Partindo de somente 22 deputados em 1946 (contra 14 do PCB), evoluiu para 66 em 1958 e para 116 em 1962. Nessas últimas eleições superou a UDN, tornando-se o segundo partido nacional. Nas de 1965 — se não fosse o golpe — seria seguramente o mais votado.

Porém, mesmo como partido eleitoral, o PTB era uma contrafação. Um partido que recebia os votos das classes trabalhadoras que, porém, não elegia trabalhadores. Já vimos que na Câmara eleita em 1962 havia somente três operários: um comunista e dois trabalhistas. Dois em 116.

Assim como não conseguiam ser eleitos pelo *seu partido*, os trabalhadores nunca chegaram a participar efetivamente de sua direção. Essa sempre esteve em mãos de políticos originados nas classes dominantes e de um ou outro dirigente sindical, mais ou menos apelegado. O fato de que Jango — um dos maiores e seguramente o mais voraz dos latifundiários do país — tenha controlado de forma absoluta o PTB desde a morte de Getúlio, constitui uma prova inofismável de que esse não era o *partido dos trabalhadores*.

Do ponto de vista ideológico, o PTB nunca se definiu. Seu programa é uma mescla de nacionalismo muito diluído, de vagas idéias socializantes e de populismo. Algumas tentativas de dar um maior conteúdo programático à organização — como a protago-

nizada por Alberto Pasqualini — foram abafadas no nascedouro pelos setores populistas-fisiológicos.

Além disso, o PTB nunca conseguiu ser efetivamente um partido de âmbito nacional. Considerando as enormes diferenças de nível e de tendência existentes de estado a estado, foi na realidade uma enorme colcha de retalhos de várias cores.

Orgânica e ideologicamente o PTB gaúcho foi de longe o melhor. Inicialmente pela influência de Pasqualini e posteriormente pela liderança de Brizola, a seção riograndense foi quanti e qualitativamente a mais importante.

Porém mesmo no RGS encontrávamos na direção do partido gente como Aníbal de Primio Beck, Vítor Issler, Loureiro da Silva e Michaelsen etc., legítimos representantes do latifúndio e do capital financeiro. Esse último — banqueiro de profissão — chegou a ser o candidato ao governo do Estado, em 1962. Confirmando — como no caso do marechal Lott — que o povo não aceita passivamente decisões espúrias adotadas na cúpula, foi derrotado.

Na Guanabara, em parte como uma reação ao governo direitista de Carlos Lacerda e em razão da militância de Brizola, o PTB conseguiu, pelo menos entre 1961/64, um nível bastante alto de representatividade e autenticidade.

Em contrapartida, em São Paulo, onde se concentra o grosso do proletariado, o PTB era insignificante em números e qualitativamente o pior possível. Dirigido por dona Ivete Vargas — cuja única credencial era ser sobrinha-neta do “Velho” — nunca foi mais do que um modesto caudatário do “janismo” e do “adhemarrismo”.

Em alguns Estados, especialmente no Nordeste, o PTB se situava, ideologicamente, à direita da UDN. Uma das piores missões que nos deu Brizola foi a ir à Bahia, para preparar sua visita em apoio à candidatura progressista de Waldir Pires. Tinha que ver a “mafia” que era o partido comandado por Clemens Sampaio e Lomanto Júnior.

À medida em que evoluía ideologicamente, que se lançava à luta contra o imperialismo e o latifúndio e divergia cada vez de forma mais radical de Jango, Brizola tornava-se um corpo estranho dentro do PTB nacional. Apesar de todo seu prestígio de “herói da legalidade” não conseguiu controlar nenhuma seção estadual do partido além da gaúcha.

Jango, inicialmente com base na máquina do Ministério do Trabalho (durante o governo de Vargas; posteriormente, no período de JK, o PTB também controlou esse Ministério-chave e o da

Agricultura) * e posteriormente com o enorme potencial representado pela Presidência da República, corrompeu totalmente os sindicatos, o PTB e assim como de contrapeso, o próprio PCB.

Brizola, depois de agosto de 1961, passou a viver um dilema de muito difícil solução. Como não conseguia ganhar o PTB (a nível de direção) para suas novas e crescentemente radicalizadas posições, a solução seria abandonar o partido e fundar outro que assumisse efetivamente o ideário nacionalista popular-revolucionário.

Essa solução apresentava, entretanto, uma série de riscos. Em especial, o perigo de perder a legenda representada por Getúlio Vargas e de dividir a massa trabalhista. A experiência histórica demonstrava que as dissidências sempre haviam tido pouco êxito no Brasil **.

Imobilizado pelo receio de romper com o PTB, porém convencido de que através do mesmo não conseguiria viabilizar sua evolução ideológica e sua ação revolucionária, Brizola tratava de sair pela tangente: formar organizações de frente única e aliar-se a outras organizações de esquerda.

Foi assim que logo depois da Legalidade ele fundou, com Mauro Borges, governador de Goiás e deputados nacionalistas, a *Frente de Libertação Nacional*. Porém o fazia a nível pessoal e de algo indefinido e inorgânico que começava a designar-se “brizolismo” e não em nome do PTB, que não controlava. Exatamente por sua falta de representatividade orgânica, a FLN teve uma duração efêmera, não havendo influído para nada na política nacional.

No começo de 1963, quando suas divergências com Jango já chegavam ao nível de ruptura (que, como já vimos, consumou-se em maio, quando do escândalo da *Bond and Share*), Brizola partiu para a organização da *Frente de Mobilização Popular*.

Apesar de Brizola representar, em termos de prestígio popular, uma força considerável, possivelmente majoritária, foi necessário

* Mário Meneghetti, ministro da Agricultura designado por Jango, é um exemplo típico do trabalhista fisiológico. Apoiou o Acordo do Trigo Americano, uma das mais brutais agressões econômicas que sofreu o Brasil. Em consequência, foi forçado, pelos triticultores, a demitir-se, num congresso efetuado em Cachoeira do Sul.

** Quando, depois do XX Congresso do PCUS, verificou-se o “racha” no Partido Comunista, o setor dissidente, apesar de ser liderado por homens do nível de João Amazonas, Maurício Grabois e Lincoln Oeste, não deve haver conseguido controlar mais de 10% das bases para formar o Partido Comunista do Brasil. Igualmente, uma dissidência organizada pelo deputado Fernando Ferrari — apesar de esse haver sido líder da bancada do PTB na Câmara Federal — nunca teve maior expressão.

formar a FMP com uma estrutura muito especial. Como o PTB estava sob o controle de Jango e o “brizolismo” continuava sendo algo inorgânico, a solução foi organizar a frente com base em organizações classistas.

A integraram a CGT, a UNE, a UBES, a Frente Parlamentar Nacionalista, as organizações camponesas, da oficialidade nacionalista, dos sargentos e marinheiros, o PCB e obviamente, como força dirigente — apesar de sua inorganicidade —, o “brizolismo”.

Apesar de constituir um organismo muito limitado — na realidade, uma espécie de forma de debates dos distintos setores que constituíam as forças populares — e das constantes investidas divisionistas de Jango e — como vimos — do PCB, a FMP conseguiu pôr um mínimo de ordem no verdadeiro caos que eram as esquerdas brasileiras. Porém, é óbvio, não estava em condições para dirigir efetivamente o processo em fase de acelerada radicalização. Somente um autêntico partido popular poderia haver conduzido os acontecimentos num rumo revolucionário.

Paralelamente, Brizola dava total apoio a todas as organizações que assumiam posições revolucionárias. À oficialidade nacionalista, ao Comando Nacional dos Sargentos, à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, à Ação Popular, que dirigia a UNE com claro sentido revolucionário etc.

Continuava faltando, porém, o fundamental: um movimento de massas, que com base na ideologia do nacionalismo popular-revolucionário (já então perfeitamente definida, como vimos), se estruturasse num partido revolucionário.

Somente em fins de 1963 é que Brizola, já então consciente da gravidade da situação, decidiu-se a lançar os “Grupos dos 11”, destinados a constituir as bases da futura organização. Numa demonstração do enorme potencial organizatório que até então havia sido desperdiçado, em somente três meses foram criados entre 30/40 mil grupos. Num ritmo violentamente ascendente que chegaria — se não fosse o golpe — a seguramente 200 mil antes do fim do ano.

A partir do movimento de massas constituído pelos “Grupos dos 11”, pensava-se organizar numa segunda etapa, o partido revolucionário, já então considerado indispensável por Brizola. Um partido que teria inclusive seu “braço armado”, constituído pela oficialidade nacionalista, pelos sargentos e marinheiros.

Entretanto, por haver surgido muito tarde, a organização foi alcançada pelo golpe em sua fase embrionária. Somente no Rio de Janeiro havíamos começado a estabelecer os contatos entre os “G11” para vinculá-los verticalmente.

O fato de não havermos lançado o movimento logo depois da “Resistência Democrática”, quando o prestígio de Brizola era absoluto e de haver perdido dois anos de tempo precioso, esperando que os generais nacionalistas fizessem a Revolução, ou que ocorresse uma nova explosão de espontaneísmo popular (como em agosto de 1961) — constitui a grande responsabilidade histórica do brizolismo.

A radicalização verbal não respaldada num partido revolucionário constitui um suicídio político. Equivale a cutucar a onça com vara curta...

Todo o enorme crédito que o brizolismo havia acumulado — com a Resistência, com as campanhas e as medidas antiimperialistas, com a luta pelas reformas de base, com a conscientização de massas etc. — desapareceu frente ao débito representado pela sua incapacidade organizadora.

XIV

A INFLAÇÃO E A CORRUPÇÃO

Nos acontecimentos que estamos analisando e em especial na destituição de João Goulart, tiveram atuação destacada — possivelmente decisiva — dois “personagens” muito importantes dentro do sistema capitalista: a inflação e a corrupção.

O primeiro deles é misterioso. Apesar de afetar a todos e discutido por muitos, o fenômeno da inflação é compreendido por muito poucos, pelo menos em nossos países, onde este processo se manifesta com muito maior violência do que no mundo rico.

Apesar de influir decisivamente na vida cotidiana de nossos povos, a inflação somente é compreendida plenamente por uma pequena minoria de iniciados. E esses, em sua imensa maioria, incluídos pelos interesses ocultos (que se beneficiam com a inflação), não revelam o mistério. Ao contrário, tratam de mistificar, ocultando as verdadeiras causas do fenômeno. Isso aumenta ainda mais a auréola de sobrenatural que rodeia a inflação.

Os economistas ortodoxos, os defensores da livre iniciativa (que, contraditoriamente figuram nas folhas de pagamentos dos monopólios estrangeiros, que constituem a própria negação dos princípios liberais da concorrência), cujo “Papa” no Brasil é Eugênio Gudin, advogado da *Light and Power*, atribuem a inflação a quatro ou cinco causas, todas elas internas, de caráter financeiro e administrativo.

Segundo os “monetaristas”, as causas da inflação brasileira seriam: os constantes déficits nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios e os prejuízos das empresas estatais; os salários “muito altos”, os “excessivos” benefícios sociais, a “baixa” produtividade dos trabalhadores e a sua “crescente” participação no consumo.

Os déficits nos orçamentos oficiais e nas empresas do Estado seriam conseqüência do empreguismo exagerado, do excesso das

inversões estatais, das baixas tarifas dos serviços públicos e da corrupção dos governantes e administradores nos diversos níveis.

As “soluções” pregadas pelos “gudins” são drásticas: equilibrar os orçamentos, promovendo a dispensa em massa dos funcionários e trabalhadores; diminuir os investimentos oficiais e aumentar as tarifas dos serviços públicos; liquidar a legislação trabalhista, liberalizando assim as relações de trabalho, eliminando coisas como a estabilidade dos trabalhadores e os dissídios coletivos e aumentando — paralelamente — a produtividade pelo aceleração do ritmo e a prolongação das jornadas de trabalho.

Simples, não?

Existiriam, é óbvio, algumas dificuldades para pôr em prática as “soluções” monetaristas. Que fazer com os funcionários públicos despedidos e com os operários que ficariam sem trabalho em razão da diminuição dos investimentos públicos e da intensificação do ritmo de trabalho?

Porém, os economistas a serviço dos monopólios internacionais capitaneados pelo sr. Gudin, encontrariam obviamente “soluções” para os excessos do *Estado populista*. Intervenção nos sindicatos, eliminação dos líderes políticos e sindicais mais molestos, proibição das greves, ou outras quaisquer reivindicações dos trabalhadores.

Se isso não fosse suficiente para proporcionar uma rápida acumulação de capital às empresas, poderiam propor soluções mais drásticas: cercar as fábricas com arame farpado, colocando sentinelas nos portões de acesso. Mais arame farpado para construir os campos de concentração nos quais seriam encerrados, para liquidação gradual, os excedentes, os desocupados e os subversivos, os que perturbam o pleno desenvolvimento da iniciativa privada e põem em risco a civilização ocidental e cristã. . .

É óbvio que tudo isso somente seria possível com uma ditadura militar. Paradoxalmente, nos países subdesenvolvidos o liberalismo econômico somente é viável com a supressão do liberalismo político e social. Somente com a liquidação do regime democrático e das conquistas sociais dos trabalhadores é que o capitalismo pode desenvolver-se plenamente nos países dependentes. Somente sob um duro regime militar, que imponha o confisco salarial, o aumento da taxa de exploração da mão-de-obra é possível satisfazer o apetite voraz dos monopólios e dos banqueiros mundiais e, com o que sobra, promover o desenvolvimento “livre” da economia do país.

Uma versão popular sobre a inflação

Trataremos de explicar em linguagem popular (fugindo à terminologia dos economistas, entendida somente pelos iniciados) o

que é a inflação, ou pelo menos o que é a inflação no Brasil, pois o fenômeno assume algumas características que são distintas de país a país.

Em BRASIL PARA ESTRANGEIROS analisamos como nos países subdesenvolvidos a inflação é às vezes utilizada como instrumento do progresso econômico. Vimos como Juscelino Kubitschek baseou seu “desenvolvimentismo” sobre dois fatores fundamentais: a participação crescente do capital forâneo e a inflação.

Da verdadeira avalanche de capitais estrangeiros resultou uma quase total alienação dos setores mais dinâmicos e lucrativos da economia do país. O Brasil começou a ser transformado de Nação em base de operações dos monopólios internacionais e o povo brasileiro, em proletariado externo das potências capitalistas.

A outra fórmula utilizada por Roberto Campos e Lucas Lopes para acelerar o desenvolvimento — a inflação — resultou igualmente catastrófica. Ao emitir em massa, para satisfazer as crescentes necessidades das empresas nacionais (o capitalismo sem capital) e das internacionais (que julgaram desnecessário trazer “capital de giro”), o governo de JK lançou o país numa espiral inflacionária sem precedentes no país.

Nos últimos meses antes do golpe, Brizola divulgou intensamente por todo o país um levantamento estatístico sobre a inflação: *entre 1945 e 1952, num período de 8 anos, os índices de preços duplicaram; entre 1953 e 1958, em seis anos, tornaram a duplicar; entre 1959 e 1961, em três anos se duplicaram outra vez; de janeiro de 1962 a junho de 1963, em somente 18 meses, se multiplicaram outra vez por dois. Durante o século XX (até 1962) o custo de vida havia aumentado 10.000%, ou seja, multiplicou-se por 100.*

Vimos também, no livro citado, como a clássica fórmula analisada por Marx — *a produção social e a apropriação privada* — evoluiu, foi aperfeiçoada nos países atrasados e dependentes em processo de desenvolvimento. Financiando o desenvolvimento com o aumento exagerado do meio circulante (com a inflação), governos como o de JK tornaram ainda mais brutal o processo de acumulação de capital.

Os grupos econômicos (nacionais ou estrangeiros) são beneficiados com empréstimos dos bancos oficiais, a longo prazo e juros baixos. Por ser o índice da inflação superior à taxa de juros, diz-se que essa é negativa. Um exemplo para explicar esse fenômeno: em 1963, a inflação alcançou o nível recorde de 84%; os juros cobrados pelo BNDE continuaram sendo de 12%. Ou seja, o poder real da moeda ficou reduzido a 54,4% do original.

Um exemplo: uma empresa que recebeu um empréstimo de 100 milhões e pagou, um ano depois, com o equivalente real a 54,4 milhões, que somado aos juros (12 milhões), totalizam 66,4 milhões. O que significa que ela se locupletou com um lucro extra de 33,8 milhões, obviamente à custa do povo. Como os empréstimos do BNDE são a longo prazo — 5 ou 10 anos — o empresário beneficiado com os mesmos os amortiza com uma porção ínfima do valor original. Conseguir um crédito no BNDE, ou no Banco do Brasil, equivalia a tirar a sorte grande.

O aumento do meio circulante em consequência dessa política creditícia, somente em parte compensado pelo aumento da produção, traduz-se em acelerado aumento do custo de vida. Descarrega-se assim o peso do desenvolvimento sobre as classes trabalhadoras e outros setores menos favorecidos da população. É o *investimento social e a apropriação privada de seus resultados*.

Aperfeiçoa-se cada vez mais a técnica imperialista de explorar nossos países. Já não se explora somente o trabalho de nossos trabalhadores, com a exportação da mais-valia. Não se saqueiam somente os recursos naturais de nossos territórios, deixando-os transformados em desertos cheios de buracos. Agora, os monopólios internacionais, graças à ação de seus agentes colocados à frente dos governos de nossos países, conseguem pôr a seu serviço os recursos da poupança popular nativa. Os “Cecil Rhodes” de nossa época aperfeiçoam constantemente os métodos de despojar os povos periféricos.

Alberto Passos Guimarães, em seu livro *INFLAÇÃO E MONOPÓLIO NO BRASIL*, afirma: *A inflação começa confiscando aos pobres em proveito dos ricos e termina confiscando aos pobres e aos ricos em proveito dos muito ricos...* Como os “muito ricos” no Brasil são, fundamentalmente, as empresas forâneas e os setores das classes dominantes ligados às mesmas, poder-se-ia concluir que a inflação é um fator decisivo na alienação da economia do país.

Os pequenos e médios empresários nacionais, submetidos à implacável concorrência das grandes empresas (em grande parte, estrangeiras), são forçados a operar com taxas de lucros cada vez menores. Quando essas se situam abaixo dos índices da inflação, as empresas estão em déficit. Não conseguem já renovar seus estoques e sua maquinaria; estão condenadas à falência.

Somente as grandes corporações, por seu alto nível tecnológico e por operarem a base de preços monopolísticos, estão a salvo da voragem inflacionária; ao contrário, beneficiam-se com a mesma.

Os mestres marxistas afirmam que o processo inflacionário começa efetivamente quando a renda dos trabalhadores se reduz pela

desvalorização da moeda. Essa redução dos salários é particularmente intensa no Brasil e se verifica a dois níveis.

Em primeiro lugar, está a baixa temporária do poder aquisitivo dos salários. Essa se verifica entre um e outro reajuste salarial. Como a atualização do salário mínimo e os dissídios coletivos se verificam uma vez ao ano, é enorme a erosão da renda dos trabalhadores no período compreendido entre um e outro aumento de salário nominal.

Um exemplo do fenômeno: como já vimos, em 1963 o aumento do custo de vida chegou a 84%; não temos os índices exatos dos primeiros meses de 1964, sabemos porém que chegaram a 10% mensais. Ou seja, entre maio de 1963 e abril de 1964 a inflação deve haver superado os 100%. Isso significa que nesse último mês, antes do reajuste do salário mínimo que tem vigência a partir de 1.º de maio, o salário real — o poder aquisitivo do salário mínimo — estava reduzido à metade.

Em outras palavras: os trabalhadores somente conseguem pôr-se em dia com a inflação uma vez por ano; somente nos primeiros dias de maio os valores nominal e real dos salários coincidem. Em seguida, esse último passa a sofrer uma perda de poder aquisitivo correspondente à inflação. Como as empresas reajustam seus preços mensalmente (ou mesmo semanalmente nos períodos de inflação aguda), a inflação lhes proporciona uma mais-valia extra, ou seja, um maior lucro conseguido à custa de maior exploração do trabalho.

Além dessa perda periódica do poder aquisitivo dos salários (verificada entre um e outro ajuste), há que considerar a perda absoluta, pois os aumentos anuais em muitos casos não compensam totalmente o aumento do custo de vida. As estatísticas oficiais comprovam em forma inquestionável esse fenômeno, destruindo totalmente a tese do dr. Gudín de que o aumento dos salários é um fator fundamental da inflação. PARTINDO DO ÍNDICE 100 em 1940, OS SALÁRIOS REAIS ESTAVAM REDUZIDOS, EM 1959, A 76.

Durante esse período de 20 anos, o Produto Nacional Bruto aumentou consideravelmente. Não temos — aqui no exílio — os dados exatos; porém podemos afirmar, com total segurança, que se o PNB não triplicou, esteve muito perto disso. Entretanto, o salário real ficou reduzido a 3/4 do que era no início do período. Isso significa que os frutos do desenvolvimento não beneficiaram em absoluto aqueles que o tornaram possível: as classes trabalhadoras. E sim, exclusivamente, as classes dominantes nativas e os monopólios internacionais estabelecidos no país.

Para compensar essa perda de valor aquisitivo dos salários, os trabalhadores são forçados a trabalhar maior número de horas por

dia, ou inclusive a procurar um segundo emprego. A jornada de oito horas é cada vez mais um mito em nossos países.

Outras grandes vítimas da inflação são os agricultores, principalmente os pequenos e médios camponeses. Por incapacidade financeira e por não disporem de depósitos seguros, eles são obrigados a vender seus produtos logo de realizada a colheita. Quem usufrui o aumento dos preços dos produtos agrícolas no período entre-safra são os intermediários especuladores.

Enquanto isso, o agricultor é forçado a comprar os bens de produção e os de consumo complementários por preços cada vez mais altos. Isso diminui radicalmente sua capacidade aquisitiva, tão penosamente conseguida com a safra. Como, em muitos casos, o produto dessa (erosionado pela inflação) não alcança para assegurar a subsistência familiar até a próxima colheita e por não dispor de recursos para financiar o novo plantio, o camponês se vê obrigado a comprometer — em troca de um adiantamento financeiro — a futura safra. No caso, se verifica um deterioro ainda maior no poder de compra dos frutos de seu trabalho e o conseqüente endividamento e empobrecimento.

A pequeno-burguesia é outra grande vítima da inflação: tanto os setores profissionais, como os que exercem atividades mercantis. Os primeiros sofrem o mesmo fenômeno que afeta as classes trabalhadoras; em muitos casos, inclusive em forma mais intensa, pois não estão organizados — como o proletariado — para as reivindicações salariais. Os pequenos e médios comerciantes e industriais, já acurrallados pela progressiva trustificação da economia, vêm seu fim acelerar-se pela inflação.

A inflação é um fenômeno de natureza monetária, que se expressa pela baixa do poder aquisitivo da moeda e pela conseqüente alta dos preços. Como essa última não é acompanhada por um reajuste automático dos salários (esses deveriam ser reajustados mensalmente nas épocas de inflação acelerada), diminui a capacidade de compra e o nível de vida das classes trabalhadoras e de setores consideráveis da classe média.

São muitas — e podem variar circunstancialmente e de país a país, especialmente entre um central e um subdesenvolvido — as causas da inflação. O que é certo é que essas são muito mais profundas e complexas do que as “causas” apontadas pelos monetaristas. As verdadeiras origens do fenômeno — em nossos países — devem ser buscadas nas relações de intercâmbio com os mercados externos a que estamos submetidos; no favoritismo dos governos em relação aos grupos econômicos internos — nacionais ou estrangeiros —; em toda uma série de deformações decorrentes das obsoletas estru-

turas econômicas e sociais internas e nos pontos de estrangulamento da economia.

Em BRASIL PARA ESTRANGEIROS analisamos em detalhe as enormes perdas sofridas pela economia brasileira em seu intercâmbio com os países capitalistas centrais. Perdas essas que se originam na constante pressão para baixo a que estão submetidos os produtos que exportamos, alimentos ou matéria-prima de origem vegetal ou mineral; no aumento dos preços dos produtos manufaturados que importamos e em toda uma série de fraudes praticadas pelos setores expor-importadores.

Em resumo, recebemos cada vez menos dólares por igual quantidade de mercadoria exportada, pois os preços dessa são estabelecidos no mercado internacional, manipulado pelos países centrais e pelos monopólios. E pagamos cada vez mais dólares por igual quantidade de produtos manufaturados, cujos preços são estabelecidos no exterior, geralmente em termos monopolísticos. Em consequência, aumenta o déficit da balança comercial. Como as remessas de capitais e serviços é superior ao ingresso dos mesmos, aumenta também o saldo negativo da balança de pagamentos.

Por outro lado, a produção nacional, em virtude da inflação interna e do preço cada vez mais alto da maquinaria e das matérias-primas importadas, é cada vez mais cara. Termina por tornar-se gravosa, sem capacidade de concorrer nos mercados internacionais. Para que possa ser exportada, é necessário que seja subvencionada; para subsidiá-la, o governo é obrigado a aumentar o ritmo das emissões de papel-moeda e conceder maiores vantagens creditícias e fiscais ao setor exportador; essas práticas geram mais inflação; o aumento dessa provoca novos impactos altistas na produção nacional, agravando-a mais ainda. Um trágico círculo vicioso que significa pauperização para o povo e mais dependência externa para o país.

A subvenção das exportações constitui outra fórmula de *socIALIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS*. Quando baixa o preço do café, do algodão ou do cacau no mercado internacional. O lógico, dentro do sistema de livre iniciativa, seria que os produtores dos mesmos fossem os que arcassem com o ônus da baixa. Não se enriqueceram com os lucros extras produzidos por fenômenos opostos, que de quando em quando se verificam?

Entretanto, em função do poder político dos latifundiários e do setor exportador da burguesia, a solução adotada é a baixa da taxa cambial, ou a subvenção aos produtos exportados. Em consequência, é o povo quem paga, pela desvalorização da moeda e pelo

aumento dos preços dos produtos no mercado interno, os lucros que os produtores e exportadores deixam de ganhar no exterior.

Os déficits nos orçamentos da União, apontados por Gudin & Cia. como os principais responsáveis pela inflação, são em realidade efeitos e não causa. Diminuído, dentro do sistema analisado, o valor da moeda, aumenta o custo de vida. Como o governo não conseguiu ainda a fórmula utilizada pelo inglês da anedota, o que ensinou o seu cavalo a não comer, é forçado a pagar mais aos seus funcionários. Para enfrentar os novos gastos e manter em andamento as obras e os serviços públicos indispensáveis, a administração se vê obrigada a novas emissões. As alternativas são também inflacionárias: aumento dos impostos e das tarifas dos serviços públicos.

Outra causa fundamental da inflação é o monopólio da terra, que constitui um enorme obstáculo ao pleno desenvolvimento da produção agrícola. Milhões de camponeses pobres, remediados e inclusive empresários agrícolas não proprietários plantam menos do que as suas possibilidades por falta de terra. Ou então são obrigados a pagar algum tipo de renda territorial — em espécie ou em dinheiro — que onera drasticamente o custo de sua produção e conseqüentemente o preço de venda dos produtos.

Um exemplo elucidativo a respeito nos dá a lavoura de arroz do RGS, a maior do país e responsável por grande parte do abastecimento nacional. Produzindo em grande escala para os mercados de consumo (internos e externos) e aplicando métodos modernos de técnica agrícola, a rizicultura gaúcha é, no fundamental, um cultivo capitalista. Apresenta, entretanto, características de relação pré-capitalista no tocante ao uso da terra: os empresários em sua maioria pagam ao latifundiário *renda-produto*.

O arrendamento é o item que mais pesa no custo de produção do arroz: as últimas estatísticas disponíveis mostram que a porcentagem paga ao proprietário da terra alcança em média 31% da colheita. Assim, quase 1/3 do preço pago pelo consumidor (pois os gastos do setor terciário, inclusive os lucros dos diversos intermediários que participam da comercialização do produto, aumentam proporcionalmente) se origina na ação parasitária dos latifundiários. Como no caso das exportações subsidiadas, é também o povo quem paga o privilégio de um setor da oligarquia; no caso, dos que monopolizam a propriedade da terra.

A grande concentração monopolística, que se observa na produção industrial e em setores da comercialização, constitui outra deformação do sistema de livre iniciativa e da lei de oferta e procura. Os lucros conseguidos pelos setores trustificados da economia, muito por cima da média geral, constituem outra das causas da inflação.

A crescente e acelerada absorção da indústria nacional pelos monopólios internacionais, que terminam por controlar de forma absoluta determinados setores do mercado, elimina a típica concorrência do capitalismo clássico. Os preços são estabelecidos arbitrariamente pelos monopólios, a níveis obviamente muito mais altos do que os correspondentes ao custo da produção.

Contrariando as teses dos mestres marxistas sobre as taxas decrescentes dos lucros, no Brasil, em função da concentração monopolista, verifica-se exatamente o contrário: os lucros das grandes empresas são cada vez mais altos. Dados da Fundação Getúlio Vargas mostram que no período 1956/60, um grupo de 2.642 empresas (as maiores do país) apresentaram em seus balanços as seguintes taxas de lucros: 16,9%, 17,3%, 24,9%, 25,9% e 29,7%, respectivamente.

Os índices de lucros são ainda mais altos nos setores onde domina o capital estrangeiro: assim, na indústria metalúrgica, foram de 36,9%; na mineração, 65,2%; fumo e fósforos, 38,1%; borracha, 37,6%; plásticos, 34% etc. Um informe do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, datado de 1960, expressava: *Os lucros no Brasil são, normalmente, muito mais altos do que nos Estados Unidos. Não é raro que uma fábrica se pague em um ou dois anos.*

É evidente que essas altas margens de lucros constituem lenha na fogueira da inflação.

Outro fator que incidiu sobre o custo de vida e a inflação nos últimos anos, foi a política de transporte iniciada durante o governo Juscelino Kubitschek. A mesma originou-se — como já vimos — em imposições dos monopólios automobilísticos e petrolíferos e consistiu no abandono gradual dos transportes ferroviários, fluviais e de cabotagem e sua substituição pelo rodoviário, muito mais oneroso. O aumento dos fretes provoca impacto violento nos preços.

Já vimos como os gastos suntuários feitos pelo nosso faraó Juscelino I, especialmente a construção da pirâmide Brasília, aceleraram o processo inflacionário. Processo que poderia haver sido freado pelos seus sucessores — com drásticas mudanças estruturais e medidas nacionalistas radicais — que, porém, não o foi, continuando a aumentar como bola de neve montanha abaixo.

É evidente que existem meios de frear a inflação. Normalmente, a “solução” adotada em nossos países é descarregá-la sobre as classes trabalhadoras e as massas consumidoras. Porém, um governo progressista pode enfrentar e controlar o fenômeno, mesmo dentro do sistema capitalista, eliminando os privilégios de classes, setores so-

ciais e dos monopólios internacionais estabelecidos no país e reformando as estruturas sócio-econômicas obsoletas.

Assim, conseguirá estancar, ou pelo menos diminuir bastante o processo espoliativo, consolidando dessa maneira o valor externo da moeda; modificando a arcaica estrutura agrária, eliminando o monopólio da terra e melhorando o nível tecnológico de sua exploração; criando uma legislação antitruste, que elimine os preços de monopólio e o açambarcamento dos produtos agrícolas; eliminando a capacidade ociosa da indústria através do aumento do mercado interno, possível, com uma melhor distribuição da renda nacional etc.

Medidas radicais para um mal radical. Como já vimos, o aumento do custo de vida alcançou, em 1963, 84%, índice somente superado naquele ano pela Indonésia: um vice-campeonato mundial para o Brasil. Era evidente também que um governo débil, incapaz, desmoralizado, imobilizado pela ação do imperialismo e das classes dominantes — como era o de Jango — não tomaria nenhuma dessas medidas.

Ao não adotá-las, o presidente foi perdendo seu prestígio, o apoio popular. Poder-se-ia dizer que esse baixou na razão inversa do aumento do custo de vida. Nenhum governante pode manter sua popularidade e o respaldo das classes trabalhadoras sob uma inflação galopante. Quando a inflação ultrapassou os 10% mensais a base social do governo de Jango aproximava-se do índice zero. O destino do presidente estava selado, salvo uma mudança radical de último momento, que não ocorreu.

Os corruptos e os corruptores

Uma advertência inicial: não, não temos uma visão idealista ou puritana sobre a arte de governar e sobre a corrupção em particular. Aceitamos, que pelo menos dentro do sistema capitalista é inevitável como dizia aquele personagem de Sartre:

A pureza é uma idéia de faquir ou de monge. Para vocês, os intelectuais, serve de pretexto para não fazer nada. Não fazer nada, permanecer imobilizados, apertar os cotovelos contra o corpo, usar luvas. Eu tenho as minhas mãos sujas, até os cotovelos. As meti em excrementos e em sangue. E daí? Você imagina que se pode governar impunemente?

Creemos que a corrupção é inerente ao sistema capitalista, um subproduto do mesmo. Já Alexandre Hamilton via no sistema político inglês, baseado na corrupção, um meio de conciliar os interesses econômicos e políticos e fortalecer o Estado. A história administrativa dos países capitalistas tem muito de crônica policial. Os homens

de negócio, quando assumem função pública, dificilmente conseguem estabelecer os limites precisos entre seus interesses particulares ou de suas empresas e os da Nação. É verdade que nem todos têm a franqueza eufórica de um Charles Wilson, que justificava a preferência que dispensava, como secretário de Defesa dos Estados Unidos, à sua empresa, dizendo: *O que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos.*

O apetite dos homens públicos nos países subdesenvolvidos não é menor. Como as possibilidades de fraude são menores — existe muito menos que roubar — os métodos são mais ostensivos, descarados. Assim, vemos um Trujillo ou um Somoza qualquer acumular, em bancos da Suíça, um patrimônio maior do que as próprias reservas monetárias de seus países.

Inclusive em países socialistas sabemos que o fenômeno não está completamente liquidado. De quando em quando, lemos notícias que comprovam que inclusive — na União Soviética, há mais de 40 anos depois da Revolução e apesar da existência da pena de morte para os defraudadores de recursos públicos — ainda existem funcionários que metem a mão.

Como não poderia deixar de ser, os homens públicos brasileiros não foram geralmente imunes à praga. A corrupção no seio dos governos, em maior ou menor escala, de forma velada ou descarada, sempre se verificou. As classes dominantes, não satisfeitas com os privilégios institucionalizados que usufruem (legais, porém não menos vergonhosos), tratam de conseguir sempre novos favores dos governos. Os monopólios internacionais, muito melhor instrumentados para a corrupção (em função do alto poder aquisitivo das moedas fortes de que dispõem) e com uma margem de segurança muito maior para o delito, vão a extremos absurdos.

Essa é a corrupção que se processa de fora para dentro do governo, tendo os administradores públicos como sujeitos passivos. Existe a outra, a que se processa dentro do governo, que consiste no assalto mais ou menos disfarçado aos cofres públicos. E finalmente a que consideramos politicamente pior: a ação corruptora do governo sobre organizações e líderes populares que são comprados e atrelados à máquina oficial, traindo aqueles que lhes outorgaram representatividade.

Sob regimes populistas, com sua política de conciliação entre as classes sociais, as possibilidades desse último tipo de corrupção são ainda maiores. A corrupção atua como um antídoto à luta de classes. Já vimos, nos capítulos referentes aos sindicatos e ao PCB, o que foi a ação corruptora de governos como de JK e Jango.

Quando, no futuro, se escrever uma história sobre a corrupção no Brasil, Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo, terá um capítulo especial, como o dedicado aos pioneiros de qualquer atividade social. Não, que não se roubasse antes; porém a corrupção administrativa era eventual e anárquica. Adhemar a regulamentou, institucionalizou. A “caixinha”, alimentada por porcentagens sobre o valor de obras públicas pagas pelos empreiteiros (geralmente 10%), foi “inventada” por quem, em sua própria propaganda, admitia ser o *homem que rouba mas faz*.

Pelas mãos de Juscelino Kubitschek a “caixinha” foi institucionalizada a nível federal. Nenhum empreiteiro que participasse de concorrências públicas de órgãos como o DNER e DNOS tinha a menor possibilidade de ser contemplado, se não incluísse no orçamento da obra uma “comissão” de 10 ou 20%, que terminava alimentando os fundos do PSD, ou de quem sabe quem...

A construção de Brasília foi um dos maiores “panamás” da história da corrupção no mundo. Até o estilo arquitetônico da “Novacap” foi estabelecido em função da corrupção. Apesar da enorme luminosidade do Planalto Central, as paredes dos edifícios foram construídas quase exclusivamente de vidro. Por casualidade... o ministro da Fazenda de JK, Sebastião Paes de Almeida (vulgo “Tião medonho”), era o principal associado e o testa-de-ferro no país da *Pittsburg Glass Corp.*, o truste americano do vidro plano.

Como, por causa das paredes serem de vidro, houvesse excesso de luz nos apartamentos foi necessário cobri-las integralmente com persianas de plástico. Não sabemos quem foi o feliz fabricante das mesmas. O que sabemos é que os madeireiros do RGS fizeram um negócio da China com a construção de Brasília: a madeira transportada num caminhão (a mesma) era vendida duas ou três vezes em diferentes postos da empresa construtora oficial.

A importação de lâmpadas fluorescentes para Brasília, com um superfaturamento de milhões de dólares, foi tão escandalosa que deu origem a uma investigação nos Estados Unidos.

A instalação das indústrias automobilística e de construção naval constituiu uma verdadeira bacanal corruptora. Parte dos fabulosos privilégios concedidos aos monopólios estrangeiros desses setores foram pagos — em forma de ações — a setores governamentais.

Com seu *Plano de Metas*, Kubitschek pretendia fazer o Brasil avançar 50 anos em 5. Apesar de que o processo de desenvolvimento acelerou-se (como já vimos), é óbvio que o objetivo não foi alcançado. A única meta que deve haver sido integralmente cumprida não constava no plano elaborado pelos homens da CONSULTEC,

pelos Roberto Campos, Lucas Lopes & Cia.: a corrupção. Apos-taríamos que nos cinco anos da era juscelinista se roubou mais do que no meio século anterior.

Jânio Qaudros foi eleito sob a bandeira da moralização. Graças à mesma ganhou em grande parte o voto decisivo da pequeno-burguesia. Durante seus sete meses de governo mandou abrir uma série de inquéritos administrativos sobre a corrupção, tratando — dizia — de extirpá-la e castigar seus beneficiários. Na realidade tudo não passou de demagogia e chantagem contra seus adversários políticos, especialmente contra Juscelino, Jango e Adhemar. Ficou tudo como dantes no quartel de Abrantes...

Em conseqüência, a corrupção continuou imperando durante o governo de Jango, em todos os níveis tradicionais e em alguns novos. A grande corrupção, a corrupção por atacado, a que se processa através da política econômica em benefício de grupos econômicos, continuou acelerada.

As “comissões” nas concorrências públicas continuaram inclusive beneficiando à gente do PSD, pois Jango sempre manteveessedistas no Ministério de Obras Públicas.

A corrupção social, a destinada a imobilizar os “representantes” das classes trabalhadoras, exercida através do imposto sindical e da Previdência Social, foi enormemente ampliada. Partindo de sua experiência nesse campo como Ministro do Trabalho de Getúlio e como vice-presidente, Jango conseguiu — como já vimos — acaudilhar a quase todos os dirigentes sindicais e ao próprio PCB. Dinheiros desviados dos fundos de aposentadorias e pensões dos trabalhadores e viúvas foram utilizados na compra de dirigentes sociais e na divisão das forças progressistas.

Uma “caixinha” fabulosamente rica era administrada das próprias antecâmaras presidenciais. Era constituída pelos recursos originados no reajuste da taxa cambial para a importação de trigo e petróleo. Os dólares para essas importações essenciais não eram leiloados, como os destinados às demais compras no exterior. Tinham um valor fixo, que de quando em quando, em função da inflação, era reajustado. Sempre que isso ocorria, os moinhos e as empresas importadoras de petróleo tinham que recolher as diferenças relativas aos estoques existentes. Por tratar-se de uma verba não orçamentária, esses valores eram recolhidos à “caixinha” presidencial e distribuídos sem nenhum controle e comprovação.

Que esses recursos fossem utilizados no enriquecimento de membros da equipe governante é triste, porém explicável dentro da tradição do sistema: sempre houve governantes corruptos. Muito mais grave, porém, era a utilização dos mesmos para corromper a

terceiros: a líderes sindicais, políticos ou estudantis. É inegável que a figura do corruptor é muito mais nefasta, politicamente, do que a do corrupto. E a corrupção ativa foi utilizada mais do que nunca durante o governo de Jango.

Além dos dinheiros da “caixinha” estavam os empregos públicos, ou autárquicos distribuídos a dirigentes sociais ou políticos e a seus familiares; os automóveis oficiais postos à disposição de outros líderes, os empréstimos na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil etc. Comentando a total inércia governativa do presidente, um amigo comum nos dizia: *Como queres que o homem governe, se passa o dia assinando 'autorigos'* (ordens presidenciais para a concessão de empréstimos, ou nomeações de funcionários etc.

Um exemplo de como esse tipo de corrupção — levado a limites extremos — contribuía para dividir e imobilizar os setores progressistas e conseqüentemente à vitória do golpe. Em representação de seu setor, um líder estudantil trabalhava conosco na Frente de Mobilização Popular. Era um dos militantes mais ativos e eficientes. De um momento para o outro, desapareceu. Vivendo como vivíamos, sob o terror policial do governo lacerdista, nos preocupamos. Mandamos averiguar seu paradeiro e depois de vários dias foi localizado e trazido à nossa presença. Muito envergonhado, explicando que era de família humilde, confessou que havia sido chamado por gente da presidência da República, que lhe ofereceu um posto de tesoureiro (em razão da regulamentação estabelecida pelo DASP, somente os cargos de procurador e tesoureiro — por serem de confiança — podiam ser preenchidos sem concurso; são de livre nomeação do presidente). A nomeação foi feita e o garoto afastou-se totalmente da militância política. Porém, surpreendentemente, algumas semanas depois voltou, furioso e disposto a reintegrar-se. Por ser menor (tinha somente 17 anos) e não ter feito o serviço militar, não tinha conseguido assumir o cargo.

Não temos nenhuma dúvida de afirmar: a corrupção passiva (o desvio de recursos públicos em proveito próprio por elementos da administração), ao desmoralizar o governo frente à opinião pública, e a corrupção ativa (a utilizada para dividir e corromper as forças populares) foram fatores fundamentais, decisivos no processo de colocar a direita no poder.

O movimento militar que ocupou o poder em 1.º de abril utilizou as bandeiras do combate à “subversão” e à corrupção. Elas serviram plenamente para dar uma certa cobertura social — especialmente da pequeno-burguesia — à ditadura.

Depois do golpe foram instalados dezenas de I.P.M. para investigar a subversão e a corrupção. Dezenas de milhares de “subversivos” foram presos; milhares estão sendo processados e algumas centenas já estão condenados.

Em contrapartida, nenhum corrupto foi preso, nenhuma propriedade adquirida com dinheiros públicos foi confiscada. Isso significa que não houve corrupção nos governos de Jango e Juscelino, como se denunciava e todo o mundo sabia? Ou, ao descobrirem os ricos filões da fraude, os militares também se corromperam e abafaram o tema?

Mistério . . .

XV

STATE DEPARTMENT, PENTÁGONO & CIA

Chegamos finalmente ao grande personagem de nossa história, grande personagem histórico de nossa época. É um personagem onipotente, onipresente, oniciente e onívoro. Um personagem que tudo pode (veremos mais adiante, que nem tudo...), que está em todas as partes, que tudo sabe e que tudo devora: *o imperialismo norte-americano*.

No fim da II Guerra Mundial, o campo imperialista apresentava uma situação muito especial: a concentração do poder econômico e financeiro internacional num só país. O enorme desgaste causado pela guerra a outros países imperialistas — Inglaterra, Alemanha, França, Japão, Itália, Bélgica e Holanda etc. — por um lado e o “estado de convalescência” da URSS, recuperando-se lentamente das terríveis feridas que lhe custou o aniquilamento do nazi-fascismo, por outro, proporcionavam aos Estados Unidos uma situação altamente privilegiada.

Nos anos de pós-guerra, EE.UU. conseguiu a mais fantástica concentração de poder da história. Repetiu a performance da Inglaterra: transformou-se num império onde o sol nunca se esconde. As novas fronteiras começam no Oder-Naissa, na fronteira entre a Alemanha e Polônia e terminam no rio Yalú, entre as duas Coreias. Com uma diferença fundamental: Estados Unidos dominavam, então, não somente os povos atrasados da parte sul do planeta, as tradicionais vítimas do imperialismo, como também os anteriormente ricos povos nórdicos.

O ideal de ser a indústria, o celeiro, o banco, o governo e o gendarme de todo o mundo havia sido alcançado de forma quase total. Em março de 1947, Harry Truman expunha assim a teoria do império global e milenar: *Todo o mundo deve adotar o sistema americano, pois este somente poderá sobreviver na América na hipótese de tornar-se um sistema global*.

Fred J. Cook, em *O ESTADO MILITARISTA*, mostra a plenitude dos propósitos ianques: *Nossa preocupação era manter o status quo norte-americano e os guardiões do mesmo estavam obcecados pelo receio de que não pudéssemos mantê-lo na América, sem levá-lo ao estrangeiro. Teríamos, em conseqüência, que amoldar o mundo à nossa imagem e semelhança; não tanto à imagem da democracia americana, senão do capitalismo americano.*

O mesmo autor demonstrava, entretanto, que o sonho do império global e milenar era utópico: *Não houve ainda nenhuma nação que conseguisse concretizar esse amoldamento e as que o tentaram somente provocaram tragédias.*

Era evidente a precariedade da situação. Dos escombros e das cinzas da guerra começou a ressurgir o que sobrara das economias nacionais dos países europeus. A primeira tendência — de destruir o que restava da poderosa indústria alemã e transformar a Alemanha num país exclusivamente agrícola — defendida pelo todo-poderoso secretário do Tesouro, Morgenthau, teve que ser abandonada em virtude do “perigo comunista”.

Foi lançado o *Plano Marshall*, com duplo objetivo: “salvar” a Europa do comunismo e manter a “civilização ocidental e cristã” e assegurar o domínio da economia européia aos monopólios norte-americanos; ambas metas foram plenamente alcançadas, porém o controle da situação global passou a escapar pouco a pouco das mãos ianques.

A rápida recuperação da URSS e dos demais países socialistas; a incorporação da Tchecoslováquia e da China ao bloco comunista; o acelerado ressurgimento econômico dos países da Europa Ocidental; a liquidação do sistema colonialista tradicional (inicialmente dentro dos planos de *Tio Sam*, que não podia admitir a existência de territórios fechados à sua exploração), constituiriam uma série de obstáculos aos planos dos geopolíticos norte-americanos.

A existência e o fortalecimento de um sistema socialista multinacional, especialmente depois que a União Soviética se tornou uma potência nuclear e que os coreanos e os chineses infringiram uma espetacular derrota à máquina de guerra norte-americana, eliminavam a possibilidade do império global.

Por outro lado, a economia da Europa Ocidental, desenvolvendo-se mais do que o previsto (os economistas norte-americanos, que planejaram o ressurgimento industrial europeu, devem ter se excedido na dose de incentivos), passou a concorrer com a indústria norte-americana.

A libertação dos povos de Ásia e África também excedeu os limites previstos. A possibilidade de que os mesmos evoluíssem pelo

clássico sistema capitalista, possibilitando — como no caso de América Latina — um século e meio mais de exploração, torna-se cada vez mais os povos que estão saltando do feudalismo ou da economia tribal diretamente ao socialismo.

Essas realidades nada agradáveis para Washington, não somente eliminaram o sonho do império mundial milenar, como começaram a ameaçar o próprio sistema capitalista nos Estados Unidos. As contradições entre Washington e seus aliados da Europa Ocidental aumentam. A potencialidade crescente do Mercado Comum Europeu começa a romper a hegemonia econômica norte-americana. As reservas de ouro revelam o avanço dos países membros do C.E.E. em relação aos Estados Unidos:

	<i>US\$ milhões</i>
Alemanha Ocidental	6.825
França	5.367
Itália	3.724
Holanda	2.083
Bélgica-Luxemburgo	2.026
	<hr/>
Total M.C.E.	20.025
	<hr/>
Estados Unidos	14.844

Os países europeus, com a França de De Gaulle à frente, já se atrevem a obstaculizar novos avanços dos monopólios norte-americanos. Os constantes déficits na balança de pagamento dos Estados Unidos estão exigindo medidas drásticas, como a cessação da “ajuda” externa e a limitação da política de investimentos nos outros países. O dólar, com seu respaldo em ouro profundamente comprometido (*as reservas baixaram 24,7 bilhões em 1948, para 14,8 bilhões no segundo trimestre de 1965*), deixou de inspirar confiança como *moeda internacional*. Somente a absurda carreira armamentista e os gastos com os projetos espaciais conseguem adiar a crise econômica interna.

A crise econômica norte-americana poderia ser muito mais acentuada se a política de coexistência pacífica do camarada Krutchev não tivesse sido estendida ao campo econômico. Considerando as tímidas experiências do passado — como as exportações de petróleo russo nas décadas 20 e 30, por preços inferiores aos do mercado internacional, que provocaram pânico aos grandes monopólios do setor — pode-se calcular os efeitos que poderia causar a concorrência

dos países socialistas, se fosse feita de forma agressiva. Se a URSS não tivesse abandonado, há muito, a causa da Revolução Mundial, poderia desfechar duros golpes à economia capitalista e acelerar a liquidação do imperialismo. Seus dirigentes preferem, entretanto, negociar como bons burgueses, dentro dos padrões éticos estabelecidos pelo sistema capitalista.

Apesar da “colaboração” soviética, a situação se apresenta cada vez mais complicada para os estrategistas responsáveis pela política norte-americana. Em razão disso, já surgem teses que pregam uma mudança radical na mesma. Assim, o senador William Fullbright, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, em declarações à revista TIME, preconiza o abandono da política global, com a progressiva retirada da Ásia e África (onde os investimentos são pequenos) e, posteriormente, da própria América Latina (onde são muitos os capitais norte-americanos aplicados). Isso revela a profundidade já alcançada pela crise.

A alternativa, manter intato o império, exigirá uma política internacional cada vez mais agressiva, uma volta ao *big stick* de Theodore Roosevelt, aplicado, já agora, não somente no Caribe, senão em escala mundial. A tradicional política de que, onde exista uma subsidiária de um monopólio norte-americano está presente a vigilância protetora do Departamento de Estado, terá que ser drasticamente ampliada, com a crescente participação do Pentágono. Ao que tudo indica, prevalecerá a posição dos “falcões” sobre a das “pombas”.

À medida em que se consolida o “complexo industrial-militar” nos Estados Unidos (a unidade entre os monopólios e os militares), que se institucionaliza no “Estado Militarista”, aumenta o poder de decisão do Pentágono na condução da política exterior norte-americana. A diplomacia clássica está cada vez mais enquadrada na “ordem unida” dos militares. Os métodos de persuasão tornam-se cada vez mais diretos, são mais descarados, mais brutais. O instrumento dessa política é a CIA.

Henry Taylor, do NEW YORK TELEGRAM AND SUN, define a CIA como um polvo que envolve com seus tentáculos nossas embaixadas. Os agentes da CIA são tão numerosos, que com frequência ocupam todo um andar ou mais nos edifícios das embaixadas e em outros setores do D.E. no exterior. O número de agentes muitas vezes excede o de funcionários do Departamento de Estado. Comparado com os gastos secretos e sem controle da CIA, o orçamento do Departamento parece irrisoriamente insignificante.

Surgida de uma “divisão de tarefas” entre o FBI e os serviços de inteligência das três armas, a CIA apresenta, apesar de sua recente organização, uma brilhante folha de serviços ao imperialismo. Seu

“début” verificou-se em 1952, quando organizou o golpe de estado que derrubou o primeiro-ministro nacionalista do Irã, Mossadegh, e restituiu o petróleo à “Anglo-Iranian”, já então com a participação dominante de capitais norte-americanos.

Com a invasão da Guatemala e a derrubada do governo nacionalista de Arbens, a CIA deu início a uma interminável série de golpes de estado em nossa América, que liquidaram não somente com governos progressistas, como inclusive liberais e conservadores simpáticos aos Estados Unidos: Argentina, Peru, São Salvador, Honduras, Guatemala (uma segunda vez), São Domingos, Equador (em duas oportunidades).

Seu fracasso na invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, que provocou inclusive a demissão de seu todo-poderoso diretor, Alan Dulles, comprova, entretanto, que ela não é infalível. Basta que os povos tenham valor e determinação para enfrentá-la, como tiveram os cubanos.

O fato de que tenham sido derrubados inclusive governantes simpáticos aos Estados Unidos (como Vidella Morales, em Honduras; Idígoras Fuentes, na Guatemala; Bosch, em São Domingos e Velasco Ibarra e Otto Arosemena, no Equador), revela a dualidade da orientação da política exterior norte-americana. Em determinados casos, o governante de um país subdesenvolvido agrada ao do Departamento de Estado, porém não satisfaz os requisitos mínimos do Pentágono, muito mais exigente.

Foi o caso do recente golpe na Bolívia, que derrubou o governo nacionalista (já muito aguado) de Paz Estensoro. Enquanto os homens do Departamento de Estado assessoravam o presidente constitucional, os representantes do Pentágono e da CIA apoiavam a Barrientos na tomada do poder. Sem opositores na área imperialista, os Estados Unidos se dão ao luxo de manter duas linhas de conduta no campo internacional, que podem ser divergentes, ou mesmo antagônicas. Fenômeno que se origina no confronto nos *States* entre os “falcões” e as “pombas”, entre a linha dura e os moderados.

Em relação ao governo de João Goulart ficou evidente essa dualidade da política exterior norte-americana. Durante o governo de John F. Kennedy prevaleceu geralmente (nem sempre, durante seu período de governo verificou-se a invasão a Cuba e o início da escalada no Vietnã) a política conciliadora do Departamento de Estado.

Sem pensar em absoluto abandonar seu domínio sobre a América Latina, ao contrário, tratando de consolidá-lo pela eliminação das contradições mais agudas e pela distensão social, JFK lançou-se a uma nova política. Essencialmente imperialista, porém disfarçada pelo liberalismo e o paternalismo.

A política da “Nova Fronteira” de Kennedy originou-se num fato concreto: a *Revolução Cubana*. O fantasma do comunismo, até então encarnado somente nas barbas dos velhos bolcheviques, ou na cara imberbe de Mao Tse-tung, aparecia agora frente aos apavorados olhos norte-americanos, simbolizado nas homéricas barbas de Fidel e seus companheiros.

Com a vitória de Fidel Castro e de Che Guevara, a Revolução deixou de ser — para os latino-americanos — algo mítico que somente gênios como Lenine e Mao — que aparecem muito raramente ao longo dos séculos — podiam fazer. Os cubanos mostraram que a Revolução era possível, sempre que existissem as condições mínimas necessárias e que uma liderança capaz e valente, fortemente apoiada nas massas populares, decidisse lançar-se à ação. Haviám libertado a “Ilha” e estavam construindo uma república socialista ali, debaixo das próprias barbas do *Tio Sam*.

O que mais preocupava Washington era que o exemplo cubano pudesse proliferar, que outros países da América Latina também se liberassem do jugo imperialista, colocando em xeque os imensos privilégios acumulados durante décadas pelos monopólios norte-americanos. Os norte-americanos não podem correr o risco de perder seu “continente de reserva”.

O mais grave era que os cubanos, conscientes das limitações de sua Revolução (não mais do que uma primeira etapa do processo de libertação do subcontinente), admitiam a possibilidade de exportar sua experiência. Dizia o “Che”: *Não podemos comprometer-nos a não exportar nosso exemplo (a revolução cubana), como nos pede os Estados Unidos, porque um exemplo é uma questão de espírito e o elemento espiritual pode cruzar as fronteiras...*

Tentando neutralizar a avassalante influência de Cuba em todo o continente, Kennedy lançou a “Aliança para o Progresso”, como uma alternativa anti-revolucionária para os latino-americanos. E falava bonito: *A Aliança significa o pleno reconhecimento de que todos têm o direito a participar plenamente do nosso progresso. Isso porque na vida democrática não há lugar para as instituições que beneficiam a poucos, enquanto negam as necessidades de muitos.* Se JFK estivesse falando sério, estaria negando as próprias bases do sistema capitalista e seria expulso pelos homens do Pentágono, sócios dos monopólios, da Casa Branca.

Numa réplica limitada do *Plano Marshall*, que havia “salvo” a Europa do comunismo, os Estados Unidos decidiram devolver à América Latina uma pequena parte do saque que aqui pratica: uma porcentagem mínima de seus ganhos no intercâmbio comercial e dos lucros dos monopólios conseguidos em nossos países. “Magnanima-

mente”, se propôs aplicar, de forma paternalista, 5 ou 10% do que levavam cotidianamente, ostensiva ou subrepticamente.

Na realidade, a *Aliança para o Progresso* nunca passou de uma versão ampliada e atualizada da velha tática dos dois exércitos aplicada por Rockefeller I: um grande, a *Standard Oil*, saqueando o mundo; outro, pequeno, a *Fundação Rockefeller*, para distribuir entre as vítimas uma pequena porção do roubo.

Era também uma aplicação da estratégia das burguesias de nossos dias (especialmente as dos países centrais), em suas relações com o proletariado: diminuir levemente a taxa de exploração, objetivando perpetuá-la. Uma espécie de seguro contra a subversão.

Tinha que se evitar, inclusive ao preço da diminuição dos dividendos, que o exemplo de Cuba proliferasse no continente. Sem a Revolução Cubana nunca haveria sido lançada a Aliança. Se essa tivesse produzido algum benefício, a gratidão dos latino-americanos deveria ser endereçada a Fidel e seus companheiros. . .

Porém, era evidente que o plano fracassaria rotundamente. Os próprios técnicos honestos (é evidente que havia alguns) da A.P.P., cedo se convenceram de que o mesmo era irrealizável: *Enquanto essa administração pública* (referiam-se ao governo venezuelano, porém poderiam haver falado dos demais) *se caracterize pela estupidez, indiferença, ineficiência, formalismo, interesses partidários, corrupção, falsidade e má vontade, será praticamente impossível aplicar, através de tanta burocracia, projetos eficientes e dinâmicos de desenvolvimento* (. . .).

A atual estrutura fiscal é uma vergonha moral e econômica. Não é justo pedir à classe média norte-americana que contribua para esta causa, enquanto a oligarquia e os novos ricos venezuelanos não contribuem com sua quota. É, além disso, pouco realista pensar que uma sociedade industrial moderna pudesse ser edificada sobre um sistema social medieval de privilégios econômicos. . . — (Informe de Irving Tragen e Robert Cox).

Como terminar com a corrupção, alimentada especialmente pelos monopólios ianques? Como alterar a estrutura fiscal, sem lesar os privilégios desses mesmos monopólios? Como modificar a arcaica estrutura agrária, sem entrar em choque com as oligarquias nativas, velhas e fiéis aliadas do imperialismo?

Fidel Castro mostrava como a Aliança, tão auspiciosamente concebida (inclusive muito esquerdista ingênuo em nossos países chegou a pensar que o diabo, depois de velho, havia se convertido em ermitão. . .), transformou-se numa seqüência interminável de chantagens:

A Aliança para o Progresso está em crise, em crise por uma série de causas. Os imperialistas tratam de chantagear as oligarquias

e as oligarquias tratam de chantagear os imperialistas. Os imperialistas dizem aos oligarcas: "Se vocês não fazem reformas, vem o comunista". E os oligarcas dizem aos imperialistas: "Se vocês não nos dão dinheiro, vem o comunismo".

O vice-rei Lincoln Gordon

As relações Brasil-Estados Unidos durante o governo de Jânio da Silva Quadros se deterioraram drasticamente em razão da política internacional do presidente, em especial pela sua posição de intransigente defensor da Revolução Cubana e sua tentativa de estabelecer uma aliança com a Argentina (o encontro de Uruguaiana, entre o presidente Frondizi e Jânio), para melhor poder enfrentar a avassalante pressão norte-americana.

É conhecido o incidente entre Jânio e o embaixador John Moors Cabot, por ocasião da invasão da Baía dos Porcos. Foi tão áspera a discussão, que o embaixador perdeu seu sentido de orientação. Ao retirar-se, furioso, sem se despedir do presidente, enganou-se de porta: em vez de sair pela de saída, entrou pela porta do banheiro particular privado presidencial. . .

Depois disso, rompeu-se o contato entre o presidente e o embaixador da metrópole. Moors Cabot recusou-se a manter diálogo com o presidente enquanto esse não modificasse sua linguagem antiianque. Uma situação totalmente intolerável, que o presidente Kennedy, dentro de sua tática conciliatória, tratou de superar removendo o intransigente diplomata.

Considerando que o Brasil era o país-chave para a aplicação da Aliança para o Progresso e o fato de que a campanha anti-norte-americana, lançada por Brizola era então sustentada até pela própria presidência da República, Kennedy tratou de escolher com todo o cuidado seu novo embaixador no Brasil. O selecionado foi Lincoln Gordon, um liberal professor da universidade de Harvard, que havia participado da equipe que elaborou o programa da Aliança.

O futuro embaixador foi intensamente treinado sobre a situação brasileira e instruído, de forma muito especial, como tratar com o irascível e instável ocupante do Palácio do Planalto. Porém Lincoln deve ser desses tipos que nasceram com a b. . . para a lua, um homem de sorte. Quando chegou ao Brasil, o "fortrait" de Jânio já tinha acontecido. Em seu lugar encontrou Jango, possivelmente o mais dócil, conciliador, maleável e invertebrado dos governantes que teve o Brasil.

Toda uma série de fatores — desde a enorme diferença de QI e de cultura entre o professor de Harvard e a ignorância enciclopé-

dica de Goulart em todos os assuntos que não fossem comprar gado e manobrar a liderança sindical, até o enorme poderio econômico dos Estados Unidos e a trágica situação de dependência que vivia o Brasil naquele momento — determinou que Jango caísse sob total controle do embaixador. Com exceção dos embaixadores norte-americanos destacados nas *Banana's Republics* da América Central, possivelmente nenhum outro diplomata teve tanto poder de decisão, influiu tanto no governo de outro país, quanto Lincoln Gordon no Brasil.

Atuando como se fosse um vice-rei inglês na Índia, fazia e desfazia, dava ordens que eram acatadas sem vacilação; vetava decisões presidenciais e inclusive a escolha de auxiliares diretos da presidência. Usando como instrumento de chantagem a dívida externa, que necessitava ser prorrogada e a *Emenda Hickenlooper*, transformou Goulart numa simples marionete*.

Como já vimos, no capítulo relativo a Brizola, a *Emenda Hickenlooper*, art. 6.º da *Foreign Aid Act* (a lei de ajuda externa norte-americana), foi votada pelo Congresso norte-americano com um objetivo específico: proteger os interesses da *Bond and Share* e da *I.T.T.*, cujas subsidiárias no RGS haviam sido nacionalizadas por Brizola.

Lincoln Gordon “sugeriu” que Goulart fosse a Washington explicar, diretamente a Kennedy, a posição do governo brasileiro sobre o *affair* criado pelo atrevido governador dos pampas. Numa viagem que teve as características de um verdadeiro “beija-mão”, o nosso João foi ao encontro do John deles. E numa conversa realizada no dia 4 de abril de 1962, comprometeu-se a comprar as instalações das duas empresas, que sob todos os pontos de vista jurídicos, já eram nossas.

Não contente com a tutela praticamente total exercida sobre o presidente Goulart através de Lincoln Gordon, Kennedy mandou seu irmão Robert, secretário da Justiça, em uma visita de inspeção. Bob trouxe toda uma série de exigências, que foram apresentadas em forma de virtuais ultimatoss.

O item principal de sua agenda era exigir as indenizações da *Bond and Share* e da *I.T.T.*, Robert vinha também como advogado da *Hanna Corporation*, que havia perdido a concessão de enormes jazidas de ferro em Minas Gerais e prejudicada sua pretensão de construir um porto privado no litoral do Rio de Janeiro.

Em sua conversa de três horas com Jango, Bob vetou os negócios já em andamento com os países socialistas (como o financiamento da URSS à construção de uma hidroelétrica em “7 Quedas”, compra de helicópteros à Polônia e petróleo soviético). Exigiu medidas drás-

* Ver Informe da embaixada datado de 22/2/1963, no Anexo.

ticas contra o crescente e rebelado movimento operário, um expurgo de elementos comunistas no governo e a cabeça de Brizola.

Posteriormente, como parte do preço do reescalonamento da dívida externa e da concessão de um novo empréstimo de 400 milhões de dólares, Lincoln Gordon impôs a nomeação de um *homem de confiança* para o ministério da Fazenda: Santiago Dantas. Esse, confirmando que efetivamente era de confiança, adotou imediatamente uma série de medidas econômicas impostas pelo F.M.I., inclusive a abolição dos subsídios às importações de trigo e petróleo, o que determinou um novo e drástico impacto no custo de vida. Completava-se assim a aplicação da receita do Fundo, iniciada com a *Instrução 204* da SUMOC, durante o governo de Jânio.

Depois de limpar dessa maneira o terreno, Santiago Dantas foi a Washington efetivar a promessa feita por Goulart de comprar as subsidiárias nacionalizadas por Brizola. No dia 22 de abril de 1963, autorizado pelo ministro da Fazenda, o embaixador Roberto Campos assinou o compromisso do governo brasileiro de liquidar o assunto da indenização impreterivelmente até 1.º de julho.

Além disso, Santiago Dantas comprometeu-se a pôr em prática outras imposições do F.M.I., especialmente uma nova desvalorização do cruzeiro, que foi feita logo de seu retorno ao Brasil, subindo o dólar de 460 para 600 cruzeiros.

Para dar andamento ao compromisso de compra das subsidiárias, Jango constituiu uma Comissão Interministerial, integrada pelos ministros da Fazenda, Obras Públicas, Indústria e Comércio, Minas e Energia e, estranhamente, o ministro da Guerra, nosso velho conhecido, Amaury Krueel.

Já vimos como Brizola denunciou a transação lesa-pátria e a negociata correspondente. Em consequência do escândalo, a compra das subsidiárias não pôde ser concretizada. Enquanto isso, transcorria célere o prazo dado por Washington. Se até o 1.º de julho não fosse ultimada a transação, seriam aplicadas as sanções estabelecidas pela *Emenda Hickenlooper*. Jango, encurralado pela chantagem norte-americana e não podendo ceder em virtude da vigilância nacionalista, estava a um passo do desespero.

Salvou-o um "milagre": a morte do Papa João XXIII, que lhe proporcionou uma nova possibilidade de encontrar-se com Kennedy. Por uma estranha casualidade, a morte de um João tornou possível a entrevista de outros dois. O encontro de John com João verificou-se em Roma no dia 1.º de julho, exatamente o prazo fatal concedido pelos norte-americanos.

Logo de seu regresso, Jango telefonou à sua irmã, dona Neusa, informando-a sobre sua participação no funeral do papa (os dois

cunhados já não se falavam). A esposa de Brizola o gozou, perguntando: *Como foi tua conversa com o outro Papa, o do dólar?* Jango não explicou, tratando de ocultar o verdadeiro motivo de sua viagem a Roma. Somente saberemos o que conversaram os dois Joões quando, no futuro, algum diplomata norte-americano que tenha participado do encontro, escrever suas memórias.

O certo é que Jango conseguiu, ninguém sabe a que preço, que Kennedy não cumprisse a lei do Congresso: a ajuda norte-americana não foi interrompida. Houve quem se orgulhasse da lábia do nosso presidente. Essa revelava-se eficaz não somente com os líderes sindicais e com Prestes, senão também com o presidente do maior império da história. . .

Apostaríamos 10 a 1 que o argumento básico de Jango junto a Kennedy foi: *Se, para atender as imposições de vocês, eu forço demais a situação, eu caio. E aí pode subir Brizola.*

A situação de Jango se complicou quando a CIA e o FBI resolveram aplicar internamente a experiência acumulada em inúmeros “putchs”, que haviam planejado e dirigido em outros países. O assassinato de Kennedy significou uma nova mudança tática na política latino-americana dos EE.UU.

A estratégia norte-americana em relação a nossos países mantém-se imutável desde a adoção da *Doutrina Monroe*, em 1823. Desde então os sucessivos governos norte-americanos consideraram a América Latina como o seu fundo de quintal, o “coto de caça” — como dizem os hispano-americanos — o seu “continente de reserva”. Porém, os métodos táticos modificaram-se em muitas oportunidades, em função de circunstâncias conjunturais, ou da personalidade do presidente de turno.

Com Theodore Roosevelt tivemos o *big stick*, definido pelo próprio como *falar suavemente, porém ter um grande cacete na mão*. Foi a etapa da *diplomacia das canhoneiras*, com os Estados Unidos praticando dezenas de intervenções armadas na América Central.

Durante o governo do segundo Roosevelt a estratégia imperialista foi disfarçada sob a *Política da Boa Vizinhança*. Porém o “liberal” Franklin Delano, sempre que necessário para resguardar os interesses norte-americanos, foi tão duro como o outro. Suas pressões sobre Getúlio Vargas e o governo Farrel-Perón, para romper a neutralidade brasileira e argentina em relação ao conflito mundial, chegaram ao nível de chantagens e ameaças. Os *Acordos de Washington*, que Roosevelt impôs ao Brasil, estabelecendo o congelamento de preços das matérias-primas estratégicas e dos alimentos (que foram essenciais para a vitória aliada), foram uma das mais drásticas manobras imperialis-

tas da história. Enquanto os monopólios norte-americanos fizeram da guerra um negócio fabuloso, o Brasil subvencionou com a inflação e o desabastecimento interno o esforço de guerra.

Já vimos a estratégia do império global e milenar empreitada por Truman e a política de intervencionismo “paternalista” de JFK. Com a morte desse, voltou o *big stick* pelas mãos do cowboy texano Lyndon Johnson.

A Aliança para o Progresso, já em total decadência, foi condenada à liquidação. Homens progressistas como Ted Moscoso (que dizia: *Minorias extremamente ricas e poderosas, que exercem influência exorbitante sobre os destinos de milhões de seres humanos, recusam obstinadamente abandonar sequer uma pequena parte de suas rendas, virtualmente isentas de impostos*), foram afastados.

O “The New York Times”, comentando a mudança da política latino-americana dos EE.UU., editorializava: *Seu afastamento (de Moscoso) representa o fim de uma era em que os Estados Unidos, favorecendo agora o que a nova equipe governante denomina “aproximação pragmática”. Esse pragmatismo inclui uma atitude passiva por parte dos Estados Unidos frente às usurpações militares na América Latina...*

Ainda aquelas tímidas reformas, totalmente superficiais, preconizadas pela Aliança, denominadas por Che Guevara de *planificação da latrina* e por Brizola de *pintura dos ranchos dos camponeses*, já não seriam auspiciadas. A aliança entre o imperialismo norte-americano e as oligarquias latino-americanas, levemente estremecida pelo “reformismo kennediano”, voltou a ser monolítica. O panamericanismo, definido por Victor Haya de la Torre como *el pan que los norteamericanos comem*, voltou a sua plenitude.

Numa tentativa de continuar com Johnson a tática conciliatória que utilizara com JFK, Jango — com a ajuda de seu então principal assessor, Jorge Serpa (como já vimos, o homem da *Mannesmann*, o representante do capitalismo monopolista germânico) e de seu amigo Lincoln Gordon — tentou um hábil estratagema, que revela o grau de promiscuidade que havia entre o “Palácio das Laranjeiras” (Jango “governou” mais do Rio do que do Planalto) e a embaixada dos vidros “ray-ban”. Serpa escreveu para Goulart uma entrevista à revista MANCHETE, na qual o presidente fazia uma crítica bastante dura à política brasileira do Departamento de Estado. A seguir, no segundo ato da comédia, Serpa e Lincoln Gordon decidiram, para neutralizar a entrevista, elaborar um intercâmbio de correspondência entre os dois presidentes. A quatro mãos, escreveram as duas cartas: a de Jango a Johnson e a de Lyndon a Goulart. Os dois mandatários não fizeram mais do que assinar as respectivas missivas...

Enquanto Lincoln Gordon mantinha Jango de rédeas curtas, dava ordens e vetava decisões presidenciais e tomava seus uísques no “Laranjeiras” * desenvolvia-se paralelamente a conspiração da burguesia nacional, dos militares e dos governadores de direita, igualmente incentivada por Lincoln e pelo homem da CIA, o coronel Vernon Walters.

IBAD, IPES, CIA e outros “bichos”

Os militares de direita, derrotados pelo povo em agosto de 1961, apesar de ser o latifundiário João Goulart e não o líder populista Jango quem havia chegado ao Palácio do Planalto, não cessaram nunca de conspirar. O que em si, não significava nenhum perigo: desde a República e especialmente a partir do “tenentismo” dos anos 20/30, a conspiração sempre constituiu o maior “hobby” dos militares brasileiros, especialmente dos que já passaram à reserva. Uma maneira de quebrar a chata rotina dos quartéis ou superar o “complexo do pijama”.

O perigo surge quando as classes dominantes, os monopólios internacionais e a embaixada de algum “país amigo” passam a bancar os movimentos conspirativos. O dinheiro da burguesia “nacional” e internacional e o respaldo político e logístico da potência de turno — que significa cobertura da grande imprensa; possibilidades de movimentação dos conspiradores e de “comprar” alguns comandos de tropa decisivos; fornecimento de armas etc. — transformam uma prática que tem muito de masturbação mental em algo efetivamente perigoso para o governo.

Todo mundo sabia que os generais Mourão Filho, Menna Barreto, Carlos Luís Guedes, Bragança, Golbery, Almeida Herrera, Cordeiro de Farias, Castelo Branco, Costa e Silva, Muricy, os almirantes Silvio Heck, Penna Botto, o brigadeiro Eduardo Gomes e os coronéis Veloso e Burnier da Aeronáutica e centenas de outros conspiravam. Aliás, em razão da extrema debilidade do governo de Jango, na realidade um não-governo, tratava-se na realidade de uma “conspiração” (com aspas), pois a articulação ao golpe era praticamente ostensiva.

* Em Montevidéu, recebemos a visita de um “brazilianist” que estava escrevendo uma tese sobre o governo Jânio Quadros. Em sua detalhada pesquisa, havia chegado a determinar o número de cervejas que Jânio tomava, à noite, enquanto assistia filmes de *cowboy* no cineminha do palácio.

Seguramente algum outro terminará por descobrir que o consumo de whisky no “Laranjeiras” era o mais alto do mundo. E que um dia Lincoln Gordon saiu tão bêbado do gabinete do presidente que deu declarações sensacionais aos jornalistas do palácio. No dia seguinte os jornais publicaram uma nota da embaixada desmentindo as mesmas.

A coisa deixou de ser brincadeira quando a burguesia nacional (confirmando plenamente o que afirmava o brizolismo: que era uma classe-agente do imperialismo e não um aliado, como jurava Prestes), os latifundiários, e os monopólios resolveram organizar-se em defesa de seus privilégios ameaçados, não por Goulart, senão pelo avanço popular.

O IBAD e o IPES — o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organizado, já em 1959, por um aventureiro chamado Ivan Hasslocher e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado em princípios de 1962 — passaram a aglutinar os opositores civis do governo populista: os Julio de Mesquita Filho, Herbert Levy, Miguel Reale, Armando Falcão, Aureliano Leite, Bilac Pinto, João Calmon, Amaral Neto, Conceição da Costa Neves, Sálvio Almeida Prado, Plínio Correia de Oliveira, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Ildo Meneghetti, etc.

Com recursos financeiros imensos, conseguidos das mais diversas fontes (das grandes empresas nacionais e dos monopólios norte-americanos e europeus*, dos fundos originados no Acordo do Trigo norte-americano manejados pela embaixada norte-americana, das dotações da Aliança para o Progresso e das verbas secretas da CIA) esses organismos exerceram um papel importante na liquidação do regime democrático.

Conforme ficou comprovado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o IBAD financiou a campanha de 250 candidatos a deputado federal, de 600 a deputado estadual e vários governadores. A “bancada” do IBAD na Câmara chegou a congregar 111 deputados. A maior massa de recursos foi lançada em Pernambuco, em favor de João Cleofas, para impedir a eleição de Miguel Arraes.

Paralelamente, a embaixada norte-americana e a CIA se lançaram inteiramente na campanha golpista, obedecendo à nova orientação da *Casa Branca*. Lincoln Gordon começou a freqüentar mais o Palácio da Guanabara (sede do governo de Lacerda) do que o Laranjeiras.

A imprensa norte-americana refletia descaradamente a política de Johnson em favor de soluções militares. O INDIANAPOLIS STAR, por exemplo, perguntava: *No Brasil, onde os postos no Congresso se compram com alguns dólares, devemos decidir o que é melhor para nossos interesses: manter um Goulart vacilante, ou substituí-lo por um governo militar?* E concluía: *Esses* (os interesses

* Entre as empresas que contribuíam ao IBAD, estava a Mannesmann, dirigida por Jorge Serpa, o homem de confiança de Jango...

norte-americanos) *somente podem ser plenamente defendidos por um governo militar.*

Quando a crise se acelerou, o US WORLD AND REPORT afirmava que no Brasil havia chegado o momento da intervenção militar, dentro da velha tradição latino-americana, para salvar as instituições...

O governo norte-americano mobilizou enormes recursos financeiros e enviou ao Brasil quadros de primeira categoria para defender a "civilização ocidental e cristã", supostamente ameaçada.

Já vimos como Kennedy, por não confiar suficientemente nos burocratas do Departamento de Estado havia designado para a embaixada no Brasil, um dos seus mais destacados assessores: o professor de Harvard, Lincoln Gordon.

O homem da CIA, o coronel Vernon Walters, é sem dúvida um dos mais brilhantes agentes da "velha senhora". Quando, no futuro, publicar suas memórias, vamos compreender plenamente aspectos fundamentais da história militar e política brasileira, até agora ainda meio nebulosos.

Sua atuação junto aos militares brasileiros começou durante a guerra: V.W. foi oficial de ligação entre a Força Expedicionária Brasileira e o comando do V Exército norte-americano, chefiado pelo general Mark Clark.

Posteriormente designado para a embaixada do Rio de Janeiro, fez quase toda sua carreira no Brasil. Sua influência deve ter sido decisiva no processo de "pentagonização" dos militares brasileiros, iniciado com o TIAR, com o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e a criação da Escola Superior de Guerra. Manteve sempre seus contatos com os "febianos", a serviço do Pentágono e a partir de um determinado momento da CIA.

Sua atuação na preparação do golpe foi decisiva. Enquanto Lincoln Gordon mantinha Jango imobilizado com suas chantagens, Walters atuava na coordenação do golpe, especialmente na obtenção de recursos e garantias externas. Recursos que foram decisivos para a conversão de muitos militares à "causa democrática" e garantias que chegavam a comprometer a intervenção norte-americana na hipótese de que o conflito se prolongasse.

Nos dias posteriores ao golpe sabia-se que barcos, da frota do Atlântico Sul, dos Estados Unidos estavam ao largo das costas brasileiras, prontas a desembarcar petróleo, armamento e se necessário, "marines". Os paraquedistas sediados no Panamá, sob as ordens do general Andrew O'Meare, também estiveram de prontidão no 1.º de abril*.

* Ver, no Anexo documentos oficiais norte-americanos confirmando a intervenção que chegou a ser posta em marcha, com a "operação *Brother Sam*".

Como elemento de ligação entre os militares golpistas, Carlos Lacerda (que considerava indispensável a intervenção ianque) e os *capos* do Pentágono, a atuação de Walters deve ter sido decisiva para o êxito do golpe.

Como recompensa pelos relevantes serviços prestados, Vernon foi promovido a general e mandado posteriormente servir na França. Seu novo objetivo: a derrubada de De Gaulle, um personagem molesto, que constituía o único governo europeu que resistia à plena dominação de Washington e dos monopólios norte-americanos**.

A USIS (*United States Information Service*) teve igualmente um papel fundamental na preparação do golpe. Como uma prova da importância que o governo de Washington atribuía à “Operação Brasil”, foi designado, em janeiro de 1964, para a direção da USIS no Brasil, Alfred V. Borner. A esse importante personagem (havia sido inclusive Subsecretário de Estado para Assuntos Culturais) deve ser creditado o êxito da campanha de propaganda e de preparação psicológica para o movimento militar.

A partir de sua presença no Rio, praticamente toda a grande imprensa se alinhou na posição golpista. Utilizando os serviços das grandes agências de publicidade norte-americanas instaladas no país, numa campanha psicológica cientificamente planejada, Mr. Borner conseguiu pixar de comunista o governo de Goulart, proporcionando assim — principalmente a nível da pequena-burguesia — base de apoio social ao golpe.

Nesse particular foi decisiva — como já vimos — a atuação de outro cidadão norte-americano, o padre Payton. Sua “Campanha do Rosário”, que deu origem às “Marchas da Família com Deus e pela Liberdade”, foi todo um êxito, pois assegurou aos militares golpistas o apoio da maioria do clero e dos leigos católicos.

O “comandante-em-chefe” externo do golpe foi o Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas C. Mann, que assumiu o posto, em janeiro de 1964, com a missão prioritária de desestabilizar o governo de Jango. Foi ele, quem depondo ante uma Comissão da Câmara de Representantes em Washington, logo depois do golpe, confessou a direta e decisiva participação do governo norte-americano na derrubada do governo populista:

Os Estados Unidos distribuiu entre os governadores de certos Estados brasileiros a ajuda que havia sido inicialmente destinada ao governo de João Goulart. Com isso, pensávamos financiar a democracia. Washington deu ordens para que nenhum dinheiro fosse desti-

* Mais tarde, assumindo sua verdadeira personalidade, Walters foi designado subdiretor da CIA.

nado à balança de pagamentos e ao orçamento federal brasileiros, pois isso poderia beneficiar diretamente ao governo central.

É acrescentou: *Em janeiro, quando assumi o cargo e mesmo antes, estávamos plenamente conscientes de que o comunismo estava minando rapidamente o governo do presidente João Goulart no Brasil e, antes mesmo de chegar à Subsecretaria, elaboramos um plano político destinado a ajudar os governadores de certos Estados. Em minha opinião e creio que também na dos entendidos em assuntos brasileiros, a ajuda a governadores eficientes, em detrimento de Goulart, assegurou a democracia.*

Concordamos plenamente com Mr. Mann. É suficiente lembrar que os “governadores eficientes” que receberam a ajuda norte-americana foram justamente os que lideraram, na área civil, o golpe de 1.º de abril: Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Adhemar de Barros, de São Paulo, Ildo Meneghetti, do RGS e outros de menor expressão.

Com a vitória da “revolução”, os dirigentes norte-americanos, eufóricos, deixaram de lado as naturais reservas e assumiram a paternidade do evento. O presidente Johnson reconheceu o novo governo antes mesmo do presidente constitucional haver cruzado a fronteira do Uruguai.

O embaixador Lincoln Gordon, o amigo e conselheiro de Goulart, revelando-se bastante imodesto, afirmou que *a revolução brasileira passará à história como um dos grandes acontecimentos do século, podendo ser colocada ao lado do Plano Marshall, do fim do bloqueio de Berlim, da derrota da agressão comunista na Coréia e da solução da crise dos foguetes em Cuba.*

William J. White, do EVENING STAR de Washington, considerou o golpe uma prova de quão positiva era a nova estratégia latino-americana de Lyndon Johnson: *A eliminação de Goulart confirma completamente a sabedoria da nova política de Washington, que alia firmeza e generosidade para com a América Latina.*

Lacerda, que chegava ao auge de sua carreira de traidor (iniciada com sua expulsão do Partido Comunista), confessava descaradamente que a intervenção norte-americana estava prevista e preparada:

... considero essencial mencionar a visita que me fez o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, logo depois da revolução de 31 de março. Sua maior satisfação, seu maior alívio — me disse — foi ver que as Forças Armadas do Brasil haviam conseguido fazer, em tão pouco tempo e sem derramamento de sangue, o necessário para evitar que os Estados Unidos tivessem que intervir mili-

tarmente no Brasil, para impedir que este país caísse na órbita soviética.

Essa declaração, por haver sido feita por um homem sério, dá a medida da importância da ação militar do 31 de março, não somente na preservação do Brasil para a democracia, como também, na preservação do Brasil para os brasileiros. Evitou-se assim aos brasileiros a humilhação de uma intervenção militar americana. E se evitou aos norte-americanos uma espécie de Vietnam sul-americano...

Na II Parte (segundo volume) deste livro, intitulada *Os Acontecimentos* e nos documentos oficiais norte-americanos incluídos no ANEXO, veremos que a intervenção já em marcha, não se concretizou por ser desnecessária. Menos pela ação dos militares golpistas, que poderiam ter sido enfrentados e derrotados, do que pela decisão de Jango. Que — colocado frente à alternativa *revolução ou contra-revolução* — conseqüente com seus interesses de classe, entregou ou negociou, inclusive (tem que se investigar o episódio de sua fuga e o fato do regime militar não haver tocado seus imensos latifúndios), o poder à direita.

A personalidade de João Goulart o latifundiário revelou-se, uma vez mais, mais forte e atuante do que a de Jango, o líder populista.

Composto na
ARTESTILO — Compositora Gráfica Ltda.
Rua Martin Buchard, 112 — São Paulo

Impresso na
Editora Parma Ltda.
Rua da Várzea, 394 — S. Paulo

COMO SE COLOCA A DIREITA NO PODER

VOLUME I

OS PROTAGONISTAS

- I - Getúlio Vargas: populismo e nacionalismo.
- II - Juscelino Kubitscheck: desenvolvimento e entreguismo.
- III - O contraditório e meteórico fenômeno Janio Quadros.
- IV - As classes dominantes e o "condomínio do poder".
- V - O Poder real: as Forças Armadas.
- VI - O Clero numa encruzilhada histórica.
- VII - O duplo caráter da pequeno-burguesia.
- VIII - O latifundiário João Goulart e o líder populista Jango.
- IX - Os camponeses e os subproletariados.
- X - A classe operária e a burocracia sindical.
- XI - O Partido de Prestes: positivismo, marxismo e revisionismo.
- XII - Os estudantes e os intelectuais.
- XIII - Brizola e o nacionalismo popular-revolucionário.
- XIV - A inflação e a corrupção.
- XV - State Department, Pentágono & Cia.

VOLUME II

OS ACONTECIMENTOS

- I - Inícios de março.
- II - Sexta-feira, 13
- III - O avanço cotidiano da crise.
- IV - Um marinheiro chamado João Cândido.
- V - A consciência de classe do sr. João Goulart.
- VI - ANEXO (Documentos).

